

Sumário

Número de notícias: 237 | Número de veículos: 222

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

OPINIÃO: Matéria veiculada em um renomado site de notícias critica vereadores de oposição por ameaça de desempregos. (MUNICIPIOS) 23

SN10 NOTÍCIAS - PALMAS - TO
TCE - TO

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis (GERAL) 25

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

TCE do Tocantins cria gratificação de até R\$ 14,6 mil para membros da Corte por acúmulo de funções 27

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis 29

CONEXÃO TOCANTINS - MEIO JURÍDICO
TCE - TO

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis 31

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Hospital de Marianópolis é alvo de auditoria do TCE que aponta indícios de assédio e 23 irregularidades 33

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Choro, medo, assédio e abuso de autoridade em hospital: TCE pede investigação criminal 35

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis (SAÚDE) 37

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Hospital de Marianópolis é investigado após auditoria revelar relatos de assédio e problemas estruturais 38

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Choro, medo, assédio e abuso de autoridade em hospital: TCE pede investigação criminal 40

OPINATIVO POLÍTICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MP dá 60 dias para Prefeitura de Palmas revogar cargos de assessor parlamentar e aponta possível inconstitucionalidade 42

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO aponta assédio moral e falhas estruturais em hospital de Marianópolis 43

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Choro, tremores e medo: Fiscalização aponta fortes indícios de assédio em hospital de cidade do TO 45

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital público 47

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ministério Público acolhe denúncia do vereador Vinicius Pires e recomenda revogação de cargos comissionados em Palmas 48

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Procurador-geral questiona Eduardo Siqueira após criação de 22 cargos de assessor e quer revogação 50

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

ATM lidera debate sobre integração de políticas públicas para a primeira infância 52

PALMAS EM FOCO - PALMAS
TCE - TO

PREFEITO EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS DEFENDE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DURANTE SEMINÁRIO ESTADUAL (Notícias) 53

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Vereador questiona banca de concurso da Prefeitura de Araguaína e cita histórico de denúncias (No"ticias) 54

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

A Defensoria Pública na proteção de crianças e adolescentes é destaque em painel de seminário 56

RÁDIO JOVEM FM - PALMAS - TO - OPINIÃO E DEBATE
TCE - TO

TCE/TO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo 58

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

PARCERIAS: ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios (MUNICIPIOS) 59

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área 60

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Vereador questiona banca de concurso da Prefeitura de Araguaína e cita histórico de denúncias 62

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Seminário estadual sobre primeira infância reúne gestores na ATM e reforça atuação municipal 64

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Secretária Já Condenada pelo TCE-TO Recebe Nova Intimação por Contratação na Educação 65

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - GERAL
TCE - TO

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área 66

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal 67

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Comitiva da cidade de Figueirópolis participam de Seminário da Primeira Infância em Palmas (Cidades) 68

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Com R\$ 26,5 mil em diárias, TCE/TO leva comitiva de 24 pessoas a evento de um dia em Aparecida do Rio Negro 70

CANAL 63 - PALMAS - TO
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo (SAÚDE)	71
RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS TCE - TO	
TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	72
PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões	73
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões	75
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões para compra de livros	76
RR 10 NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área (CIDADES)	78
BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO TCE - TO	
TCE deixa de publicar penduricalhos e reajusta auxílio doença de conselheiros para R\$ 6,1 mil. Veto de governo tranca pauta do Legislativo, de que TCE é auxiliar, por uma diferença de R\$ 300 em gratificação!! Não se sabe mais de contingente ou necessário!	79
BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO TCE - TO	
Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28	80
JALAPÃO NEWS - TO TCE - TO	
Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28	81
RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS TCE - TO	
Combinado celebra 37 anos de emancipação política	82
SOU DE PALMAS - PALMAS - TOCANTINS - NOTÍCIAS TCE - TO	

Ministério Público apura se Prefeitura de Miranorte demitiu 176 servidores para reduzir artificialmente gastos com pessoal no fim de 2025; veja detalhes	83
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Hospital público do TO tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves	84
PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS TCE - TO	
Hospital público do TO tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves	85
D12 NEWS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Fiscalização do TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	86
ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE aponta hospital com raio-X parado há sete anos e sem licença sanitária em Monte do Carmo	87
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro	88
CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO TCE - TO	
TCE/TO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital do Tocantins	90
TOCANTINS CULTURAL - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28	91
TO EM FOCO TCE - TO	
Secult promove sorteio de pareceristas para análise de projetos culturais nesta quinta, 28 (Blog Cultura & Sociedade)	92
PORTAL VEM COM NOTÍCIAS TCE - TO	
Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28 (Notícias)	93
FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CIDADES TCE - TO	
TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	94

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro	95
--	----

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CAPA
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	96
--	----

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28 (secult)	97
--	----

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	98
--	----

JALAPÃO NEWS - TO
TCE - TO

Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro	99
--	----

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Hospital tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves no interior do Tocantins, diz TCE	101
---	-----

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Fiscalização do TCE aponta raio-X parado há 7 anos e falhas em hospital de Monte do Carmo	103
---	-----

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Hospital de Monte do Carmo opera há sete anos sem raio-X e sem licença sanitária, aponta TCE	105
--	-----

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	106
--	-----

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	108
--	-----

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo	110
--	-----

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Raio-X sem funcionar e falta de médicos: Tribunal aponta falhas graves em hospital no TO 112

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Combinado completa 37 anos sem entrega de obras municipais e sob críticas à gestão 113

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal de Contas leva orientação e escuta ativa a Gurupi com o projeto Caminhos da Integração 114

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo 116

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

Monitoramento do TCETO aponta que 90% das irregularidades no novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré foram corrigidas 117

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CAPA
TCE - TO

TCE TO aponta correção de 90% das irregularidades em novo prédio da Prefeitura de Brejinho de Nazaré 118

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração (Prefeitura de Gurupi) 119

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração 120

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração (Cidades) 121

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

TCE-TO realiza visita técnica em Gurupi pelo projeto Caminhos da Integração (Gurupi (TO)) 123

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito e secretário entram na mira do MPTO após prefeitura acumular milhões em débitos 124

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito e secretário entram na mira do MPTO após prefeitura acumular milhões em débitos125

BOCA MIÚDA DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE-TO e Prefeitura de Gurupi unem forças para aprimorar a gestão pública local126

OPINATIVO POLÍTICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos e gestão vira alvo do MPTO127

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - GERAL
TCE - TO

Inscrições abertas para seminário sobre políticas públicas da primeira infância realizado pelo MEC e TCETO128

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO (No"ticias)129

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Contrato de ônibus para transporte de autoridades em Palmas termina com débito de R\$ 464 mil130

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO131

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO132

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Projeto do TCETO fortalece diálogo com gestores e percorre municípios do sul do Tocantins133

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

Caminhos da Integração aproxima TCETO dos municípios e fortalece diálogo com gestores do sul do Tocantins135

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

Tribunal realiza fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo137

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

Deputados aprovam datas-base referentes à remuneração dos servidores estaduais 138

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

O ABANDONO INSTITUTO DE MENORES: Patrimônio histórico de Dianópolis, antigo Instituto de Menores está em ruínas (EDUCAÇÃO) 139

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Após citar déficit técnico, TCE/TO barra prazo extra para auditor e libera prorrogação a assistente aprovada em concurso 142

JORNAL DAQUI ONLINE - TO - GERAL
TCE - TO

Operação "Falsa Emergência": o que se sabe sobre o contrato das UPAs de Palmas investigado pela Polícia Civil 144

CLAUDEMIR BRITO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

Câmara de São Salvador do Tocantins destaca integração com o TCE durante visita técnica ao município 146

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Seminário estadual abre inscrições para debater políticas da primeira infância 147

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Aparecida do Rio Negro recebe 9º encontro de escuta do programa do TCE-TO na 2ª 148

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

Empresa de ex-assessor de Amélio Cayres vira alvo de auditoria do TCE em contrato de placas solares em reduto político do deputado (Em Pauta) 149

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Promulgada lei que garante reajuste de 3,90% a servidores de Poderes no Tocantins 151

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Operação da Polícia Civil sobre UPAs amplia desgaste entre Wanderlei e Eduardo e fortalece Vinícius Pires 152

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Defensoria Pública reconhece contribuição de Instituições na promoção do acesso à Justiça 153

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Hospital de Monte do Carmo entra na mira do TCE-TO após vistoria surpresa apontar falhas	155
CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO TCE - TO	
Monitoramento do TCE/TO aponta correção de 90% das irregularidades no novo prédio da Prefeitura de Brejinho	156
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Tribunal realiza fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo	157
O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Monitoramento do TCETO aponta que 90% das irregularidades no novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré foram corrigidas	158
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Fiscalização encontra riscos elétricos e falhas estruturais em prefeitura de Brejinho	159
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Assembleia aprova reajuste salarial para servidores e aposentados	161
PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
A sete meses do fim da gestão, ATS fecha contrato emergencial de R\$ 5,4 milhões com dispensa de licitação	162
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Tribunal de Contas abre prazo para prefeituras responderem sobre eficácia da gestão	163
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO TCE - TO	
Presidente do TJTO é homenageada pela DPETO durante solenidade alusiva ao Dia Nacional da Defensoria Pública	164
PORTAL GILDA BONFIM - TO TCE - TO	
Deputados aprovam datas-base de servidores da Aleto, Judiciário, MP, TCE e Defensoria (No"ticias)	165
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Deputados aprovam datas-base de servidores da Aleto, Judiciário, MP, TCE e Defensoria	166
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Aleto aprova revisão salarial para servidores do TJ, MP, TCE, DPE e Assembleia	167

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

Em nota oficial, Prefeitura de Combinado esclarece contrato de caminhonete e reafirma compromisso com moralidade e transparência

.....168

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Assembleia aprova data-base de servidores e reajuste previdenciário para aposentados e pensionistas do Tocantins

.....169

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

TCE investiga contrato de R\$ 30 mil para locação de caminhonete para o gabinete do prefeito de Combinado

.....170

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

Nono encontro de escuta do TCE de Olho no Futuro será em Aparecida do Rio Negro (TCE de Olho)

.....171

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO (TCETO)

.....172

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Aleto mantém veto ao Profe sob aval do Sintet e aprova reajustes de servidores.....174

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Deputados aprovam revisão anual dos salários de servidores dos Poderes no Tocantins

.....176

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ministros do STJ discutem improbidade administrativa e inteligência artificial em evento no TCETO

.....177

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi busca alinhamento com TCE para reforçar transparência em contratos e obras

.....178

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO
TCE - TO

JOSÉ WAGNER PRAXEDES | Ode a Palmas: 37 anos de uma terra que não cabe no peito (Opinião)

.....179

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Câmara de Araguaína aprova férias para vereadores e permite venda de até 30 dias	181
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Arraias debate futuro da infância em encontro do TCE.....	182
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO TCE - TO	
DE 2024: TCE aponta irregularidades graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil e recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Lavandeira (MUNICIPIOS)	183
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO TCE - TO	
TCE aponta irregularidades graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil e recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Lavandeira (MUNICIPIOS)	184
MIRA JORNAL - BRASIL TCE - TO	
Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO	185
AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE investiga contrato de R\$ 30 mil para locação de caminhonete para o gabinete do prefeito de Combinado (TO)	186
ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Ministros do STJ trazem inteligência artificial e improbidade administrativa a debate no TCE-TO	188
O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES TCE - TO	
Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO	190
FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS TCE - TO	
ARAGUATINS: Câmara reprovava em primeira votação contas 2022 da gestão Aquiles.....	192
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO TCE - TO	
Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO	193
TV JOVEM PALMAS /AF. RECORD - TO - CIDADE ALERTA TCE - TO	
Cirurgias sem gerador de energia e medicamentos vencidos.....	195
DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
DPE-TO prestigia palestras de Ministros do STJ sobre administração e inteligência artificial	196

TV JOVEM PALMAS /AF. RECORD - TO - BALANÇO GERAL
TCE - TO

Relatório do TCE aponta medicamentos vencidos, falhas sanitárias e problema estruturais em hospitais	197
--	-----

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal recomenda concursos para professores e revisão de contratos temporários em cidades do TO	198
---	-----

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange em Axixá aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões	199
--	-----

D12 NEWS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE aponta 37 irregularidades em Hospital de Natividade, remédios vencidos, cirurgias sem gerador e dá 5 dias para gestão corrigir falhas	200
---	-----

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

AXIXÁ: Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões	202
--	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
CONSELHEIROS - DIRETORIA

TJTO participa de palestras com ministros do STJ sobre administração pública e inteligência artificial no TCETO	203
---	-----

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

MP apura contrato de R\$ 455 mil para iluminação de Natal em Figueirópolis (Figueirópolis)	205
--	-----

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange em Axixá aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões	206
--	-----

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Tribunal recomenda concursos para professores e revisão de contratos temporários em cidades do TO	207
---	-----

CANAL 63 - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

TCE-TO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade	208
--	-----

Quarta-Feira, 3 de Junho de 2026

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade 209

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Luana Nunes percorre cidades do interior e ouve de perto as principais demandas da população (Luana Nunes) 210

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Cirurgias sem gerador e medicamentos vencidos estão entre falhas apontadas pelo TCETO em hospital de Natividade 211

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE dá cinco dias para prefeitura corrigir falhas graves em hospital 212

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE dá cinco dias para prefeitura corrigir falhas graves em hospital 213

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade 214

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Hospital realiza cirurgias sem gerador de emergência e com graves falhas sanitárias no Tocantins 216

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade 217

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade 218

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Sem gerador, com falhas sanitárias e problemas estruturais: vistoria expõe crise em hospital no sudeste do TO 219

CONEXÃO TOCANTINS - SAÚDE
TCE - TO

TCE/TO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias em hospital municipal 220

RÁDIO NOVA FM - GURUPI - TO - REVISTA 104
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas221

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Últimas vagas para palestras com ministros do STJ no Tribunal de Contas do Tocantins222

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

Cirurgias sem gerador e medicamentos vencidos estão entre falhas apontadas pelo TCETO em hospital de Natividade223

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Luana Nunes percorre cidades do interior e ouve de perto as principais demandas da população (POLÍTICA)224

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade225

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE-TO identifica cirurgias sem gerador e falhas graves em Natividade226

PORTAL EUCLIDENSE - EUCLIDES DA CUNHA - BA
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral)227

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE de Olho no Futuro leva escutas a Arraias e Combinado e impulsiona melhorias para crianças e famílias228

DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas230

JALAPÃO NEWS - TO
TCE - TO

Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência231

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi realiza reuniões técnicas com o Tribunal de Contas para alinhar licitações (Cidades)	232
CORREIO DO BICO - TO TCE - TO	
Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência	233
PORTAL DO AMARAL - TO TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Cidades)	234
CHAPADA EM ALERTA - BA TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	236
PORTAL WR NEWS - GO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	237
VISÃO NOTÍCIAS 350 GRAUS - TERESINA - PI - ONLINE TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	238
100 NOTÍCIAS - CRISTINO CASTRO - PI TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	239
INTELIGÊNCIA BRASIL IMPRENSA - ONLINE - GERAL TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	240
RÁDIO PORTO FM - PORTO NACIONAL - TO - GIRO DE NOTÍCIAS TCE - TO	
Denúncia de falta de profissionais na UPA de Porto Nacional	241
TV NORTE TOCANTINS / AF. SBT - TO - COMANDO POLICIAL TCE - TO	
Fiscalização em 20 hospitais municipais acendem alerta	242
NA FESTA - ONLINE TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas	243

PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 244

A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 245

OESTE 360 - ONLINE - SP - GERAL
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 246

REPORTER TOCANTINS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral) 247

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 248

BOLETIM POLITICO - SP - NOTICIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 249

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 250

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas 251

CN TOCANTINS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral) 252

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Prefeitura de Gurupi) 253

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência (webinário "Faça Bonito")

.....255

ARENA DE NOTÍCIAS - GO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

.....256

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Gurupi - TO)

.....257

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

DPE-TO prestigia TCE de Olho no Futuro em Arraias e Combinado, no sudeste do Estado

.....259

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE realiza fiscalizações surpresas em Araguacema e Caseara nas áreas de saúde, educação e compras públicas

.....260

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

TCE realiza fiscalizações surpresas em Araguacema e Caseara nas áreas de saúde, educação e compras públicas

.....262

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

Audiência no MPE discute reestruturação da regulação da saúde e novos sistemas de monitoramento no Estado; plano de atuação deve ser apresentado em 20 dias

.....263

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Saúde do TO avança em debate sobre nova regulação e implantação de sistema para monitorar leitos

.....264

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

Primeira infância: Judiciário participa de encontros estratégicos para promoção de iniciativas voltadas a crianças de 0 a 6 anos

.....265

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Corregedoria em Dia fortalece cultura preventiva, ética e integridade no TCETO (No"ticias)

.....266

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Justiça afasta prefeita de Praia Norte por improbidade administrativa e bloqueia bens de investigados 268

TV NORTE TOCANTINS / AF. SBT - TO - O POVO NA TV
TCE - TO

Fiscalizações em hospitais do estado 269

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Exames de raio-X secando em varal revelam cenário caótico na saúde 270

CANAL 63 - PALMAS - TO
TCE - TO

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins (SAÚDE) 271

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Rio dos Bois reforça diálogo institucional com visita ao TCE 272

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Ministros do STJ participam de evento no Tocantins sobre IA e improbidade administrativa 273

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Exames de raio-X secando em varal revelam cenário caótico na saúde municipal do Tocantins 274

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - BOM DIA TOCANTINS
TCE - TO

Destaques Daqui 275

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Eduardo investiu mais na cidade, em termos relativos, do que Wanderlei no Estado, apesar do governo ter realizado mais receitas correntes. Nas redes, entretanto, oposição impulsiona falta de obras registradas no RREO 276

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO abre inscrições para palestras com ministros do STJ sobre improbidade e inteligência artificial 278

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE de Olho no Futuro realiza escutas sociais em Arraias e Combinado nesta semana 279

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins (Cidades) 280

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins..... 282

JORNAL DAQUI ONLINE - TO - GERAL
TCE - TO

Tribunal de Contas encontra irregularidades em hospital de Miranorte e pede providências
..... 283

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

TCE-TO revela equipamentos abandonados há uma década e determina medidas urgentes em
hospital de Miranorte
..... 284

SOU DE PALMAS - PALMAS - TOCANTINS - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO aponta falhas graves em hospital de Miranorte após encontrar raio-X parado há 10
anos e cobra correções imediatas
..... 285

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE recebe ministros do STJ para debater inteligência artificial e improbidade..... 287

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Câmara de Palmas rebate MP, cita selo do TCE e diz que gastos da Codap estão disponíveis
em portal
..... 288

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Hospital de Miranorte tem raio-X e outros equipamentos parados há 10 anos, aponta TCE-TO
..... 289

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Sem raio-X, gerador e autoclave: Tribunal expõe colapso estrutural em hospital de Miranorte
..... 291

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Fiscalização De Olho do TCE identifica 22 irregularidades em hospital de Miranorte
..... 293

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPTO e gestores da SES-TO e Semus definem medidas para reduzir óbito materno-infantil
..... 295

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

MPE e gestores da Saúde alinham ações para reduzir mortalidade materna e infantil em
Palmas
..... 296

CONEXÃO TOCANTINS - SAÚDE
TCE - TO

Mortalidade materna e infantil: MP/TO cobra agilidade em internações e exames de pré-natal
..... 297

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito de Combinado é alvo de investigação do MP por suspeita de usar dinheiro público em viagens pessoais e diárias irregulares 298

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPTO e gestores da SES-TO e Semus definem medidas para reduzir óbito materno-infantil 300

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

TCE aponta equipamentos abandonados e falta de médicos no Hospital Municipal de Miranorte 301

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Hospital de Miranorte opera com um médico para mais de 100 atendimentos diários e raio-X segue parado há 10 anos 302

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

HPP Marianópolis: Excelência e Humanização Reconhecidas pelo TCE-TO 304

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Hospital de Miranorte opera com um médico para mais de 100 atendimentos diários e raio-X segue parado há 10 anos 305

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Judicialização da Prefeitura: Eduardo Siqueira tem sido cobrado pelo que fez e pelo que não fez praticamente sem direito a defesa 307

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

HPP Marianópolis: Excelência e Humanização Reconhecidas pelo TCE-TO 309

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

TCE nega suspensão de pregão do TJTO para automatização de portões 310

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Nudeca participa da fase de escuta ativa de projeto do TCE em Oliveira de Fátima 312

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE aponta falhas graves e recomenda rejeição das contas de 2022 de prefeito tocantinense 313

O PARALELO 13 ONLINE - TO - LOCAL
TCE - TO

RONIVON ESCLARECE AO PARALELO 13 SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS 314

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

TCE recomenda rejeição das contas de Ronivon em Porto Nacional e cita distorções contábeis "gravíssimas"	315
--	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

Rede TO Sustentável avança em ações socioambientais e fortalece atuação conjunta entre instituições parceiras	316
---	-----

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

TJTO participa dos encontros de escuta do programa TCE de Olho no Futuro em Aliança e Oliveira de Fátima	318
--	-----

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE de Olho no Futuro: Aliança e Oliveira de Fátima debatem políticas públicas	319
--	-----

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

"A gente precisa de uma quadra": pedido de criança emociona ação do TCE no TO	321
---	-----

CLAUDEMIR BRITO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

TCE de Olho monitora Hospital Municipal de Peixe e constata melhorias na unidade	322
--	-----

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

TCE exige relatório da Prefeitura de Palmas sobre falta de médicos no Samu	323
--	-----

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Samu de Palmas precisa repor apenas um médico, diz Semus após denúncia de vereador aportar no TCE	324
---	-----

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Denúncia de Vinicius Pires sobre falta de médicos no Samu leva Tribunal a cobrar explicações da Prefeitura de Palmas	325
--	-----

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Prefeitura diz que não tolera assédio e promete apuração rigorosa no Hospital de Marianópolis	326
---	-----

OPINIÃO: Matéria veiculada em um renomado site de notícias critica vereadores de oposição por ameaça de desempregos. (MUNICIPIOS)

Por Rodrigues di Sousa

Uma matéria veiculada essa semana pelo renomado site Gazeta do Cerrado, veiculou uma matéria jornalística que não condiz com a realidade e distorce a verdade dos fatos, não por culpa do portal, mas por quem enviou os releases para a redação. Ao relatar que o medo tomou conta de dezenas de lares em Lavandeira, na região Sudeste do **Tocantins**.

Na matéria diz que servidores temporários do município vivem dias de apreensão após uma representação apresentada ao Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO) pelos vereadores: Marziel Gonçalves Lopes, Geralino Pereira da Silva e Rosimeire Leni de Castro Silva, que colocar sob questionamento contratos que hoje representam a principal e, em muitos casos, a única fonte de renda de inúmeras famílias lavandeirenses.

A bem da verdade, dezenas desses cargos são ocupados nos últimos 05 anos por funcionários de outros municípios, não por falta de mão-de-obra qualificadas de trabalhadores locais, mas por fins politiquieiros, com objetivo de beneficiar o grupo político do então prefeito e hoje considerado o líder do grupo político que governa o município por quase uma década.

A iniciativa dos parlamentares Marziel Gonçalves Lopes, Geralino Pereira da Silva e Rosimeire Leni de Castro Silva, foi justamente o de quebrar esse ciclo vicioso do uso dos cargos municipais em benefício político, já que o município tem mais de dois terços de funcionários contratados, e menos de um terço concursados.

"Entre trabalhadores e moradores, perguntas começam a ecoar: se houver redução de contratos, como essas famílias irão sobreviver? O comércio local suportaria a queda de renda? Como equilibrar legalidade administrativa sem ampliar a insegurança econômica de quem depende exclusivamente do serviço público municipal?".

O município de Lavandeira não realiza concurso a quase duas décadas, e principalmente nas últimas duas gestões municipais, a gestão não se importa em realizar concurso, não por causa de seus moradores, mas com objetivo de usar os contratos em troca de apoios políticos em época de eleições. Vale ressaltar que no último levantamento, o município contava com pouco mais de 50 servidores efetivamente concursados.

Se os órgãos de fiscalização fizerem uma visita ao principal empregador do municípios, "escola e creche" municipal, unidades de saúde e na sede da prefeitura, vai ver o quanto é excessivo a quantidade de servidores contratados, e grande parte deles são de outros municípios.

Quanto a questão da economia local, a gestão municipal de Lavandeira, é um mal exemplo, a quase uma década, a gestão não realiza as compras governamentais no comércio local, apesar de ser uma das principais recomendações do próprio **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, durante o Programa Agenda Cidadã, não por falta de documentação, mas por motivos políticos e politiquieiros, da mesma forma os contratos segue os exemplos da administração municipal.

Quanto a atuação dos parlamentares, é legítima suas respectivas atuações junto ao MPE, já que os concursos públicos é a via legal de entrada no serviço público, não só pela seleção e estabilidade, mas também pela capacidade, impessoalidade e fim do uso de favores políticos em troca de votos em diversas eleições. Vale ressaltar que o líder do grupo que denomina o município a quase uma década é pré-candidato a deputado estadual.

O documento abriu um debate jurídico, porque a realização de concursos é, legal e obrigatória por lei. "Se o fato está sendo politizado, é porque a preocupação daqueles que tem medo de disputa técnica pela vaga, é preciso estudar para garantir a

vaga". Se preparar passa. Bom seria se a lei permitisse apenas os munícipes de seu município participar do concurso, mas a lei é universal para todos os brasileiros.

Quanto a preocupação de que os concurseiros de fora podem conquistar a vaga, não fará muita diferença do que está hoje, grande parte já é de outros municípios. O que não pode é, a máquina continuar sendo recheada de cabos eleitorais pagos, em apoio a candidatos, as custas do corriqueiro favor político, pagos com dinheiro público.

"Para muitos moradores, o temor é direto: perder o emprego significa perder o sustento. Em uma cidade pequena, onde a máquina pública exerce papel decisivo na geração de renda, o impacto de possíveis desligamentos preocupa famílias inteiras. São pais e mães que dependem exclusivamente do salário para pagar aluguel, colocar comida na mesa, manter contas em dia e garantir o básico aos filhos".

Quanto ao questionamento de temor de perder o emprego, o poder público não é direito de apenas trabalhadores de um lado político, mas um direito de todos os moradores aptos para a função, independentemente de ideologias políticas e vínculo parental do gestor e seus vereadores aliados, o que não é a realidade de Lavandeira, muitos cidadãos competentes da cidade perdeu a vaga para os de fora, não por falta de competência, mas por motivos politiqueiros. O fato é que só concursados tem estabilidade no emprego garantida por lei.

Quanto a preocupação com o comércio local, se o município priorizasse as compras governamentais locais, certamente o comércio se fortaleceria e os empreendedores ampliava seus negócios e abririam mais oportunidades de trabalho para mais pessoas. Se o município compra do comercio local, a arrecadação aumenta, e mais obras poderia serem construídas e vagas de empregos seriam abertas. Agora, se o gestor municipal e os servidores contratados de outros municípios comprem o que precisa lá fora no comercio de outros municípios, a evasão econômica e fiscal reduz a capacidade da economia dentro do município, além de não arrecadar impostos para o município.

Se o município se interessasse, poderia promover cursos profissionalizantes, incentivar abertura de pequenos negócios, buscar parceria com os bancos de fomentos, Sebrae, Senar, Senai, Senac, e assim mais gente empreender e fortalecer a economia local, o município se desenvolve. Mas o ciclo vicioso da política, é não deixar as pessoas empreenderem e se tornarem independentes, para continuar sendo usadas como massa de manobras politiqueiras em trocas de migalhas em tempos de eleição.

A atuação dos vereadores Marziel Gonçalves Lopes, Gervalino Pereira da Silva e Rosimeire Leni de Castro Silva, é legítima e cumpre seu papel para o qual foram eleitos, "legislar, fiscalizar e propor melhorias para a população, está do lado do cidadão e não necessariamente apenas do lado da gestão, ao contrário de alguns outros, que viraram as costas para o povo depois da eleição, que se cala diante dos fatos e outros que fecham os olhos para o povo para ficar do lado do poder, ao invés defender o povo, que paga seus salários.

Rodrigues di Sousa é jornalista e analista de comportamento político e gestão municipal

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/opiniao-materia-veiculada-em-um-renomado-site-de-noticias-critica-vereadores-de-oposicao-por-ameaca-de-desempregos/15173>

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis (GERAL)

Redação

Relatos de servidores chorando, apresentando tremores e demonstrando medo durante entrevistas realizadas por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levaram o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público Estadual (MPETO) fortes indícios da prática tanto de assédio moral e institucional quanto de abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município e identificados durante a fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

A medida consta no Despacho nº 354/2026, emitido no âmbito do Processo nº 1876/2026, que trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do projeto **TCE** de Olho.

Segundo o documento, os servidores do **TCETO** identificaram um cenário de desgaste emocional entre profissionais da unidade hospitalar. Os relatos colhidos apontam para supostas interferências indevidas na rotina do hospital, situação que, segundo a equipe técnica, tem potencial para comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires destaca que os depoimentos obtidos durante a fiscalização foram convergentes e indicam um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre os profissionais da saúde. O documento registra que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo emocional ao relatarem as situações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade dos fatos e dos contornos assumidos de dano coletivo e da violação aos princípios da Administração Pública, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para que sejam avaliadas as medidas pertinentes na esfera cível, por meio de Ação Civil Pública, e no âmbito penal por crime contra a honra de

servidor público em razão do exercício do cargo, conforme Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal (STF), bem assim para eventual propositura de ação penal pública pelos fortes indícios do cometimento de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019).

Além disso, tendo em vista que a coação funcional/assédio moral é caracterizadora de irregularidade administrativa e, ainda, da necessidade de apuração pela má escolha e pela ausência de fiscalização tanto do gestor do Poder Executivo quanto do da saúde, pela nomeação e manutenção do Subsecretário da Saúde, o relator Manoel Pires determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o envio da réplica ao Corpo Especial de Auditores para, em procedimento específico, adotar as providências cabíveis, na conformidade do parágrafo único, do art. 9º, da Instrução Normativa de nº. 05, de 18 de dezembro de 2002.

Demais achados na vistoria

Além dos relatos relacionados ao ambiente de trabalho, a equipe do **TCE** de Olho detectou outros 23 apontamentos relacionados aos aspectos do funcionamento da unidade hospitalar.

Entre os principais problemas encontrados estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível à população, profissionais submetidos a plantões de até 48 horas consecutivas, número reduzido de servidores efetivos.

A fiscalização também apontou falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

Os auditores ainda verificaram a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e falta de um plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por atendimento.

A equipe técnica também recomendou a criação de uma política específica de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

Plano de ação

Como parte da atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o prefeito de Marianópolis, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas para correção das impropriedades identificadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho do Relator também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

Site: <https://sn10noticias.com.br/tribunal-de-contas-do-estado-do-tocantins-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-de-marianopolis/>

TCE do Tocantins cria gratificação de até R\$ 14,6 mil para membros da Corte por acúmulo de funções

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** aprovou uma resolução que institui o pagamento de gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e atribuições para conselheiros, conselheiros-substitutos e membros do Ministério Público de Contas.

A medida foi aprovada pelo Pleno em sessão realizada no último dia 27 de maio e publicada por meio da Resolução Administrativa nº 2/2026. O texto estabelece pagamento adicional de até 35% do subsídio para conselheiros titulares e procuradores de contas e de até 30% para conselheiros-substitutos quando houver acúmulo formal de funções ou atribuições.

Dados do Portal da Transparência do próprio Tribunal referentes ao mês de abril de 2026 mostram que o subsídio dos conselheiros titulares e dos procuradores de contas é de R\$ 41.845,49. Com a aplicação do percentual máximo previsto na resolução, a gratificação poderá alcançar R\$ 14.645,92 por mês.

No caso dos conselheiros-substitutos, que recebem subsídio de R\$ 39.753,22, o adicional poderá atingir R\$ 11.925,97 mensais.

A resolução estabelece que a gratificação será devida quando houver designação formal para acumular função ou atribuição distinta daquela exercida ordinariamente pelo membro, desde que exista efetivo incremento de atuação.

O texto define a verba como indenizatória, sem incorporação ao subsídio e sem reflexos sobre férias e décimo terceiro salário.

Entre as hipóteses consideradas exercício cumulativo de atribuições estão os cargos de presidente, vice-presidente, corregedor, diretor do Instituto de Contas, ouvidor, conselheiro auxiliar da Presidência, encarregado de proteção de dados, procurador-geral de contas, subprocurador-geral de contas, procurador corregedor, procurador auxiliar da Procuradoria-Geral de Contas e coordenador do Corpo Especial de

Audidores.

A resolução também prevê o pagamento da gratificação a integrantes de comissões, conselhos, comitês e grupos de trabalho instituídos pelo Tribunal.

Outro dispositivo estabelece que afastamentos e licenças legais não prejudicarão a percepção da gratificação.

Segundo o texto aprovado, o benefício não será devido quando as atividades desempenhadas forem consideradas atribuições ordinárias do cargo ou nos casos de substituição automática em processos e procedimentos específicos.

Ao fundamentar a medida, o Tribunal cita decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14/2026, que tratam da remuneração por acúmulo de funções no âmbito do Judiciário e do Ministério Público.

A resolução, entretanto, não informa quantos membros poderão receber a gratificação nem qual será o impacto financeiro anual da medida para os cofres do Tribunal.

A decisão foi aprovada por unanimidade pelos membros do Pleno presentes à sessão.

Em nota encaminhada ao Jornal Opção **Tocantins**, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** afirmou que a Resolução Administrativa nº 2/2026 não cria uma nova vantagem remuneratória nem prevê pagamento automático aos membros da Corte.

Segundo o órgão, a norma tem como objetivo atualizar regras internas já existentes, em conformidade com entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14/2026. A adequação envolve procedimentos, nomenclaturas e critérios relacionados ao exercício cumulativo de jurisdição e atribuições.

O tribunal esclareceu que eventual pagamento da gratificação dependerá de designação formal e de

análise individual de cada caso, não ocorrendo de forma automática em razão da ocupação de cargos ou funções.

Ainda de acordo com o **TCETO**, a medida possui previsão orçamentária e não gera impacto financeiro adicional para a instituição, uma vez que se destina apenas à atualização da regulamentação interna aos parâmetros estabelecidos pelos órgãos competentes.

Por fim, o órgão ressaltou que não haverá pagamento retroativo.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/tce-do-tocantins-cria-gratificacao-de-ate-r-146-mil-para-membros-da-corte-por-acumulo-de-funcoes-590253/>

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis

Fiscalização do projeto encontrou ambiente de trabalho marcado por supostas pressões, constrangimentos e temor; caso foi encaminhado ao MPETO

Relatos de servidores chorando, apresentando tremores e demonstrando medo durante entrevistas realizadas por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levaram o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público Estadual (MPETO) fortes indícios da prática tanto de assédio moral e institucional quanto de abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município e identificados durante a fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

A medida consta no Despacho nº 354/2026, emitido no âmbito do Processo nº 1876/2026, que trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do projeto **TCE** de Olho.

Segundo o documento, os servidores do **TCETO** identificaram um cenário de desgaste emocional entre profissionais da unidade hospitalar. Os relatos colhidos apontam para supostas interferências indevidas na rotina do hospital, situação que, segundo a equipe técnica, tem potencial para comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires destaca que os depoimentos obtidos durante a fiscalização foram convergentes e indicam um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre os profissionais da saúde. O documento registra que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo emocional ao relatarem as situações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade dos fatos e dos contornos assumidos de dano coletivo e da violação aos princípios da Administração Pública, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para que sejam avaliadas as medidas pertinentes na esfera cível, por meio de Ação Civil Pública, e no âmbito penal por crime contra a honra de

servidor público em razão do exercício do cargo, conforme Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal (STF), bem assim para eventual propositura de ação penal pública pelos fortes indicativos do cometimento de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019).

Além disso, tendo em vista que a coação funcional/assédio moral é caracterizadora de irregularidade administrativa e, ainda, da necessidade de apuração pela má escolha e pela ausência de fiscalização tanto do gestor do Poder Executivo quanto do da saúde, pela nomeação e manutenção do Subsecretário da Saúde, o relator Manoel Pires determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o envio da réplica ao Corpo Especial de Auditores para, em procedimento específico, adotar as providências cabíveis, na conformidade do parágrafo único, do art. 9º, da Instrução Normativa de nº. 05, de 18 de dezembro de 2002.

Demais achados na vistoria

Além dos relatos relacionados ao ambiente de trabalho, a equipe do **TCE** de Olho detectou outros 23 apontamentos relacionados aos aspectos do funcionamento da unidade hospitalar.

Entre os principais problemas encontrados estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível à população, profissionais submetidos a plantões de até 48 horas consecutivas, número reduzido de servidores efetivos.

A fiscalização também apontou falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

Os auditores ainda verificaram a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde

(PCIRAS) e falta de um plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por atendimento.

A equipe técnica também recomendou a criação de uma política específica de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

Plano de ação

Como parte da atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o prefeito de Marianópolis, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas para correção das impropriedades identificadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho do Relator também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

Veja na íntegra o despacho do conselheiro:

Site: <https://coletivo.com.br/tce-de-olho-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-de-marianopolis/>

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis

Redação

Relatos de servidores chorando, apresentando tremores e demonstrando medo durante entrevistas realizadas por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levaram o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público do Estado do **Tocantins (MPTO)** fortes indícios da prática tanto de assédio moral e institucional quanto de abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município e identificados durante a fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

A medida consta no Despacho nº 354/2026, emitido no âmbito do Processo nº 1876/2026, que trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do projeto **TCE** de Olho.

Segundo o documento, os servidores do **TCETO** identificaram um cenário de desgaste emocional entre profissionais da unidade hospitalar. Os relatos colhidos apontam para supostas interferências indevidas na rotina do hospital, situação que, segundo a equipe técnica, tem potencial para comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires destaca que os depoimentos obtidos durante a fiscalização foram convergentes e indicam um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre os profissionais da saúde. O documento registra que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo emocional ao relatarem as situações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade dos fatos e dos contornos assumidos de dano coletivo e da violação aos princípios da Administração Pública, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para que sejam avaliadas as medidas pertinentes na esfera cível, por meio de Ação Civil Pública, e no âmbito penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício do cargo, conforme Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal

(STF), bem assim para eventual propositura de ação penal pública pelos fortes indicativos do cometimento de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019).

Além disso, tendo em vista que a coação funcional/assédio moral é caracterizadora de irregularidade administrativa e, ainda, da necessidade de apuração pela má escolha e pela ausência de fiscalização tanto do gestor do Poder Executivo quanto do da saúde, pela nomeação e manutenção do Subsecretário da Saúde, o relator Manoel Pires determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o envio da réplica ao Corpo Especial de Auditores para, em procedimento específico, adotar as providências cabíveis, na conformidade do parágrafo único, do art. 9º, da Instrução Normativa de nº. 05, de 18 de dezembro de 2002.

Demais achados na vistoria

Além dos relatos relacionados ao ambiente de trabalho, a equipe do **TCE** de Olho detectou outros 23 apontamentos relacionados aos aspectos do funcionamento da unidade hospitalar.

Entre os principais problemas encontrados estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível à população, profissionais submetidos a plantões de até 48 horas consecutivas, número reduzido de servidores efetivos.

A fiscalização também apontou falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

Os auditores ainda verificaram a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e falta de um plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por

atendimento.

A equipe técnica também recomendou a criação de uma política específica de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

Plano de ação

Como parte da atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o prefeito de Marianópolis, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas para correção das impropriedades identificadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho do Relator também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/30/tce-de-olho-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-de-marianopolis>

Hospital de Marianópolis é alvo de auditoria do TCE que aponta indícios de assédio e 23 irregularidades

Rozeane Feitosa

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** encaminhou ao Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPETO) informações levantadas durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis que apontam indícios da prática de assédio moral e institucional, além de possível abuso de autoridade atribuído ao subsecretário municipal de Saúde.

A decisão foi formalizada pelo conselheiro **Manoel Pires dos Santos** por meio do Despacho nº 354/2026, expedido no âmbito do Processo nº 1876/2026. O procedimento trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, dentro do projeto **TCE** de Olho.

Durante a fiscalização, auditores do Tribunal relataram ter identificado manifestações de abalo emocional entre profissionais da unidade de saúde. Conforme os registros da equipe técnica, servidores entrevistados apresentaram choro, tremores e relataram receio ao prestar informações. Os depoimentos também apontaram supostas interferências na rotina hospitalar, situação que, segundo os auditores, pode afetar a prestação dos serviços à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires registra que os relatos obtidos ao longo da inspeção apresentaram conteúdo semelhante e indicaram a existência de um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre profissionais da área da saúde. O documento também informa que alguns servidores demonstraram sinais visíveis de abalo emocional ao descreverem situações ocorridas no local de trabalho.

Diante dos fatos registrados, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para avaliação de medidas cabíveis nas esferas cível e penal. O encaminhamento prevê análise para eventual propositura de Ação Civil Pública e apuração de possível crime contra a honra de servidor público em razão do exercício da função, conforme a Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal (STF), além da

verificação de possíveis enquadramentos relacionados à Lei nº 13.869/2019, que trata do abuso de autoridade.

O despacho também menciona que a coação funcional e o assédio moral podem caracterizar irregularidade administrativa. Em razão disso, e considerando a necessidade de apuração relacionada à nomeação e manutenção do subsecretário da Saúde, o conselheiro determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o encaminhamento da documentação ao Corpo Especial de Auditores. A medida tem como objetivo a adoção das providências previstas no parágrafo único do artigo 9º da Instrução Normativa nº 05, de 18 de dezembro de 2002.

Demais achados na vistoria

Além das questões relacionadas ao ambiente de trabalho, a equipe do projeto **TCE** de Olho identificou outros 23 apontamentos ligados ao funcionamento do Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

Entre as situações registradas estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível ao público, a realização de plantões de até 48 horas consecutivas por profissionais de saúde e o número reduzido de servidores efetivos.

Os auditores também apontaram falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

A fiscalização ainda verificou a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e ausência de plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por atendimento.

Entre as recomendações apresentadas pela equipe técnica está a elaboração de uma política específica voltada à prevenção e ao combate ao assédio moral, ao assédio sexual e à violência no ambiente de trabalho.

Plano de ação

Como desdobramento da fiscalização, o prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação com as medidas previstas para corrigir as impropriedades identificadas, indicando os responsáveis por cada ação e os respectivos prazos de execução.

Após o recebimento do documento, caberá à COAES analisar as informações e os documentos encaminhados. O despacho do relator também prevê a possibilidade de uma nova visita técnica ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis, caso a equipe considere necessário verificar a implementação das medidas corretivas.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/hospital-de-marianopolis-e-alvo-de-auditoria-do-tce-que-aponta-indicios-de-assedio-e-23-irregularidades-590215/>

Choro, medo, assédio e abuso de autoridade em hospital: TCE pede investigação criminal

Notícias do **Tocantins** - Servidores chorando durante entrevistas, profissionais com tremores e relatos marcados por medo, constrangimento e pressão psicológica. O cenário encontrado por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis levou o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) indícios considerados graves de assédio moral, assédio institucional e possível abuso de autoridade supostamente praticados pelo subsecretário municipal de Saúde.

A decisão consta no Despacho nº 354/2026, expedido no âmbito do Processo nº 1876/2026, após fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do programa **TCE** de Olho.

Segundo a análise técnica, os auditores encontraram um ambiente de trabalho marcado pelo desgaste emocional dos profissionais da saúde. Durante a vistoria, diversos servidores relataram supostas interferências indevidas na gestão e na rotina da unidade hospitalar. Os depoimentos, conforme registrado no documento, foram convergentes e revelaram um clima de temor entre os trabalhadores.

O relatório destaca que alguns profissionais apresentaram sinais visíveis de abalo emocional enquanto prestavam informações à equipe de fiscalização. Houve relatos de servidores que choraram durante as entrevistas, além de manifestações de nervosismo e tremores ao descreverem situações enfrentadas no ambiente de trabalho.

Para o conselheiro Manoel Pires, a gravidade dos fatos extrapola questões administrativas e pode configurar violação a direitos coletivos e aos princípios que regem a Administração Pública. Diante disso, determinou o envio integral da análise técnica e do despacho ao Ministério Público para avaliação das medidas cabíveis nas esferas cível e criminal.

O documento aponta a possibilidade de adoção de Ação Civil Pública e também a apuração de eventual crime contra a honra de servidor público em razão do exercício da função, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, o relator destacou os fortes indícios de eventual enquadramento na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

A decisão do **Tribunal de Contas** também amplia o foco das investigações para apurar possível responsabilidade dos gestores municipais pela nomeação, manutenção e fiscalização das atividades desempenhadas pelo subsecretário de Saúde. Segundo o despacho, a suposta prática de coação funcional e assédio moral pode caracterizar irregularidade administrativa, exigindo apuração específica sobre eventual omissão dos responsáveis pela administração municipal.

Por esse motivo, Manoel Pires determinou a abertura de procedimento próprio no âmbito do Tribunal para aprofundar as investigações relacionadas à atuação da gestão municipal e à condução da estrutura administrativa da Secretaria de Saúde.

Hospital acumula mais de 20 irregularidades

Além dos relatos envolvendo o ambiente de trabalho, a fiscalização identificou outros 23 apontamentos relacionados ao funcionamento do hospital, revelando uma série de fragilidades administrativas, operacionais e estruturais.

Entre as irregularidades constatadas estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível aos usuários, a realização de plantões de até 48 horas consecutivas por profissionais de saúde e o reduzido quadro de servidores efetivos.

Os auditores também encontraram falhas nos controles farmacêuticos, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno e deficiências na manutenção preventiva de equipamentos essenciais, como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

A inspeção ainda revelou pendências consideradas sensíveis para a segurança e regularidade da unidade. O hospital não possuía alvará atualizado do Corpo de Bombeiros nem licença sanitária vigente. Também foram constatadas inconsistências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

(CNES), ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e inexistência de um plano de contingência para situações de aumento repentino da demanda por atendimentos.

Diante do cenário identificado, a equipe técnica recomendou ainda a implantação de uma política permanente de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho.

Prefeitura terá de apresentar plano de correção

Como desdobramento da fiscalização, o prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação detalhado contendo todas as medidas que serão adotadas para sanar as irregularidades apontadas.

O documento deverá informar quais providências serão executadas, os responsáveis por cada ação e os respectivos cronogramas de cumprimento.

Após o recebimento das informações, a Coordenadoria de Auditorias Especiais fará uma nova análise técnica e poderá, caso considere necessário, retornar ao hospital para verificar presencialmente se as medidas corretivas foram efetivamente implementadas.

Site: <https://afnoticias.com.br/central-190/tce-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-de-marianopolis>

TCE de Olho identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital de Marianópolis (SAÚDE)

Redação

Servidores relataram choro, tremores e medo diante dos auditores; o caso foi enviado ao Ministério Público Estadual (MPETO)

Uma fiscalização do programa **TCE** de Olho, realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis, trouxe à tona um ambiente de trabalho marcado por pressões, constrangimentos e temor. Durante os dias 14 e 15 de abril, auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** colheram depoimentos de servidores que apresentaram sinais visíveis de abalo emocional, como choro e tremores, ao descrever a rotina da unidade.

O conselheiro relator, **Manoel Pires dos Santos**, determinou o encaminhamento dos autos ao MPETO, por meio do Despacho nº 354/2026, diante dos fortes indícios de assédio moral, assédio institucional e abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município. "Os relatos convergem para um cenário de interferências indevidas e dano coletivo, o que exige apuração imediata tanto na esfera cível quanto penal", destacou o conselheiro.

Além do quadro de assédio, a equipe do **TCE** de Olho listou outras 23 irregularidades que comprometem o atendimento à população. Entre elas:

Os auditores recomendaram ainda a criação urgente de uma política de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

O prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação detalhando as medidas corretivas, os responsáveis e os prazos para cada ajuste. Após o recebimento, a Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) analisará a documentação e poderá realizar nova visita para verificar a execução das melhorias.

O conselheiro Manoel Pires também determinou a

replicação do procedimento ao Corpo Especial de Auditores, sinalizando a gravidade dos fatos e a necessidade de apurar a escolha e a fiscalização do subsecretário, conforme súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF).

Site: <https://folhacapital.com.br/saude/tce-de-olho-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-de-marianopolis/>

Hospital de Marianópolis é investigado após auditoria revelar relatos de assédio e problemas estruturais

Redação

Relatos de servidores chorando, apresentando tremores e demonstrando medo durante entrevistas realizadas por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levaram o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público Estadual (MPETO) fortes indícios da prática tanto de assédio moral e institucional quanto de abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município e identificados durante a fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

A medida consta no Despacho nº 354/2026, emitido no âmbito do Processo nº 1876/2026, que trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do projeto **TCE** de Olho.

Segundo o documento, os servidores do **TCETO** identificaram um cenário de desgaste emocional entre profissionais da unidade hospitalar. Os relatos colhidos apontam para supostas interferências indevidas na rotina do hospital, situação que, segundo a equipe técnica, tem potencial para comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires destaca que os depoimentos obtidos durante a fiscalização foram convergentes e indicam um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre os profissionais da saúde. O documento registra que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo emocional ao relatarem as situações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade dos fatos e dos contornos assumidos de dano coletivo e da violação aos princípios da Administração Pública, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para que sejam avaliadas as medidas pertinentes na esfera cível, por meio de Ação Civil Pública, e no âmbito penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício do cargo, conforme Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal (STF), bem assim para eventual propositura de ação

penal pública pelos fortes indicativos do cometimento de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019).

Além disso, tendo em vista que a coação funcional/assédio moral é caracterizadora de irregularidade administrativa e, ainda, da necessidade de apuração pela má escolha e pela ausência de fiscalização tanto do gestor do Poder Executivo quanto do da saúde, pela nomeação e manutenção do Subsecretário da Saúde, o relator Manoel Pires determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o envio da réplica ao Corpo Especial de Auditores para, em procedimento específico, adotar as providências cabíveis, na conformidade do parágrafo único, do art. 9º, da Instrução Normativa de nº. 05, de 18 de dezembro de 2002.

Além dos relatos relacionados ao ambiente de trabalho, a equipe do **TCE** de Olho detectou outros 23 apontamentos relacionados aos aspectos do funcionamento da unidade hospitalar.

Entre os principais problemas encontrados estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível à população, profissionais submetidos a plantões de até 48 horas consecutivas, número reduzido de servidores efetivos.

A fiscalização também apontou falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

Os auditores ainda verificaram a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e falta de um plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por atendimento.

A equipe técnica também recomendou a criação de

uma política específica de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

Como parte da atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o prefeito de Marianópolis, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas para correção das impropriedades identificadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho do Relator também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/hospital-de-marianopolis-e-investigado-apos-auditoria-revelar-relatos-de-assedio-e-problemas-estruturais/>

Choro, medo, assédio e abuso de autoridade em hospital: TCE pede investigação criminal

-- Publicidade --

calização

Ambiente de trabalho marcado por pressões, constrangimentos e medo.

Notícias dos Hospitais do **TOCANTINS** - Servidores chorando durante entrevistas, profissionais com tremores e relatos marcados por medo, constrangimento e pressão psicológica. O cenário encontrado por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis levou o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) indícios considerados graves de assédio moral, assédio institucional e possível abuso de autoridade supostamente praticados pelo subsecretário municipal de Saúde.

A decisão consta no Despacho nº 354/2026, expedido no âmbito do Processo nº 1876/2026, após fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do programa **TCE** de Olho.

Segundo a análise técnica, os auditores encontraram um ambiente de trabalho marcado pelo desgaste emocional dos profissionais da saúde. Durante a vistoria, diversos servidores relataram supostas interferências indevidas na gestão e na rotina da unidade hospitalar. Os depoimentos, conforme registrado no documento, foram convergentes e revelaram um clima de temor entre os trabalhadores.

O relatório destaca que alguns profissionais apresentaram sinais visíveis de abalo emocional enquanto prestavam informações à equipe de fiscalização. Houve relatos de servidores que choraram durante as entrevistas, além de manifestações de nervosismo e tremores ao descreverem situações enfrentadas no ambiente de trabalho.

Para o conselheiro Manoel Pires, a gravidade dos fatos extrapola questões administrativas e pode configurar violação a direitos coletivos e aos princípios que regem a Administração Pública. Diante disso, determinou o envio integral da análise técnica e do despacho ao Ministério Público para avaliação das

medidas cabíveis nas esferas cível e criminal.

O documento aponta a possibilidade de adoção de Ação Civil Pública e também a apuração de eventual crime contra a honra de servidor público em razão do exercício da função, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, o relator destacou os fortes indícios de eventual enquadramento na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

A decisão do **Tribunal de Contas** também amplia o foco das investigações para apurar possível responsabilidade dos gestores municipais pela nomeação, manutenção e fiscalização das atividades desempenhadas pelo subsecretário de Saúde. Segundo o despacho, a suposta prática de coação funcional e assédio moral pode caracterizar irregularidade administrativa, exigindo apuração específica sobre eventual omissão dos responsáveis pela administração municipal.

Por esse motivo, Manoel Pires determinou a abertura de procedimento próprio no âmbito do Tribunal para aprofundar as investigações relacionadas à atuação da gestão municipal e à condução da estrutura administrativa da Secretaria de Saúde.

Hospital acumula mais de 20 irregularidades

Além dos relatos envolvendo o ambiente de trabalho, a fiscalização identificou outros 23 apontamentos relacionados ao funcionamento do hospital, revelando uma série de fragilidades administrativas, operacionais e estruturais.

Entre as irregularidades constatadas estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível aos usuários, a realização de plantões de até 48 horas consecutivas por profissionais de saúde e o reduzido quadro de servidores efetivos.

Os auditores também encontraram falhas nos controles farmacêuticos, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno e deficiências na manutenção preventiva de equipamentos essenciais, como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

A inspeção ainda revelou pendências consideradas sensíveis para a segurança e regularidade da unidade. O hospital não possuía alvará atualizado do Corpo de Bombeiros nem licença sanitária vigente. Também foram constatadas inconsistências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e inexistência de um plano de contingência para situações de aumento repentino da demanda por atendimentos.

Diante do cenário identificado, a equipe técnica recomendou ainda a implantação de uma política permanente de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho.

Prefeitura terá de apresentar plano de correção

Como desdobramento da fiscalização, o prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação detalhado contendo todas as medidas que serão adotadas para sanar as irregularidades apontadas.

O documento deverá informar quais providências serão executadas, os responsáveis por cada ação e os respectivos cronogramas de cumprimento.

Após o recebimento das informações, a Coordenadoria de Auditorias Especiais fará uma nova análise técnica e poderá, caso considere necessário, retornar ao hospital para verificar presencialmente se as medidas corretivas foram efetivamente implementadas.

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/choro-medo-assedio-e-abuso-de-autoridade-em-hospital-tce-pede-investigacao-criminal/>

MP dá 60 dias para Prefeitura de Palmas revogar cargos de assessor parlamentar e aponta possível inconstitucionalidade

O Ministério Público do **Tocantins** recomendou ao prefeito de **Palmas** a revogação dos cargos de Assessor Parlamentar I e Assessor Parlamentar II previstos na Lei Municipal nº 3.328/2026. A medida foi determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior, no âmbito de procedimento de controle de constitucionalidade instaurado após denúncia apresentada pelo vereador Vinicius Pires.

A decisão converteu a Notícia de Fato em Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade (PACC) e fixou prazo de 60 dias para que o município promova a revogação dos dispositivos legais relacionados aos cargos. O documento estabelece que, em caso de descumprimento da recomendação, poderá ser ajuizada Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Segundo a decisão, a denúncia apontou a criação e o provimento de cargos denominados "Assessor Parlamentar" na estrutura do Poder Executivo municipal. Inicialmente, foi alegado que os cargos não possuíam previsão legal. Posteriormente, o Executivo editou a Medida Provisória nº 10/2025, convertida na Lei Municipal nº 3.328/2026, passando a prever formalmente os referidos cargos.

Ao analisar a legislação, a Procuradoria-Geral de Justiça concluiu que as atribuições previstas para os cargos incluem atividades como realização de pesquisas, análise de dados, elaboração de materiais de comunicação e auxílio em atividades legislativas. Conforme o entendimento exposto na decisão, essas funções possuem natureza técnica, burocrática e operacional, incompatível com cargos em comissão.

O Ministério Público sustenta que a Constituição Federal permite a ocupação de cargos comissionados apenas para funções de direção, chefia e assessoramento, desde que haja vínculo especial de confiança e que não sejam desempenhadas atividades típicas de servidores efetivos.

A decisão também cita o Tema 1.010 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual cargos em comissão não podem ser utilizados para executar funções técnicas, operacionais ou

burocráticas. O documento menciona ainda precedentes do STF que declararam inconstitucionais cargos semelhantes em outros estados e municípios.

Outro ponto destacado pelo Procurador-Geral é a utilização da nomenclatura "Assessor Parlamentar" dentro da estrutura do Poder Executivo. Segundo a decisão, a existência de cargos com referência à atividade parlamentar em secretarias e órgãos do Executivo evidencia possível desvio de finalidade e afronta aos princípios da moralidade administrativa e da lógica organizacional da administração pública.

A denúncia também apresentou apontamentos sobre suposto uso político dos cargos, vínculos políticos de ocupantes e possíveis situações de nepotismo cruzado. Entretanto, a decisão esclarece que a análise de eventuais atos concretos e eventual responsabilização não integra o objeto do procedimento de controle de constitucionalidade e deverá ser conduzida pelas instâncias competentes do Ministério Público.

Além da recomendação ao prefeito, o Procurador-Geral determinou o envio de cópia integral dos autos ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** para análise das despesas relacionadas aos cargos questionados.

A decisão foi assinada em 18 de maio de 2026 pelo Procurador-Geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior.

Site: <https://www.opinativopolitico.com/post/mp-dá-60-dias-para-prefeitura-de-palmas-revogar-cargos-de-assessor-parlamentar-e-aponta-possível-inc>

TCETO aponta assédio moral e falhas estruturais em hospital de Marianópolis

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)** encaminhou ao Ministério Público Estadual (MPETO) um relatório que aponta fortes indícios de assédio moral e abuso de autoridade no Hospital Municipal de Marianópolis. As supostas irregularidades teriam sido cometidas pelo Subsecretário de Saúde do município e foram identificadas durante fiscalização do projeto TCE de Olho, realizada em abril pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES).

De acordo com o despacho do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, a equipe técnica relatou um cenário de grave desgaste emocional, com servidores chorando e demonstrando medo de retaliações durante as entrevistas. O caso foi direcionado ao MPETO para a avaliação de medidas nas esferas cível e penal. O relator também determinou a abertura de um procedimento administrativo preliminar para apurar a responsabilidade dos gestores municipais na manutenção do subsecretário no cargo.

Outras irregularidades

Além das denúncias de assédio, a auditoria identificou mais 23 problemas estruturais e operacionais na unidade hospitalar. Entre os principais gargalos estão a ausência de divulgação das escalas médicas ao público, profissionais submetidos a plantões exaustivos de até 48 horas seguidas, falta de alvará do Corpo de Bombeiros e de licença sanitária.

Os auditores também constataram falhas graves no controle farmacêutico, equipamentos essenciais (como aparelhos de ultrassom e monitores) sem manutenção preventiva, além da total ausência de planos de contingência e de controle de infecções hospitalares.

Próximos passos

O prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados e têm o prazo de 15 dias úteis para apresentar um plano de ação detalhado para corrigir as falhas. O Tribunal não descarta a realização de uma nova vistoria técnica no hospital para checar o cumprimento das medidas.

Confira o despacho do relator na íntegra.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tceto-aponta-assedio-moral-e-falhas-estruturais-em-hospital-de-marianopolis/141810/>

Choro, tremores e medo: Fiscalização aponta fortes indícios de assédio em hospital de cidade do TO

Relatos de servidores chorando, apresentando tremores e demonstrando medo durante entrevistas realizadas por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levaram o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** a encaminhar ao Ministério Público Estadual (MPETO) fortes indícios da prática tanto de assédio moral e institucional quanto de abuso de autoridade supostamente cometidos pelo Subsecretário da Saúde do município e identificados durante a fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis.

A medida consta no Despacho nº 354/2026, emitido no âmbito do Processo nº 1876/2026, que trata da vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril deste ano, por meio do projeto **TCE** de Olho.

Segundo o documento, os servidores do **TCETO** identificaram um cenário de desgaste emocional entre profissionais da unidade hospitalar. Os relatos colhidos apontam para supostas interferências indevidas na rotina do hospital, situação que, segundo a equipe técnica, tem potencial para comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

No despacho, o conselheiro Manoel Pires destaca que os depoimentos obtidos durante a fiscalização foram convergentes e indicam um ambiente de trabalho marcado por constrangimentos, temor e pressões sobre os profissionais da saúde. O documento registra que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo emocional ao relatarem as situações vivenciadas no ambiente de trabalho.

Diante da gravidade dos fatos e dos contornos assumidos de dano coletivo e da violação aos princípios da Administração Pública, o relator determinou o envio da análise técnica e do despacho ao MPETO para que sejam avaliadas as medidas pertinentes na esfera cível, por meio de Ação Civil Pública, e no âmbito penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício do cargo, conforme Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal (STF), bem assim para eventual proposição de ação penal pública pelos fortes indícios do cometimento de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019).

Além disso, tendo em vista que a coação funcional/assédio moral é caracterizadora de irregularidade administrativa e, ainda, da necessidade de apuração pela má escolha e pela ausência de fiscalização tanto do gestor do Poder Executivo quanto do da saúde, pela nomeação e manutenção do Subsecretário da Saúde, o relator Manoel Pires determinou a replicação do Procedimento Apuratório Preliminar e o envio da réplica ao Corpo Especial de Auditores para, em procedimento específico, adotar as providências cabíveis, na conformidade do parágrafo único, do art. 9º, da Instrução Normativa de nº. 05, de 18 de dezembro de 2002.

Demais achados na vistoria

Além dos relatos relacionados ao ambiente de trabalho, a equipe do **TCE** de Olho detectou outros 23 apontamentos relacionados aos aspectos do funcionamento da unidade hospitalar.

Entre os principais problemas encontrados estão a ausência de divulgação das escalas médicas em local acessível à população, profissionais submetidos a plantões de até 48 horas consecutivas, número reduzido de servidores efetivos.

A fiscalização também apontou falhas no controle farmacêutico, ausência de protocolos clínicos para orientar procedimentos médicos e farmacêuticos, inexistência de regimento interno da unidade e necessidade de manutenção preventiva em equipamentos como aparelhos de ultrassonografia, eletrocardiograma e monitores multiparamétricos.

Os auditores ainda verificaram a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, ausência de licença sanitária, pendências na atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inexistência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e falta de um plano de contingência para situações de aumento extraordinário da demanda por atendimento.

A equipe técnica também recomendou a criação de

uma política específica de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e violência no ambiente de trabalho.

Plano de ação

Como parte da atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o prefeito de Marianópolis, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, foram intimados a apresentar, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas para correção das impropriedades identificadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho do Relator também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Marianópolis para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/choro-tremores-e-medo-fiscalizacao-aponta-fortes-indicios-de-assedio-em-hospital-de-cidade-do-to/>

TCE identifica indícios de assédio moral e abuso de autoridade em hospital público

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** encaminhou ao Ministério Público do **Tocantins (MPTO)** indícios de assédio moral, assédio institucional e possível abuso de autoridade supostamente praticados pelo subsecretário municipal de Saúde de Marianópolis. A medida foi tomada após auditores identificarem relatos de servidores que choraram, apresentaram tremores e demonstraram medo durante entrevistas realizadas no Hospital Municipal de Pequeno Porte do município.

A determinação consta no Despacho nº 354/2026, assinado pelo conselheiro **Manoel Pires dos Santos** no âmbito do Processo nº 1876/2026, referente à fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 14 e 15 de abril, por meio do projeto **TCE** de Olho.

RELATOS DE ABALO EMOCIONAL

Segundo o relatório da fiscalização, diversos profissionais da unidade hospitalar relataram situações de constrangimento, pressão e interferências indevidas na rotina de trabalho.

De acordo com o despacho, os depoimentos foram convergentes e apontaram para um ambiente marcado pelo medo e pelo desgaste emocional. Os auditores registraram que alguns servidores apresentaram sinais visíveis de abalo psicológico durante os relatos.

Para o conselheiro Manoel Pires, os fatos podem configurar violação aos princípios da administração pública e gerar danos coletivos, justificando o encaminhamento do caso ao Ministério Público.

POSSÍVEIS CRIMES E RESPONSABILIZAÇÕES

O **TCETO** solicitou que o MPTO avalie a adoção de medidas nas esferas cível e penal.

Entre as possíveis providências estão a propositura de Ação Civil Pública, apuração de crime contra a honra de servidor público em razão do exercício da função e eventual responsabilização por abuso de autoridade, conforme a Lei nº 13.869/2019.

O relator também determinou a abertura de procedimento específico para apurar eventual responsabilidade administrativa relacionada à

nomeação e manutenção do subsecretário no cargo, incluindo a atuação do prefeito e da gestão da saúde municipal.

OUTRAS IRREGULARIDADES APONTADAS

Além das denúncias envolvendo o ambiente de trabalho, a fiscalização identificou outros 23 apontamentos relacionados ao funcionamento do hospital.

Entre os problemas encontrados estão ausência de divulgação das escalas médicas, plantões de até 48 horas consecutivas, número insuficiente de servidores efetivos, falhas no controle farmacêutico e falta de protocolos clínicos.

Os auditores também apontaram a inexistência de regimento interno, necessidade de manutenção em equipamentos médicos, ausência de licença sanitária atualizada, falta de alvará do Corpo de Bombeiros e pendências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Outro problema identificado foi a ausência de um Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e de um plano de contingência para situações de aumento da demanda por atendimento.

PRAZO PARA CORREÇÕES

O prefeito de Marianópolis e o gestor do Fundo Municipal de Saúde foram intimados a apresentar, em até 15 dias úteis, um plano de ação detalhando as medidas que serão adotadas para corrigir as irregularidades identificadas.

Após o recebimento da documentação, a equipe técnica do Tribunal fará nova análise e poderá realizar outra vistoria no hospital para verificar o cumprimento das determinações.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce-identifica-indicios-de-assedio-moral-e-abuso-de-autoridade-em-hosp/140878/>

Ministério Público acolhe denúncia do vereador Vinicius Pires e recomenda revogação de cargos comissionados em Palmas

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do **Tocantins** acolheu a denúncia apresentada pelo vereador Vinicius Pires e determinou a expedição de recomendação ao Prefeito de **Palmas** para que revogue, no prazo de 60 dias, os cargos comissionados de "Assessor Parlamentar I e II" criados na estrutura do Poder Executivo municipal. Caso a recomendação não seja cumprida, o MP poderá ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). A investigação teve origem em representação formulada pelo parlamentar, que apontou a criação e o provimento irregular de 22 cargos de "Assessor Parlamentar", com custo mensal aos cofres públicos e sem amparo na estrutura do Executivo. A denúncia também sinalizou indícios de desvio de finalidade, uso político dos cargos e nepotismo cruzado, apontamentos que serão apurados pela Promotoria de Justiça competente. Em sua decisão, a Procuradoria-Geral entendeu que as atribuições previstas para os cargos, como realizar pesquisas, analisar dados e redigir materiais de comunicação, têm natureza técnica e operacional, incompatível com cargos de confiança. Segundo a decisão, funções desse tipo devem ser exercidas por servidores aprovados em concurso público, conforme exige a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 1.010).

O documento ainda destacou uma irregularidade adicional: a criação de cargos com nomenclatura "Parlamentar" dentro do Poder Executivo, o que, segundo a Procuradoria, evidencia desvio de finalidade e afronta aos princípios da moralidade e da lógica administrativa. Além da recomendação ao prefeito, o Ministério Público converteu o caso em Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade (PACC) e determinou o envio de cópia integral dos autos ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** para análise das despesas. "Atuamos para garantir que o dinheiro público seja respeitado e que os princípios constitucionais do concurso público e da moralidade administrativa sejam cumpridos", afirmou o vereador Vinicius Pires.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1955/ministerio-publico-acolhe-denuncia-do-vereador-vinicius-pires-e-recomenda-revogacao-de-cargos-comissionados-em-palmas>

Procurador-geral questiona Eduardo Siqueira após criação de 22 cargos de assessor e quer revogação

Notícias de **Palmas** - O procurador-geral de Justiça do **Tocantins**, Abel Andrade Leal Júnior, concluiu que a criação de 22 cargos de "Assessor Parlamentar I" e "Assessor Parlamentar II" pela gestão do prefeito Eduardo Siqueira Campos (Podemos), na Prefeitura de **Palmas**, configura desvio de finalidade institucional e apresenta indícios de inconstitucionalidade.

Em decisão publicada no âmbito de um Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade (PACC), o chefe do Ministério Público recomendou a revogação dos cargos no prazo de 60 dias, sob pena de ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

A investigação teve origem em denúncia do vereador Vinicius Pires (Republicanos), que apontou a criação e o provimento de cargos comissionados denominados "Assessor Parlamentar" dentro da estrutura do Poder Executivo municipal, além de suposto uso político das nomeações.

Desvio de finalidade institucional

Na decisão, o procurador-geral afirma que a própria nomenclatura dos cargos evidencia incompatibilidade com a estrutura administrativa do Executivo.

Segundo o MP, cargos de assessor parlamentar são típicos do Poder Legislativo, e sua utilização em secretarias e órgãos da administração municipal caracteriza "nítido desvio de finalidade institucional", além de afrontar os princípios da moralidade administrativa e da lógica organizacional do serviço público.

"O distinguishing (distinção) no caso tocantinense revela uma anomalia ainda mais severa. Em **Palmas**, o Executivo municipal criou cargos de nomenclatura "Parlamentar" para atuarem no interior de suas secretarias", registra a decisão.

Funções técnicas e burocráticas

Outro ponto destacado pelo procurador-geral é que as atribuições previstas para os cargos não se enquadram nas hipóteses constitucionais permitidas

para funções de livre nomeação.

Entre as atividades descritas na legislação municipal estão a realização de pesquisas, análise de dados, elaboração de materiais de comunicação, redação de textos e apoio a atividades legislativas. Para o Ministério Público, essas tarefas possuem natureza técnica, burocrática e operacional e, por isso, deveriam ser exercidas por servidores concursados.

A decisão sustenta que a criação dos cargos viola a regra constitucional do concurso público ao utilizar cargos de confiança para desempenhar funções permanentes da administração.

Entendimento consolidado do STF

O Ministério Público fundamenta a decisão no Tema 1.010 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual cargos em comissão somente podem ser destinados a atividades de direção, chefia e assessoramento, sendo vedado o exercício de funções técnicas, burocráticas ou operacionais.

O procurador-geral também cita decisões recentes do STF que consideraram inconstitucionais cargos semelhantes de assessor parlamentar em outros estados e municípios.

Prazo para revogação

Diante das conclusões, o procurador-geral determinou a conversão da Notícia de Fato em Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade e recomendou ao prefeito de **Palmas** a revogação dos cargos de Assessor Parlamentar I e II no prazo de 60 dias.

Além disso, determinou o envio do caso ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** para análise das despesas decorrentes das nomeações e encaminhou cópia dos autos à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público para as providências cabíveis.

O que diz a prefeitura

A Prefeitura de **Palmas** informou que ainda não foi

notificada pelo Ministério Público e que, tão logo isso ocorra, realizará a devida análise técnica e jurídica do caso.

A gestão municipal afirmou ainda que a criação dos cargos observou os princípios da constitucionalidade, legalidade e transparência, defendendo a regularidade da estrutura administrativa instituída pela Lei Municipal nº 3.328/2026.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/pge-ve-desvio-de-finalidade-em-cargos-criados-por-eduardo-siqueira-e-ameaca-acao-no-tj>

ATM lidera debate sobre integração de políticas públicas para a primeira infância

Folha do Bico

A discussão sobre o futuro das crianças de 0 a 6 anos ganhou destaque nesta quinta-feira (28) com a abertura do seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", realizado no auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM). O encontro reúne representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de órgãos de controle e entidades parceiras, com o objetivo de fortalecer estratégias voltadas ao desenvolvimento infantil em todo o **Tocantins**.

Durante o evento, gestores públicos defenderam a ampliação da cooperação entre as diferentes esferas de governo para garantir políticas mais eficazes na área. O presidente da ATM destacou a adesão dos 139 municípios tocantinenses à iniciativa voltada à primeira infância, ressaltando a importância dos investimentos na formação das novas gerações. Já o prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, lembrou os avanços alcançados pelo estado nas últimas décadas, especialmente na redução da mortalidade infantil, apontando o tema como uma das prioridades históricas do **Tocantins**.

Representando o Ministério da Educação, o subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, Alexsandro Santos, defendeu maior integração entre União, estados e municípios. Segundo ele, embora grande parte dos serviços seja executada pelas prefeituras, a efetividade das ações depende do compartilhamento de responsabilidades e recursos financeiros entre os entes federativos.

Nesta sexta-feira (29), a programação segue com debates técnicos conduzidos por auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, abordando temas como governança, investimentos públicos voltados à primeira infância, indicadores educacionais, transporte escolar e obras paralisadas na educação. A expectativa é que o seminário contribua para a construção de soluções capazes de ampliar a qualidade dos serviços oferecidos às crianças e fortalecer políticas públicas com impacto de longo prazo em todo o estado.

Site: <https://folhadobico.com.br/atm-lidera-debate-sobre-integracao-de-politicas-publicas-para-a-primeira-infancia/>

PREFEITO EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS DEFENDE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DURANTE SEMINÁRIO ESTADUAL (Notícias)

Palmas em Foco

"Cuidar da primeira infância é investir no futuro da cidade e garantir que nossas crianças tenham oportunidades de desenvolvimento desde os primeiros anos de vida." A afirmação foi feita pelo prefeito Eduardo Siqueira Campos durante a abertura do Seminário Estadual Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação, nesta quinta-feira, 28, no auditório da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), em **Palmas**.

O seminário segue até sexta-feira, 29, reunindo gestores públicos, sociedade civil e instituições para discutir diretrizes voltadas ao desenvolvimento integral de crianças na primeira infância. É promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Rede fortalecida

O prefeito estava acompanhado da primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, da secretária municipal da Educação, Anice Moura, e de técnicos da Prefeitura. "O cuidado com as nossas crianças é fundamental para termos um desenvolvimento social com dignidade e qualidade de vida. Para isso, temos fortalecido a rede de proteção com estruturação dos serviços e equipamentos necessários aos trabalhos, como, por exemplo, a entrega de veículos a conselheiros tutelares, as ações estratégicas contra o trabalho infantil e a implementação do Família Acolhedora. Estas frentes lidam diretamente com os direitos das

crianças", afirmou a primeira-dama.

"Esse debate também é essencial para fortalecer a governança colaborativa em rede, promovendo a integração entre as diversas políticas públicas e instituições que atuam diretamente na garantia dos direitos da criança, de modo a fortalecer a gestão pública da primeira infância no nosso Município", complementou a secretária Anice.

Política Integrada

O momento inicial também foi marcado pela palestra "A Política Nacional Integrada da Primeira Infância e suas normas", ministrada pelo subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, Alexsandro do Nascimento. Em sua fala, ele enfatizou a importância de reconhecer bebês e crianças como sujeitos de direitos no presente, com necessidades específicas, e de formular políticas públicas eficazes de forma coletiva.

A manhã de debates foi encerrada com o painel "A Política Integrada da Primeira Infância em Movimento: compromissos e ações do governo federal", com a participação de representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Direitos Humanos e Cidadania.

Site: <https://palmasemfoco.com.br/geral/prefeito-eduardo-siqueira-campos-defende-fortalecimento-das-politicas-para-a-primeira-infancia-durante-seminario-estadual/>

Vereador questiona banca de concurso da Prefeitura de Araguaína e cita histórico de denúncias (Notícias)

Girodo

Notícias de Araguaína - O novo concurso público da Prefeitura de Araguaína, que prevê cerca de 1.500 vagas e salários de até R\$ 16,4 mil, passou a ser alvo de questionamentos após críticas do vereador tenente-coronel Israel Batista à contratação do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro (IDIB) como banca organizadora do certame.

Durante sessão legislativa nesta semana, o parlamentar levantou dúvidas sobre a escolha da empresa, contratada por dispensa de licitação, e citou o histórico de denúncias, investigações e ações judiciais envolvendo a instituição em concursos realizados em diferentes estados do país.

O concurso é considerado um dos mais aguardados dos últimos anos em Araguaína e deve movimentar milhares de candidatos da região e de outros estados.

Concurso avança e edital deve sair nos próximos dias

O planejamento do certame avançou oficialmente após a publicação do extrato de contratação do IDIB no Diário Oficial do Município nº 3.496, de 23 de abril de 2026. O edital deve ser publicado nesta quinta-feira (28/5), com cronograma, requisitos e regras para participação.

A previsão é de aproximadamente 1.500 vagas para candidatos de níveis médio e superior, com maior concentração nas áreas de Educação e Saúde. Também devem ser contemplados outros setores da administração pública municipal.

Além da Prefeitura de Araguaína, o concurso abrangerá vagas para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Araguaína (IMPAS) e a Procuradoria Municipal.

Entre os cargos previstos estão vagas para professores, enfermeiros, psicólogos, profissionais da área fiscal, assistência social, engenharia, tecnologia da informação e outras funções técnicas e administrativas.

O certame também contará com cadastro de reserva. Os salários iniciais previstos variam entre R\$ 2.349,90 e R\$ 16.458,70, conforme o cargo e o nível de qualificação exigido.

Vereador questiona escolha da banca organizadora

Durante pronunciamento na tribuna da Câmara, o vereador tenente-coronel Israel afirmou que a realização de um concurso público desperta expectativa em milhares de pessoas que investem tempo, dinheiro e preparação em busca da estabilidade no serviço público.

"Quando um município anuncia a realização de um concurso público, naturalmente ele gera expectativa nas pessoas, nos concurseiros. Muitas pessoas investem em tempo, investem em dinheiro, investem em sonhos", declarou.

O parlamentar afirmou que a contratação da banca exige critérios rigorosos de transparência e credibilidade, especialmente diante da dimensão do concurso previsto para o município.

Segundo ele, o IDIB acumula processos judiciais, inquéritos do Ministério Público e investigações relacionadas a supostas irregularidades em concursos públicos promovidos em diferentes estados brasileiros.

"Qual a idoneidade dessa empresa? Qual a reputação dessa empresa diante de tantas ações judiciais? O objetivo da minha fala aqui é fazer um alerta com relação a essa empresa", afirmou o vereador.

Tenente-coronel Israel destacou ainda que o pronunciamento tem como objetivo alertar tanto a Prefeitura quanto a população sobre a necessidade de garantir segurança jurídica e lisura ao certame, evitando prejuízos aos candidatos e questionamentos futuros sobre a condução do concurso.

Prefeitura defende legalidade da contratação

Em nota, a Prefeitura de Araguaína informou que a Secretaria Municipal da Administração seguiu todos os procedimentos legais e técnicos durante o processo de

escolha da banca organizadora do Concurso Público Municipal 2026.

Segundo o município, a Comissão Especial para Organização, Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do concurso analisou as opções apresentadas e definiu a banca dentro dos critérios previstos no Termo de Referência elaborado pela administração municipal.

A gestão afirmou ainda que todas as etapas do processo foram registradas no Portal Nacional de Compras Públicas e no portal de prestação de contas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**.

De acordo com a Prefeitura, o IDIB foi selecionado por apresentar a proposta considerada mais alinhada às exigências técnicas estabelecidas pelo município.

Ainda conforme a nota, a comissão responsável pelo concurso buscou reduzir vulnerabilidades e riscos que pudessem comprometer a segurança e a lisura do certame.

O município reforçou também que a banca apresentou toda a documentação de habilitação exigida para conduzir o concurso público.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram , Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/vereador-questiona-banca-de-concurso-da-prefeitura-de-araguaina-e-cita-historico-de-denuncias/>

A Defensoria Pública na proteção de crianças e adolescentes é destaque em painel de seminário

"Prioridade absoluta não por uma benevolência de defensores, mas por um comando constitucional que diz que o atendimento à criança adolescente, com recorte à primeira infância, deve ser tratado com prioridade absoluta". A fala é do defensor público-geral do Estado do **Tocantins**, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves ao comentar o papel da Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) na proteção e defesa de crianças e adolescentes.

Integrante do painel "Compromisso Institucional com a Primeira Infância: Justiça, Controle e Defesa de Direitos", do Seminário Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, o Defensor Público-Geral também falou sobre a implementação da Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei 15.069/2024, destacando a importância de se ter um olhar para as mães e mulheres que, em sua maioria, cumprem a função de cuidar das crianças. "É preciso pensar no cuidado das crianças, mas é preciso pensar no cuidado de quem cuida."

Na explanação de como funciona a Defensoria Pública, Pedro Alexandre explicou que a Instituição atua nos atendimentos individuais, coletivos, como o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca), e conta com o auxílio dos profissionais da Equipe Multidisciplinar. "Use os serviços da Defensoria Pública quando tiverem as dificuldades".

Na ocasião, a coordenadora do Nudeca, defensora pública Elisa Maria Pinto de Souza, que também participou do painel, falou sobre uma atuação conjunta da Defensoria Pública com o **Tribunal de Contas do Estado** para a disponibilização de um sistema que dará mais transparência às filas das creches, acabando com as interferências, e comentou da importância do diálogo entre todos os integrantes da rede de proteção. "Precisamos falar a mesma língua".

Também fizeram parte do painel a juíza de Direito Aline Bailão Iglesias e a promotora de Justiça Thaís Cairo Souza Lopes.

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/a-defensoria-publica-na-protecao-de-criancas-e-adolescentes-e-destaque-em-painel-de-seminario>

TCE/TO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/29/RDIOJOVEMFMP>

ALMASTO-18.19.21-18.23.16-1780049326.mp3

PARCERIAS: ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios (MUNICIPIOS)

Ascom ATM

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) recebe nesta quinta-feira e sexta-feira, 28 e 29, o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a organização do evento, o seminário tem o objetivo de discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocantinenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas, ao passo que busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil.

Anfitrião do evento, o presidente da ATM falou em nome das entidades que compõem o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**. "Eu acredito nas políticas públicas voltadas ao nosso povo, que tanto necessitam delas. Quero parabenizar o **Tribunal de Contas** por abraçar as políticas direcionadas à Primeira Infância. É justamente na formação da criança que nos vamos formar indivíduos melhores para o nosso futuro. Nesse sentido, todos os 139 Municípios do **Tocantins** aderiram a essa importante aliança", disse.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou dos avanços para a primeira infância com a criação do **Tocantins**. "Se buscarmos um dos principais motivos para a criação, ocorrido em 1988, no âmbito da nossa Assembleia Nacional Constituinte, reside no fato deste Estado amargar números de 50 óbitos para cada 1000 nascidos. A maior transformação no país ocorreu justamente aqui, pois

hoje estamos na casa dos 12, 13, óbitos", destacou o prefeito, se dirigindo às secretárias da ação, assistência e desenvolvimento social, as primeiras-damas e as equipes que atuam nesse área.

Já o sub-Secretário de Política Nacional Integrada da Primeira Infância, do Ministério da Educação, Alessandro Santos, disse que as políticas devem ser integradas entre os Entes, com maior investimento aos Municípios "Nós queremos reafirmar que para cuidar e proteger a Primeira Infância não basta apenas uma esfera da federação, não basta apenas o Município, que é onde muitas das vezes o serviço acontece. Mas, se o Município estiver sozinho, não dá para fazer. A Constituição de 1988 é cidadã, ela promete muitos direitos, e ela é uma constituição municipalista, pois colocou muitas tarefas na mão do Município, mas não colocou o dinheiro, pois permanece concentrado na mão do governo Estadual e da União", pontuou.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidenciação de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocantinenses.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/parcerias-atm-recebe-seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-realizado-pelo-governo-federal-e-presidente-big-jow-destaca-papel-dos-municipios/15138>

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios recebe, nesta quinta e sexta-feira (28 e 29), o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação".

Além disso, gestores públicos, técnicos e representantes institucionais participam do encontro.

A Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância (MEC) promove o evento.

Além disso, gestores públicos, técnicos e representantes institucionais participam do encontro.

A Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância (MEC) promove o evento.

Da mesma forma, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e a **Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil** atuam como parceiros.

Assim, as instituições fortalecem a cooperação para a primeira infância.

O seminário fortalece políticas para crianças de 0 a 6 anos.

Além disso, amplia o diálogo entre municípios, estados e União.

Assim, as instituições fortalecem a cooperação para a primeira infância.

O seminário fortalece políticas para crianças de 0 a 6 anos.

Além disso, amplia o diálogo entre municípios, estados e União.

A organização destaca que o evento também melhora a troca de experiências entre gestores.

Ao mesmo tempo, o encontro incentiva a divulgação de boas práticas.

O presidente da ATM destacou a articulação entre instituições.

Ele falou em nome do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância".

Segundo ele, os 139 municípios do **Tocantins** já aderiram à iniciativa.

Além disso, ele reforçou a importância das políticas públicas na formação das crianças.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, participou do evento.

Ele lembrou os desafios históricos da saúde infantil no **Tocantins**.

Segundo ele, o Estado reduziu os índices de mortalidade infantil ao longo dos anos.

No entanto, ele destacou que os investimentos precisam continuar.

Portanto, ele defendeu a atuação conjunta entre Estado e municípios.

O subsecretário da Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância (MEC), Alexandro Santos, defendeu integração entre os entes federativos.

Ele afirmou que União, estados e municípios precisam atuar de forma conjunta.

Além disso, ele reforçou que nenhuma esfera governa sozinha essa política.

Por outro lado, ele explicou os desafios do financiamento público.

Ele citou a Constituição Federal de 1988 como base da organização atual.

Segundo ele, a legislação ampliou direitos e transferiu responsabilidades aos municípios.

No segundo dia, auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** apresentam análises técnicas.

Eles abordam governança pública e indicadores educacionais.

Além disso, discutem transporte escolar e obras paralisadas na educação.

Também apresentam o projeto "Sede de Aprender".

O seminário reforça a importância da primeira infância nas políticas públicas.

Por fim, o evento busca gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocantinenses.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/28/atm-recebe-seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-realizado-pelo-governo-federal-e-presidente-big-jow-destaca-papel-dos-municipios-nessa-area/>

Vereador questiona banca de concurso da Prefeitura de Araguaína e cita histórico de denúncias

Notícias de Araguaína - O novo concurso público da Prefeitura de Araguaína, que prevê cerca de 1.500 vagas e salários de até R\$ 16,4 mil, passou a ser alvo de questionamentos após críticas do vereador tenente-coronel Israel Batista à contratação do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro (IDIB) como banca organizadora do certame.

Durante sessão legislativa nesta semana, o parlamentar levantou dúvidas sobre a escolha da empresa, contratada por dispensa de licitação, e citou o histórico de denúncias, investigações e ações judiciais envolvendo a instituição em concursos realizados em diferentes estados do país.

O concurso é considerado um dos mais aguardados dos últimos anos em Araguaína e deve movimentar milhares de candidatos da região e de outros estados.

Concurso avança e edital deve sair nos próximos dias

O planejamento do certame avançou oficialmente após a publicação do extrato de contratação do IDIB no Diário Oficial do Município nº 3.496, de 23 de abril de 2026. O edital deve ser publicado nesta quinta-feira (28/5), com cronograma, requisitos e regras para participação.

A previsão é de aproximadamente 1.500 vagas para candidatos de níveis médio e superior, com maior concentração nas áreas de Educação e Saúde. Também devem ser contemplados outros setores da administração pública municipal.

Além da Prefeitura de Araguaína, o concurso abrangerá vagas para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Araguaína (IMPAR) e a Procuradoria Municipal.

Entre os cargos previstos estão vagas para professores, enfermeiros, psicólogos, profissionais da área fiscal, assistência social, engenharia, tecnologia da informação e outras funções técnicas e administrativas.

O certame também contará com cadastro de reserva. Os salários iniciais previstos variam entre R\$ 2.349,90

e R\$ 16.458,70, conforme o cargo e o nível de qualificação exigido.

Vereador questiona escolha da banca organizadora

Durante pronunciamento na tribuna da Câmara, o vereador tenente-coronel Israel afirmou que a realização de um concurso público desperta expectativa em milhares de pessoas que investem tempo, dinheiro e preparação em busca da estabilidade no serviço público.

"Quando um município anuncia a realização de um concurso público, naturalmente ele gera expectativa nas pessoas, nos concurseiros. Muitas pessoas investem em tempo, investem em dinheiro, investem em sonhos", declarou.

O parlamentar afirmou que a contratação da banca exige critérios rigorosos de transparência e credibilidade, especialmente diante da dimensão do concurso previsto para o município.

Segundo ele, o IDIB acumula processos judiciais, inquéritos do Ministério Público e investigações relacionadas a supostas irregularidades em concursos públicos promovidos em diferentes estados brasileiros.

"Qual a idoneidade dessa empresa? Qual a reputação dessa empresa diante de tantas ações judiciais? O objetivo da minha fala aqui é fazer um alerta com relação a essa empresa", afirmou o vereador.

Tenente-coronel Israel destacou ainda que o pronunciamento tem como objetivo alertar tanto a Prefeitura quanto a população sobre a necessidade de garantir segurança jurídica e lisura ao certame, evitando prejuízos aos candidatos e questionamentos futuros sobre a condução do concurso.

Prefeitura defende legalidade da contratação

Em nota, a Prefeitura de Araguaína informou que a Secretaria Municipal da Administração seguiu todos os procedimentos legais e técnicos durante o processo de escolha da banca organizadora do Concurso Público Municipal 2026.

Segundo o município, a Comissão Especial para Organização, Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do concurso analisou as opções apresentadas e definiu a banca dentro dos critérios previstos no Termo de Referência elaborado pela administração municipal.

A gestão afirmou ainda que todas as etapas do processo foram registradas no Portal Nacional de Compras Públicas e no portal de prestação de contas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**.

De acordo com a Prefeitura, o IDIB foi selecionado por apresentar a proposta considerada mais alinhada às exigências técnicas estabelecidas pelo município.

Ainda conforme a nota, a comissão responsável pelo concurso buscou reduzir vulnerabilidades e riscos que pudessem comprometer a segurança e a lisura do certame.

O município reforçou também que a banca apresentou toda a documentação de habilitação exigida para conduzir o concurso público.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/vereador-questiona-contratacao-de-banca-do-concurso-publico-de-araguaína-e-faz-alerta-sobre-historico-da-empresa>

Seminário estadual sobre primeira infância reúne gestores na ATM e reforça atuação municipal

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) recebe nesta quinta-feira e sexta-feira, 28 e 29, o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a organização do evento, o seminário tem o objetivo de discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocaninenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas, ao passo que busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil.

Anfitrião do evento, o presidente da ATM falou em nome das entidades que compõem o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**. "Eu acredito nas políticas públicas voltadas ao nosso povo, que tanto necessitam delas. Quero parabenizar o **Tribunal de Contas** por abraçar as políticas direcionadas à Primeira Infância. É justamente na formação da criança que nos vamos formar indivíduos melhores para o nosso futuro. Nesse sentido, todos os 139 municípios do **Tocantins** aderiram a essa importante aliança", disse.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou dos avanços para a primeira infância com a criação do **Tocantins**. "Se buscarmos um dos principais motivos para a criação, ocorrido em 1988, no âmbito da nossa Assembleia Nacional Constituinte, reside no fato deste Estado amargar números de 50 óbitos para cada 1000 nascidos. A maior transformação no país ocorreu justamente aqui, pois hoje estamos na casa dos 12, 13, óbitos", destacou o prefeito, se dirigindo às secretárias da ação, assistência e desenvolvimento social, as primeiras-damas e as equipes que atuam nesse área.

Já o sub-Secretário de Política Nacional Integrada da Primeira Infância, do Ministério da Educação, Alexandro Santos, disse que as políticas devem ser

integradas entre os Entes, com maior investimento aos Municípios "Nós queremos reafirmar que para cuidar e proteger a Primeira Infância não basta apenas uma esfera da federação, não basta apenas o Município, que é onde muitas das vezes o serviço acontece. Mas, se o Município estiver sozinho, não dá para fazer. A Constituição de 1988 é cidadã, ela promete muitos direitos, e ela é uma constituição municipalista, pois colocou muitas tarefas na mão do Município, mas não colocou o dinheiro, pois permanece concentrado na mão do governo Estadual e da União", pontuou.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidenciamento de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocaninenses.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-reune-gestores-na-atm-e-reforca-atuacao-municipal/>

Secretária Já Condenada pelo TCE-TO Recebe Nova Intimação por Contratação na Educação

A Secretária Municipal de Educação de **Palmas**, Anice de Souza Moura , já condenada por irregularidades na Dispensa de Licitação Emergencial nº 7360/2025 , referente a compra de merenda escolar , acaba de receber uma nova intimação do **Tribunal de Contas do Tocantins** - **TCE-TO** por outra contratação.

Apuração de Possível Novas Irregularidades

Anice Moura foi intimada para prestar esclarecimentos sobre contratos que somam R\$ 6,2 milhões para a aquisição de livros paradidáticos e literários. A intimação, expedida em 25 de maio de 2026 pelo conselheiro **José Wagner Praxedes** , é resultado de uma representação do vereador Vinicius Pires , que aponta uma série de possíveis irregularidades . Entre elas, destacam-se o uso indevido de inexigibilidade de licitação, sobrepreço, simulação de pesquisa de preços, ausência de garantia contratual, cláusulas irregulares e a falta de justificativa técnica para a não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), um programa federal que oferece livros gratuitos às redes públicas de ensino .

Este procedimento apuratório preliminar reforça a gravidade das acusações e a necessidade de respostas claras por parte da gestão municipal.

Anice Foi Condenada em Abril por Dispensa de Licitação

Um dos casos mais emblemáticos diz respeito à condenação da secretária Anice Moura e de outros servidores por irregularidades na Dispensa de Licitação Emergencial nº 7360/2025 , referente à compra de merenda escolar . O Pleno do **TCE-TO** , por meio do Acórdão nº 403/2026 , impôs uma multa de R\$ 5.000,00 à secretária, apontando uma emergência fabricada , falta de transparência e riscos de sobrepreço nos contratos . O relator do processo, Conselheiro **José Wagner Praxedes** , destacou a falha da Secretária em demonstrar a real necessidade da excepcionalidade, sugerindo que a urgência poderia ter sido evitada com um planejamento adequado. Além disso, a decisão criticou a inobservância da diretriz municipal de priorização da agricultura familiar, optando por grandes contratações

diretas em detrimento do apoio a produtores locais.

As recorrentes falhas e a falta de transparência nos processos licitatórios e contratuais da Secretaria de Educação e de Saúde de **Palmas** acarretam sérias preocupações sobre a governança e a responsabilidade fiscal da administração municipal. A condenação e as intimações do **TCE-TO** servem como um alerta contundente para a Prefeitura de **Palmas** e para o prefeito José Eduardo de Siqueira Campos, que precisam garantir a correta aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão da coisa pública.

A secretária Anice Moura foi intimada a se manifestar sobre o conteúdo do Despacho 393/2026 em um prazo de 15 dias.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1949/secretaria-ja-condenada-pelo-tce-to-recebe-nova-intimacao-por-contratacao-na-educacao>

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área

por Redação

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) recebe nesta quinta-feira e sexta-feira, 28 e 29, o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a organização do evento, o seminário tem o objetivo de discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocaninenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas, ao passo que busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil.

Anfitrião do evento, o presidente da ATM falou em nome das entidades que compõem o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**. "Eu acredito nas políticas públicas voltadas ao nosso povo, que tanto necessitam delas. Quero parabenizar o **Tribunal de Contas** por abraçar as políticas direcionadas à Primeira Infância. É justamente na formação da criança que nos vamos formar indivíduos melhores para o nosso futuro. Nesse sentido, todos os 139 Municípios do **Tocantins** aderiram a essa importante aliança", disse.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou dos avanços para a primeira infância com a criação do **Tocantins**. "Se buscarmos um dos principais motivos para a criação, ocorrido em 1988, no âmbito da nossa Assembleia Nacional Constituinte, reside no fato deste Estado amargar números de 50 óbitos para cada 1000 nascidos. A maior transformação no país ocorreu justamente aqui, pois hoje estamos na casa dos 12, 13, óbitos", destacou o prefeito, se dirigindo às secretarias da ação, assistência e desenvolvimento social, as primeiras-

damas e as equipes que atuam nesse área.

Já o sub-Secretário de Política Nacional Integrada da Primeira Infância, do Ministério da Educação, Alessandro Santos, disse que as políticas devem ser integradas entre os Entes, com maior investimento aos Municípios "Nós queremos reafirmar que para cuidar e proteger a Primeira Infância não basta apenas uma esfera da federação, não basta apenas o Município, que é onde muitas das vezes o serviço acontece. Mas, se o Município estiver sozinho, não dá para fazer. A Constituição de 1988 é cidadã, ela promete muitos direitos, e ela é uma constituição municipalista, pois colocou muitas tarefas na mão do Município, mas não colocou o dinheiro, pois permanece concentrado na mão do governo Estadual e da União", pontuou.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidênciação de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocaninenses.

Site: <https://clebertoledo.com.br/geral/atm-recebe-seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-realizado-pelo-governo-federal-e-presidente-big-jow-destaca-papel-dos-municipios-nessa-area/>

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal

Redação

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) recebe nesta quinta-feira e sexta-feira, 28 e 29, o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a organização do evento, o seminário tem o objetivo de discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocaninenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas, ao passo que busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil.

Anfitrião do evento, o presidente da ATM falou em nome das entidades que compõem o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**. "Eu acredito nas políticas públicas voltadas ao nosso povo, que tanto necessitam delas. Quero parabenizar o **Tribunal de Contas** por abraçar as políticas direcionadas à Primeira Infância. É justamente na formação da criança que nos vamos formar indivíduos melhores para o nosso futuro. Nesse sentido, todos os 139 Municípios do **Tocantins** aderiram a essa importante aliança", disse.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou dos avanços para a primeira infância com a criação do **Tocantins**. "Se buscarmos um dos principais motivos para a criação, ocorrido em 1988, no âmbito da nossa Assembleia Nacional Constituinte, reside no fato deste Estado amargar números de 50 óbitos para cada 1000 nascidos. A maior transformação no país ocorreu justamente aqui, pois hoje estamos na casa dos 12, 13, óbitos", destacou o prefeito, se dirigindo às secretarias da ação, assistência e desenvolvimento social, as primeiras-damas e as equipes que atuam nesse área.

Já o sub-Secretário de Política Nacional Integrada da

Primeira Infância, do Ministério da Educação, Alessandro Santos, disse que as políticas devem ser integradas entre os Entes, com maior investimento aos Municípios "Nós queremos reafirmar que para cuidar e proteger a Primeira Infância não basta apenas uma esfera da federação, não basta apenas o Município, que é onde muitas das vezes o serviço acontece. Mas, se o Município estiver sozinho, não dá para fazer. A Constituição de 1988 é cidadã, ela promete muitos direitos, e ela é uma constituição municipalista, pois colocou muitas tarefas na mão do Município, mas não colocou o dinheiro, pois permanece concentrado na mão do governo Estadual e da União", pontuou.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidenciação de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocaninenses.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/28/atm-recebe-seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-realizado-pelo-governo-federal>

Comitiva da cidade de Figueirópolis participam de Seminário da Primeira Infância em Palmas (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

O compromisso com o futuro dos pequenos cidadãos colocou o município de Figueirópolis em posição de destaque no cenário político e pedagógico do **Tocantins**. Com o suporte integral e o incentivo da gestão municipal, uma comitiva do primeiro escalão viajou à capital para participar do "Seminário Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação". O evento de alto nível técnico, que ocorre nesta quinta e sexta-feira, 28 e 29 de maio, no auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), é promovido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** e a Atricon.

"Seminário Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação".

Demonstrando a transversalidade com que Figueirópolis trata o desenvolvimento infantil, a delegação local levou suas principais lideranças para o encontro. O grupo é composto pela secretária municipal de Gabinete, Hérica Menezes; pela primeira-dama e secretária municipal de Trabalho e Assistência Social, Sra. Ademildes Fontoura; pelo secretário municipal de Educação, Fernando Oliveira Neto; e pelo secretário municipal de Saúde, Manoel Filho. O corpo técnico do município ganha ainda o reforço e a sensibilidade da psicóloga Maísa Oliveira e da coordenadora do Programa Criança Feliz, Alynne dos Santos, garantindo que as futuras ações na cidade unam precisão técnica e acolhimento humano.

Essa expressiva representação na capital reflete diretamente a visão da prefeitura, que tem tratado a faixa etária de zero a seis anos como prioridade absoluta em seu plano de governo. Ao garantir as condições e enaltecer a participação de seus secretários e técnicos no seminário, a gestão de Figueirópolis reafirma que o investimento na infância é o caminho mais seguro para o desenvolvimento social de longo prazo. O município busca absorver as melhores práticas do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância" para aprimorar as políticas públicas que já chegam à comunidade local.

"**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância"

O primeiro dia de imersão está sendo marcado por debates intensos voltados à integração de forças. A conferência de abertura foi ministrada pelo subsecretário nacional da pasta, Alessandro do Nascimento. Na sequência, representantes de Ministérios como Educação, Saúde e Assistência Social apresentaram o painel "A Política Integrada da Primeira Infância em Movimento". Para os gestores de Figueirópolis, o momento foi crucial para alinhar as diretrizes federais de combate à fome, direitos humanos e cidadania com a realidade vivida pelas famílias figueiropolinas.

"A Política Integrada da Primeira Infância em Movimento".

Governança e controle externo

Governança e controle externo

Governança e controle externo

No período vespertino, o foco será voltado para a eficiência administrativa com a palestra do conselheiro **Severiano Costandrade**, que abordará a atuação do **TCE-TO** no impulsionamento dessas políticas. Nesta sexta-feira, o segundo dia do seminário é dedicado à área técnica, onde auditores de Controle Externo debatem estruturas de governança, transporte escolar, indicadores educacionais e o projeto "Sede de Aprender". A equipe técnica de Figueirópolis acompanha ativamente cada módulo para garantir que as estruturas de controle do município funcionem com excelência e transparência.

projeto "Sede de Aprender"

Transformação na ponta final

Transformação na ponta final

Transformação na ponta final

A participação ativa de Figueirópolis em um evento dessa magnitude consolida o município como uma referência em responsabilidade social e administrativa no sul do estado. O alinhamento entre os órgãos de controle, a sociedade civil e a administração pública municipal cria uma blindagem protetiva ao redor das crianças da cidade. Com técnicos capacitados e secretários engajados, Figueirópolis volta para casa ainda mais preparada para transformar conhecimento em ações práticas, dignidade e um futuro promissor para as suas famílias.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Assistência Social ATM Figueirópolis Gestão municipal Primeira Infância TCE/TO

Assistência Social

ATM

Figueirópolis

Gestão municipal

Primeira Infância

TCE/TO

Site: <https://portaldoamaral.com.br/comitiva-da-cidade-de-figueiropolis-participam-de-seminario-da-primeira-infancia-em-palmas/>

Com R\$ 26,5 mil em diárias, TCE/TO leva comitiva de 24 pessoas a evento de um dia em Aparecida do Rio Negro

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** autorizou o pagamento de R\$ 26.509,55 em diárias para deslocamento de uma comitiva formada por 24 integrantes da Corte durante participação na "Segunda Edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança Pela Primeira Infância", realizada no município de Aparecida do Rio Negro.

A autorização consta na Portaria nº 475/2026, assinada pelo presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**. Segundo o documento, os deslocamentos ocorreram entre os dias 24 e 25 de maio, no itinerário **Palmas**-Aparecida do Rio Negro-**Palmas**.

O evento principal ocorreu na segunda-feira, 25 de maio, quando o Tribunal promoveu uma programação de escuta ativa com moradores, gestores públicos e representantes de instituições parceiras para discutir demandas ligadas à saúde, educação e assistência social no município.

Segundo release divulgado pelo próprio **TCE**, moradores relataram dificuldades relacionadas ao acesso a médicos especialistas, falta de medicamentos e atendimento odontológico. Também houve reivindicações ligadas a espaços de lazer e atividades culturais para crianças e adolescentes.

A programação contou ainda com participação de representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria-Geral da União, Polícia Militar e Secretaria da Cidadania e Justiça.

Segundo o **TCE**, antes da escuta pública, integrantes da Corte realizaram visitas técnicas à Unidade Básica de Saúde (UBS), ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras), ao Conselho Tutelar e ao Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da cidade.

A portaria do Tribunal aponta que participaram da viagem conselheiro, conselheiro substituto, diretora da área de controle externo, assessores de gabinete, integrantes da comunicação institucional, servidores

ligados à presidência, assistentes operacionais, motorista de representação, auditor de controle externo e militares cedidos pela Polícia Militar ao **TCE**.

Parte da equipe recebeu autorização para duas diárias, relativas aos dias 24 e 25 de maio. Outro grupo recebeu uma diária para deslocamento de ida e volta no próprio dia 25.

O maior valor individual autorizado foi de R\$ 1.431,78, destinado a um conselheiro da Corte. Outros servidores em cargos de direção, assessoramento especial e controle externo receberam R\$ 1.288,60 cada. A maior parte da comitiva teve pagamento individual de R\$ 1.168,56 em diárias.

Já os participantes autorizados para viagem de ida e volta no mesmo dia receberam valores entre R\$ 584,28 e R\$ 642,13. A portaria informa que os pagamentos foram vinculados à Ação nº 2312 do orçamento do **Tribunal de Contas**.

O "Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância" é uma iniciativa institucional desenvolvida pela Corte para acompanhamento de políticas públicas voltadas à infância nos municípios tocaninenses. Nos últimos anos, o Tribunal passou a ampliar ações ligadas a áreas como educação básica, saúde e primeira infância por meio de programas de orientação técnica, fiscalização e articulação com gestores municipais.

O Jornal Opção **Tocantins** encaminhou pedido de posicionamento ao **Tribunal de Contas do Estado** sobre os critérios adotados para composição da comitiva e os custos das diárias, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/justica/com-r-265-mil-em-diarias-tce-to-leva-comitiva-de-24-pessoas-a-evento-de-um-dia-em-aparecida-do-rio-negro-590012/>

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo (SAÚDE)

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Fonte: **TCE-TO**

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/20324-tceto-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-do-carmo>

TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/28/RDIOPARASOFM104FM-10.43.42-10.47.24-1779989228.mp3>

TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões

A secretária municipal da Educação de **Palmas**, Anice de Souza Moura, foi intimada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** a prestar esclarecimentos sobre contratos que somam R\$ 6,2 milhões para aquisição de livros paradidáticos e literários destinados à rede municipal de ensino.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular

A medida foi determinada pelo conselheiro **José Wagner Praxedes** no âmbito do Processo nº 3176/2026, aberto após representação apresentada pelo vereador Vinicius Pires (Republicanos), integrante da oposição ao prefeito Eduardo Siqueira Campos.

CONTRATOS SÃO ALVO DE APURAÇÃO

Os contratos investigados são os de nº 06/2026 e nº 07/2026, firmados pela Secretaria Municipal da Educação (Semed) com as empresas Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda. e Editora Vale das Letras Ltda.

Segundo o **TCE**, os contratos foram custeados com recursos do Fundeb e totalizam R\$ 6.299.740,00.

A representação aponta possíveis irregularidades, como uso indevido de inexigibilidade de licitação, sobrepreço, falhas em pesquisas de preços, ausência de garantias contratuais e falta de justificativa técnica para não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do governo federal.

TCE QUESTIONA SOBREPREGO E LICITAÇÃO

Na análise preliminar, técnicos do Tribunal identificaram quatro grupos de achados considerados relevantes.

Um dos principais pontos envolve a contratação da empresa Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda., no valor de R\$ 3,5 milhões, por inexigibilidade de licitação. Conforme o relatório técnico, havia proposta apresentada por outra empresa no processo administrativo, situação que poderia afastar a hipótese de fornecedor exclusivo

prevista na Lei de Licitações.

O próprio despacho do **TCE** menciona que a Controladoria-Geral do Município havia alertado sobre a existência de concorrência no processo.

Outro ponto questionado é um possível sobrepreço. Segundo a área técnica do Tribunal, livros adquiridos pela Semed por média de R\$ 60,40 teriam sido vendidos anteriormente a municípios paulistas por valores entre R\$ 24 e R\$ 42. O dano potencial estimado ao erário chega a R\$ 990 mil.

A Semed afirmou, em nota, que os preços utilizados como comparação seriam de 2022 e que houve atualização monetária ao longo do período.

PROGRAMA FEDERAL ENTROU NA DISCUSSÃO

O Tribunal também quer esclarecimentos sobre a não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pelo fornecimento gratuito de livros às redes públicas de ensino.

O relator determinou que a Semed apresente análise de custo-benefício e os critérios técnicos utilizados para justificar as contratações milionárias com recursos do Fundeb.

A Secretaria Municipal da Educação informou que os contratos investigados envolvem livros paradidáticos e literários, categorias diferentes dos materiais distribuídos pelo programa federal.

Apesar dos questionamentos, o conselheiro decidiu não suspender os contratos neste momento. Segundo o despacho, ainda é necessário garantir o contraditório e a ampla defesa antes de eventual medida cautelar.

A Semed terá prazo de 15 dias úteis para apresentar documentos, justificativas técnicas e cópia integral dos processos administrativos relacionados às contratações.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tcet-o-intima-secretaria-da-educacao-de-palmas-apos->

denuncia-sobre/140832/

TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões

A secretária municipal da Educação de **Palmas**, Anice de Souza Moura, foi intimada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** a prestar esclarecimentos sobre contratos que somam R\$ 6,2 milhões para aquisição de livros paradidáticos e literários destinados à rede municipal de ensino.

A medida foi determinada pelo conselheiro **José Wagner Praxedes** no âmbito do Processo nº 3176/2026, aberto após representação apresentada pelo vereador Vinicius Pires (Republicanos), integrante da oposição ao prefeito Eduardo Siqueira Campos.

CONTRATOS SÃO ALVO DE APURAÇÃO

Os contratos investigados são os de nº 06/2026 e nº 07/2026, firmados pela Secretaria Municipal da Educação (Semed) com as empresas Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda. e Editora Vale das Letras Ltda.

Segundo o **TCE**, os contratos foram custeados com recursos do Fundeb e totalizam R\$ 6.299.740,00.

A representação aponta possíveis irregularidades, como uso indevido de inexigibilidade de licitação, sobrepreço, falhas em pesquisas de preços, ausência de garantias contratuais e falta de justificativa técnica para não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do governo federal.

TCE QUESTIONA SOBREPREGO E LICITAÇÃO

Na análise preliminar, técnicos do Tribunal identificaram quatro grupos de achados considerados relevantes.

Um dos principais pontos envolve a contratação da empresa Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda., no valor de R\$ 3,5 milhões, por inexigibilidade de licitação. Conforme o relatório técnico, havia proposta apresentada por outra empresa no processo administrativo, situação que poderia afastar a hipótese de fornecedor exclusivo prevista na Lei de Licitações.

O próprio despacho do **TCE** menciona que a

Controladoria-Geral do Município havia alertado sobre a existência de concorrência no processo.

Outro ponto questionado é um possível sobrepreço. Segundo a área técnica do Tribunal, livros adquiridos pela Semed por média de R\$ 60,40 teriam sido vendidos anteriormente a municípios paulistas por valores entre R\$ 24 e R\$ 42. O dano potencial estimado ao erário chega a R\$ 990 mil.

A Semed afirmou, em nota, que os preços utilizados como comparação seriam de 2022 e que houve atualização monetária ao longo do período.

PROGRAMA FEDERAL ENTROU NA DISCUSSÃO

O Tribunal também quer esclarecimentos sobre a não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pelo fornecimento gratuito de livros às redes públicas de ensino.

O relator determinou que a Semed apresente análise de custo-benefício e os critérios técnicos utilizados para justificar as contratações milionárias com recursos do Fundeb.

A Secretaria Municipal da Educação informou que os contratos investigados envolvem livros paradidáticos e literários, categorias diferentes dos materiais distribuídos pelo programa federal.

Apesar dos questionamentos, o conselheiro decidiu não suspender os contratos neste momento. Segundo o despacho, ainda é necessário garantir o contraditório e a ampla defesa antes de eventual medida cautelar.

A Semed terá prazo de 15 dias úteis para apresentar documentos, justificativas técnicas e cópia integral dos processos administrativos relacionados às contratações.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tcet-o-intima-secretaria-da-educacao-de-palmas-apos-denuncia-sobre/140832/>

TCE/TO intima secretária da educação de Palmas após denúncia sobre contratos de R\$ 6,2 milhões para compra de livros

Samir Leão

A secretária municipal da educação de **Palmas**, Anice de Souza Moura, foi intimada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** a prestar esclarecimentos sobre contratos que somam R\$ 6,2 milhões para aquisição de livros paradidáticos e literários para a rede municipal de ensino da capital.

A intimação foi expedida no último dia 25 de maio pelo conselheiro **José Wagner Praxedes**, relator do Processo nº 3176/2026, aberto a partir de representação apresentada pelo vereador Vinicius Pires (Republicanos), nome da oposição ao prefeito Eduardo Siqueira Campos (Podemos).

O caso envolve os Contratos nº 06/2026 e nº 07/2026, firmados pela Secretaria Municipal da Educação (Semed) com as empresas Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda. e Editora Vale das Letras Ltda.. Segundo o **TCE**, os contratos foram custeados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e alcançam R\$ 6.299.740,00.

A representação protocolada pelo vereador aponta uma série de possíveis irregularidades nas contratações, entre elas uso indevido de inexigibilidade de licitação, sobrepreço, simulação de pesquisa de preços, ausência de garantia contratual, cláusulas consideradas irregulares e falta de justificativa técnica para não adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do governo federal.

Os pontos questionados pelo **TCE**

Em despacho assinado no último dia 22 de maio, o conselheiro relator determinou a intimação preliminar da secretária para apresentação de esclarecimentos e documentos. O prazo dado pelo Tribunal é de 15 dias úteis. Na análise preliminar produzida pela 3ª Diretoria de Controle Externo do **TCE**, os técnicos apontaram quatro grupos de achados considerados relevantes.

O primeiro deles envolve a contratação da empresa Integraativa Educação e Comunicação Criativa Ltda. por inexigibilidade de licitação, no valor de R\$

3.569.040,00. Segundo o relatório técnico, havia no processo administrativo proposta apresentada por outra empresa, a Educaz Tecnologia em Educação e Treinamento Ltda., circunstância que, em tese, afastaria a hipótese de fornecedor exclusivo prevista no artigo 74 da Lei de Licitações.

O próprio despacho cita que a Controladoria-Geral do Município havia alertado a Secretaria da Educação sobre a existência da proposta concorrente no Parecer nº 030/2026/CGM.

Em nota encaminhada ao Jornal Opção **Tocantins**, a Secretaria Municipal da Educação afirmou que a contratação por inexigibilidade teve como fundamento o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, sob argumento de que a empresa contratada possui carta de exclusividade para comercialização das obras adquiridas.

A Semed também afirmou que a proposta apresentada pela empresa Educaz dizia respeito à revenda dos mesmos livros, com valores superiores aos praticados no mercado. Segundo a pasta, a aquisição direta junto à editora buscou garantir "maior economicidade e segurança jurídica ao processo".

Outro ponto destacado pelo **TCE** envolve possível sobrepreço. A análise técnica afirma que livros adquiridos pela Semed por valores médios de R\$ 60,40 teriam sido vendidos anteriormente pela mesma empresa a municípios paulistas por preços entre R\$ 24 e R\$ 42. O relatório preliminar estima dano potencial ao erário em R\$ 990.270,03.

Sobre esse ponto, a Secretaria da Educação argumentou que os valores utilizados como parâmetro pela equipe técnica do Tribunal referem-se ao ano de 2022 e que houve atualização monetária dos preços ao longo do período.

O Tribunal também questiona a pesquisa de preços utilizada no Contrato nº 07/2026, firmado com a Editora Vale das Letras Ltda. no valor de R\$ 2.730.700,00. Segundo a representação, as empresas consultadas teriam apresentado exclusivamente cotações de livros da mesma marca da editora

contratada, e uma delas seria ligada ao próprio grupo empresarial.

A Semed informou que a metodologia utilizada na pesquisa de preços ocorreu por meio do Banco de Preços, ferramenta oficial do Governo Federal. A pasta acrescentou que não teria como aferir, pela plataforma utilizada, eventual vínculo societário entre empresas consultadas e a editora contratada.

Programa federal gratuito entrou na discussão

Outro ponto que passou a integrar a apuração envolve o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), política federal responsável pelo fornecimento gratuito de livros às redes públicas de ensino. O **TCE** quer saber por quais razões a Secretaria Municipal da Educação optou por realizar contratações milionárias com recursos do Fundeb sem apresentar justificativa técnica para não adesão ao programa federal.

No despacho, o relator determinou que a Semed apresente documentação demonstrando análise de custo-benefício e os critérios técnicos que embasaram a contratação. Na nota enviada à reportagem, a Secretaria afirmou que o PNLD contempla livros didáticos, enquanto os contratos investigados envolvem livros paradidáticos e literários, classificados pela pasta como categorias distintas.

Pedido cautelar foi negado neste momento

Apesar dos apontamentos feitos pela área técnica, o conselheiro relator decidiu não conceder, por enquanto, a medida cautelar pedida pelo vereador para suspensão imediata dos contratos e dos pagamentos.

Segundo o despacho, embora existam indícios que demandem esclarecimentos, o estágio atual da instrução ainda exige observância ao contraditório e à ampla defesa antes de eventual adoção de medida restritiva.

O relator também registrou que consulta ao SICAP-Contábil indicava que parte dos valores empenhados ainda não havia sido paga, o que afastaria, neste momento, risco imediato de dano irreversível ao erário.

Com a intimação expedida, a Secretaria Municipal da Educação deverá encaminhar ao **TCE** cópia integral dos processos administrativos das contratações, pesquisas de preços, justificativas técnicas e documentos relacionados às cláusulas contratuais questionadas.

A Semed afirmou ainda que os contratos seguem regularmente em execução e que permanece à

disposição dos órgãos de controle para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito da apuração conduzida pelo **Tribunal de Contas**.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/tce-to-intima-secretaria-da-educacao-de-palmas-apos-denuncia-sobre-contratos-de-r-62-milhoes-para-compra-de-livros-590002/>

ATM recebe seminário estadual sobre primeira infância realizado pelo Governo Federal e presidente Big Jow destaca papel dos Municípios nessa área (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) recebe nesta quinta-feira e sexta-feira, 28 e 29, o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a organização do evento, o seminário tem o objetivo de discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocaninenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas, ao passo que busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil.

Anfitrião do evento, o presidente da ATM falou em nome das entidades que compõem o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**. "Eu acredito nas políticas públicas voltadas ao nosso povo, que tanto necessitam delas. Quero parabenizar o **Tribunal de Contas** por abraçar as políticas direcionadas à Primeira Infância. É justamente na formação da criança que nos vamos formar indivíduos melhores para o nosso futuro. Nesse sentido, todos os 139 Municípios do **Tocantins** aderiram a essa importante aliança", disse.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou dos avanços para a primeira infância com a criação do **Tocantins**. "Se buscarmos um dos principais motivos para a criação, ocorrido em 1988, no âmbito da nossa Assembleia Nacional Constituinte, reside no fato deste Estado amargar números de 50 óbitos para cada 1000 nascidos. A maior transformação no país ocorreu justamente aqui, pois hoje estamos na casa dos 12, 13, óbitos", destacou o prefeito, se dirigindo às secretarias da ação, assistência e desenvolvimento social, as primeiras-

damas e as equipes que atuam nesse área.

Já o sub-Secretário de Política Nacional Integrada da Primeira Infância, do Ministério da Educação, Alessandro Santos, disse que as políticas devem ser integradas entre os entes, com maior investimento aos Municípios. "Nós queremos reafirmar que para cuidar e proteger a Primeira Infância não basta apenas uma esfera da federação, não basta apenas o Município, que é onde muitas das vezes o serviço acontece. Mas, se o Município estiver sozinho, não dá para fazer. A Constituição de 1988 é cidadã, ela promete muitos direitos, e ela é uma constituição municipalista, pois colocou muitas tarefas na mão do Município, mas não colocou o dinheiro, pois permanece concentrado na mão do governo Estadual e da União", pontuou.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidência de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocaninenses.

Site: <https://rr10noticias.com.br/atm-recebe-seminario-estadual-sobre-primeira-infancia-realizado-pelo-governo-federal-e-presidente-big-jow-destaca-papel-dos-municipios-nessa-area/>

TCE deixa de publicar penduricalhos e reajusta auxílio doença de conselheiros para R\$ 6,1 mil. Veto de governo tranca pauta do Legislativo, de que TCE é auxiliar, por uma diferença de R\$ 300 em gratificação!! Não se sabe mais de contingente ou necessário!

Os conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado** se comportam como uma ilha.

E o pior é que não há quem os fiscalize. Deitam e rolam com o dinheiro do contribuinte como se não estivessem submetidos a qualquer controle.

Decidiram ontem os magnânimos autoconcederem-se por resolução administrativa, um reajuste no auxílio-saúde dos conselheiros de 15% do subsídio.

Até mesmo para um conselheiro substituto que reside literalmente no Rio de Janeiro, com salários de R\$ 40 mil e que há um ano não é visto batendo ponto no **TCE**.

Considerando o subsídio de R\$ 41 mil (de conselheiro e procurador de contas), suas excelências terão R\$ 6,150 mil mensais do contribuinte para ajudarem na doença.

No Estado, cerca de 95% da população (aquela que paga os impostos que banca os salários) é jogada nos corredores dos hospitais públicos.

Como os senhores conselheiros não mexeram no auxílio saúde dos servidores (R\$ 1,2 mil) - que pela resolução dependerá da vontade do presidente e da disponibilidade orçamentária - haveria, ainda, uma discricionariedade sobre direitos.

Os conselheiros poderiam adoecer mais que os servidores. Ou melhor tratamento.

O **TCE Tocantins** é o órgão que desde março último não publica no portal das transparências o valor dos penduricalhos que recebem seus membros.

No mês de fevereiro, por exemplo, o presidente da

Corte recebeu R\$ 325 mil de indenizações e R\$ 55 mil de remunerações. Valor dos proventos: R\$ 380 mil

No mês de janeiro, o mesmo conselheiro recebeu R\$ 100 mil de indenizações e R\$ 79 mil de remunerações. Valor total: 179 mil mensais.

O subsídio legal é R\$ 41 mil.

O **TCE** em março e abril só publicou os rendimentos dos conselheiros. O presidente recebeu R\$ 55,8 mil em março e mesmo valor em abril.

Nesta quinta-feira, o Cadastro Único de benefícios do governo federal registra 916 mil cadastrados.

Destes, 367 mil pessoas em estado de pobreza e 263 mil de baixa renda.

Ou: 630 mil pessoas com renda de até meio salário mínimo mensais.

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/tce-deixa-de-publicar-penduricalhos-e-reajusta-auxilio-doenca-de-conselheiros-para-r-6-1-mil-veto-de-governo-tranca-pauta-do-legislativo-de-que-tce-e-auxiliar-por-uma-diferenca-de-r-300-em-gratificacao-nao-se-sabe-mais-de-contingente-ou-necessario/54261>

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28

Por: Helder Peixoto

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-

mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Serviço

O quê: Sorteio de classificação dos pareceristas credenciados do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025

Quando: Quinta-feira, 28 de maio, às 10 horas

Onde: Auditório do Sebrae - Quadra 102 Norte, Avenida LO-4, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO

Formato: Presencial e com transmissão online

Site: <https://www.blogdohp.com/noticia/231233/secult-realiza-sorteio-de-pareceristas-credenciados-para-avaliacao-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28>

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Serviço

O quê: Sorteio de classificação dos pareceristas credenciados do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025

Quando: Quinta-feira, 28 de maio, às 10 horas

Onde: Auditório do Sebrae - Quadra 102 Norte, Avenida LO-4, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO

Formato: Presencial e com transmissão online

Site: <https://jalapaonews.com.br/cultura/secult-realiza-sorteio-de-pareceristas-credenciados-para-avaliacao-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28>

Combinado celebra 37 anos de emancipação política

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/27/RDIOPARASOFM104FM-10.39.40-10.45.21-1779916812.mp3>

Ministério Público apura se Prefeitura de Miranorte demitiu 176 servidores para reduzir artificialmente gastos com pessoal no fim de 2025; veja detalhes

O Ministério Público do **Tocantins** instaurou um inquérito civil para investigar uma suposta fraude à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) após a exoneração e dispensa simultânea de 176 servidores contratados e comissionados da Prefeitura de Miranorte. A portaria foi publicada no Diário Oficial do MPTO nesta terça-feira, 26, mas a investigação se concentra em atos praticados em 12 de dezembro de 2025, durante a gestão do prefeito Leandro Barbosa.

Segundo o Ministério Público, há suspeita de que as demissões em massa tenham sido realizadas para reduzir artificialmente o índice de despesas com pessoal no fechamento do exercício financeiro de 2025, adequando os números do município aos limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A investigação teve origem em denúncia anônima encaminhada à Ouvidoria do MPTO. O documento aponta que as exonerações ocorreram no mesmo dia e atingiram servidores contratados e comissionados. A representação sustenta que a medida pode ter sido usada para "maquiar" os gastos públicos no encerramento do ano fiscal.

O procedimento também levanta suspeita sobre possível recontração posterior de parte dos trabalhadores desligados ou substituição por novos contratados para as mesmas funções, prática chamada informalmente de "efeito ioiô" pelos órgãos de controle. Caso isso seja confirmado, o Ministério Público afirma que pode haver indícios de desvio de finalidade e fraude fiscal.

O que está sendo investigado

O inquérito busca identificar se as demissões tiveram motivação administrativa legítima ou se foram realizadas apenas para diminuir temporariamente os gastos com pessoal e melhorar artificialmente os indicadores fiscais da prefeitura.

O MPTO também quer verificar se houve impacto direto no cumprimento dos limites legais da LRF e se

as exonerações foram seguidas de novas contratações no início de 2026.

Medidas determinadas pelo MPTO

A promotoria requisitou que a Prefeitura de Miranorte apresente, no prazo de 10 dias, uma série de documentos e informações, entre eles:

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** também foi acionado para informar se Miranorte teria ultrapassado os limites da LRF caso as demissões não tivessem ocorrido.

Se as irregularidades forem confirmadas, o caso pode resultar em ações por improbidade administrativa e crimes contra as finanças públicas.

Entre as possíveis consequências estão multa, perda do cargo, suspensão dos direitos políticos, inelegibilidade e responsabilização criminal dos envolvidos, conforme apontado pelo Ministério Público no procedimento.

A redação entrou em contato com o prefeito Leandro Barbosa e a Prefeitura de Miranorte e aguarda retorno.

Site: <https://soudepalmas.com.br/cidades/ministerio-publico-apura-se-prefeitura-de-miranorte-demitiu-176-servidores-para-reduzir-artificialmente-gastos-com-pessoal-no-fim-de-2025-veja-detalhes>

Hospital público do TO tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou uma série de problemas estruturais e operacionais no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo, incluindo um aparelho de raio-X parado há pelo menos sete anos e falhas consideradas graves na assistência à população.

A vistoria ocorreu nos dias 18 e 19 de maio e foi conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho, responsável por monitorar a qualidade dos serviços públicos essenciais no estado.

RAIO-X ESTÁ PARADO HÁ SETE ANOS

Entre os principais problemas apontados pela fiscalização está a inoperância do aparelho de raio-X da unidade hospitalar. Segundo o relatório técnico, o equipamento não funciona há cerca de sete anos.

Mesmo com o aparelho parado, o hospital mantém um técnico em radiologia concursado lotado na unidade. Diante da situação, o conselheiro Severiano Costandra determinou análise mais aprofundada sobre a estrutura do serviço e a situação funcional do servidor.

O Tribunal recomendou ainda que a prefeitura realize avaliação técnica do equipamento e apresente estudo sobre a viabilidade de recuperação ou substituição do aparelho.

FALHAS NO ATENDIMENTO PREOCUPAM

A fiscalização também apontou ausência de cobertura médica contínua em alguns períodos, deixando a unidade sem atendimento presencial em determinados momentos.

Outro problema identificado foram escalas médicas consideradas exaustivas, com plantões chegando a até 48 horas consecutivas.

Segundo o relatório, a situação pode comprometer a qualidade do atendimento e aumentar os riscos à população atendida no hospital.

PACIENTES DEPENDEM DE OUTRAS CIDADES

O levantamento mostrou ainda deficiência nos

serviços de diagnóstico e na estrutura laboratorial da unidade.

Pacientes enfrentam dificuldades para realizar exames básicos e acabam dependendo de deslocamentos para outros municípios, o que amplia o tempo de espera e dificulta o acesso aos atendimentos.

O Tribunal também recomendou ampliação da oferta de exames de ultrassonografia no hospital.

HOSPITAL FUNCIONA SEM LICENÇAS

Outro ponto considerado grave envolve falhas sanitárias e administrativas na unidade.

Segundo o relatório, o hospital estava funcionando sem licença sanitária vigente e sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros.

A equipe também constatou ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos obrigatórios para segurança sanitária.

Além disso, foram identificadas falhas no controle de estoque de medicamentos e falta de transparência sobre os remédios disponíveis à população.

GESTORES TERÃO PRAZO PARA CORRIGIR PROBLEMAS

Após os apontamentos, o conselheiro Severiano Costandra determinou a citação dos gestores municipais, que terão prazo de cinco dias úteis para apresentar um plano de ação com medidas corretivas.

A equipe do projeto **TCE** de Olho deverá retornar ao hospital posteriormente para verificar se as irregularidades foram solucionadas.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/hospital-publico-do-to-tem-raio-x-inoperante-ha-sete-anos-e-falhas-gra/140804/>

Hospital público do TO tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou uma série de problemas estruturais e operacionais no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo, incluindo um aparelho de raio-X parado há pelo menos sete anos e falhas consideradas graves na assistência à população.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular

A vistoria ocorreu nos dias 18 e 19 de maio e foi conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), dentro do projeto **TCE** de Olho, responsável por monitorar a qualidade dos serviços públicos essenciais no estado.

RAIO-X ESTÁ PARADO HÁ SETE ANOS

Entre os principais problemas apontados pela fiscalização está a inoperância do aparelho de raio-X da unidade hospitalar. Segundo o relatório técnico, o equipamento não funciona há cerca de sete anos.

Mesmo com o aparelho parado, o hospital mantém um técnico em radiologia concursado lotado na unidade. Diante da situação, o conselheiro Severiano Costandra determinou análise mais aprofundada sobre a estrutura do serviço e a situação funcional do servidor.

O Tribunal recomendou ainda que a prefeitura realize avaliação técnica do equipamento e apresente estudo sobre a viabilidade de recuperação ou substituição do aparelho.

FALHAS NO ATENDIMENTO PREOCUPAM

A fiscalização também apontou ausência de cobertura médica contínua em alguns períodos, deixando a unidade sem atendimento presencial em determinados momentos.

Outro problema identificado foram escalas médicas consideradas exaustivas, com plantões chegando a até 48 horas consecutivas.

Segundo o relatório, a situação pode comprometer a qualidade do atendimento e aumentar os riscos à população atendida no hospital.

PACIENTES DEPENDEM DE OUTRAS CIDADES

O levantamento mostrou ainda deficiência nos serviços de diagnóstico e na estrutura laboratorial da unidade.

Pacientes enfrentam dificuldades para realizar exames básicos e acabam dependendo de deslocamentos para outros municípios, o que amplia o tempo de espera e dificulta o acesso aos atendimentos.

O Tribunal também recomendou ampliação da oferta de exames de ultrassonografia no hospital.

HOSPITAL FUNCIONA SEM LICENÇAS

Outro ponto considerado grave envolve falhas sanitárias e administrativas na unidade.

Segundo o relatório, o hospital estava funcionando sem licença sanitária vigente e sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros.

A equipe também constatou ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos obrigatórios para segurança sanitária.

Além disso, foram identificadas falhas no controle de estoque de medicamentos e falta de transparência sobre os remédios disponíveis à população.

GESTORES TERÃO PRAZO PARA CORRIGIR PROBLEMAS

Após os apontamentos, o conselheiro Severiano Costandra determinou a citação dos gestores municipais, que terão prazo de cinco dias úteis para apresentar um plano de ação com medidas corretivas.

A equipe do projeto **TCE** de Olho deverá retornar ao hospital posteriormente para verificar se as irregularidades foram solucionadas.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/hospital-publico-do-to-tem-raio-x-inoperante-ha-sete-anos-e-falhas-gra/140804/>

Fiscalização do TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população, no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo. Entre os principais achados durante a fiscalização está um aparelho de raio-X sem funcionamento há sete anos.

A reportagem fez contato com o secretário de Saúde de Monte do Carmo, Cleiton Araújo, e aguarda posicionamento. Assim que a resposta for dada, a matéria será atualizada

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

Irregularidades encontradas

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento

médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Site: <https://www.d12news.com.br/fiscalizacao-do-tce-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-do-carmo>

TCE aponta hospital com raio-X parado há sete anos e sem licença sanitária em Monte do Carmo

Redação TCE Tocantins - Edição: AN

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados, o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

Irregularidades encontradas

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade.

O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam

jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/tce-aponta-hospital-com-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-sem-licenca-sanitaria-em-monte-do-carmo/44407>

Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro

"Queremos um espaço físico para praticar dança, teatro, participar de rodas de conversa e desenvolver outras atividades de educação e lazer". O pedido feito pela estudante Emília Salete Xavier Lopes, coordenadora do Núcleo de Cidadania do Adolescente (NUCA) de Aparecida do Rio Negro, marcou o nono Encontro de Escuta Ativa do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, realizado nesta segunda-feira, 25. Diante da reivindicação, o prefeito Deusimar Amorim assumiu o compromisso de disponibilizar o espaço ainda neste ano.

A manifestação da jovem simbolizou o principal objetivo do encontro: dar voz à população e aproximar gestores públicos, instituições parceiras e comunidade para identificar necessidades e construir soluções voltadas à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Além da demanda apresentada pela estudante, moradores relataram dificuldades relacionadas ao acesso a médicos especialistas, à disponibilidade de medicamentos na rede municipal e ao atendimento odontológico. A secretária municipal de Saúde, Carmelita Tavares, explicou que a aquisição de medicamentos depende dos recursos repassados pelo Governo Federal, os quais, segundo ela, não atendem integralmente à demanda do município. Sobre o atendimento odontológico, informou que a cidade conta atualmente com dois profissionais em jornada de 40 horas semanais. Já em relação aos encaminhamentos para o Hospital Geral de **Palmas** (HGP), destacou a necessidade de alinhamento com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO).

Outra pauta apresentada pelos participantes foi a valorização dos conselheiros tutelares. Os profissionais solicitaram revisão salarial e a realização de capacitação presencial sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia). O prefeito explicou que eventuais reajustes dependem do equilíbrio das contas municipais, mas garantiu que o tema continuará sendo discutido pela gestão.

Todas as demandas apresentadas durante a Escuta Ativa foram registradas pelas coordenadoras técnicas do programa, Thalyta Fernandes e Dagmar Gemelli. As contribuições farão parte do Plano de Ação

Intersetorial, documento que abrange os pedidos da população e tem como objetivo ajudar o Executivo Municipal a corrigir problemas e melhorar indicadores da educação, saúde e assistência social.

Além da escuta presencial, equipes do Tribunal de Contas realizaram uma consulta pública e uma pesquisa de satisfação, permitindo que moradores apontassem desafios e sugerissem melhorias.

A abertura do encontro contou com a participação do presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, que destacou a importância de ouvir a população e fortalecer ações voltadas às crianças, adolescentes e famílias. "O Tribunal está aqui para ouvir as pessoas e aproximar as instituições da realidade vivida pela comunidade. Quando a população participa, ajuda a construir soluções mais eficazes para os problemas do município", ressaltou.

O coordenador-geral do programa, **Severiano Costandrade**, reforçou que a iniciativa busca promover diálogo e incentivar a participação social. Já o prefeito Deusimar Amorim agradeceu a presença das instituições parceiras e afirmou que, apesar das limitações financeiras enfrentadas pelo município, a gestão continuará empenhada em buscar melhorias para a população. A diretora-geral de Controle Externo do **TCETO**, Dênia Maria Luz, também apresentou aos participantes a atuação do Tribunal de Contas e sua contribuição para o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

O encontro reuniu representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria-Geral da União, Polícia Militar, Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) e demais instituições parceiras do programa. Durante a programação, foi firmado compromisso para ampliação das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) no município.

Antes da realização da Escuta Ativa, o presidente do **TCETO** visitou a Unidade Básica de Saúde (UBS), o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Conselho Tutelar e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Também conheceu o trabalho

desenvolvido pela Associação Beneficente Vila Conectada, iniciativa que promove inclusão digital, robótica, teatro, dança e atividades educativas para crianças, adolescentes e adultos.

Paralelamente, as coordenadoras técnicas do programa se reuniram com representantes das áreas de educação, saúde, assistência social e controle interno para orientar o município sobre estratégias de melhoria dos indicadores sociais e dos critérios avaliados pelo Selo Município Amigo do Futuro.

Ao final das atividades, **Alberto Sevilha** classificou o encontro como produtivo e destacou a importância da participação popular na construção de políticas públicas mais eficientes. "Estamos aproximando o Tribunal da população e criando um espaço para que as pessoas sejam ouvidas. É dessa forma que conseguimos contribuir para melhorar a vida das famílias, especialmente das que mais precisam", concluiu.

Acesse o flicker para conferir a galeria completa de fotos.

Flicker

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/jovem-cobra-espaco-para-atividades-culturais-e-mobiliza-autoridades-durante-escuta-ativa-em-aparecida-do-rio-negro/>

TCE/TO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital do Tocantins

Redação

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandradedeterminou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

Foto: Edivan Cavalcanti / Ascom **TCE/TO**

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

A fiscalização identificou ainda necessidade de

ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Foto: Edivan Cavalcanti / Ascom **TCE/TO**

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Confira abaixo a íntegra da decisão e todos os apontamentos da fiscalização. (Com informações do **TCE/TO**)

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/27/tce-to-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-do-tocantins>

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Serviço

O quê: Sorteio de classificação dos pareceristas credenciados do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025

Quando: Quinta-feira, 28 de maio, às 10 horas

Onde: Auditório do Sebrae - Quadra 102 Norte, Avenida LO-4, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO

Formato: Presencial e com transmissão online

Site: <https://tocantinscultural.com.br/secult-realiza-sorteio-de-pareceristas-credenciados-para-avaliacao-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28/>

Secult promove sorteio de pareceristas para análise de projetos culturais nesta quinta, 28 (Blog Cultura & Sociedade)

Redação

Sessão pública ocorrerá no auditório do Sebrae, em Palmas, com transmissão online

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário

Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Fonte: Assessoria de comunicação da Secult

Site: <https://toemfoco.com.br/blog-da-nubia-dourados/secult-promove-sorteio-de-pareceristas-para-analise-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28/>

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28 (Notícias)

Sessão pública ocorrerá no auditório do Sebrae, em Palmas, com transmissão online.

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Serviço

O quê: Sorteio de classificação dos pareceristas credenciados do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025

Quando: Quinta-feira, 28 de maio, às 10 horas

Onde: Auditório do Sebrae - Quadra 102 Norte, Avenida LO-4, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO

Formato: Presencial e com transmissão online

Cacau Ferreira/Governo do **Tocantins**

Site: <https://portalvemcomnoticias.com/secult-realiza-sorteio-de-pareceristas-credenciados-para-avaliacao-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28/>

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo apontou uma série de problemas estruturais, administrativos e assistenciais que comprometem o atendimento à população.

Entre as principais irregularidades identificadas está um aparelho de raio-X sem funcionamento há vários anos, mesmo com a unidade contando com técnico em radiologia concursado e lotado no hospital. A inspeção foi realizada pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), dentro do projeto **TCE** de Olho. Diante das irregularidades encontradas, o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores para apresentação de um plano de ação com medidas corretivas e estabeleceu prazos para regularização das inconsistências. Segundo o relatório técnico, além do equipamento inoperante, foram identificadas falhas na cobertura médica durante plantões, com períodos sem atendimento presencial e escalas consideradas excessivas para médicos plantonistas.

A fiscalização também apontou limitações nos serviços de diagnóstico, especialmente na realização de exames de ultrassonografia e laboratoriais. Pacientes relataram dificuldades para acesso aos procedimentos e dependência de deslocamentos para outros municípios. Outro ponto destacado foi a fragilidade no controle de medicamentos. O relatório cita falhas no estoque, ausência de definição de

quantidade mínima de medicamentos, insuficiência de profissionais farmacêuticos e falta de transparência sobre os medicamentos disponíveis. Além disso, o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também não foram encontrados documentos obrigatórios relacionados ao controle de infecções e gerenciamento de resíduos hospitalares. Após o prazo estabelecido para adoção das medidas, o **TCE** deverá retornar à unidade para verificar se as determinações foram cumpridas.

Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro

O pedido da estudante Emília Sa-lete Xavier Lopes, coordenadora do Núcleo de Cidadania do Adolescente (NUCA) de Aparecida do Rio Negro, marcou o nono Encontro de Escuta Ativa do programa **TCE** de Olho no Futuro -Aliança pela Primeira Infância, realizado no município. A jovem solicitou um espaço físico para atividades de dança, teatro, rodas de conversa e ações de educação e lazer. Diante da reivindicação, o prefeito Deusimar Amorim assumiu o compromisso de disponibilizar o local ainda neste ano.

A manifestação simbolizou o principal objetivo do encontro: ouvir a população e aproximar gestores públicos, instituições parceiras e comunidade para identificar demandas e construir soluções voltadas à melhoria da qualidade de vida das famílias. Durante a programação, moradores também relataram dificuldades relacionadas ao acesso a médicos especialistas, disponibilidade de medicamentos na rede municipal e atendimento odontológico. A secretária municipal de Saúde, Carmelita Tavares, explicou que a compra de medicamentos depende dos recursos repassados pelo Governo Federal, os quais não atenderam integralmente à demanda do município. Sobre o atendimento odontológico, informou que a cidade contava com dois profissionais atuando em jornada de 40 horas semanais. Já em relação aos encaminhamentos para o Hospital Geral de **Palmas** (HGP), destacou a necessidade de alinhamento com a Secretaria de Estado da Saúde.

Outra pauta debatida foi a valorização dos conselheiros tutelares. Os profissionais solicitaram revisão salarial e capacitação presencial sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia). O prefeito afirmou que possíveis reajustes dependeram do equilíbrio financeiro do município, mas garantiu continuidade nas discussões sobre o tema. Todas as demandas apresentadas durante a Escuta Ativa foram registradas pelas coordenadoras técnicas do programa, Thalyta Fernandes e Dagmar Gemelli. As contribuições passaram a integrar o Plano de Ação Inter-setorial, documento voltado à melhoria dos indicadores da educação, saúde e assistência social.

Além da escuta presencial, equipes do Tribunal de Contas realizaram consulta pública e pesquisa de

satisfação para identificar desafios e sugestões da população. A abertura do encontro contou com a participação do presidente do **TCE-TO**, **Alberto Sevilha**, que destacou a importância de aproximar as instituições da realidade vivida pela comunidade e fortalecer políticas públicas voltadas às crianças, adolescentes e famílias. O co-ordenador-geral do programa, **Severiano Costandrade**, reforçou que a iniciativa buscou incentivar a participação social. Já o prefeito Deusimar Amorim agradeceu a presença das instituições parceiras e afirmou que a gestão permaneceu empenhada em buscar melhorias para a população, apesar das limitações financeiras enfrentadas pelo município.

O encontro reuniu representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria-Geral da União, Polícia Militar, Secretaria da Cidadania e Justiça e demais parceiros do programa. Durante a programação, também foi firmado compromisso para ampliação das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) no município. Antes da Escuta Ativa, o presidente do **TCETO** visitou unidades de saúde, assistência social, educação e o trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente Vila Conectada, iniciativa voltada à inclusão digital, robótica, teatro, dança e atividades educativas. Ao final das atividades, **Alberto Sevilha** classificou o encontro como produtivo e destacou a importância da participação popular na construção de políticas públicas mais eficientes.

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Fiscalização identificou 23 achados na unidade, incluindo ausência de alvarás, falhas no controle de medicamentos e escalas médicas de até 48 horas consecutivas

Secult realiza sorteio de pareceristas credenciados para avaliação de projetos culturais nesta quinta, 28 (secult)

Redação

A Secretaria de Estado da Cultura realiza nesta quinta-feira, 28, a sessão pública de sorteio para classificação dos pareceristas habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025. O evento contará com participação presencial e transmissão online, e ocorrerá a partir das 10 horas, no auditório do Sebrae **Tocantins**, em Palmas.

Os pareceristas credenciados atuarão na análise de projetos culturais em diversas áreas, entre elas cultura tradicional e popular, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura viva, artes visuais, teatro, dança, circo, audiovisual, música e literatura.

Conforme previsto no edital, os profissionais inscritos precisaram comprovar qualificação específica nas áreas culturais escolhidas, além de experiência e capacidade técnica para a elaboração de pareceres claros, objetivos e fundamentados, bem como conhecimento em gestão de projetos culturais.

Transparência e participação institucional

Transparência e participação institucional

Ao todo, serão realizados 11 sorteios eletrônicos, um para cada área artístico-cultural prevista no edital, definindo a ordem de classificação dos pareceristas credenciados. Para garantir a transparência do processo, foram convidados representantes de órgãos de controle e instituições parceiras, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, o **Tribunal de Contas do Estado**, o Ministério Público do **Tocantins**, o Conselho de Políticas Culturais do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins) e a Secretaria da Fazenda.

Durante a realização dos sorteios, as listas de pareceristas credenciados serão disponibilizadas no chat da transmissão e, ao final, será divulgada a classificação gerada pelo sistema eletrônico. Posteriormente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Estado e também no site oficial da Secult.

Todos os pareceristas credenciados receberão, por e-mail, o link de acesso para acompanhamento da sessão online.

Serviço

Serviço

O quê: Sorteio de classificação dos pareceristas credenciados do Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais 2025

Quando: Quinta-feira, 28 de maio, às 10 horas

Onde: Auditório do Sebrae - Quadra 102 Norte, Avenida LO-4, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO

Formato: Presencial e com transmissão online

O quê:

Quando:

Onde:

Formato:

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/cultura/secult-realiza-sorteio-de-pareceristas-credenciados-para-avaliacao-de-projetos-culturais-nesta-quinta-28/>

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Confira abaixo a íntegra da decisão e todos os apontamentos da fiscalização.

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/tceto-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-do-carmo/54249>

Jovem cobra espaço para atividades culturais e mobiliza autoridades durante Escuta Ativa em Aparecida do Rio Negro

"Queremos um espaço físico para praticar dança, teatro, participar de rodas de conversa e desenvolver outras atividades de educação e lazer". O pedido feito pela estudante Emília Salete Xavier Lopes, coordenadora do Núcleo de Cidadania do Adolescente (NUCA) de Aparecida do Rio Negro, marcou o nono Encontro de Escuta Ativa do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, realizado nesta segunda-feira, 25. Diante da reivindicação, o prefeito Deusimar Amorim assumiu o compromisso de disponibilizar o espaço ainda neste ano.

A manifestação da jovem simbolizou o principal objetivo do encontro: dar voz à população e aproximar gestores públicos, instituições parceiras e comunidade para identificar necessidades e construir soluções voltadas à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Além da demanda apresentada pela estudante, moradores relataram dificuldades relacionadas ao acesso a médicos especialistas, à disponibilidade de medicamentos na rede municipal e ao atendimento odontológico. A secretária municipal de Saúde, Carmelita Tavares, explicou que a aquisição de medicamentos depende dos recursos repassados pelo Governo Federal, os quais, segundo ela, não atendem integralmente à demanda do município. Sobre o atendimento odontológico, informou que a cidade conta atualmente com dois profissionais em jornada de 40 horas semanais. Já em relação aos encaminhamentos para o Hospital Geral de **Palmas** (HGP), destacou a necessidade de alinhamento com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO).

Outra pauta apresentada pelos participantes foi a valorização dos conselheiros tutelares. Os profissionais solicitaram revisão salarial e a realização de capacitação presencial sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia). O prefeito explicou que eventuais reajustes dependem do equilíbrio das contas municipais, mas garantiu que o tema continuará sendo discutido pela gestão.

Todas as demandas apresentadas durante a Escuta Ativa foram registradas pelas coordenadoras técnicas do programa, Thalyta Fernandes e Dagmar Gemelli. As contribuições farão parte do Plano de Ação

Intersetorial, documento que abrange os pedidos da população e tem como objetivo ajudar o Executivo Municipal a corrigir problemas e melhorar indicadores da educação, saúde e assistência social.

Além da escuta presencial, equipes do Tribunal de Contas realizaram uma consulta pública e uma pesquisa de satisfação, permitindo que moradores apontassem desafios e sugerissem melhorias.

Instituições e comunidade

A abertura do encontro contou com a participação do presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, que destacou a importância de ouvir a população e fortalecer ações voltadas às crianças, adolescentes e famílias. "O Tribunal está aqui para ouvir as pessoas e aproximar as instituições da realidade vivida pela comunidade. Quando a população participa, ajuda a construir soluções mais eficazes para os problemas do município", ressaltou.

O coordenador-geral do programa, **Severiano Costandrade**, reforçou que a iniciativa busca promover diálogo e incentivar a participação social. Já o prefeito Deusimar Amorim agradeceu a presença das instituições parceiras e afirmou que, apesar das limitações financeiras enfrentadas pelo município, a gestão continuará empenhada em buscar melhorias para a população. A diretora-geral de Controle Externo do **TCETO**, Dênia Maria Luz, também apresentou aos participantes a atuação do Tribunal de Contas e sua contribuição para o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

O encontro reuniu representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Controladoria-Geral da União, Polícia Militar, Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) e demais instituições parceiras do programa. Durante a programação, foi firmado compromisso para ampliação das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) no município.

Visitas técnicas

Antes da realização da Escuta Ativa, o presidente do

TCETO visitou a Unidade Básica de Saúde (UBS), o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Conselho Tutelar e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Também conheceu o trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente Vila Conectada, iniciativa que promove inclusão digital, robótica, teatro, dança e atividades educativas para crianças, adolescentes e adultos.

Paralelamente, as coordenadoras técnicas do programa se reuniram com representantes das áreas de educação, saúde, assistência social e controle interno para orientar o município sobre estratégias de melhoria dos indicadores sociais e dos critérios avaliados pelo Selo Município Amigo do Futuro.

Ao final das atividades, **Alberto Sevilha** classificou o encontro como produtivo e destacou a importância da participação popular na construção de políticas públicas mais eficientes. "Estamos aproximando o Tribunal da população e criando um espaço para que as pessoas sejam ouvidas. É dessa forma que conseguimos contribuir para melhorar a vida das famílias, especialmente das que mais precisam", concluiu.

Site: <https://jalapaonews.com.br/cultura/jovem-cobra-espaco-para-atividades-culturais-e-mobiliza-autoridades-durante-escuta-ativa-em-aparecida-do-rio-negro>

Hospital tem raio-X inoperante há sete anos e falhas graves no interior do Tocantins, diz TCE

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** escancarou uma série de falhas estruturais e operacionais no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo, incluindo a inoperância de um aparelho de raio-X há pelo menos sete anos e deficiências graves na assistência à população.

As irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio por equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), no âmbito do projeto "**TCE** de Olho", que monitora a qualidade dos serviços públicos essenciais no estado.

Diante dos achados, o conselheiro Severiano Costandra determinou a citação dos gestores municipais, que terão prazo de cinco dias úteis para apresentar um plano de ação com medidas corretivas e prazos definidos para a solução das inconsistências apontadas.

Raio-X parado há sete anos e estrutura subutilizada

O relatório técnico aponta como uma das situações mais críticas o aparelho de raio-X da unidade, que está fora de funcionamento há cerca de sete anos. O fato chama ainda mais atenção porque o hospital mantém um técnico em radiologia concursado lotado na unidade, sem que o equipamento esteja operacional.

Diante do cenário, o conselheiro também determinou o encaminhamento do caso para análise de setores especializados do Tribunal, que irão avaliar possível necessidade de apuração mais aprofundada sobre a situação funcional do servidor e a estrutura do serviço.

O **TCETO** recomendou ainda que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, execute os reparos necessários e apresente estudo de viabilidade econômica sobre sua recuperação ou substituição.

Escalas exaustivas e falhas no atendimento médico

Outro ponto considerado grave pela fiscalização é a ausência de cobertura médica contínua na unidade. Foram registradas situações em que o hospital ficou

sem atendimento médico presencial em determinados períodos, comprometendo a assistência aos pacientes.

O relatório também identificou escalas com jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas, o que levanta preocupações sobre sobrecarga de trabalho e risco à qualidade do atendimento prestado.

Diagnóstico limitado e dependência de outros municípios

A vistoria apontou ainda limitações nos serviços de diagnóstico, com necessidade de ampliação da oferta de ultrassonografia e reforço da estrutura laboratorial própria.

Atualmente, pacientes enfrentam dificuldades para realizar exames básicos, ficando dependentes de agendamentos ou deslocamentos para outras cidades, o que amplia o tempo de espera e compromete o acesso à saúde.

Falhas na gestão de medicamentos e risco sanitário

O relatório também revelou fragilidades na gestão farmacêutica do hospital, incluindo falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo de medicamentos e cobertura insuficiente de profissionais da área.

Outro problema apontado foi a falta de transparência na divulgação dos medicamentos disponíveis à população, dificultando o acesso dos usuários aos tratamentos.

Além disso, a unidade hospitalar foi encontrada funcionando sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença sanitária vigente. Também foram constatadas a ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional.

Próximos passos

Após o prazo estabelecido para apresentação das medidas corretivas, a equipe do projeto "**TCE** de Olho" deverá retornar à unidade para verificar se as determinações foram cumpridas e se houve efetiva correção das irregularidades identificadas.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/hospital-tem-raio-x-inoperante-ha-sete-anos-e-falhas-graves-no-interior-do-tocantins-diz-tce>

Fiscalização do TCE aponta raio-X parado há 7 anos e falhas em hospital de Monte do Carmo

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou uma série de problemas no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo. Entre as principais irregularidades apontadas está um aparelho de raio-X sem funcionamento há pelo menos sete anos.

A vistoria ocorreu nos dias 18 e 19 de maio e integrou as ações do projeto **TCE** de Olho, conduzido pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes).

Após a inspeção, o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores municipais. Além disso, ele fixou prazo de cinco dias úteis para apresentação de um plano de ação com medidas corretivas.

A vistoria ocorreu nos dias 18 e 19 de maio e integrou as ações do projeto **TCE** de Olho, conduzido pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes).

Após a inspeção, o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores municipais. Além disso, ele fixou prazo de cinco dias úteis para apresentação de um plano de ação com medidas corretivas.

Segundo o relatório técnico, o hospital mantém um aparelho de raio-X inoperante há cerca de sete anos. Apesar disso, a unidade possui técnico em radiologia concursado e lotado no local.

Por isso, o Tribunal determinou o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte. O objetivo será avaliar a necessidade de uma fiscalização específica sobre a situação funcional do servidor.

Além disso, o **TCE** recomendou que a Prefeitura realize avaliação técnica do equipamento, execute os reparos necessários e apresente estudo sobre a viabilidade econômica da manutenção.

A equipe de fiscalização também identificou ausência de cobertura médica contínua em alguns plantões.

Por isso, o Tribunal determinou o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte. O objetivo

será avaliar a necessidade de uma fiscalização específica sobre a situação funcional do servidor.

Além disso, o **TCE** recomendou que a Prefeitura realize avaliação técnica do equipamento, execute os reparos necessários e apresente estudo sobre a viabilidade econômica da manutenção.

A equipe de fiscalização também identificou ausência de cobertura médica contínua em alguns plantões.

Segundo o relatório, houve períodos sem atendimento médico presencial na unidade. Além disso, os auditores encontraram escalas com jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Outro problema apontado envolveu a limitação dos serviços de diagnóstico. Pacientes relataram dificuldades para realizar exames e dependência de deslocamentos para outros municípios.

Dessa forma, o Tribunal recomendou estudos para ampliar os serviços de ultrassonografia e implantar ou fortalecer a estrutura laboratorial do hospital.

O relatório também apontou fragilidades no controle de medicamentos da unidade hospitalar.

Entre os problemas identificados aparecem falhas no controle de estoque, ausência de definição de estoque mínimo, número insuficiente de farmacêuticos e falta de transparência na divulgação dos medicamentos disponíveis.

Além disso, os auditores constataram que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária.

A fiscalização ainda verificou ausência do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

Segundo o **TCE**, esses documentos são considerados essenciais para garantir segurança sanitária e operacional em unidades hospitalares.

Após o prazo concedido para regularização das inconsistências, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará ao hospital para verificar o cumprimento das determinações.

Por fim, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** informou que acompanhará as medidas adotadas pela gestão municipal para corrigir os problemas identificados durante a fiscalização.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/26/fiscalizacao-do-tce-aponta-raio-x-parado-ha-7-anos-e-falhas-em-hospital-de-monte-do-carmo/>

Hospital de Monte do Carmo opera há sete anos sem raio-X e sem licença sanitária, aponta TCE

Gabes Guizilin

Após fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo, foi apontado uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre as principais falhas reveladas estão a existência de um aparelho de raio-X sem funcionamento, falta de médicos, gestão incorreta de medicamentos e a ausência de licença da Vigilância Sanitária.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), dentro do projeto **TCE** de Olho. Diante da fiscalização, o conselheiro Severiano Costa Andrade determinou a citação dos gestores para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas.

Apesar do hospital possuir técnico em radiologia concursado e lotado na unidade, segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade está inoperante há pelo menos sete anos. O conselheiro determinou o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor. O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outra falha apontada no relatório foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Além disso, foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48h consecutivas para médicos plantonistas.

A vistoria identificou a necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Conforme o relatório,

pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

A fiscalização também apontou erros na gestão farmacêutica do hospital. O relatório identifica falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

O relatório revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe de fiscalização retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/hospital-de-monte-do-carmo-opera-ha-sete-anos-sem-raio-x-e-sem-licenca-sanitaria-aponta-tce-589869/>

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Fiscalização identificou 23 achados na unidade, incluindo ausência de alvarás, falhas no controle de medicamentos e escalas médicas de até 48 horas consecutivas

Da Assessoria

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os

plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tceto-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos->

em-hospital-de-monte-do-carmo

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Fiscalização identificou 23 achados na unidade, incluindo ausência de alvarás, falhas no controle de medicamentos e escalas médicas de até 48 horas consecutivas

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento

médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Confira abaixo a íntegra da decisão e todos os apontamentos da fiscalização.

Site: <https://ocoletivo.com.br/tceto-aponta-raio-x-parado->

***ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-
do-carmo/***

TCE aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas estruturais e operacionais que comprometem o atendimento à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X inoperante há pelo menos sete anos.

A vistoria foi realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto "**TCE de Olho**", e resultou na identificação de 23 irregularidades na unidade de saúde.

Diante dos problemas encontrados, o conselheiro **Severiano Costandrade** determinou a citação dos gestores municipais, que terão prazo de cinco dias úteis para apresentar um plano de ação com medidas corretivas. Também foram estabelecidos prazos para a regularização das inconsistências.

Raio-X sem funcionamento

De acordo com o relatório técnico, o equipamento de raio-X permanece sem funcionamento há anos, mesmo com a existência de um técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O caso chamou a atenção dos auditores, e o conselheiro determinou o encaminhamento da situação para análise de setores especializados do Tribunal.

O **TCETO** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo que comprove a viabilidade econômica da manutenção.

Falta de médicos e jornadas excessivas

Outro ponto considerado crítico foi a ausência de cobertura médica contínua. Durante a fiscalização, foram identificados períodos em que o hospital funcionou sem atendimento médico presencial.

Além disso, o relatório apontou escalas com jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas, prática que pode comprometer a

qualidade do atendimento e a segurança dos pacientes.

Diagnóstico limitado

A equipe técnica também identificou limitações nos serviços de diagnóstico. Há necessidade de ampliação da oferta de exames de ultrassonografia e da estrutura laboratorial da unidade.

Pacientes relataram dificuldades para realizar exames, muitas vezes dependendo de agendamentos demorados ou deslocamentos para outros municípios.

Falhas no controle de medicamentos

A fiscalização apontou fragilidades na gestão farmacêutica do hospital, como falhas no controle de estoque, ausência de definição de estoque mínimo de medicamentos e número insuficiente de profissionais farmacêuticos.

Também foi constatada falta de transparência na divulgação dos medicamentos disponíveis à população.

Ausência de licenças e planos obrigatórios

Outro problema grave identificado foi o funcionamento da unidade sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária.

Além disso, o hospital não possui documentos essenciais, como o Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), fundamentais para garantir a segurança sanitária.

Próximos passos

Após o prazo estabelecido para a adoção das medidas corretivas, a equipe do projeto "**TCE de Olho**" deverá retornar ao hospital para verificar se as determinações foram cumpridas.

O **Tribunal de Contas** reforça que a fiscalização tem

caráter orientativo e preventivo, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/107954/tce-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-do-carmo>

Raio-X sem funcionar e falta de médicos: Tribunal aponta falhas graves em hospital no TO

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e

recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Confira abaixo a íntegra da decisão e todos os apontamentos da fiscalização.

Fotos: Edivan Cavalcanti / Ascom **TCETO**

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/raio-x-sem-funcionar-e-falta-de-medicos-tribunal-aponta-falhas-graves-em-hospital-no-to/>

Combinado completa 37 anos sem entrega de obras municipais e sob críticas à gestão

O município de Combinado, na região sudeste do estado, celebra em 2026 seus 37 anos de emancipação política e administrativa. Apesar da data simbólica, parte da população tem demonstrado insatisfação com a atual gestão municipal, que chega ao segundo ano sem anunciar a entrega de obras concluídas com recursos próprios.

A cidade foi desmembrada de Arraias e emancipada oficialmente em 30 de dezembro de 1987, com instalação administrativa em 1º de junho de 1989. Tradicionalmente, o aniversário do município é marcado por eventos festivos, mas neste ano o foco das críticas recai sobre a ausência de investimentos concretos em infraestrutura.

Desde que assumiu o cargo em janeiro de 2025, o prefeito Dione Mendes da Silva Azevedo tem divulgado nas redes sociais a captação de recursos por meio de emendas parlamentares de senadores e deputados. No entanto, até o momento, não há registro de obras concluídas sob responsabilidade direta da gestão municipal.

Atualmente, a única obra em andamento dentro da cidade é a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), financiada com recursos do governo federal. Já a ponte sobre o Rio Peixe, em fase final, é executada pelo governo estadual, por meio da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), nos limites entre Combinado e Arraias.

Moradores relatam problemas estruturais, como ruas esburacadas, deficiência na limpeza urbana e ausência de um cronograma claro para execução de serviços básicos. As críticas também se estendem à falta de planejamento urbano e de ações contínuas para melhoria da qualidade de vida da população.

Leia também:

Em 2025, as comemorações de aniversário do município se estenderam por mais de 15 dias, com eventos festivos e rodeios. No entanto, os gastos com festividades, que teriam ultrapassado R\$ 800 mil, também passaram a ser questionados diante da ausência de investimentos estruturais.

A atual gestão acumula uma série de denúncias e apurações em órgãos de controle, como o **Tribunal de**

Contas do Estado do Tocantins e o Ministério Público do **Tocantins**. Entre os principais pontos investigados estão:

Além das questões administrativas, um episódio recente envolvendo o prefeito e um vereador aumentou a tensão política no município. Segundo registro policial, o vereador Leandro da Silva Rodrigues relatou ter sido alvo de ameaças, intimidação e agressões físicas após uma sessão legislativa.

De acordo com o relato formal, o caso teria ocorrido nas dependências da Câmara Municipal, na presença de outras pessoas, incluindo parlamentares e membros da equipe administrativa. O vereador afirma que houve menção ao uso de arma de fogo e comportamento intimidatório por parte do gestor.

A ocorrência foi registrada na Polícia Civil e inclui apresentação de provas, como imagens e registros de interações em redes sociais. O episódio ocorre em meio a um cenário de embates políticos e denúncias encaminhadas por vereadores aos órgãos de fiscalização.

Diante do cenário, moradores questionam as prioridades da administração municipal. A principal cobrança gira em torno da ausência de obras estruturantes e da efetividade na aplicação dos recursos anunciados.

A reportagem não localizou posicionamento oficial da prefeitura sobre os pontos levantados. O espaço permanece aberto para manifestação da gestão municipal.

Reportagem: Nathally Guimarães / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/107949/combinado-completa-37-anos-sem-entrega-de-obras-municipais-e-sob-criticas-a-gestao>

Tribunal de Contas leva orientação e escuta ativa a Gurupi com o projeto Caminhos da Integração

O município de Gurupi recebeu, nesta segunda-feira (25), o quinto encontro do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa é conduzida pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**. O objetivo é aproximar o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** dos municípios por meio do diálogo, da orientação técnica e da escuta ativa dos gestores públicos.

Considerada a maior cidade jurisdicionada à 5ª Relatoria do **TCETO**, Gurupi reuniu autoridades, servidores e representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Dessa maneira, a programação fortaleceu o debate sobre gestão pública, transparência e participação cidadã.

Foto: Fernando Passos

Durante a abertura, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** afirmou que o projeto vai além da fiscalização tradicional. Segundo ela, a iniciativa permite conhecer de perto a realidade dos municípios. Além disso, o contato direto com gestores e servidores ajuda a identificar desafios e construir soluções conjuntas.

"Nosso objetivo é contribuir para que as políticas públicas gerem resultados concretos para a população", destacou a conselheira.

O encontro contou com a presença do conselheiro ouvidor do **TCETO**, **Manoel Pires dos Santos**, do procurador-geral de Contas, Marcos Antônio da Silva Modes, da prefeita Josi Nunes e do presidente da Câmara Municipal, Ivanilson Marinho. Além disso, participaram secretários, vereadores e equipes técnicas.

Orientações técnicas fortalecem a gestão

Durante a programação, assessores da 5ª Relatoria apresentaram orientações sobre licitações, orçamento, contabilidade e ouvidoria. Além disso, os técnicos esclareceram dúvidas e compartilharam boas práticas administrativas.

A Ouvidoria do **TCETO** também participou do encontro. Na ocasião, representantes apresentaram os

canais de atendimento e explicaram os mecanismos de participação cidadã e controle social.

Foto: Fernando Passos

Para o procurador-geral de Contas, Marcos Modes, iniciativas como essa fortalecem a prevenção e a boa governança. Segundo ele, o diálogo institucional ajuda a esclarecer dúvidas e evitar falhas administrativas. Dessa forma, os gestores conseguem atuar com mais segurança e eficiência.

Da mesma forma, o conselheiro ouvidor **Manoel Pires dos Santos** ressaltou a importância da aproximação entre o Tribunal, os gestores e a população. Conforme explicou, essa relação amplia o acesso à informação e fortalece o controle social.

Prefeita destaca parceria com o Tribunal

A prefeita Josi Nunes afirmou que a presença do **Tribunal de Contas** em Gurupi representa uma oportunidade importante para o município. Segundo ela, o contato com membros e técnicos da Corte amplia o conhecimento das equipes e traz mais segurança para os gestores.

Além disso, a gestora destacou que a parceria contribui para melhorar os serviços oferecidos à população. Assim, o município consegue aperfeiçoar continuamente os atendimentos prestados aos moradores.

Comitiva visitou órgãos públicos municipais

Ao longo do dia, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** e o procurador-geral Marcos Modes realizaram visitas institucionais em órgãos públicos municipais. A agenda incluiu escolas, unidades administrativas, UBS, obras em andamento e o aterro sanitário.

Além disso, a comitiva visitou a sede do Gurupi Prev. Durante o encontro, o presidente do instituto apresentou dados sobre a aplicação dos recursos. Em seguida, entregou o Relatório de Gestão de 2025 ao procurador-geral de Contas.

Posteriormente, os representantes do Tribunal estiveram na Câmara Municipal de Gurupi. No local, foram recebidos pelo presidente Ivanilson Marinho e pelos vereadores da Casa.

Foto: Fernando Passos

Durante a visita, os participantes discutiram temas ligados à transparência, governança e fortalecimento institucional. Segundo Ivanilson Marinho, a cooperação entre os órgãos públicos contribui para melhorar os resultados oferecidos à sociedade. Além disso, o diálogo entre as instituições fortalece o trabalho dos agentes públicos.

Próximos municípios receberão o projeto

Após a agenda em Gurupi, o projeto Caminhos da Integração seguirá pela região sul do **Tocantins**. As próximas visitas ocorrerão nos municípios de Alvorada, Talismã, Sucupira e Peixe.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/26/tribunal-de-contas-leva-orientacao-e-escuta-ativa-a-gurupi-com-o-projeto-caminhos-da-integracao/>

TCETO aponta raio-X parado há sete anos e falta de médicos em hospital de Monte do Carmo

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Monte do Carmo revelou uma série de problemas que afetam a estrutura administrativa, os serviços de diagnóstico e a assistência prestada à população. Entre os principais achados está um aparelho de raio-X sem funcionamento.

As possíveis irregularidades foram identificadas durante vistoria realizada nos dias 18 e 19 de maio pela equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), dentro do projeto **TCE** de Olho.

Diante dos achados encontrados o conselheiro Severiano Costandrade determinou a citação dos gestores, para que apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação contendo medidas corretivas, bem como fixou prazos para a regularização das inconsistências identificadas.

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Segundo o relatório técnico, o equipamento de raio-X da unidade encontra-se inoperante há pelo menos sete anos. A situação chamou atenção dos servidores do **TCE** porque o hospital possui técnico em radiologia concursado e lotado na unidade. O conselheiro determinou ainda o encaminhamento do caso para setores especializados da Corte avaliarem a necessidade de fiscalização específica relacionada à situação funcional do servidor.

O **TCE** recomendou que a gestão municipal realize avaliação técnica do equipamento, providencie os reparos necessários e apresente estudo demonstrando a viabilidade econômica.

Outro problema considerado relevante foi a ausência de cobertura médica contínua durante todos os plantões. Na fiscalização foram constatadas situações em que a unidade permaneceu sem atendimento médico presencial em determinados períodos. Também foram identificadas escalas que previam jornadas de até 48 horas consecutivas para médicos plantonistas.

Diagnóstico limitado

A fiscalização identificou ainda necessidade de ampliação dos serviços de ultrassonografia e recomendou estudo para implantação ou ampliação da estrutura laboratorial própria da unidade. Atualmente, pacientes relataram dificuldades relacionadas à realização de exames e à dependência de agendamentos ou deslocamentos para outros municípios.

Controle de medicamentos

O relatório também aponta fragilidades na gestão farmacêutica do hospital. Foram identificadas falhas no controle de estoque, ausência de definição formal de estoque mínimo para medicamentos, cobertura insuficiente de profissionais farmacêuticos e falta de transparência quanto à divulgação dos medicamentos disponíveis para a população.

A vistoria revelou ainda que o hospital funciona sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária. Também foram constatadas ausências do Plano de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PCIRAS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documentos considerados essenciais para a segurança sanitária e operacional de qualquer unidade hospitalar.

Próximos passos

Após o prazo de implementação das medidas, a equipe do projeto **TCE** de Olho retornará à unidade para verificar se as providências foram efetivamente executadas.

Confira abaixo a íntegra da decisão e todos os apontamentos da fiscalização.

Site: <https://www.nortedotocantins.com.br/05/2026/tceto-aponta-raio-x-parado-ha-sete-anos-e-falta-de-medicos-em-hospital-de-monte-do-carmo/>

Monitoramento do TCETO aponta que 90% das irregularidades no novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré foram corrigidas

Apesar do investimento superior a R\$ 3,5 milhões, a construção do novo prédio da Prefeitura de Brejinho de Nazaré apresentou falhas estruturais e vícios construtivos identificados por auditores da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Ca-eng), do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**. A vistoria inicial ocorreu em dezembro de 2025, período em que a obra foi entregue. Durante a inspeção, foram constatados problemas que comprometiam a segurança da edificação, como instabilidade em esquadrias, guarda-corpos e falhas na parte elétrica, com risco de superaquecimento e incêndio. Nesta quarta-feira, 20, a equipe técnica retornou ao local e verificou que mais de 90% das irregularidades já haviam sido corrigidas. Segundo o **TCETO**, a construtora reforçou estruturas, substituiu cabos elétricos e realizou adequações nos quadros de energia. Infiltrações nas paredes, no forro e no telhado também foram solucionadas, conforme monitoramento realizado inclusive com auxílio de drone. Mesmo com os avanços, a equipe técnica seguirá acompanhando a obra até a correção total dos apontamentos dentro do prazo de garantia de cinco anos.

TCE TO aponta correção de 90% das irregularidades em novo prédio da Prefeitura de Brejinho de Nazaré

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração (Prefeitura de Gurupi)

Redação

A Prefeitura de Gurupi recebeu nesta segunda-feira, 25, a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada da equipe técnica da relatoria, dentro da programação do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa percorre 21 municípios tocaninenses com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o **Tribunal de Contas** e as gestões municipais, promovendo orientação técnica, troca de experiências e aproximação institucional. Gurupi foi o quinto município a receber a ação.

A agenda teve início no auditório do VIDA+ Gurupi, no Centro Administrativo da Prefeitura, onde a prefeita Josi Nunes, o vice-prefeito Adailton Fonseca, secretários municipais, vereadores e servidores receberam a equipe do **TCE** para uma conversa inicial sobre os objetivos do projeto e os desafios da administração pública municipal.

Na sequência, a comitiva realizou uma série de visitas técnicas a diversos órgãos públicos da cidade, incluindo unidades de saúde, escolas e obras públicas em andamento, permitindo à equipe conhecer de perto a realidade do município, além de ouvir gestores, técnicos e servidores sobre demandas, dificuldades e experiências da gestão pública.

Durante os encontros, também foram promovidos momentos de esclarecimento de dúvidas e orientações técnicas voltadas às áreas administrativas, contábeis, fiscais e de gestão pública, fortalecendo o papel pedagógico e orientador do **Tribunal de Contas**.

Aproximação institucional e fortalecimento da gestão

Aproximação institucional e fortalecimento da gestão

A prefeita Josi Nunes destacou a importância da visita e da aproximação institucional entre o município e o **Tribunal de Contas**. "Recebemos com muita alegria a

conselheira Doris e toda a equipe da 5ª Relatoria. Essas visitas são extremamente importantes porque aproximam a gestão municipal do Tribunal, fortalecem o diálogo, esclarecem dúvidas e contribuem para que possamos melhorar cada vez mais a eficiência da administração pública. É um momento valioso de integração, de aprendizado e também de mostrar a realidade do nosso município, nossos avanços e desafios", afirmou a prefeita.

A conselheira **Doris de Miranda Coutinho** também ressaltou a relevância do projeto e da experiência vivenciada nos municípios visitados. "Essas visitas têm sido uma experiência extremamente enriquecedora para o nosso trabalho e para aquilo que nos propusemos a fazer, que é ver e ouvir mais do que falar. O diálogo com os gestores, servidores e equipes técnicas tem sido de grande valia, porque nos permite compreender melhor a realidade de cada município e contribuir de forma mais próxima e efetiva com a gestão pública", destacou.

Caminhos da Integração

Caminhos da Integração

O projeto Caminhos da Integração foi idealizado pela 5ª Relatoria do **TCE-TO** com o propósito de estreitar a relação entre o Tribunal e os municípios jurisdicionados, promovendo uma atuação mais próxima, orientadora e colaborativa, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria dos serviços prestados à população.

Site:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/prefeitura-de-gurupi-recebe-visita-da-5a-relatoria-do-tce-to-em-acao-do-projeto-caminhos-da-integracao/>

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração

A Prefeitura de Gurupi recebeu nesta segunda-feira, 25, a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada da equipe técnica da relatoria, dentro da programação do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa percorre 21 municípios tocaninenses com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o **Tribunal de Contas** e as gestões municipais, promovendo orientação técnica, troca de experiências e aproximação institucional. Gurupi foi o quinto município a receber a ação.

A agenda teve início no auditório do VIDA+ Gurupi, no Centro Administrativo da Prefeitura, onde a prefeita Josi Nunes, o vice-prefeito Adailton Fonseca, secretários municipais, vereadores e servidores receberam a equipe do **TCE** para uma conversa inicial sobre os objetivos do projeto e os desafios da administração pública municipal.

Na sequência, a comitiva realizou uma série de visitas técnicas a diversos órgãos públicos da cidade, incluindo unidades de saúde, escolas e obras públicas em andamento, permitindo à equipe conhecer de perto a realidade do município, além de ouvir gestores, técnicos e servidores sobre demandas, dificuldades e experiências da gestão pública.

Durante os encontros, também foram promovidos momentos de esclarecimento de dúvidas e orientações técnicas voltadas às áreas administrativas, contábeis, fiscais e de gestão pública, fortalecendo o papel pedagógico e orientador do **Tribunal de Contas**.

Aproximação institucional e fortalecimento da gestão

A prefeita Josi Nunes destacou a importância da visita e da aproximação institucional entre o município e o **Tribunal de Contas**. "Recebemos com muita alegria a conselheira Doris e toda a equipe da 5ª Relatoria. Essas visitas são extremamente importantes porque aproximam a gestão municipal do Tribunal, fortalecem o diálogo, esclarecem dúvidas e contribuem para que possamos melhorar cada vez mais a eficiência da administração pública. É um momento valioso de integração, de aprendizado e também de mostrar a

realidade do nosso município, nossos avanços e desafios", afirmou a prefeita.

A conselheira **Doris de Miranda Coutinho** também ressaltou a relevância do projeto e da experiência vivenciada nos municípios visitados. "Essas visitas têm sido uma experiência extremamente enriquecedora para o nosso trabalho e para aquilo que nos propusemos a fazer, que é ver e ouvir mais do que falar. O diálogo com os gestores, servidores e equipes técnicas tem sido de grande valia, porque nos permite compreender melhor a realidade de cada município e contribuir de forma mais próxima e efetiva com a gestão pública", destacou.

Caminhos da Integração

O projeto Caminhos da Integração foi idealizado pela 5ª Relatoria do **TCE-TO** com o propósito de estreitar a relação entre o Tribunal e os municípios jurisdicionados, promovendo uma atuação mais próxima, orientadora e colaborativa, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria dos serviços prestados à população.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/48063/prefeitura-de-gurupi-recebe-visita-da-5o-relatoria-do-tce-to-em-acao-do-projeto-caminhos-da-integracao>

Prefeitura de Gurupi recebe visita da 5ª Relatoria do TCE-TO em ação do projeto Caminhos da Integração (Cidades)

Fernando Vieira - Secom Gurupi | Foto: Lino Vargas - Secom Gurupi

- Publicidade -

- Publicidade -

A Prefeitura de Gurupi recebeu nesta segunda-feira, 25, a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada da equipe técnica da relatoria, dentro da programação do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa percorre 21 municípios tocantinenses com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o **Tribunal de Contas** e as gestões municipais, promovendo orientação técnica, troca de experiências e aproximação institucional. Gurupi foi o quinto município a receber a ação.

A Prefeitura de Gurupi recebeu nesta segunda-feira, 25, a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada da equipe técnica da relatoria, dentro da programação do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa percorre 21 municípios tocantinenses com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o **Tribunal de Contas** e as gestões municipais, promovendo orientação técnica, troca de experiências e aproximação institucional. Gurupi foi o quinto município a receber a ação.

A Prefeitura de Gurupi recebeu nesta segunda-feira, 25, a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada da equipe técnica da relatoria, dentro da programação do projeto Caminhos da Integração. A iniciativa percorre 21 municípios tocantinenses com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o **Tribunal de Contas** e as gestões municipais, promovendo orientação técnica, troca de experiências e aproximação institucional. Gurupi foi o quinto município a receber a ação.

A agenda teve início no auditório do VIDA+ Gurupi, no

Centro Administrativo da Prefeitura, onde a prefeita Josi Nunes, o vice-prefeito Adailton Fonseca, secretários municipais, vereadores e servidores receberam a equipe do **TCE** para uma conversa inicial sobre os objetivos do projeto e os desafios da administração pública municipal.

Na sequência, a comitiva realizou uma série de visitas técnicas a diversos órgãos públicos da cidade, incluindo unidades de saúde, escolas e obras públicas em andamento, permitindo à equipe conhecer de perto a realidade do município, além de ouvir gestores, técnicos e servidores sobre demandas, dificuldades e experiências da gestão pública.

Durante os encontros, também foram promovidos momentos de esclarecimento de dúvidas e orientações técnicas voltadas às áreas administrativas, contábeis, fiscais e de gestão pública, fortalecendo o papel pedagógico e orientador do **Tribunal de Contas**.

Aproximação institucional e fortalecimento da gestão

A prefeita Josi Nunes destacou a importância da visita e da aproximação institucional entre o município e o **Tribunal de Contas**. "Recebemos com muita alegria a conselheira Doris e toda a equipe da 5ª Relatoria. Essas visitas são extremamente importantes porque aproximam a gestão municipal do Tribunal, fortalecem o diálogo, esclarecem dúvidas e contribuem para que possamos melhorar cada vez mais a eficiência da administração pública. É um momento valioso de integração, de aprendizado e também de mostrar a realidade do nosso município, nossos avanços e desafios", afirmou a prefeita.

"Recebemos com muita alegria a conselheira Doris e toda a equipe da 5ª Relatoria. Essas visitas são extremamente importantes porque aproximam a gestão municipal do Tribunal, fortalecem o diálogo, esclarecem dúvidas e contribuem para que possamos melhorar cada vez mais a eficiência da administração pública. É um momento valioso de integração, de aprendizado e também de mostrar a realidade do nosso município, nossos avanços e desafios",

A conselheira **Doris de Miranda Coutinho** também

ressaltou a relevância do projeto e da experiência vivenciada nos municípios visitados. "Essas visitas têm sido uma experiência extremamente enriquecedora para o nosso trabalho e para aquilo que nos propusemos a fazer, que é ver e ouvir mais do que falar. O diálogo com os gestores, servidores e equipes técnicas tem sido de grande valia, porque nos permite compreender melhor a realidade de cada município e contribuir de forma mais próxima e efetiva com a gestão pública", destacou.

"Essas visitas têm sido uma experiência extremamente enriquecedora para o nosso trabalho e para aquilo que nos propusemos a fazer, que é ver e ouvir mais do que falar. O diálogo com os gestores, servidores e equipes técnicas tem sido de grande valia, porque nos permite compreender melhor a realidade de cada município e contribuir de forma mais próxima e efetiva com a gestão pública",

Caminhos da Integração

O projeto Caminhos da Integração foi idealizado pela 5ª Relatoria do **TCE-TO** com o propósito de estreitar a relação entre o Tribunal e os municípios jurisdicionados, promovendo uma atuação mais próxima, orientadora e colaborativa, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria dos serviços prestados à população.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Caminhos da Integração Fiscalização gestão pública Gurupi **Tribunal de Contas**

Caminhos da Integração

Fiscalização

gestão pública

Gurupi

Tribunal de Contas

Site: <https://portaldoamaral.com.br/prefeitura-de-gurupi-recebe-visita-da-5a-relatoria-do-tce-to-em-acao-do-projeto-caminhos-da-integracao/>

TCE-TO realiza visita técnica em Gurupi pelo projeto Caminhos da Integração (Gurupi (TO))

Atitude Tocantins

Da Redação

A Prefeita de Gurupi, Josi Nunes, recebeu, nesta segunda-feira (25), a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, e de sua equipe técnica. A ação faz parte do projeto Caminhos da Integração, que percorre 21 municípios tocaninenses. O objetivo da iniciativa é aproximar o órgão de controle das gestões municipais por meio de orientação técnica, fiscalização direta e compartilhamento de dados administrativos. Gurupi é a quinta cidade visitada pelo cronograma.

A agenda oficial começou no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura, onde a prefeita Josi Nunes, o vice-prefeito Adailton Fonseca, secretários municipais, vereadores e servidores públicos reuniram-se com a comitiva do tribunal. No encontro, foram expostas as metas do projeto e discutidos os principais entraves orçamentários e administrativos enfrentados pelo Executivo local.

Após a reunião inicial, a equipe do **TCE-TO** realizou vistorias técnicas em órgãos públicos da cidade. O roteiro incluiu unidades de saúde, instituições de ensino e canteiros de obras públicas em andamento. As visitas serviram para que os técnicos do tribunal avaliassem a execução dos serviços e ouvissem as demandas operacionais de gestores e servidores de carreira.

Durante as inspeções, os técnicos da 5ª Relatoria prestaram assessoramento focado nas áreas administrativa, contábil e fiscal. A equipe do tribunal buscou sanar dúvidas sobre a prestação de contas e a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), reforçando o caráter pedagógico que antecede as etapas de julgamento de contas públicas.

De acordo com a administração municipal, o diálogo direto com o tribunal é fundamental para alinhar os procedimentos internos às exigências legais da Corte de Contas. A conselheira **Doris de Miranda Coutinho** afirmou que a proposta do projeto prioriza a

observação da realidade local e a escuta ativa dos servidores e técnicos municipais, visando subsidiar as decisões do tribunal com dados práticos do cotidiano das prefeituras.

A interiorização das ações do **Tribunal de Contas do Estado** representa uma mudança na dinâmica de fiscalização, que migra do ambiente estritamente burocrático para a verificação in loco dos investimentos. Do ponto de vista político-social, essa proximidade pode acelerar a correção de falhas administrativas em Gurupi, minimizando riscos de rejeição de contas e otimizando a aplicação do erário. Contudo, a eficácia do projeto Caminhos da Integração dependerá da continuidade do acompanhamento técnico e da capacidade da gestão municipal em converter as orientações recebidas em melhorias práticas na execução das políticas públicas.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/gurupi/tce-to-realiza-visita-tecnica-em-gurupi-pelo-projeto-caminhos-da-integracao/>

Prefeito e secretário entram na mira do MPTO após prefeitura acumular milhões em débitos

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) abriu investigação para apurar supostas irregularidades envolvendo descontos previdenciários e parcelas de empréstimos consignados de servidores da Prefeitura de Xambioá, no norte do estado, durante a gestão do prefeito Mayck Câmara.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular

A apuração também envolve o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz, apontado no procedimento como responsável pela pasta onde teriam ocorrido os descontos sem os respectivos repasses ao INSS e às instituições financeiras.

INVESTIGAÇÃO DO MPTO

O procedimento tramita por meio de Inquérito Civil Público instaurado pelo promotor de Justiça Helder Lima Teixeira, da Promotoria de Justiça de Xambioá.

Segundo a portaria, a investigação teve início após denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPTO em outubro de 2025. O relato aponta que valores descontados diretamente dos salários dos servidores não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem aos bancos responsáveis pelos empréstimos consignados.

O Ministério Público menciona ainda possível prática de apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.

DÉBITOS SUPERAM R\$ 2,4 MILHÕES

Entre os documentos citados pelo MPTO estão informações fornecidas pela Receita Federal indicando que o município acumulou, apenas em 2025, débitos que somam R\$ 2.459.735,59, referentes ao período entre abril e julho daquele ano.

Segundo a investigação, os valores foram incluídos em parcelamento especial. Também existem débitos inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O Ministério Público também cita o Alerta nº 2953/2025, emitido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, que apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os registros contábeis da prefeitura.

De acordo com o alerta, as inconsistências envolveriam os fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, além de possíveis prejuízos aos servidores por causa da incidência de juros, multas e outras penalidades.

PREFEITO E SECRETÁRIO SERÃO OUVIDOS

Entre as medidas determinadas pelo MPTO estão a notificação do prefeito Mayck Câmara e do secretário Raimundo Eliandro Vaz para prestarem esclarecimentos sobre os descontos realizados nas folhas de pagamento dos servidores municipais.

O Ministério Público também requisitou à Prefeitura de Xambioá o envio das folhas de pagamento de 2025, além dos comprovantes de retenção e eventual repasse das contribuições previdenciárias e dos empréstimos consignados.

A reportagem procurou o prefeito Mayck Câmara e o secretário Raimundo Eliandro Vaz para comentar as investigações e os apontamentos feitos pelo Ministério Público e pelo **TCE-TO**, mas não houve retorno até a publicação desta matéria.

Sítio:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/prefeito-e-secretario-entram-na-mira-do-mpto-apos-prefeitura-acumular/140765/>

Prefeito e secretário entram na mira do MPTO após prefeitura acumular milhões em débitos

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) abriu investigação para apurar supostas irregularidades envolvendo descontos previdenciários e parcelas de empréstimos consignados de servidores da Prefeitura de Xambioá, no norte do estado, durante a gestão do prefeito Mayck Câmara.

A apuração também envolve o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz, apontado no procedimento como responsável pela pasta onde teriam ocorrido os descontos sem os respectivos repasses ao INSS e às instituições financeiras.

INVESTIGAÇÃO DO MPTO

O procedimento tramita por meio de Inquérito Civil Público instaurado pelo promotor de Justiça Helder Lima Teixeira, da Promotoria de Justiça de Xambioá.

Segundo a portaria, a investigação teve início após denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPTO em outubro de 2025. O relato aponta que valores descontados diretamente dos salários dos servidores não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem aos bancos responsáveis pelos empréstimos consignados.

O Ministério Público menciona ainda possível prática de apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.

DÉBITOS SUPERAM R\$ 2,4 MILHÕES

Entre os documentos citados pelo MPTO estão informações fornecidas pela Receita Federal indicando que o município acumulou, apenas em 2025, débitos que somam R\$ 2.459.735,59, referentes ao período entre abril e julho daquele ano.

Segundo a investigação, os valores foram incluídos em parcelamento especial. Também existem débitos inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O Ministério Público também cita o Alerta nº 2953/2025, emitido pelo **Tribunal de Contas do**

Estado do Tocantins (TCE-TO), que apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os registros contábeis da prefeitura.

De acordo com o alerta, as inconsistências envolveriam os fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, além de possíveis prejuízos aos servidores por causa da incidência de juros, multas e outras penalidades.

PREFEITO E SECRETÁRIO SERÃO OUVIDOS

Entre as medidas determinadas pelo MPTO estão a notificação do prefeito Mayck Câmara e do secretário Raimundo Eliandro Vaz para prestarem esclarecimentos sobre os descontos realizados nas folhas de pagamento dos servidores municipais.

O Ministério Público também requisitou à Prefeitura de Xambioá o envio das folhas de pagamento de 2025, além dos comprovantes de retenção e eventual repasse das contribuições previdenciárias e dos empréstimos consignados.

A reportagem procurou o prefeito Mayck Câmara e o secretário Raimundo Eliandro Vaz para comentar as investigações e os apontamentos feitos pelo Ministério Público e pelo **TCE-TO**, mas não houve retorno até a publicação desta matéria.

Sítio:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/prefeito-e-secretario-entram-na-mira-do-mpto-apos-prefeitura-acumular/140765/>

TCE-TO e Prefeitura de Gurupi unem forças para aprimorar a gestão pública local

Visita institucional da 5ª Relatoria faz parte do projeto "Caminhos da Integração", que busca aproximar o **Tribunal de Contas** dos municípios tocaninenses por meio do diálogo e da orientação técnica.

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta segunda-feira (25), a visita institucional da conselheira titular da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, **Doris de Miranda Coutinho**, acompanhada de sua equipe técnica. A ação integra o projeto "Caminhos da Integração", uma iniciativa que percorre 21 municípios do estado com o propósito de fortalecer o diálogo entre o órgão de controle e as gestões municipais, promovendo a orientação técnica, a troca de experiências e a aproximação institucional. Gurupi foi a quinta cidade a receber a comitiva.

A agenda oficial começou no auditório do VIDA+ Gurupi, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura. No local, a prefeita Josi Nunes, o vice-prefeito Adailton Fonseca, secretários municipais, vereadores e servidores públicos receberam a equipe do **TCE-TO** para uma reunião inicial focada nos objetivos do projeto e nos principais desafios da administração pública municipal.

Logo após a recepção, a comitiva seguiu para uma série de visitas técnicas a diversos órgãos públicos do município, passando por unidades de saúde, instituições de ensino e obras públicas que estão em andamento. O roteiro permitiu que a equipe técnica conhecesse de perto a realidade local e ouvisse as demandas, dificuldades e experiências de gestores, técnicos e servidores da linha de frente.

Ao longo do dia, também foram promovidos espaços para o esclarecimento de dúvidas e o fornecimento de orientações técnicas focadas nas áreas administrativa, contábil, fiscal e de gestão, consolidando o papel pedagógico e orientador que o **Tribunal de Contas** busca exercer junto aos municípios.

A prefeita Josi Nunes enfatizou o impacto positivo da visita para o desenvolvimento da administração local. "Recebemos com muita alegria a conselheira Doris e toda a equipe da 5ª Relatoria. Essas visitas são extremamente importantes porque aproximam a gestão municipal do Tribunal, fortalecem o diálogo, esclarecem dúvidas e contribuem para que possamos melhorar cada vez mais a eficiência da administração

pública. É um momento valioso de integração, de aprendizado e também de mostrar a realidade do nosso município, nossos avanços e desafios", declarou a gestora. A conselheira **Doris de Miranda Coutinho** também reforçou a relevância da iniciativa e do contato direto com o cenário municipal. "Essas visitas têm sido uma experiência extremamente enriquecedora para o nosso trabalho e para aquilo que nos propusemos a fazer, que é ver e ouvir mais do que falar. O diálogo com os gestores, servidores e equipes técnicas tem sido de grande valia, porque nos permite compreender melhor a realidade de cada município e contribuir de forma mais próxima e efetiva com a gestão pública", pontuou.

O "Caminhos da Integração" foi idealizado pela 5ª Relatoria do **TCE-TO** com a meta de estreitar os laços entre o Tribunal e os municípios sob sua jurisdição. A iniciativa propõe uma atuação mais próxima, colaborativa e focada na orientação, visando o fortalecimento da governança pública e a consequente melhoria na entrega dos serviços prestados aos cidadãos.

Site: <https://bocamiudadotocantins.com.br/gurupi-to/tce-to-e-prefeitura-de-gurupi-unem-forcas-para-aprimorar-a-gestao-publica-local/>

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos e gestão vira alvo do MPTO

A Prefeitura de Xambioá, no norte do **Tocantins**, entrou na mira do Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) após denúncias envolvendo supostos descontos feitos nos salários de servidores sem o devido repasse ao INSS e a instituições financeiras. A investigação atinge diretamente o prefeito Mayck Câmara e o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz.

O caso começou a ser apurado após uma denúncia encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público em outubro de 2025. Segundo a investigação, valores referentes a contribuições previdenciárias e empréstimos consignados teriam sido descontados da folha salarial dos servidores municipais, mas não repassados aos órgãos responsáveis.

De acordo com dados da Receita Federal utilizados pelo MPTO, apenas entre abril e julho de 2025 o município acumulou mais de R\$ 2,4 milhões em débitos. Parte das dívidas foi incluída em parcelamentos, enquanto outros valores já aparecem inscritos na dívida ativa da União.

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** também identificou inconsistências nos registros contábeis da prefeitura. Um alerta emitido pelo órgão apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os números apresentados oficialmente pela gestão municipal.

A suspeita investigada pelo Ministério Público pode configurar apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal, quando o empregador desconta contribuições dos trabalhadores e deixa de repassá-las ao sistema previdenciário.

Além dessa apuração, a gestão de Xambioá já vinha sendo alvo de outras investigações nos últimos meses. O MPTO também apura contratos milionários sem licitação para serviços contábeis e advocatícios, além de suspeitas de transformação irregular de servidores contratados em efetivos sem concurso público.

A crise financeira no município ganhou força em 2025, quando a prefeitura anunciou exoneração de cargos comissionados e redução de secretarias alegando dificuldades financeiras e necessidade de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, o Ministério Público quer esclarecer para onde foram os valores descontados dos servidores e se houve irregularidade na condução das contas públicas da prefeitura de Xambioá.

Site: <https://www.opinativopolitico.com/post/prefeitura-de-xambioa-acumula-milhoes-em-debitos-e-gestao-vira-alvo-do-mpto>

Inscrições abertas para seminário sobre políticas públicas da primeira infância realizado pelo MEC e TCETO

Estão abertas as inscrições para o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", que será realizado nos dias 28 e 29 de maio, em **Palmas**. O evento é promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). São esperadas autoridades nacionais e estaduais, além de prefeitos, secretários municipais, membros de conselhos, associações e integrantes da Aliança pela Primeira Infância. O objetivo é discutir compromissos e ações capazes de melhorar a vida das crianças tocan-tinenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas.

As inscrições podem ser feitas por meio do endereço eletrônico do Instituto de Contas 5 de Outubro do **TCETO** ([clique aqui](#)). O evento será realizado no auditório da Associação Tocanti-nense de Municípios (ATM) e busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil. O credenciamento está marcado para às 8h do dia 28, próxima quinta-feira.

A iniciativa dialoga diretamente com ações já desenvolvidas pelo **TCETO** no âmbito do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, voltado ao fortalecimento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos em todo o Estado.

Programação

A primeira palestra será ministrada pelo subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, Alexsan-dro do Nascimento. Na sequência, representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Direitos Humanos e Cidadania apresentarão o painel "A Política Nacional Integrada da Primeira Infância em Movimento: compromissos e ações do Governo Federal".

No período da tarde, os participantes irão compartilhar

experiências exitosas desenvolvidas pelos municípios tocan-tinenses e discutir estratégias para o enfrentamento das desigualdades desde os primeiros anos de vida, etapa considerada essencial para o desenvolvimento humano.

No segundo dia, a programação contará com apresentações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Entre os temas previstos estão estruturas de governança necessárias para garantir a eficácia das ações voltadas à primeira infância, classificação e evidenciação de despesas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, indicadores educacionais, transporte escolar, obras paralisadas da educação e o projeto Sede de Aprender.

O seminário integra esforços voltados ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e à construção de soluções capazes de gerar impactos positivos no desenvolvimento das crianças tocan-tinenses.

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO (No"ticias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** - O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) investiga supostas irregularidades envolvendo a retenção de contribuições previdenciárias e parcelas de empréstimos consignados descontados de servidores da Prefeitura de Xambioá, no norte do estado, durante a gestão do prefeito Mayck Câmara (Republicanos).

A apuração também envolve o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz, apontado na investigação como responsável pela pasta onde teriam ocorrido os descontos sem os respectivos repasses aos órgãos previdenciários e às instituições financeiras.

A investigação tramita por meio de Inquérito Civil Público instaurado pelo promotor de Justiça Helder Lima Teixeira, da Promotoria de Justiça de Xambioá.

Segundo a portaria, o procedimento teve origem em denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPTO em outubro de 2025. A denúncia relata que valores descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem às instituições financeiras responsáveis pelos empréstimos consignados.

A manifestação menciona possível prática de apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.

TCE alerta prefeito de Xambioá por reter e não repassar descontos do INSS e consignados

Receita aponta mais de R\$ 2,4 milhões em débitos

Entre os elementos citados pelo Ministério Público estão informações prestadas pela Receita Federal, indicando que, somente em 2025, o município acumulou R\$ 2.459.735,59 em débitos relacionados ao período entre abril e julho daquele ano.

Segundo a investigação, os valores foram incluídos em parcelamento especial. Também há débitos

inscritos em dívida ativa na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O MPTO também cita o Alerta nº 2953/2025, emitido anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO), que apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os registros contábeis do município.

O alerta identificou inconsistências envolvendo os fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e advertiu para possíveis prejuízos aos servidores, além do risco de incidência de juros, multas e eventual responsabilização dos gestores.

Prefeito e secretário serão ouvidos

Entre as medidas determinadas pelo Ministério Público estão a notificação do prefeito Mayck Câmara e do secretário Raimundo Eliandro Vaz para prestarem depoimento e apresentarem esclarecimentos sobre os descontos realizados na folha de pagamento dos servidores.

O MPTO também requisitou à Prefeitura de Xambioá as folhas de pagamento de 2025, além dos comprovantes de retenção e de eventual repasse das contribuições previdenciárias e dos empréstimos consignados.

A reportagem procurou o prefeito Mayck Câmara e o secretário Raimundo Eliandro Vaz para comentar as investigações, os apontamentos do Ministério Público e o alerta emitido pelo **TCE-TO**, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram , Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/prefeitura-de-xambioa-acumula-milhoes-em-debitos-e-prefeito-e-secretario-entram-na-mira-do-mpto/>

Contrato de ônibus para transporte de autoridades em Palmas termina com débito de R\$ 464 mil

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Tocantins** julgou irregulares as contas de uma tomada de contas especial aberta para apurar a execução de um contrato de locação de ônibus destinado ao transporte de autoridades da Prefeitura de Palmas. A decisão imputou débito de R\$ 464,2 mil à empresa **Tocantins Transporte e Turismo Ltda.**, além da aplicação de multa sobre o valor atualizado do dano.

O processo tem origem em inspeção realizada em 2017 na Secretaria Municipal de Governo, na Secretaria de Relações Político-Sociais e na Casa Civil da capital. A fiscalização analisou a execução do Contrato nº 171/2016, firmado a partir de adesão a uma ata de registro de preços para prestação de serviços de locação de ônibus voltados ao traslado de autoridades em viagens dentro do território nacional.

Segundo o acórdão, os órgãos técnicos e o Ministério Público de Contas concluíram pela existência de dano ao erário, com individualização das responsabilidades e quantificação do prejuízo em R\$ 464.288,91. O valor ainda será acrescido de correção monetária e juros de mora até eventual ressarcimento.

A Corte também reconheceu a prescrição quinquenal da pretensão punitiva e ressarcitória em relação ao ex-secretário Adir Cardoso Gentil, sem afastar o julgamento pela irregularidade das contas sob sua gestão. Já o espólio de Raimundo Coimbra Júnior foi excluído do processo após o tribunal considerar inexistente a comprovação de vínculo direto entre sua conduta e o prejuízo apontado.

No voto aprovado pela Segunda Câmara, o relator Orlando Alves da Silva determinou ainda o encaminhamento da decisão à atual gestão da Secretaria Municipal de Governo de Palmas para ciência e adoção de providências administrativas. O acórdão também autoriza cobrança judicial das multas e do débito caso os valores não sejam quitados administrativamente

O Jornal Opção **Tocantins** entrou em contato com a

empresa e aguarda retorno.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/contrato-de-onibus-para-transporte-de-autoridades-em-palmas-termina-com-debito-de-r-464-mil-589646/>

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO

Notícias do **Tocantins** - O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) investiga supostas irregularidades envolvendo a retenção de contribuições previdenciárias e parcelas de empréstimos consignados descontados de servidores da Prefeitura de Xambioá, no norte do estado, durante a gestão do prefeito Mayck Câmara (Republicanos).

A apuração também envolve o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz, apontado na investigação como responsável pela pasta onde teriam ocorrido os descontos sem os respectivos repasses aos órgãos previdenciários e às instituições financeiras.

A investigação tramita por meio de Inquérito Civil Público instaurado pelo promotor de Justiça Helder Lima Teixeira, da Promotoria de Justiça de Xambioá.

Segundo a portaria, o procedimento teve origem em denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPTO em outubro de 2025. A denúncia relata que valores descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem às instituições financeiras responsáveis pelos empréstimos consignados.

A manifestação menciona possível prática de apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.

Receita aponta mais de R\$ 2,4 milhões em débitos

Entre os elementos citados pelo Ministério Público estão informações prestadas pela Receita Federal, indicando que, somente em 2025, o município acumulou R\$ 2.459.735,59 em débitos relacionados ao período entre abril e julho daquele ano.

Segundo a investigação, os valores foram incluídos em parcelamento especial. Também há débitos inscritos em dívida ativa na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O MPTO também cita o Alerta nº 2953/2025, emitido anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do**

Tocantins (TCE-TO), que apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os registros contábeis do município.

O alerta identificou inconsistências envolvendo os fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e advertiu para possíveis prejuízos aos servidores, além do risco de incidência de juros, multas e eventual responsabilização dos gestores.

Prefeito e secretário serão ouvidos

Entre as medidas determinadas pelo Ministério Público estão a notificação do prefeito Mayck Câmara e do secretário Raimundo Eliandro Vaz para prestarem depoimento e apresentarem esclarecimentos sobre os descontos realizados na folha de pagamento dos servidores.

O MPTO também requisitou à Prefeitura de Xambioá as folhas de pagamento de 2025, além dos comprovantes de retenção e de eventual repasse das contribuições previdenciárias e dos empréstimos consignados.

A reportagem procurou o prefeito Mayck Câmara e o secretário Raimundo Eliandro Vaz para comentar as investigações, os apontamentos do Ministério Público e o alerta emitido pelo **TCE-TO**, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/mpto-investiga-suposto-nao-repasse-de-descontos-de-servidores-pela-gestao-mayck-camara>

Prefeitura de Xambioá acumula milhões em débitos, e prefeito e secretário entram na mira do MPTO

-- Publicidade --

DIVERGÊNCIA MILIONÁRIA

Apuração envolve retenção de contribuições previdenciárias e empréstimos consignados.

Notícias do **Tocantins** - O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) investiga supostas irregularidades envolvendo a retenção de contribuições previdenciárias e parcelas de empréstimos consignados descontados de servidores da Prefeitura de Xambioá, no norte do estado, durante a gestão do prefeito Mayck Câmara (Republicanos).

A apuração também envolve o secretário municipal de Recursos Humanos, Raimundo Eliandro Vaz, apontado na investigação como responsável pela pasta onde teriam ocorrido os descontos sem os respectivos repasses aos órgãos previdenciários e às instituições financeiras.

A investigação tramita por meio de Inquérito Civil Público instaurado pelo promotor de Justiça Helder Lima Teixeira, da Promotoria de Justiça de Xambioá.

Segundo a portaria, o procedimento teve origem em denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPTO em outubro de 2025. A denúncia relata que valores descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem às instituições financeiras responsáveis pelos empréstimos consignados.

A manifestação menciona possível prática de apropriação indébita previdenciária, crime previsto no artigo 168-A do Código Penal.

Receita aponta mais de R\$ 2,4 milhões em débitos

Entre os elementos citados pelo Ministério Público estão informações prestadas pela Receita Federal, indicando que, somente em 2025, o município acumulou R\$ 2.459.735,59 em débitos relacionados ao período entre abril e julho daquele ano.

Segundo a investigação, os valores foram incluídos em parcelamento especial. Também há débitos inscritos em dívida ativa na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O MPTO também cita o Alerta nº 2953/2025, emitido anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO), que apontou divergências entre os valores descontados dos servidores e os registros contábeis do município.

O alerta identificou inconsistências envolvendo os fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e advertiu para possíveis prejuízos aos servidores, além do risco de incidência de juros, multas e eventual responsabilização dos gestores.

Prefeito e secretário serão ouvidos

Entre as medidas determinadas pelo Ministério Público estão a notificação do prefeito Mayck Câmara e do secretário Raimundo Eliandro Vaz para prestarem depoimento e apresentarem esclarecimentos sobre os descontos realizados na folha de pagamento dos servidores.

O MPTO também requisitou à Prefeitura de Xambioá as folhas de pagamento de 2025, além dos comprovantes de retenção e de eventual repasse das contribuições previdenciárias e dos empréstimos consignados.

A reportagem procurou o prefeito Mayck Câmara e o secretário Raimundo Eliandro Vaz para comentar as investigações, os apontamentos do Ministério Público e o alerta emitido pelo **TCE-TO**, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Site:

<https://www.palmasaqui.com.br/destaque/prefeitura-de-xambioa-acumula-milhoes-em-debitos-e-prefeito-e-secretario-entram-na-mira-do-mpto/>

Projeto do TCETO fortalece diálogo com gestores e percorre municípios do sul do Tocantins

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** concluiu nesta semana a primeira etapa do projeto Caminhos da Integração, iniciativa criada para fortalecer o diálogo entre o órgão e os gestores municipais. A ação, coordenada pela 5ª Relatoria do **TCETO**, percorreu os municípios de Paranã, São Salvador do **Tocantins**, Palmeirópolis e Jaú do **Tocantins**.

Idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, o projeto busca ampliar a função orientadora e pedagógica do **Tribunal de Contas**. Além disso, a proposta incentiva a troca de experiências, esclarece dúvidas técnicas e aproxima o órgão das administrações municipais.

Durante a programação, a equipe realizou reuniões institucionais, visitas técnicas e encontros com servidores municipais. Dessa forma, os representantes do Tribunal puderam conhecer de perto a realidade enfrentada pelos municípios e compreender os principais desafios da gestão pública local.

Idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, o projeto busca ampliar a função orientadora e pedagógica do **Tribunal de Contas**. Além disso, a proposta incentiva a troca de experiências, esclarece dúvidas técnicas e aproxima o órgão das administrações municipais.

Durante a programação, a equipe realizou reuniões institucionais, visitas técnicas e encontros com servidores municipais. Dessa forma, os representantes do Tribunal puderam conhecer de perto a realidade enfrentada pelos municípios e compreender os principais desafios da gestão pública local.

Ao avaliar a primeira etapa do projeto, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** destacou a importância da escuta ativa e da aproximação institucional com os gestores públicos.

"A avaliação é extremamente positiva. Foram dias maravilhosos, surpreendentes e emocionantes. Essa proximidade do Tribunal com o gestor, onde viemos para ouvir e ver, e não para falar, é essencial para que possamos fazer boas avaliações e auxiliar a gestão na

correção de rotas e na construção das políticas públicas", afirmou.

Além da conselheira, participaram das atividades o chefe de gabinete da 5ª Relatoria, Fernando Augusto Matte, e os assessores especiais Kássio Monteiro e Joana Dark.

Durante os encontros, Kássio Monteiro apresentou orientações relacionadas às licitações públicas e ao funcionamento das ouvidorias. Ao mesmo tempo, Joana Dark esclareceu dúvidas ligadas às áreas orçamentária, contábil e fiscal.

"A avaliação é extremamente positiva. Foram dias maravilhosos, surpreendentes e emocionantes. Essa proximidade do Tribunal com o gestor, onde viemos para ouvir e ver, e não para falar, é essencial para que possamos fazer boas avaliações e auxiliar a gestão na correção de rotas e na construção das políticas públicas", afirmou.

Além da conselheira, participaram das atividades o chefe de gabinete da 5ª Relatoria, Fernando Augusto Matte, e os assessores especiais Kássio Monteiro e Joana Dark.

Durante os encontros, Kássio Monteiro apresentou orientações relacionadas às licitações públicas e ao funcionamento das ouvidorias. Ao mesmo tempo, Joana Dark esclareceu dúvidas ligadas às áreas orçamentária, contábil e fiscal.

Além disso, os técnicos promoveram debates sobre boas práticas administrativas e procedimentos adotados pelo **Tribunal de Contas**.

Outro destaque da programação foi a atuação da Ouvidoria do **TCETO**. Os servidores Lucas de Almeida e Gilson Pereira realizaram atendimentos diretos aos servidores municipais, apresentando canais de comunicação do órgão e esclarecendo dúvidas sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal.

Segundo o **TCETO**, a iniciativa fortalece a transparência e amplia o acesso das administrações municipais aos mecanismos de orientação e

acompanhamento técnico.

Em Palmeirópolis, o prefeito Wlisses Barros afirmou que a presença do Tribunal nos municípios gera mais segurança para os gestores públicos.

"Fiquei muito feliz com essa integração da prefeitura com o **Tribunal de Contas**. Isso nos traz segurança. Nossa intenção nunca é errar, mas sabemos que as leis mudam constantemente. Quando adquirimos conhecimento e orientação, conseguimos construir situações que favorecem uma boa gestão", destacou.

Da mesma forma, servidores municipais avaliaram positivamente os encontros promovidos pelo projeto. A servidora Rubia Sena, do departamento de compras de Paranã, ressaltou que o contato direto com os técnicos facilita o esclarecimento de dúvidas do cotidiano administrativo.

"No dia a dia surgem muitas dúvidas, inclusive dúvidas simples, e esses encontros ajudam bastante. Muitas vezes não conseguimos nos deslocar para participar de capacitações, então ter essa oportunidade aqui faz toda a diferença", relatou.

Criado para estreitar a relação entre o **Tribunal de Contas** e os municípios jurisdicionados da 5ª Relatoria, o projeto Caminhos da Integração busca identificar dificuldades da gestão pública e contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população.

Além disso, a iniciativa pretende fortalecer a orientação técnica oferecida pelo Tribunal e incentivar maior eficiência administrativa nos municípios tocantinenses.

A próxima etapa do projeto começa na segunda-feira (25), com agenda no município de Gurupi. Ao longo da semana, as equipes da 5ª Relatoria também visitarão os municípios de Talismã, Alvorada, Sucupira e Peixe.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/23/projeto-do-tceto-fortalece-dialogo-com-gestores-e-percorre-municipios-do-sul-do-tocantins/>

Caminhos da Integração aproxima TCETO dos municípios e fortalece diálogo com gestores do sul do Tocantins

Autor(a): Redação

Ouvir, conhecer e compreender de perto a realidade dos municípios. Foi com esse propósito que o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, por meio da 5ª Relatoria, concluiu nesta semana a primeira etapa do projeto Caminhos da Integração, iniciativa que percorreu os municípios de Paranã, São Salvador do **Tocantins**, Palmeirópolis e Jaú do **Tocantins** levando orientação técnica, diálogo institucional e aproximação entre o órgão de controle e os gestores públicos municipais.

Idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, o projeto busca fortalecer a função orientadora e pedagógica do **Tribunal de Contas**, criando espaços para troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e construção conjunta de soluções para os desafios enfrentados pelas administrações municipais. Além das reuniões institucionais, a programação incluiu visitas a escolas, unidades de saúde e outros serviços públicos, permitindo à equipe conhecer de perto a realidade de cada município.

Ao avaliar a primeira etapa da ação, a conselheira Doris destacou a importância da escuta ativa e da aproximação institucional. "A avaliação é extremamente positiva. Foram dias maravilhosos, surpreendentes e emocionantes. Essa proximidade do Tribunal com o gestor, onde viemos para ouvir e ver, e não para falar, é essencial para que possamos fazer boas avaliações e exercer um dos nossos papéis mais importantes, que é auxiliar a gestão na correção de rotas, na construção das políticas públicas e na avaliação dos resultados. Saio feliz de cada município visitado e com a certeza de que deixamos um caminho aberto para o diálogo e para o auxílio do Tribunal naquilo que nos compete", afirmou.

A agenda contou com a participação do chefe de gabinete da 5ª Relatoria, Fernando Augusto Matte, que acompanhou as atividades ao lado da conselheira. Também integraram a equipe os assessores especiais Kássio Monteiro e Joana Dark, que promoveram encontros com as equipes técnicas das prefeituras para debater temas relacionados à gestão pública.

Durante os encontros, Kássio abordou assuntos ligados às licitações e à atuação das ouvidorias, enquanto Joana Dark tratou de questões orçamentárias, contábeis e fiscais, esclarecendo dúvidas e orientando os servidores municipais sobre procedimentos e boas práticas administrativas.

Outro destaque foi a atuação da Ouvidoria do **TCETO**. Os servidores Lucas de Almeida e Gilson Pereira realizaram atendimentos aos servidores municipais, apresentando os canais de comunicação do Tribunal, esclarecendo dúvidas e registrando manifestações.

Aproximação que gera confiança

Em Palmeirópolis, o prefeito Wlisses Barros ressaltou que a presença do Tribunal nos municípios contribui para dar mais segurança aos gestores públicos. "Fiquei muito feliz com essa integração da prefeitura com o **Tribunal de Contas**. Isso nos traz segurança. Nossa intenção nunca é errar, mas sabemos que as leis mudam constantemente. Quando adquirimos conhecimento e orientação, conseguimos construir situações que favorecem uma boa gestão. Receber a equipe do Tribunal aqui, algo inédito para nossa cidade, é motivo de satisfação", destacou.

Para os servidores municipais, o contato direto com os técnicos do Tribunal também representa uma oportunidade valiosa de aprendizado. Foi o que destacou Rubia Sena, servidora do departamento de compras de Paranã. "Achei muito importante. No dia a dia surgem muitas dúvidas, inclusive dúvidas simples, e esses encontros ajudam bastante. A troca de opiniões e o diálogo são muito positivos para o município. Muitas vezes não conseguimos nos deslocar para participar de capacitações, então ter essa oportunidade aqui faz toda a diferença", relatou.

Fortalecimento da gestão pública

Criado para estreitar a relação entre o **Tribunal de Contas** e os municípios jurisdicionados da 5ª Relatoria, o Caminhos da Integração tem como objetivo identificar desafios da gestão pública local, compreender as dificuldades enfrentadas pelos

gestores, esclarecer dúvidas sobre legislação, contabilidade e sistemas do Tribunal, além de contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população.

A próxima etapa do projeto terá início na segunda-feira, 25, com agenda no município de Gurupi. Durante a semana as cidades de Talismã, Alvorada, Sucupira e Peixe também serão visitadas pela 5ª Relatoria do **TCETO**.

Site: <https://agora-to.com.br/caminhos-da-integracao-aproxima-tceto-dos-municipios-e-fortalece-dialogo-com-gestores-do-sul-do-tocantins/>

Tribunal realiza fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo

Autor(a): Redação

orientativo do projeto **TCE** de Olho.

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, entre os dias 18 e 20 de maio, mais uma etapa do projeto **TCE** de Olho, desta vez no Hospital de Pequeno Porte (HPP) de Monte do Carmo. A ação integra o conjunto de fiscalizações preventivas promovidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

Site: <https://agora-to.com.br/tribunal-realiza-fiscalizacao-no-hospital-de-pequeno-porte-de-monte-do-carmo/>

A unidade é a 21ª hospitalar vistoriada pelo projeto desde o início das ações e a 15ª fiscalizada somente em 2026. Durante três dias, a equipe técnica do Tribunal avaliou aspectos relacionados à estrutura física, à gestão da unidade, à organização dos serviços, aos processos administrativos e às condições de funcionamento do hospital.

As inspeções são realizadas presencialmente e sem aviso prévio, permitindo que os auditores acompanhem de perto a rotina das unidades de saúde e identifiquem oportunidades de aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos.

Para o coordenador da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), Saulo Souza, a fiscalização reforça o compromisso do Tribunal com o acompanhamento contínuo da rede municipal de saúde. "Nossa equipe verificou aspectos relacionados à estrutura, gestão e funcionamento dos serviços prestados à população. A partir de agora, os dados levantados serão analisados e consolidados em relatório técnico que será encaminhado à relatoria responsável para os procedimentos previstos pelo Tribunal".

Próximas etapas

Após a conclusão da fiscalização, a equipe técnica elaborará um relatório detalhado com as informações coletadas durante a vistoria. O documento será encaminhado à relatoria responsável pelo município para análise técnica e adoção das medidas cabíveis.

Com base no relatório, poderão ser emitidas recomendações, determinações ou outras providências voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados, reforçando o caráter preventivo e

Deputados aprovam datas-base referentes à remuneração dos servidores estaduais

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/22/RDIOPARASOFM104FM-10.56.00-10.57.59-1779480929.mp3>

O ABANDONO INSTITUTO DE MENORES: Patrimônio histórico de Dianópolis, antigo Instituto de Menores está em ruínas (EDUCAÇÃO)

Por Rodrigues di Sousa

No último dia 31 de agosto do

ano passado, foi o dia da familiar Araújo celebrar alegria ao realizar

aniversário de 97 anos de vida e história de um dos homens com maior folha de

serviços prestados ao social do antigo nordeste goiano e hoje sudeste

tocantinense Hagahús Araújo e Silva, criador, doador e patrocinador da

construção e manutenção do Instituto de Menores de Dianópolis por décadas.

Se de um lado foi de alegria

para ele, a família, amigos e admiradores, pela dadia de quase um século de

vida ainda com lucidez, por outro lado foi de tristeza em passar pela TO 040 e

perceber o caos de abandono que se encontra um lugar que serviu de inspiração e

alicerce para centenas de homens e mulheres doutores esparramados pelo

Tocantins e o Brasil afora.

Nos anos 80 Hagahús Araújo

havia repassado o patrimônio ao governo de Goiás, e deste ao governo do **Tocantins**

depois de sua emancipação. Até aí, ia tudo bem com a conservação e manutenção

do espaço e do patrimônio. Mas a pouco mais de uma

década e com interferências

políticas locais de Dianópolis, o espaço que até então era administrado pela

secretária de Educação do Estado, foi transferido para o governo federal, para

dar lugar ao Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO).

Foi a partir do momento que o

governo federal assumiu a responsabilidade pelo imóvel, começou a surgir

modernas edificações com salas de aula, campo tecnológico, diretoria etc, que,

a parte histórica foi sendo deixada de lado e aos poucos abandonadas, tanto as

edificações que estão transformando em taperas de ruínas, quanto a parte de

ferramentas de educação profissional, que ensinou tanta gente, profissões que

lhes garantiram sucessos na continuidade dos estudos e estão deteriorando

debaixo de sol e chuvas.

Nossa reportagem ouviu

diversas pessoas indignadas pelos descasos por parte do IFTO, entre eles o

próprio Hagaús, com 97 anos de vidas, lutas e histórias de bons legados, que

tanto lutou para consolidar esse patrimônio tão magnifico para a sociedade

dianopolina e região, mas ignorados pelos gestores

públicos federais e

políticos, que mais parece querer apagar uma das memórias mais viva do século

XX até o início do século XXI.

Ainda que lucido, mas com sua

voz já cansada de tanto clamar por bom senso, Hagahús Araújo me relatou sua

contrariedade, ao ver aquele lugar que transformou a vida sofrida, em vida de

sucesso profissional de mais de 500 internos, para eles seus filhos adotivos,

que passou por lá dos anos 40 para cá.

Nossa reportagem ouviu outras

personalidades que tem naquele lugar o começo de uma história de vida, dentre

eles promotores, advogados, médicos e até juízes que dali teve o Instituto de

Menores como alicerce para conquistar a vida de sucesso, mas estão tristes por

ver aquele espaço histórico em ruínas.

Entre outras pessoas

indignadas estão os filhos e filhas do casal Hagaús e dona Joza Araújo. Entre

elas a mais revoltada com os descasos do IFTO, nos contou indignada, que embora

feliz por comemorar os 97 anos de seu pai Hagahús, vive mais entristecida com

as ruínas, acabando com um patrimônio histórico da sociedade dianopolina, um

descaso que não tem justificativa, a não ser, o de tentar apagar a história de

quem tanto lutou para deixar uma memória para as futuras gerações.

Ela afirmou ainda, que, desde

que a obra foi doada pelo governo do Tocantins ao governo federal (MEC/Institutos

Federais), jamais houve uma reforma daquelas casinhas por uma decisão deliberada

da direção deste IFTO, de deixar acabar tudo que remonta à velha estrutura

daquela obra monumental, como forma mesquinha de também destruir a memória de

quem idealizou, aquela que foi a maior obra de inclusão social da história

desde o então nordeste goiano até mais recente no sudeste tocaninense , fazendo

de crianças pobres, órfãs, que ali tiveram abrigado verdadeiros agentes de

transformação da realidade em que viviam hoje, líderes de suas regiões e de

suas famílias, cidadãos respeitados em diferentes áreas, do simples produtor

agrícola, mecânico, alfaiate etc, doutores, desabafou Iara Araújo.

Estamos há mais de 10 anos

lutando, por todas as vias legais, para tentar recuperar aquelas casinhas, que

faziam a bela e monumental entrada do antigo Instituto de Menores de

Dianópolis, hoje IFTO, justifica indignada. A direção do IFTO parece estar

determinada a deixar cair e acabar com tudo da antiga obra: casinhas, oficinas

mecânicas, olaria, serralherias, pomares que tinham de tudo. Gado, plantações, em

fim etc .

Saíram do antigo Instituto de

Menores de Dianópolis, o primeiro negro em tempos recentes a ocupar uma

prefeitura em nossa região (o ex-prefeito de Conceição do Tocantins, Afonso);

um diretor do Basa (Pitágoras Melo); um economista que chegou a cargos

importantes no Tribunal de Contas do DF (Zazá

Benvindo), um tetraplégico que

chegou à direção da OAB/GO, Felipe Evangelista; Um presidente da Assembleia

Legislativa do **Tocantins** e hoje deputado federal, Toinho Andrade; um ex-administrador

da Cidade Ocidental (GO), Eliezer Guedes etc, um medico e ex-governador e

senador por Rondônia Confúcio Moura... E inúmeros outros casos de sucesso e

nenhum de fracasso

lara disse ainda que, meu pai,

grande idealizador daquela obra quando tinha apenas 25 anos de idade, hoje com

97 anos, não é mais ameaça a nenhuma liderança, mas enfrenta a má vontade

daqueles que nunca conseguiram olhar além do umbigo ou o despeito desses que

pregam , tudo pelo social , mas jamais colocaram a mão na massa para

verdadeiramente mudar esta grande chaga do país, que é a péssima educação de

base.

Ouvimos também Dr. Wilson

Araújo, que por anos foi diretor do Instituto de Menores de Dianópolis, e nos

relatou o tanto de cuidados para com aquele espaço e o patrimônio, e enumerou

com altivez, a quantidade de jovens da região nordeste de Goiás e o hoje

Sudeste do **Tocantins** foram beneficiados por aquele instituto de menores.

Por fim buscamos informações

do Diretor da unidade do IFTO, Pietro, que segundo informações mora em Palmas,

e ele nos respondeu quando perguntado se tem um plano para recuperar este

patrimônio histórico, ele afirmou que sim, e que desde

que assumiu em 2018 vem

trabalhando para conseguir recursos para recuperar 16 casinhas e mais a

cobertura do galpão da oficina, mas não deu previsão de quando isso vais

acontecer. Ele alega que os recursos de custeios são insuficientes para dar

manutenção, e que a saída é buscar emendas na bancada federal. Quase um ano

depois do questionamento a situação ainda está pior que antes.

É preciso urgente recuperar

aquelas casinhas para abrigar dezenas de jovens carentes que não têm condições

de se manterem naquele Instituto a 7 km da cidade de Dianópolis, com alto custo

de aluguel. A evasão escolar é uma prova da necessidade de recuperar essas 27

casas entregues pelo governo do **Tocantins** em perfeitas condições. Casa não

deteriora quando é usada por moradores, as ruínas acontece por falta de reparos

e prioridades de gestão.

Em, é uma

irresponsabilidade da gestão do IFTO deixar transformar em ruínas um patrimônio

valioso e histórico que serviu a tanta gente da região geoeconômica de Dianópolis.

Dois coisas ponte ser analisada, incompetência, ou tentativa de apagar uma

lida história de legados da família de Hagaús Araújo.

O espaço continua aberto, caso a diretoria do IFTO queira se manifestar.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/o-abandono-instituto-de-menores-patrimonio-historico-de-dianopolis-antigo-instituto-de-menores-esta-em-ruinas/15051>

Após citar déficit técnico, TCE/TO barra prazo extra para auditor e libera prorrogação a assistente aprovada em concurso

Samir Leão

A necessidade de recompor com urgência o quadro técnico responsável pelas fiscalizações do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** apareceu como eixo central de dois despachos assinados neste mês pela Presidência da Corte ao analisar pedidos de posse de candidatos aprovados no concurso público do órgão. Apesar do mesmo contexto administrativo e dos alertas internos sobre déficit de servidores, os processos tiveram desfechos diferentes.

Nos dois casos, os despachos reproduzem manifestação da Diretoria-Geral de Controle Externo (DIGCE) segundo a qual a falta de pessoal já impacta diretamente a capacidade operacional do tribunal. O setor afirma que a recomposição das equipes é considerada necessária para atender o Plano Anual de Fiscalização (PAF/2026), que prevê 2.256 ações de auditoria, inspeção e acompanhamento neste ano.

O argumento foi usado para restringir um pedido de ampliação de prazo feito por um aprovado para o cargo de Auditor de Controle Externo na área de Ciências Econômicas. Já em outro processo, envolvendo candidata nomeada para o cargo de Assistente de Controle Externo, a Presidência considerou possível conceder a prorrogação requerida mesmo diante do cenário de carência técnica descrito internamente pelo próprio tribunal.

Férias reconhecidas, mas sem prazo adicional

No primeiro despacho, a Presidência reconheceu que o candidato aprovado para o cargo de auditor se encontrava regularmente em férias no serviço público de origem no momento em que a nomeação foi oficialmente publicada pelo tribunal, em 4 de maio. A situação permitiu a aplicação de trecho do Estatuto dos Servidores do **Tocantins** que autoriza a suspensão da contagem do prazo para posse até o término do período de férias.

Com isso, o tribunal aceitou que a contagem do prazo começasse apenas após o fim do afastamento funcional. O pedido de mais 30 dias adicionais, porém, foi rejeitado.

Ao fundamentar a decisão, o despacho menciona entendimento da DIGCE segundo o qual a necessidade do serviço público deveria prevalecer sobre dificuldades logísticas enfrentadas pelos nomeados. A área técnica também alertou que a defasagem de servidores compromete a execução das fiscalizações previstas no calendário de 2026 e citou o princípio da eficiência administrativa como parâmetro para análise dos pedidos de prorrogação.

A Presidência concluiu que o adiamento do início da contagem do prazo já garantiria tempo suficiente para reorganização pessoal, mudança de domicílio e adoção das providências necessárias para a posse, sem necessidade de concessão de novo período adicional.

Aviso prévio motivou entendimento diferente

Em outro despacho assinado no mesmo dia, porém, o tribunal adotou solução diferente ao analisar pedido formulado por candidata aprovada para o cargo de Assistente de Controle Externo.

Ela solicitou prorrogação de 30 dias sob alegação de necessidade de cumprimento de aviso prévio no vínculo empregatício atual. Embora o processo reproduza os mesmos alertas feitos pela DIGCE sobre a urgência de reforço técnico no tribunal e os impactos da falta de pessoal nas atividades de fiscalização, a Presidência considerou que a justificativa apresentada era adequada para o deferimento do pedido.

A decisão menciona que o cumprimento do aviso prévio demonstraria responsabilidade funcional e boa-fé da candidata, além de registrar que outros aprovados no mesmo concurso já haviam obtido prorrogações semelhantes anteriormente.

Com base nesses elementos, o despacho afirma que a concessão do prazo adicional não produziria prejuízo relevante à administração pública e cita princípios como razoabilidade, isonomia e segurança jurídica para justificar o deferimento.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/tocantins/apos-citar-deficit-tecnico-tce-to-barra-prazo-extra-para-auditor-e-libera-prorrogaao-a-assistente-aprovada-em-concurso-589511/>

Operação "Falsa Emergência": o que se sabe sobre o contrato das UPAs de Palmas investigado pela Polícia Civil

Raphael Pontes

A Operação "Falsa Emergência", deflagrada pela Polícia Civil do **Tocantins** nesta quinta-feira (21), abriu um novo capítulo na disputa envolvendo a terceirização da gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Norte e Sul de **Palmas**. A investigação apura possíveis crimes de falsidade ideológica supostamente praticados durante a formalização do contrato firmado entre a Secretaria Municipal da Saúde de **Palmas** e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba, entidade responsável pela administração das unidades.

O caso já vinha provocando embates judiciais, manifestações de sindicatos, questionamentos do Ministério Público, apuração do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** e decisões do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O que a Operação "Falsa Emergência" investiga?

A Polícia Civil apura possíveis inconsistências documentais e suposta inserção de informações ideologicamente falsas em atos administrativos relacionados ao procedimento que formalizou a parceria entre o Município de **Palmas** e a organização social responsável pelas UPAs.

Segundo a corporação, os documentos investigados podem ter sido utilizados para conferir aparência de legalidade ao processo administrativo que resultou na terceirização da gestão das unidades de saúde.

A operação cumpriu dez mandados de busca e apreensão em **Palmas** com participação de cerca de 50 policiais civis.

Qual contrato está no centro da investigação?

A investigação envolve o Termo de Colaboração nº 001/2026 firmado pela Prefeitura de **Palmas** com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba.

O contrato possui valor estimado em R\$ 139,1 milhões por 12 meses e transferiu à entidade a administração

das UPAs Norte e Sul da Capital.

O novo modelo substituiu uma rede fragmentada com mais de 20 contratos terceirizados por uma gestão unificada conduzida pela entidade filantrópica.

Por que a terceirização das UPAs virou alvo de polêmica?

A terceirização provocou reação de sindicatos, servidores da saúde e integrantes do Conselho Municipal de Saúde.

As críticas envolveram principalmente a dispensa de chamamento público, ausência de debate prévio no Conselho Municipal de Saúde, impactos sobre servidores efetivos e o histórico da entidade contratada.

O Ministério Público do **Tocantins** ingressou na Justiça questionando a legalidade do contrato e apontando possíveis irregularidades no procedimento administrativo.

O que a Justiça apontou sobre o contrato?

Em abril deste ano, decisão do Tribunal de Justiça apontou indícios de irregularidades no procedimento que resultou na parceria entre a Prefeitura de **Palmas** e a Santa Casa de Itatiba.

A decisão mencionou possível descumprimento de exigências da Lei Federal nº 13.019/2014, inconsistências cronológicas em documentos administrativos, falhas de transparência e dúvidas sobre o credenciamento da entidade.

A desembargadora responsável pelo caso também destacou questionamentos sobre a ausência de deliberação do Conselho Municipal de Saúde e divergências envolvendo os valores previstos no orçamento da saúde.

O contrato chegou a ser suspenso?

Sim. O Tribunal de Justiça chegou a determinar a suspensão da parceria e ordenou que o município

reassumisse a gestão das unidades em até 15 dias.

A decisão também previa depósito judicial dos valores já repassados à entidade até análise mais aprofundada do processo.

Mesmo após a decisão, a Prefeitura de **Palmas** informou que os atendimentos continuariam normalmente enquanto aguardava intimação oficial e eventual análise de recursos.

Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu os efeitos da decisão do TJTO e manteve a terceirização das UPAs em vigor, conforme divulgado anteriormente pelo Jornal do **Tocantins**.

O que o **Tribunal de Contas do Estado** questionou?

O **Tribunal de Contas do Estado** instaurou procedimento preliminar para analisar possíveis irregularidades no contrato das UPAs.

Entre os pontos questionados apareceram:

possível impedimento legal da entidade contratada;

ausência de registros completos no sistema SICAP-LCO;

falta de transparência no procedimento;

dispensa de chamamento público;

ausência de manifestação do Conselho Municipal de Saúde;

divergências orçamentárias envolvendo os valores da terceirização.

O **TCE** também recomendou cautela antes do início da execução do contrato até análise dos documentos apresentados pela Secretaria Municipal da Saúde.

O que diz a Prefeitura de **Palmas**?

Em nota divulgada após a operação policial desta quinta-feira (21), a Secretaria Municipal da Saúde (Semus) informou que acompanha a ação dos órgãos de controle e investigação.

A pasta afirmou que presta todas as informações necessárias e que colabora de forma transparente com os procedimentos investigativos.

A secretaria também informou que novas manifestações ocorrerão conforme avanço das apurações.

Como funciona o novo modelo de gestão das UPAs?

Segundo a Semus, o novo formato centralizou serviços antes divididos em diversos contratos terceirizados.

A entidade contratada passou a assumir serviços médicos, exames laboratoriais e de imagem, limpeza, manutenção, segurança, lavanderia, alimentação e ambulâncias.

A prefeitura argumenta que a mudança busca melhorar indicadores de atendimento, ampliar especialidades médicas e reduzir problemas relacionados a escalas e abastecimento de insumos.

Qual é a situação atual do caso?

A Polícia Civil segue analisando documentos, aparelhos eletrônicos e materiais apreendidos durante a Operação "Falsa Emergência".

As investigações buscam esclarecer se houve manipulação documental ou inserção de informações falsas no processo administrativo relacionado à terceirização das UPAs de **Palmas**.

O contrato segue no centro de disputas judiciais e questionamentos envolvendo legalidade, transparência e modelo de gestão da saúde pública municipal.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/geral/operac-o-falsa-emergencia-o-que-se-sabe-sobre-o-contrato-das-upas-de-palmas-investigado-pela-policia-civil-1.3413314>

Câmara de São Salvador do Tocantins destaca integração com o TCE durante visita técnica ao município

Claudemir Brito

A Câmara Municipal de São Salvador do **Tocantins**, por meio do presidente Cássio Aureliano, recebeu a conselheira da Quinta Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, Doris Miranda, acompanhada de técnicos do órgão, em uma agenda marcada pelo diálogo, troca de experiências e fortalecimento institucional.

A programação, realizada dentro da iniciativa "Caminhos da Integração", também contou com visitas a órgãos públicos do município, aproximando o **Tribunal de Contas** das instituições locais e promovendo um importante intercâmbio de conhecimento entre gestores, servidores e equipes técnicas.

Para o presidente da Câmara, Cássio Aureliano, a presença do **TCE** no município representa uma oportunidade de ampliar o diálogo, fortalecer a transparência e contribuir para uma gestão pública mais eficiente e responsável.

O encontro reforçou o compromisso da Câmara Municipal de São Salvador do **Tocantins** com a boa aplicação dos recursos públicos, a transparência administrativa e o desenvolvimento do município.

Site: <https://claudemirbrito.com.br/tocantins/camara-de-sao-salvador-do-tocantins-destaca-integracao-com-o-tce-durante-visita-tecnica-ao-municipio>

Seminário estadual abre inscrições para debater políticas da primeira infância

Da Redação com informações do TCE-TO

Estão abertas as inscrições para o seminário estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação", que ocorre nos dias 28 e 29 de maio, em **Palmas**. O evento é promovido pela Subsecretaria da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação (SNPPI/MEC), em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O objetivo do encontro é discutir compromissos e ações para melhorar a vida das crianças tocaninenses, além de compartilhar boas práticas já desenvolvidas. São esperadas autoridades nacionais e estaduais, prefeitos, secretários municipais, membros de conselhos, associações e integrantes da Aliança pela Primeira Infância.

As inscrições devem ser feitas neste link .

Articulação e governança

Sediado no auditório da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), o seminário busca fortalecer a articulação entre os territórios, promovendo diálogo, alinhamento e integração entre entes federativos, órgãos de controle e sociedade civil. O credenciamento começará às 8h do dia 28, próxima quinta-feira.

A iniciativa está diretamente ligada às ações do **TCETO** no programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, focado no fortalecimento de políticas públicas para crianças de zero a seis anos em todo o Estado.

Programação

A abertura dos trabalhos contará com palestra do subsecretário da SNPPI, Alexsandro do Nascimento. Em seguida, representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, além de Direitos Humanos e Cidadania, apresentam o painel "A Política Nacional Integrada da Primeira Infância em Movimento: compromissos e ações do Governo Federal".

No período da tarde do primeiro dia, serão compartilhadas experiências exitosas de municípios tocaninenses e discutidas estratégias para enfrentar desigualdades nos primeiros anos de vida.

O segundo dia terá programações conduzidas por auditores de Controle Externo do **Tribunal de Contas**. Os temas previstos incluem:

- Estruturas de governança para eficácia das ações;
- Classificação e evidenciação de despesas públicas para crianças de 0 a 6 anos;
- Indicadores educacionais e transporte escolar;
- Obras paralisadas da educação;
- Projeto Sede de Aprender.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/seminario-estadual-abre-inscricoes-para-debater-politicas-da-primeira-infancia/141678/>

Aparecida do Rio Negro recebe 9º encontro de escuta do programa do TCE-TO na 2ª

Da Redação e TCE-TO

O **Tribunal de Contas do Estado** levará ao município de Aparecida do Rio Negro, na próxima segunda-feira, 25, o nono Encontro de Escuta do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância . O evento ocorre na Escola Municipal Luza Machado de Miranda, das 14h às 17h.

A iniciativa tem como foco colher depoimentos da população local sobre os desafios enfrentados nas áreas de saúde, educação e assistência social direcionadas à primeira infância, à juventude e às famílias.

Nesta edição de 2026, as equipes técnicas percorrem 12 municípios selecionados a partir dos resultados da etapa anterior. O objetivo das visitas é subsidiar a elaboração conjunta de um Plano de Ação Intersetorial para solucionar problemas locais e fortalecer políticas públicas setoriais.

Com o tema "Construindo o futuro, família por família", o projeto já passou por Recursolândia, Centenário, Piraquê, Xambioá, Arraias, Combinado, Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima. Após a ação em Aparecida do Rio Negro, o próximo encontro está agendado para o município de Lagoa do **Tocantins**, no dia 8 de junho.

A ação é realizada em parceria com o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça (TJTO), Ministério Público (MPTO), Defensoria Pública (DPE), secretarias estaduais, além do Unicef, Fietto, Energisa, BRK e Hospital de Amor.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/aparecida-do-rio-negro-recebe-9o-encontro-de-escuta-do-programa-do-tce-to-na-2a/141668/>

Empresa de ex-assessor de Amélio Cayres vira alvo de auditoria do TCE em contrato de placas solares em reduto político do deputado (Em Pauta)

Redação

A instalação de sistemas de energia solar em prédios públicos de Buriti do **Tocantins**, no Bico do Papagaio, colocou sob auditoria do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** uma empresa administrada por um ex-assessor do presidente da Assembleia Legislativa, Amélio Cayres (Republicanos), em um município considerado reduto político do deputado estadual.

A fiscalização ocorre dentro de uma Tomada de Contas Especial aberta para apurar a execução da Concorrência Pública nº 12/2024, lançada pela Prefeitura de Buriti para contratação de empresa responsável pela elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e instalação de sistemas fotovoltaicos em unidades públicas municipais.

A empresa investigada é a Watts Projetos e Eletrificações Ltda, registrada em novembro de 2018 e que tem como administrador Lincoln Johnson Bandeira Gomes. Um decreto administrativo da Assembleia Legislativa mostra que Lincoln foi nomeado em outubro de 2018 para cargo comissionado de assessor parlamentar no gabinete de Amélio Cayres.

O ato foi assinado pela então presidente da Assembleia, deputada Luana Ribeiro, e nomeou Lincoln Johnson Bandeira Gomes para o cargo de assessor parlamentar AP-05, com efeitos retroativos a 1º de outubro daquele ano.

Buriti do **Tocantins** integra uma das principais bases políticas de Amélio no Bico do Papagaio. A prefeita do município, Lucilene Brito, já declarou apoio ao projeto político do deputado federal Vicentinho Júnior (PP) ao governo do **Tocantins** em eventual chapa que teria Amélio como candidato a vice-governador em 2026.

No voto aprovado pelo plenário do **TCE**, o conselheiro **José Wagner Praxedes** afirmou que os elementos reunidos até o momento revelam um "cenário de profundas incertezas técnicas" sobre a execução do contrato.

Segundo o relator, a comparação entre os projetos apresentados e o orçamento de referência identificou divergência de 62 painéis solares de 555W sem explicação documental.

O tribunal também apontou inconsistências envolvendo instalações na Secretaria Municipal de Saúde e no prédio da própria Prefeitura de Buriti. Conforme o voto, os dados declarados seriam incompatíveis com os quantitativos apresentados pela empresa contratada, o que impediria verificar com precisão o que efetivamente foi executado e pago.

Outro ponto destacado envolve uma nota fiscal emitida pela Watts Projetos e Eletrificações Ltda. De acordo com o **TCE**, a empresa declarou dedução de R\$ 751,4 mil referente a materiais fornecidos, valor equivalente exatamente à metade do total cobrado no documento fiscal.

Para o relator, a proporção considerada "uniforme" levantou questionamentos técnicos porque contratos de instalação fotovoltaica normalmente apresentam variações de custos conforme as características específicas de cada unidade atendida.

O tribunal também registrou que a ausência de notas fiscais de aquisição dos equipamentos impede confirmar se os materiais declarados foram efetivamente comprados e instalados, além de dificultar eventual análise sobre sobrepreço e impactos relacionados ao recolhimento de ISS.

Diante das inconsistências, o **TCE** determinou realização de inspeção presencial nas unidades atendidas pelo contrato. Os técnicos deverão fazer contagem física das placas solares instaladas, verificar potência e marca dos inversores e analisar a geração real de energia por meio dos softwares dos equipamentos.

A auditoria também prevê recolhimento de relatórios de medição e projetos "as built" - documentos que

demonstram como a obra foi efetivamente executada - que, segundo o processo, não foram inseridos no sistema eletrônico do tribunal.

Além da inspeção física, a Corte intimou a empresa contratada para apresentar, em até 15 dias úteis, as notas fiscais de aquisição dos equipamentos fotovoltaicos vinculados ao contrato investigado.

Site: <https://folhacapital.com.br/em-pauta/empresa-de-ex-assessor-de-amelio-cayres-vira-alvo-de-auditoria-do-tce-em-contrato-de-placas-solares-em-reduto-politico-do-deputado/>

Promulgada lei que garante reajuste de 3,90% a servidores de Poderes no Tocantins

Da Redação e Dicom Aleto

A Lei nº 5.032, que estabelece a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do **Tocantins**, foi promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Amélio Cayres, e publicada na primeira página do Diário Oficial do Estado desta quinta-feira, 21. A publicação oficializa o reajuste de 3,90% aprovado pelos deputados estaduais na última terça-feira, 19, para os servidores de Poderes e instituições autônomas.

A medida beneficia os quadros do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, do Ministério Público Estadual (MPE) e da Defensoria Pública. O índice adotado por todas as instituições corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE no período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2026.

Veja os detalhes do impacto financeiro divulgado por cada órgão para o ano de 2026:

Ministério Público Estadual (MPE)

O órgão encaminhou dois projetos de lei assinados pelo procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior. Um deles trata do reajuste para os servidores dos quadros auxiliares e o outro abrange os cargos de provimento em comissão e funções de confiança.

Impacto somado: R\$ 3.435.073,29 em 2026.

Tribunal de Contas do Estado (TCE)

A instituição não detalhou o impacto isolado do reajuste, mas informou o total geral da despesa com pessoal após a aplicação do índice.

Montante total previsto para 2026: R\$ 181.493.081,00.

Percentual da Receita Corrente Líquida (RCL): 1,05%.

Defensoria Pública

A instituição apresentou o reflexo orçamentário do reajuste sobre as contas e as receitas estaduais.

Impacto financeiro: R\$ 5.101.552,37 em 2026.

Repercussão na Receita Corrente Líquida (RCL): 0,032%.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/promulgada-lei-que-garante-reajuste-de-390-a-servidores-de-poderes-no-tocantins/141659/>

Operação da Polícia Civil sobre UPAs amplia desgaste entre Wanderlei e Eduardo e fortalece Vinícius Pires

Por: Redação

Por: Samir Leão

A operação da Polícia Civil que investiga suspeitas de falsidade ideológica na formalização da parceria das UPAs de Palmas aprofundou nesta quinta-feira, 21, o desgaste político entre o prefeito Eduardo Siqueira Campos e o governador Wanderlei Barbosa e ampliou o espaço político do vereador Vinícius Pires, principal crítico da terceirização da saúde na capital.

Deflagrada pela Divisão Especializada de Repressão à Corrupção (Decor), a Operação Falsa Emergência mira supostas irregularidades em documentos ligados ao processo administrativo que sustentou a contratação da entidade responsável pela gestão das unidades de pronto atendimento da capital.

O caso já havia produzido forte embate jurídico e político. A parceria das UPAs passou por questionamentos do Ministério Público, Defensoria Pública, **Tribunal de Contas do Estado** e do Judiciário, chegando ao Tribunal de Justiça do **Tocantins** e ao Superior Tribunal de Justiça.

Politicamente, porém, a ofensiva da Polícia Civil atinge diretamente Eduardo Siqueira. O prefeito se tornou o principal fiador público do modelo de gestão adotado nas unidades e vinculou a parceria à promessa de reorganização da rede de urgência e emergência de Palmas.

Nos bastidores da política tocantinense, a operação passou a ser lida também dentro da relação entre Paço e Palácio Araguaia. Embora a Polícia Civil tenha autonomia investigativa e atuação sob autorização judicial, aliados do prefeito observam que a ação ocorre num momento de ruídos políticos entre Eduardo e Wanderlei, que teria projeto político para 2028 numa disputa pela prefeitura de Palmas,

possivelmente contra o próprio Eduardo Siqueira.

O ambiente de desconforto cresceu após evento político recente em Palmeirópolis, durante agenda ligada à pré-candidatura de Fábio Vaz à Câmara

Federal. No mesmo palanque estavam Wanderlei Barbosa e Vinícius Pires, vereador do Republicanos que lidera a oposição à terceirização das UPAs e ingressou com medidas judiciais contra o contrato.

Durante o evento, o governador fez elogios públicos ao vereador, gesto que provocou incômodo no entorno político de Eduardo, segundo relatos de bastidores. A operação desta quinta-feira acaba ampliando o peso político de Vinícius dentro do debate sobre a saúde da capital justamente no momento em que o contrato das UPAs enfrenta sua fase mais delicada.

No meio político, o episódio também abre espaço para interpretações sobre os reflexos políticos na pré-campanha da senadora Dorinha Seabra ao Palácio Araguaia. Escolhida pelo governador Wanderlei Barbosa como nome da sucessão, Dorinha mantém no prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, um dos principais aliados políticos do seu projeto para 2026. O desgaste entre o núcleo do governo estadual e a gestão da capital cria um ambiente de tensão dentro do próprio campo político que sustenta a pré-candidatura da senadora, sobretudo porque os dois lados têm papel estratégico na construção do palanque governista para a disputa estadual.

Sítio:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/100911/operacao-da-policia-civil-sobre-upas-amplia-desgaste-entre-wanderlei-e-eduardo-e-fortalece-vinicius-pires>

Defensoria Pública reconhece contribuição de Instituições na promoção do acesso à Justiça

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) homenageou, na manhã desta quinta-feira, 21, autoridades que contribuem pelo fortalecimento de sua atuação na promoção do acesso à justiça e proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. O momento solene foi realizado durante a abertura oficial da programação da Instituição pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, Dia de Defensoras e Defensores Públicos e Dia de Servidoras e Servidores da Instituição [data celebrada nacionalmente a casa 19 de maio].

A homenagem "Luta Por Acesso a Justiça de Sol a Sol" foi concedida ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do **Tocantins**, deputado estadual Amélio Cayres de Almeida; à presidente do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, desembargadora Maysa Vendramini Rosal; ao presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, conselheiro **Alberto Sevilha**; ao procurador-geral do Estado do **Tocantins**, Jax James Garcia Pontes; e ao ministro Justiça (2011-2016), advogado-geral da União (2016), jurista, advogado e professor, José Eduardo Cardozo, que participa da programação também como palestrante.

"Cabe a nós, enquanto instituição, representante dos vulnerabilizados, a garantia de que todos e todas serão alcançados e protegidos pela Lei. Não só um, não só alguns, mas todos e todas, porque é assim que funciona o regime democrático. E, com esse lugar bem definido na nossa ordem constitucional, em parceria com todas as instituições aqui presentes, trazemos e reafirmamos o nosso compromisso com o lema da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos: o modelo público de acesso à justiça tem nome e endereço na Constituição, e é a Defensoria Pública", disse o defensor público-geral do Estado do **Tocantins**, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves [foto abaixo].

A entrega das homenagens foi prestigiada por membros e servidores da Defensoria Pública, entre eles, a 1ª subdefensora pública-geral do Estado, Estellamaris Postal; o 2º subdefensor público-geral Danilo Frassetto Michelini; o assessor especial de Relações Institucionais, Marcelo Tomaz de Sousa; o

corregedor-geral da Defensoria Pública Neuton Jardim; e o diretor-geral da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado (Esdep), defensor público Murilo da Costa Machado.

Fizeram uso da palavra: a presidente da Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do **Tocantins** (Adpeto), Karla Letícia de Araújo Nogueira, o secretário-chefe da Casa Civil da Prefeitura de Palmas, Rolf Costa Vidal, representando o prefeito Eduardo Siqueira Campos; e o deputado federal Vicentinho Júnior, que anunciou a destinação de R\$ 500 mil de emenda parlamentar para Defensoria Pública do **Tocantins**.

"Confio plenamente na boa aplicação desse recurso. (...) O **Tocantins** é muito maior do que todos nós e é construído pelas instituições sérias que nós temos no nosso estado, dentre elas a nossa, a minha Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** , disse o Deputado Federal, que já é parceiro institucional da DPE-TO no projeto Econúcleos.

Homenageados

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do **Tocantins**, deputado Estadual Amélio Cayres [foto abaixo]:

"Pra mim é muito importante vindo de uma instituição dessa importância. A gente que veio de origem simples, humilde, mas teve a oportunidade, como deputado, de ser parceiro. (...) Esse reconhecimento não nos envaidece, mas responsabiliza cada vez mais para estar trabalhando em parceria com essa instituição."

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, desembargadora Maysa Vendramini Rosal [foto abaixo]:

"A participação da Defensoria Pública fortalece muito a prestação jurisdicional porque o primeiro contato que a parte tem é com a Defensoria e ela atende as pessoas vulneráveis que mais precisam. Esse fortalecimento é importante pra nós, no Poder Judiciário, e é uma honra estar aqui hoje participando desse importante evento".

Procurador-Geral de Justiça do Estado do **Tocantins**, Abel Andrade Leal Júnior [foto abaixo]:

publica-reconhece-contribuicao-de-instituicoes-na-promocao-do-acesso-a-justica

"Nós ficamos muito felizes de estar aqui, no dia de hoje, para poder junto com a Defensoria comemorar o mês da Defensoria Pública e agradecer de coração todo esse trabalho feito por este órgão tão importante para o nosso estado e em benefício da nossa população. Essa homenagem me deixa muito orgulhoso e eu acho que é um reconhecimento de todo o trabalho que o Ministério Público vem fazendo, toda a parceria que não só a cúpula tem, mas que os defensores, os promotores fazem juntamente em benefício da sociedade. Agradeço de coração."

" Presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, conselheiro **Alberto Sevilha** [foto abaixo]:

Extremamente importante essa parceria porque são instituições fortes, sólidas que realmente já vem fazendo, cada uma no seu espaço, a junção dessas forças. (...) É isso que faz o Estado crescer, o **Tocantins** está dando exemplo ao nosso país inteiro porque as instituições estão unidas, fortalecidas em prol da sociedade."

Procurador-Geral do Estado do **Tocantins**, Jax James Garcia Pontes [foto abaixo]:

"É com muita satisfação que a gente está aqui. Podem ter certeza que o Governo abraça as instituições com a mesma importância que a Defensoria Pública também tem na proteção constitucional. A gente sabe dessa função essencial à Justiça como está previsto explicitamente na Constituição Federal. Essa parceria ela é contínua e com muito respeito."

Ministro Justiça (2011-2016), advogado-geral da União (2016), jurista, advogado e professor, José Eduardo Cardozo [foto abaixo]:

"Me sinto emocionado porque eu acompanhei a luta de contribuir, dentro das minhas limitadas condições, para que a Defensoria Pública fosse a instituição no Brasil que hoje é. E particularmente eu acompanhei a construção dessa prédio, eu era ministro na época e vim na inauguração vi o esforço dos defensores daqui. Então eu fico muito emocionado em ver que este prédio ele simboliza mais do que um conjunto de tijolos, simboliza uma instituição forte e isso me deixa extremamente feliz."

Edição: Cléo Oliveira e Gisele França/Comunicação DPE-TO

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria->

Hospital de Monte do Carmo entra na mira do TCE-TO após vistoria surpresa apontar falhas

Notícias do **Tocantins** - O Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo entrou na mira do **Tribunal de Contas do Estado** após uma vistoria surpresa que identificou problemas na estrutura, na gestão e no funcionamento da unidade. A fiscalização foi realizada entre os dias 18 e 20 de maio pelo projeto " **TCE** de Olho ", conduzido pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES).

Durante três dias, os auditores percorreram todos os setores do hospital e avaliaram desde as condições físicas do prédio até a organização dos serviços oferecidos à população. A inspeção também analisou processos administrativos, rotinas internas e a forma como a unidade vem sendo gerida.

O HPP de Monte do Carmo é a 21ª unidade hospitalar vistoriada pelo projeto desde o início das ações e a 15ª fiscalizada apenas em 2026. As inspeções ocorrem sem aviso prévio justamente para permitir que o Tribunal acompanhe a realidade enfrentada diariamente por pacientes e profissionais da saúde.

Segundo o coordenador da COAES, Saulo Souza, a equipe técnica encontrou situações que agora serão detalhadas em relatório técnico encaminhado à relatoria responsável pelo município. " Nossa equipe verificou aspectos relacionados à estrutura, gestão e funcionamento dos serviços prestados à população. A partir de agora, os dados levantados serão analisados e consolidados em relatório técnico que será encaminhado à relatoria responsável para os procedimentos previstos pelo Tribunal" , afirmou.

Após a conclusão da auditoria, o Tribunal deverá apontar as irregularidades encontradas e poderá emitir recomendações, determinações e outras medidas para corrigir falhas e melhorar o atendimento à população.

A fiscalização integra a ofensiva do **TCETO** para ampliar o monitoramento da rede pública de saúde municipal e pressionar gestores por melhorias efetivas nas unidades hospitalares do Estado.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/tribunal-realiza-fiscalizacao-no-hospital-de-pequeno-porte-de-monte-do-carmo>

Monitoramento do TCE/TO aponta correção de 90% das irregularidades no novo prédio da Prefeitura de Brejinho

Redação

Apesar do investimento superior a R\$ 3,5 milhões, a construção do novo prédio da Prefeitura de Brejinho de Nazaré não ficou livre de problemas estruturais e vícios construtivos. Foi o que constatou a equipe de auditores da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng) do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, durante vistoria realizada em dezembro de 2025, quando a obra foi entregue.

Durante a inspeção foram verificadas inúmeras falhas na edificação. Nesta quarta-feira, 20, os técnicos retornaram ao local para acompanhamento e constataram que mais de 90% dos problemas apontados já haviam sido corrigidos.

Problemas que comprometiam a segurança dos servidores, como a instabilidade das esquadrias e dos guarda-corpos foram solucionados. A construtora retornou ao local e reforçou toda a estrutura, garantindo mais segurança.

Outro problema grave verificado, foi a parte elétrica do prédio que havia risco de incêndio por superaquecimento e danos aos equipamentos. Após a inspeção do Tribunal, os cabos elétricos foram substituídos por uma voltagem compatível e os quadros de energia foram realinhados.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

Infiltrações nas paredes e no forro foram os mais recorrentes e durante o monitoramento, os técnicos constataram que haviam sido sanadas, inclusive no telhado, após verificação realizada com o auxílio de drone.

O auditor de Controle Externo Thiago Dias falou sobre os resultados desta inspeção. "Os apontamentos mais graves foram resolvidos e esse resultado é muito satisfatório, pois o Tribunal cumpriu com seu papel em garantir a qualidade das obras públicas e sua garantia dentro do prazo de cinco anos", destacou.

Embora a maior parte dos apontamentos tenha sido

sanada, a equipe técnica vai relatar problemas ainda persistentes e monitorar até a completa correção da obra dentro do prazo de garantia quinquenal, ou seja, cinco anos após a entrega.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/05/21/monitoramento-do-tce-to-aponta-correcao-de-90-das-irregularidades-no-novo-predio-da-prefeitura-de-brejinho>

Tribunal realiza fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, entre os dias 18 e 20 de maio, mais uma etapa do projeto **TCE** de Olho no Hospital de Pequeno Porte (HPP) de Monte do Carmo. A ação integra as fiscalizações preventivas promovidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES). O objetivo é melhorar os serviços públicos de saúde oferecidos à população.

A unidade hospitalar é a 21ª vistoriada pelo projeto desde o início das ações. Além disso, ela representa a 15ª fiscalização realizada somente em 2026. Durante os três dias de trabalho, a equipe técnica avaliou a estrutura física do hospital, os processos administrativos e a organização dos serviços.

As inspeções ocorreram presencialmente e sem aviso prévio. Assim, os auditores acompanharam a rotina da unidade de saúde e identificaram oportunidades de melhoria no atendimento à população.

A unidade hospitalar é a 21ª vistoriada pelo projeto desde o início das ações. Além disso, ela representa a 15ª fiscalização realizada somente em 2026. Durante os três dias de trabalho, a equipe técnica avaliou a estrutura física do hospital, os processos administrativos e a organização dos serviços.

As inspeções ocorreram presencialmente e sem aviso prévio. Assim, os auditores acompanharam a rotina da unidade de saúde e identificaram oportunidades de melhoria no atendimento à população.

Segundo o coordenador da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), Saulo Souza, a fiscalização reforça o compromisso do Tribunal com o acompanhamento contínuo da rede municipal de saúde.

"Nossa equipe verificou aspectos relacionados à estrutura, gestão e funcionamento dos serviços prestados à população. A partir de agora, os dados levantados passarão por análise e integrarão um relatório técnico encaminhado à relatoria responsável", afirmou.

Após a vistoria, a equipe técnica elaborará um relatório detalhado com as informações coletadas durante a fiscalização. Em seguida, o documento seguirá para análise da relatoria responsável pelo município.

Com base no relatório, o Tribunal poderá emitir recomendações e determinações para aprimorar os serviços de saúde. Dessa forma, o projeto **TCE** de Olho mantém o caráter preventivo e orientativo das ações de fiscalização.

"Nossa equipe verificou aspectos relacionados à estrutura, gestão e funcionamento dos serviços prestados à população. A partir de agora, os dados levantados passarão por análise e integrarão um relatório técnico encaminhado à relatoria responsável", afirmou.

Após a vistoria, a equipe técnica elaborará um relatório detalhado com as informações coletadas durante a fiscalização. Em seguida, o documento seguirá para análise da relatoria responsável pelo município.

Com base no relatório, o Tribunal poderá emitir recomendações e determinações para aprimorar os serviços de saúde. Dessa forma, o projeto **TCE** de Olho mantém o caráter preventivo e orientativo das ações de fiscalização.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/21/tribunal-realiza-fiscalizacao-no-hospital-de-pequeno-porte-de-monte-do-carmo/>

Monitoramento do TCETO aponta que 90% das irregularidades no novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré foram corrigidas

Obra passou por inspeção por meio do projeto "**TCE** de Olho na Qualidade das Obras" e identificou falhas no acabamento e problemas estruturais

Apesar do investimento superior a R\$ 3,5 milhões, a construção do novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré não ficou livre de problemas estruturais e vícios construtivos. Foi o que constatou a equipe de auditores da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng) do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, durante vistoria realizada em dezembro de 2025, quando a obra foi entregue.

Durante a inspeção foram verificadas inúmeras falhas na edificação. Nesta quarta-feira, 20, os técnicos retornaram ao local para acompanhamento e constataram que mais de 90% dos problemas apontados já haviam sido corrigidos.

Problemas que comprometiam a segurança dos servidores, como a instabilidade das esquadrias e dos guarda-corpos foram solucionados. A construtora retornou ao local e reforçou toda a estrutura, garantindo mais segurança.

Outro problema grave verificado, foi a parte elétrica do prédio que havia risco de incêndio por superaquecimento e danos aos equipamentos. Após a inspeção do Tribunal, os cabos elétricos foram substituídos por uma voltagem compatível e os quadros de energia foram realinhados.

Infiltrações nas paredes e no forro foram os mais recorrentes e durante o monitoramento, os técnicos constataram que haviam sido sanadas, inclusive no telhado, após verificação realizada com o auxílio de drone.

O auditor de Controle Externo Thiago Dias falou sobre os resultados desta inspeção. "Os apontamentos mais graves foram resolvidos e esse resultado é muito satisfatório, pois o Tribunal cumpriu com seu papel em garantir a qualidade das obras públicas e sua garantia

dentro do prazo de cinco anos", destacou.

Embora a maior parte dos apontamentos tenha sido sanada, a equipe técnica vai relatar problemas ainda persistentes e monitorar até a completa correção da obra dentro do prazo de garantia quinquenal, ou seja, cinco anos após a entrega.

Site: <https://ocoletivo.com.br/monitoramento-do-tceto-aponta-que-90-das-irregularidades-no-novo-predio-da-prefeitura-de-brejinho-de-nazare-foram-corrigidas/>

Fiscalização encontra riscos elétricos e falhas estruturais em prefeitura de Brejinho

Apesar do investimento superior a R\$ 3,5 milhões, a construção do novo prédio da prefeitura de Brejinho de Nazaré não ficou livre de problemas estruturais e vícios construtivos. Foi o que constatou a equipe de auditores da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng) do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, durante vistoria realizada em dezembro de 2025, quando a obra foi entregue.

Durante a inspeção foram verificadas inúmeras falhas na edificação. Nesta quarta-feira, 20, os técnicos retornaram ao local para acompanhamento e constataram que mais de 90% dos problemas apontados já haviam sido corrigidos.

Problemas que comprometiam a segurança dos servidores, como a instabilidade das esquadrias e dos guarda-corpos foram solucionados. A construtora retornou ao local e reforçou toda a estrutura, garantindo mais segurança.

Outro problema grave verificado, foi a parte elétrica do prédio que havia risco de incêndio por superaquecimento e danos aos equipamentos. Após a inspeção do Tribunal, os cabos elétricos foram substituídos por uma voltagem compatível e os quadros de energia foram realinhados.

Infiltrações nas paredes e no forro foram os mais recorrentes e durante o monitoramento, os técnicos constataram que haviam sido sanadas, inclusive no telhado, após verificação realizada com o auxílio de drone.

O auditor de Controle Externo Thiago Dias falou sobre os resultados desta inspeção. "Os apontamentos mais graves foram resolvidos e esse resultado é muito satisfatório, pois o Tribunal cumpriu com seu papel em garantir a qualidade das obras públicas e sua garantia dentro do prazo de cinco anos", destacou.

Embora a maior parte dos apontamentos tenha sido sanada, a equipe técnica vai relatar problemas ainda persistentes e monitorar até a completa correção da obra dentro do prazo de garantia quinquenal, ou seja, cinco anos após a entrega.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/municipios/fiscalizacao->

***encontra-riscos-eletricos-e-falhas-estruturais-em-
prefeitura-de-brejinho/***

Assembleia aprova reajuste salarial para servidores e aposentados

A Assembleia Legislativa do **Tocantins** aprovou nesta terça-feira (19) uma série de projetos que tratam da revisão salarial de servidores públicos estaduais e da atualização de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS-TO).

As medidas abrangem servidores do Poder Executivo, órgãos autônomos e beneficiários do sistema previdenciário estadual.

REAJUSTE SALARIAL

Entre as propostas aprovadas está a Medida Provisória nº 18/2026, que concede revisão geral anual de 3,90% aos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do Poder Executivo.

O índice corresponde à data-base de maio de 2026 e também será aplicado a cartórios inativos vinculados à remuneração do Executivo.

O percentual foi calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OUTROS PODERES

Além do Executivo, também foram aprovados reajustes para servidores do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, **Tribunal de Contas do Estado**, Ministério Público e Defensoria Pública.

Com exceção do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, os órgãos adotaram o índice de 3,9%.

O Tribunal de Justiça aprovou reajuste de 4,26%, com impacto estimado de R\$ 18,7 milhões em 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA

No Ministério Público Estadual, dois projetos foram aprovados, com impacto financeiro conjunto de R\$ 3,4 milhões em 2026.

A Defensoria Pública informou impacto estimado de R\$ 5,1 milhões, com repercussão sobre a Receita Corrente Líquida.

Já o **Tribunal de Contas do Estado** projeta despesa

de R\$ 181,4 milhões em 2026.

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Os deputados também aprovaram a Medida Provisória nº 23/2026, que reajusta aposentadorias e pensões por morte pagas pelo Instituto de Gestão Previdenciária do **Tocantins**.

O reajuste será de até 3,90%, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026.

A atualização será aplicada de forma proporcional conforme a data de concessão do benefício.

Segundo o governo, a medida busca manter o equilíbrio dos valores pagos e adequar os cálculos previdenciários.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/estado/assembleia-aprova-reajuste-salarial-para-servidores-e-aposentados/140674/>

A sete meses do fim da gestão, ATS fecha contrato emergencial de R\$ 5,4 milhões com dispensa de licitação

Contrato assinado em 11 de maio prevê oito meses de serviços de faturamento, cobrança e atendimento da Agência Tocantinense de Saneamento; justificativa apresentada ao **TCE** aponta risco de colapso operacional e ausência de estrutura própria da autarquia

Agentes da ATS durante operação | Foto: ATS/Governo do **Tocantins**

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/86066/>

Tribunal de Contas abre prazo para prefeituras responderem sobre eficácia da gestão

Da Redação com informações do TCE-TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** deu início aos preparativos para o preenchimento dos questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), referente ao ano-base 2025. A iniciativa engloba as 139 prefeituras do estado e tem como objetivos medir o desenvolvimento da gestão pública, acompanhar as políticas municipais e instrumentalizar o controle social.

Os gestores públicos terão o prazo de 1º de junho a 31 de julho de 2026 para enviar as respostas exigidas. O índice avalia o desempenho da administração local em sete áreas temáticas: Educação, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Governança em Tecnologia da Informação, Cidades Protegidas, Saúde e Planejamento.

Os questionários deverão ser respondidos por meio do Sistema de Questionários Inspect, ferramenta eletrônica disponibilizada pela Rede Indicon/IRB. Os links de acesso serão encaminhados diretamente para o e-mail do responsável pelo IEGM que estiver cadastrado no Cadastro Único (Cadun) do Tribunal.

Atualização cadastral obrigatória

Para garantir o recebimento dos questionários e evitar a perda de prazos, o **TCETO** alerta que é imprescindível manter os dados atualizados. O procedimento de atualização deve ser realizado seguindo os passos abaixo:

1 - Acessar o portal do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** www.tceto.tc.br ;

2 - Navegar até a seção de Cadastro Único (Cadun);

3 - Inserir as credenciais de acesso fornecidas pelo **TCETO**;

4 - Atualizar as informações do responsável pelo IEGM, incluindo o e-mail de contato;

5 - Confirmar e salvar as alterações.

Em caso de dúvidas ou dificuldades durante o processo de atualização, os gestores podem entrar em contato pelo telefone: (63) 3232.5831.

Dúvidas quanto ao preenchimento dos questionários, podem ser esclarecidas pelo telefone (63) 3232.5867.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tribunal-de-contas-abre-prazo-para-prefeituras-responderem-sobre-eficacia-da-gestao/141661/>

Presidente do TJTO é homenageada pela DPETO durante solenidade alusiva ao Dia Nacional da Defensoria Pública

A presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, foi homenageada nesta quinta-feira (21/5), durante solenidade em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública. A magistrada recebeu a homenagem em reconhecimento à relevante contribuição ao fortalecimento institucional da Defensoria Pública do **Tocantins** (DPE-TO) e ao compromisso com iniciativas voltadas à promoção do acesso à justiça e à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade.

A desembargadora destacou o respeito pelo trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública.

Em apoio à campanha Maio Verde e em referência ao Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio, o prédio do TJTO foi iluminado de verde na última segunda-feira (19/5), em demonstração de reconhecimento à atuação da instituição em defesa dos direitos da população vulnerável.

A abertura oficial ocorreu no auditório da Defensoria Pública e contou com a presença de diversas autoridades, como o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**; o procurador-geral do Ministério Público do Estado (MPETO), Abel Andrade Leal Júnior; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Amélio Cayres; o procurador-geral do Estado do **Tocantins** (PGETO), Jax James Garcia, representando o Governo do Estado; e o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Todos foram homenageados na solenidade.

Na presença de defensores(as) públicos(as), servidores(as) e convidados(as), o defensor público-geral Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves destacou a importância da parceria com os órgãos de justiça.

Programação

Nesta quinta-feira, às 14h30, ocorreu a palestra com José Eduardo Cardozo, em atividade presencial exclusiva para defensoras e defensores públicos, servidoras, servidores e demais profissionais da Instituição, além de convidados.

Público interno

No dia 22, em programação exclusiva para o público interno da Instituição, a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) realizará o evento "Maio Verde: um olhar para quem cuida", com palestra e oficinas especiais.

Site:

<https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/presidente-do-tjto-e-homenageada-pela-dpeto-durante-solenidade-alusiva-ao-dia-nacional-da-defensoria-publica>

Deputados aprovam datas-base de servidores da Aleto, Judiciário, MP, TCE e Defensoria (Notícias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** - A Assembleia Legislativa do **Tocantins** aprovou, nesta terça-feira (19), a revisão geral anual dos salários de servidores de órgãos e instituições autônomas do Estado, a chamada data-base. As correções terão impacto milionário nas contas públicas e ampliam as despesas com folha de pagamento em 2026.

Foram contemplados servidores do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, da própria Aleto, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, do Ministério Público do Estado do **Tocantins** e da Defensoria Pública do Estado do **Tocantins**.

Com exceção do Judiciário, os demais órgãos adotaram reajuste de 3,9%, percentual baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre maio de 2025 e abril de 2026.

Ministério Público

O Ministério Público encaminhou dois projetos de lei à Assembleia Legislativa, um voltado aos servidores efetivos dos quadros auxiliares e outro destinado aos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.

As propostas foram assinadas pelo procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior.

Segundo os dados apresentados pelo órgão, o impacto financeiro previsto será de R\$ 3.435.073,29 em 2026.

Tribunal de Contas

No **Tribunal de Contas**, a revisão salarial elevará a despesa total com pessoal para R\$ 181,4 milhões no próximo ano.

O órgão informou que o montante corresponderá a 1,05% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, mas não detalhou qual será o impacto exclusivo provocado pela revisão anual aprovada.

Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Estado informou que a repercussão financeira da revisão geral anual será de 0,032% sobre a Receita Corrente Líquida.

O impacto estimado nas contas da instituição é de R\$ 5.101.552,37 ainda neste ano.

Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do **Tocantins** aprovou o maior índice entre os órgãos contemplados, concedendo reajuste de 4,26% aos servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados.

Segundo a presidente do TJTO, Maysa Vendramini Rosal, o percentual foi calculado com base no IPCA acumulado entre janeiro e dezembro de 2025.

O impacto previsto da medida no Judiciário estadual chega a R\$ 18.738.071,42 em 2026.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram , Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/deputados-aprovam-datas-base-de-servidores-da-aleto-judiciario-mp-tce-e-defensoria/>

Deputados aprovam datas-base de servidores da Aleto, Judiciário, MP, TCE e Defensoria

Notícias do **Tocantins** - A Assembleia Legislativa do **Tocantins** aprovou, nesta terça-feira (19), a revisão geral anual dos salários de servidores de órgãos e instituições autônomas do Estado, a chamada data-base. As correções terão impacto milionário nas contas públicas e ampliam as despesas com folha de pagamento em 2026.

Foram contemplados servidores do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, da própria Aleto, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, do Ministério Público do Estado do **Tocantins** e da Defensoria Pública do Estado do **Tocantins**.

Com exceção do Judiciário, os demais órgãos adotaram reajuste de 3,9%, percentual baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre maio de 2025 e abril de 2026.

Ministério Público

O Ministério Público encaminhou dois projetos de lei à Assembleia Legislativa, um voltado aos servidores efetivos dos quadros auxiliares e outro destinado aos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.

As propostas foram assinadas pelo procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior.

Segundo os dados apresentados pelo órgão, o impacto financeiro previsto será de R\$ 3.435.073,29 em 2026.

Tribunal de Contas

No **Tribunal de Contas**, a revisão salarial elevará a despesa total com pessoal para R\$ 181,4 milhões no próximo ano.

O órgão informou que o montante corresponderá a 1,05% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, mas não detalhou qual será o impacto exclusivo provocado pela revisão anual aprovada.

Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Estado informou que a repercussão financeira da revisão geral anual será de

0,032% sobre a Receita Corrente Líquida.

O impacto estimado nas contas da instituição é de R\$ 5.101.552,37 ainda neste ano.

Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do **Tocantins** aprovou o maior índice entre os órgãos contemplados, concedendo reajuste de 4,26% aos servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados.

Segundo a presidente do TJTO, Maysa Vendramini Rosal, o percentual foi calculado com base no IPCA acumulado entre janeiro e dezembro de 2025.

O impacto previsto da medida no Judiciário estadual chega a R\$ 18.738.071,42 em 2026.

Site: <https://afnoticias.com.br/atividade-parlamentar/deputados-aprovam-datas-base-referentes-a-remuneracao-dos-servidores-estaduais>

Aleto aprova revisão salarial para servidores do TJ, MP, TCE, DPE e Assembleia

Os deputados estaduais aprovaram, nesta terça-feira (19), projetos que garantem revisão geral anual na remuneração de servidores de Poderes e instituições autônomas do **Tocantins**. Dessa forma, as medidas beneficiam trabalhadores do Tribunal de Justiça (TJTO), Assembleia Legislativa (Aleto), **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) e Defensoria Pública do Estado (DPE-TO).

Na maior parte dos órgãos, os parlamentares aprovaram reajuste de 3,9%. O índice corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre maio de 2025 e abril de 2026.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça do **Tocantins** adotou percentual diferente. Nesse caso, o reajuste aprovado chegou a 4,26%.

Na maior parte dos órgãos, os parlamentares aprovaram reajuste de 3,9%. O índice corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre maio de 2025 e abril de 2026.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça do **Tocantins** adotou percentual diferente. Nesse caso, o reajuste aprovado chegou a 4,26%.

O Ministério Público do **Tocantins** encaminhou dois projetos de lei à Assembleia Legislativa. O primeiro trata do reajuste da remuneração dos servidores dos quadros auxiliares. Já o segundo estabelece revisão dos proventos dos cargos comissionados e das funções de confiança.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior, o impacto financeiro total das medidas será de R\$ 3.435.073,29 em 2026.

Além disso, os projetos incluem adequações salariais voltadas à recomposição inflacionária dos servidores da instituição.

O **Tribunal de Contas do Estado** informou que a despesa total com pessoal deverá alcançar R\$ 181.493.081 em 2026 após a aplicação do reajuste. Ao mesmo tempo, o órgão destacou que o índice representará 1,05% da Receita Corrente Líquida

(RCL).

Segundo o procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior, o impacto financeiro total das medidas será de R\$ 3.435.073,29 em 2026.

Além disso, os projetos incluem adequações salariais voltadas à recomposição inflacionária dos servidores da instituição.

O **Tribunal de Contas do Estado** informou que a despesa total com pessoal deverá alcançar R\$ 181.493.081 em 2026 após a aplicação do reajuste. Ao mesmo tempo, o órgão destacou que o índice representará 1,05% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Já a Defensoria Pública do Estado informou que a revisão salarial terá repercussão financeira equivalente a 0,032% da Receita Corrente Líquida. Conforme os dados divulgados, o impacto previsto para este ano será de R\$ 5.101.552,37.

Além disso, a instituição destacou que os reajustes seguem os limites previstos na legislação fiscal.

O Tribunal de Justiça do **Tocantins** aprovou reajuste de 4,26% para servidores efetivos e ocupantes de cargos em comissão.

Segundo a presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, o percentual teve como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado entre janeiro e dezembro de 2025.

Além disso, o projeto prevê impacto financeiro de R\$ 18.738.071,42 em 2026. Dessa maneira, o reajuste busca garantir a recomposição das perdas inflacionárias dos servidores do Judiciário estadual.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/20/aleto-aprova-revisao-salarial-para-servidores-do-tj-mp-tce-dpe-e-assembleia/>

Em nota oficial, Prefeitura de Combinado esclarece contrato de caminhonete e reafirma compromisso com moralidade e transparência

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/20/RDIOPARASOFM104FM-10.53.31-10.57.16-1779289826.mp3>

Assembleia aprova data-base de servidores e reajuste previdenciário para aposentados e pensionistas do Tocantins

Redação

A Assembleia Legislativa do **Tocantins** aprovou, nesta terça-feira, 19, uma série de matérias relacionadas à revisão salarial de servidores públicos estaduais e à atualização de aposentadorias e pensões pagas pelo Estado. As propostas contemplam servidores do Poder Executivo, órgãos autônomos e segurados do Regime Próprio de Previdência Social do **Tocantins** (RPPS-TO).

Entre os projetos aprovados está a Medida Provisória nº 18/2026, que concede revisão geral anual de 3,90% aos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual. O percentual corresponde à data-base de maio de 2026 e também será aplicado aos cartórios inativos que possuem benefícios vinculados à remuneração dos servidores do Executivo.

Além do Executivo, a Assembleia também aprovou reajustes para servidores do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, **Tribunal de Contas do Estado**, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública.

Com exceção do Tribunal de Justiça, os órgãos adotaram o índice de 3,9%, calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE entre maio de 2025 e abril de 2026.

O Tribunal de Justiça aprovou reajuste de 4,26% para servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados. Segundo a presidente da Corte, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, o percentual foi definido com base no IPCA acumulado entre janeiro e dezembro de 2025. O impacto financeiro estimado é de R\$ 18,7 milhões em 2026.

No Ministério Público Estadual, foram aprovados dois projetos distintos enviados pelo procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior. As propostas tratam da revisão salarial dos servidores dos quadros auxiliares e do reajuste dos cargos comissionados e funções de confiança. O impacto financeiro conjunto previsto para 2026 é de R\$ 3,4 milhões.

A Defensoria Pública informou impacto estimado de R\$ 5,1 milhões neste ano, com repercussão de 0,032% sobre a Receita Corrente Líquida. Já o **Tribunal de Contas do Estado** informou que a despesa total prevista para 2026 chegará a R\$ 181,4 milhões, equivalente a 1,05% da Receita Corrente Líquida.

Na área previdenciária, os deputados aprovaram a Medida Provisória nº 23/2026, que reajusta aposentadorias e pensões por morte pagas pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev-TO). A proposta prevê atualização de até 3,90%, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026.

O reajuste será aplicado de forma proporcional conforme a data de concessão do benefício. Segurados que recebem aposentadoria ou pensão desde fevereiro de 2025 terão direito ao percentual integral. Já benefícios concedidos ao longo do ano passado receberão índices proporcionais previstos no texto da medida.

A matéria também prevê compensação para benefícios reajustados em razão do novo salário-mínimo nacional, fixado em R\$ 1.621. Segundo o governo estadual, a medida busca manter a atualização dos valores pagos aos segurados e adequar os cálculos previdenciários.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/assembleia-aprova-data-base-de-servidores-e-reajuste-previdenciario-para-aposentados-e-pensionistas-do-tocantins-589338/>

TCE investiga contrato de R\$ 30 mil para locação de caminhonete para o gabinete do prefeito de Combinado

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/20/RDIOPARASOFM104FM-10.45.40-10.53.27-1779289805.mp3>

Nono encontro de escuta do TCE de Olho no Futuro será em Aparecida do Rio Negro (TCE de Olho)

Redação

Na próxima segunda-feira, 25, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** levará ao município de Aparecida do Rio Negro o nono Encontro de Escuta do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, na escola Municipal Luza Machado de Miranda, das 14h às 17h.

O encontro tem como foco principal ouvir a população local sobre necessidades e desafios enfrentados pelo município nas áreas da saúde, educação e assistência social voltadas à primeira infância, à juventude e às famílias.

Nesta edição de 2026, a equipe técnica do programa tem percorrido os 12 municípios selecionados a partir dos resultados da primeira edição, para ouvir as demandas e necessidades da população local. O próximo passo, é a elaboração conjunta do Plano de Ação Intersetorial voltado a solucionar os problemas do município e fortalecer políticas públicas voltadas à primeira infância e à juventude.

Com o tema central "Construindo o futuro, família por família", a iniciativa busca fortalecer áreas essenciais da primeira infância e já esteve em Recursolândia, Centenário, Piraquê, Xambioá, Arraias, Combinado, Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima.

Depois de Aparecida do Rio Negro, o próximo encontro será no município da Lagoa do **Tocantins**, no dia 8 de junho.

Parcerias

O programa conta com a participação de diversas instituições parceiras, entre elas Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), além de secretarias estaduais, órgãos de controle e entidades como UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor.

Site: <https://folhacapital.com.br/geral/nono-encontro-de-escuta-do-tce-de-olho-no-futuro-sera-em-aparecida-do-rio-negro/>

Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO (TCETO)

Redação

Ciclo de palestras com os ministros do STJ, Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela, foi uma oportunidade de atualização, troca de experiências e aprofundamento técnico para membros, servidores e especialistas

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, na manhã desta segunda-feira, 18, no auditório da Corte, o ciclo de palestras com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos. Os palestrantes trouxeram temas centrais da administração pública contemporânea, como improbidade administrativa e inteligência artificial (IA).

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, deu boas-vindas e destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica. "São assuntos importantes que fazem parte do nosso dia a dia tanto para nós do **Tribunal de Contas** quanto para o Judiciário", ressaltou.

Antes das palestras, foi exibido um vídeo institucional sobre o Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, idealizado pelo **TCETO** com o propósito de melhorar as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

O ministro Teodoro Silva Santos ministrou a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Ele recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito". Ainda segundo o ministro, grande parte dos gestores públicos e agentes políticos é formada por pessoas honestas. Ele destacou que o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa não é punir, mas orientar para que o gestor cumpra seu dever constitucional, respeitando o que prevê o artigo 37 da Constituição Federal, afirmou. Ele ressaltou que "a Lei de Improbidade Administrativa veio para alertar a todos que fazem parte da administração. Somente serão alcançados por ela os maus gestores que causam danos ao patrimônio público", enfatizou.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela abordou o tema "A experiência do STJ na utilização da Inteligência Artificial (IA)". O palestrante destacou que a ferramenta não serve para decisão final: "A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do juiz". Segundo o ministro, "a inteligência artificial não veio para substituir o elemento humano, ela veio para complementar, como meio para chegar à atividade final, sobrando mais tempo para juízes e servidores trabalharem apenas com a inteligência humana. Isso serve para o sistema Judiciário e para os Tribunais de Contas", finalizou.

Após as palestras, foi exibido um vídeo especial sobre o programa **TCE** de Olho, mais uma ação desenvolvida pelo **Tribunal de Contas** tocantinense. A iniciativa prevê visitas surpresas às unidades de saúde com o objetivo de impulsionar a melhoria dos serviços prestados à população. Até agora os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros, com 1.257 horas de trabalho.

Currículo

O ministro Teodoro Silva Santos é cearense de Juazeiro do Norte. Atuou como delegado de polícia, promotor de justiça, procurador de justiça. Foi desembargador e corregedor-geral de justiça do Ceará. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e pós-doutor em processo penal e direito constitucional. É autor de livros e artigos, além de atuar como palestrante no Brasil e no exterior. Ingressou no STJ em 2023.

O Ministro Afrânio Vilela é mineiro de Ibiá. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde foi vice-presidente, especialista em inovação e modernização do Judiciário, tem vários trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial. Tomou posse como Ministro do STJ em 2023.

Homenagens

Os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos receberam das mãos do presidente do **TCETO**,

Alberto Sevilha, o Colar do Mérito Siqueira Campos, a mais alta honraria concedida pela Corte.

Instituída pela resolução administrativa nº 235, de 4 de dezembro de 2002, a comenda é uma forma de reconhecer pessoas e instituições que contribuíram para o Estado do **Tocantins** ou para o fortalecimento do sistema Tribunais de Contas.

Participação

Estiveram presentes no evento, além de membros e servidores do próprio tribunal, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos de controle, das forças de segurança, advogados, contadores e integrantes de entidades representativas.

Site: <https://folhacapital.com.br/geral/ministros-do-stj-abordam-improbidade-administrativa-e-inteligencia-artificial-em-palestras-no-tceto/>

Aleto mantém veto ao Profe sob aval do Sintet e aprova reajustes de servidores

Da Redação e Dicom Aleto

Nesta terça-feira, 19, a Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto) realizou uma série de votações que definiram reajustes salariais e a manutenção de vetos governamentais. Entre as principais medidas aprovadas em plenário estão a revisão geral anual (data-base) da remuneração de servidores de Poderes e instituições autônomas, além do aval a medidas provisórias do Executivo que garantem a recomposição salarial de servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta.

A sessão também consolidou o desfecho de um dos temas mais debatidos nos últimos meses na Casa: a manutenção do veto parcial do Governo do Estado ao Autógrafo de Lei nº 73/2026, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação (Profe). Por 16 votos a 4, os deputados mantiveram o veto que barra a extensão do benefício a professores temporários e profissionais como psicólogos e assistentes sociais, sob o argumento de inconstitucionalidade formal e desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que a emenda do Legislativo gerava aumento direto de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Executivo.

Profe gera embate político e articulação do Sintet

A manutenção do veto ao Profe foi articulada junto aos deputados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do **Tocantins** (Sinet), sob a justificativa de assegurar a implementação imediata da gratificação - que foi reajustada para valores de R\$ 1.000 e R\$ 1.200 - aos professores efetivos, inspetores e Coordenadores de Programas e Projetos (CPP). Segundo a categoria, a derrubada integral do veto colocaria em risco o benefício de quem já estava contemplado.

O recuo estratégico, no entanto, motivou debates acalorados no plenário. O autor da emenda que estendia o benefício, deputado Professor Júnior Geo (PSDB), defendeu a isonomia na tribuna. "Hoje eu subo nesta tribuna por uma questão de justiça; justiça em relação aos milhares de professores contratados no Estado, que não recebem a mesma remuneração, porque é isso que o Estado está fazendo com professores que não recebem a gratificação do Profe, o que não gera isonomia. Se o professor está em

regência de sala de aula, por que é tratado de forma diferente?", questionou.

O deputado Jorge Frederico (PSDB) revelou que a prioridade foi salvaguardar o direito dos efetivos, mas prometeu nova mobilização. "Vou votar conforme o acordo do Sintet para atender os milhares de professores [efetivos], mas quero aqui ressaltar que esta luta [em prol dos contratados] vai continuar", garantiu. Na mesma linha, o deputado Marcus Marcelo (PL) apontou o vício de iniciativa na emenda apresentada, mas informou que já possui um requerimento para que o Executivo realize estudos de viabilidade orçamentária para os contratados. "Nós temos o mesmo pensamento [defesa da educação], mas divergimos da estratégia. Quando se apresenta uma emenda estendendo o benefício aos contratados, cai-se no artigo da Constituição que proíbe o Legislativo de aprovar emenda que aumente despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Executivo. Então, de fato, há um vício de iniciativa", pontuou.

Fora do plenário, as críticas de Júnior Geo ao posicionamento do sindicato provocaram reação imediata do presidente do Sintet, José Roque, que classificou a atitude do parlamentar como politicagem. "O Sintet fez a luta em defesa do Profe para todos. Não depende do sindicato legislar sobre orçamento. Esse é um papel do Legislativo, dos deputados, garantir orçamento para a educação", afirmou. José Roque criticou a apresentação da emenda de última hora e emendou: "O Sintet fez a luta pela garantia do Profe para valorização de todos os professores. Poderia ter sido estendido aos professores contratados se, por exemplo, o deputado Júnior Geo tivesse garantido mais orçamento para a educação, o que não foi feito", declarou. O líder sindical concluiu com um ataque direto às pretensões eleitorais do deputado: "Não estou concorrendo a nenhum pleito eleitoral. Já o deputado deve concorrer a mais um mandato e pouco tem feito pela educação. É muito discurso e pouca ação", concluiu.

Deputados aprovam reajustes e datas-base de servidores e inativos

Além da pauta da educação, a Aleto aprovou a Medida Provisória nº 18/2026, que concede a revisão geral anual de 3,90% aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração direta e

indireta do Poder Executivo Estadual, com referência à data-base de maio de 2026. Cartorários inativos também receberão a recomposição na mesma proporção.

Os deputados cancelaram ainda a Medida Previdenciária nº 23/2026, que estipula o reajuste de até 3,90% para os benefícios de aposentadoria e pensão por morte geridos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev-TO). O índice, que tem efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026, adota critérios do INPC e será aplicado de forma escalonada: quem se aposentou até fevereiro de 2025 recebe o teto de 3,90%, enquanto os benefícios iniciados ao longo do ano passado terão valores proporcionais. O texto prevê também uma compensação para adequar os benefícios ao novo salário-mínimo nacional de R\$ 1.621.

Por fim, o plenário aprovou a revisão anual dos servidores dos Poderes e órgãos autônomos. **Tribunal de Contas (TCE)**, Assembleia Legislativa (Aleto), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública (DPE) adotaram o índice de 3,90%, baseado no INPC de maio de 2025 a abril de 2026. Já o Tribunal de Justiça (TJ) aplicou o percentual de 4,26% para cargos efetivos e em comissão, com base no IPCA acumulado de 2025.

Os impactos financeiros dessas revisões para o ano de 2026 foram detalhados por cada instituição:

Tribunal de Justiça (TJ): impacto previsto de R\$ 18.738.071,42.

Defensoria Pública (DPE): impacto de R\$ 5.101.552,37 (representando 0,032% da Receita Corrente Líquida - RCL).

Ministério Público (MPE): impacto somado de R\$ 3.435.073,29, divididos em dois projetos de lei enviados pelo Procurador-Geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior.

Tribunal de Contas (TCE): montante total com pessoal atingirá R\$ 181.493.081 (equivalente a 1,05% da RCL).

Site: <https://t1noticias.com.br/politica/aleto-mantem-veto-ao-profe-sob-aval-do-sintet-e-aprova-reajustes-de-servidores/141630/>

Deputados aprovam revisão anual dos salários de servidores dos Poderes no Tocantins

A Assembleia Legislativa do **Tocantins** aprovou, nesta terça-feira (19), os projetos que tratam da revisão geral anual (data-base) da remuneração dos servidores públicos vinculados aos Poderes e instituições autônomas do estado. A medida contempla trabalhadores do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, **Tribunal de Contas do Estado**, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública.

Com exceção do Tribunal de Justiça, todos os órgãos adotaram o índice de 3,9%, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE entre 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026. O percentual tem como objetivo recompor perdas inflacionárias no período.

No caso do Ministério Público do Estado (MP-TO), foram encaminhados dois projetos distintos: um voltado ao reajuste dos servidores dos quadros auxiliares e outro para os cargos comissionados e funções de confiança. Segundo o órgão, o impacto financeiro conjunto será de R\$ 3.435.073,29 em 2026. As propostas foram assinadas pelo procurador-geral de Justiça, Abel Andrade Leal Júnior.

Já o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** não detalhou o impacto direto do reajuste sobre a folha de pessoal, mas informou que, com a atualização, a despesa total atingirá R\$ 181.493.081 em 2026, o que representa 1,05% da Receita Corrente Líquida (RCL).

A Defensoria Pública do Estado também apresentou estimativas, indicando que o reajuste terá impacto de R\$ 5.101.552,37 ainda neste ano, o equivalente a 0,032% da RCL.

Por sua vez, o Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ-TO) aplicou um índice diferenciado de 4,26%, baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre janeiro e dezembro de 2025. O percentual será aplicado tanto aos servidores efetivos quanto aos ocupantes de cargos comissionados. De acordo com a presidente da Corte, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, o impacto estimado é de R\$ 18.738.071,42 em 2026.

A aprovação das datas-base segue a política de

revisão anual dos vencimentos do funcionalismo público, prevista na Constituição, e ocorre em meio ao esforço do governo e dos órgãos autônomos para manter o equilíbrio fiscal e atender às demandas dos servidores.

Reportagem: Allessandro Ferreira / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/107780/deputados-aprovam-revisao-anual-dos-salarios-de-servidores-dos-poderes-no-tocantins>

Ministros do STJ discutem improbidade administrativa e inteligência artificial em evento no TCETO

Os ministros do Superior Tribunal de Justiça, Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela, participaram nesta segunda-feira (18) de um ciclo de palestras no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. Além disso, eles abordaram temas atuais como improbidade administrativa e inteligência artificial na administração pública.

Ministros do STJ destacam temas centrais da gestão pública

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, **Alberto Sevilha**, abriu o evento e ressaltou que o encontro reforça o compromisso da Corte com a inovação tecnológica.

Segundo ele, os assuntos debatidos fazem parte da rotina dos tribunais de contas e do Poder Judiciário. Além disso, o evento proporcionou atualização técnica para membros, servidores e especialistas.

Teodoro Silva Santos explica exigência de dolo na improbidade administrativa

Foto: Oluizjornalista

Na primeira palestra, Teodoro Silva Santos tratou da exigência de dolo para caracterizar atos de improbidade administrativa.

De acordo com o ministro, a Lei de Improbidade Administrativa deve ser analisada com cautela. Além disso, ele afirmou que a norma busca orientar gestores públicos a cumprir o artigo 37 da Constituição Federal.

Segundo o magistrado, a legislação não tem como objetivo punir gestores honestos. Pelo contrário, ela alcança apenas aqueles que causam prejuízos ao patrimônio público.

Afrânio Vilela apresenta uso da inteligência artificial no STJ

Na sequência, Afrânio Vilela apresentou a experiência do Superior Tribunal de Justiça com inteligência artificial.

Segundo o ministro, a tecnologia atua como ferramenta de apoio para organizar dados e gerar informações úteis. No entanto, a decisão final continua sob responsabilidade humana.

Além disso, ele destacou que a inteligência artificial não substitui juízes e servidores. Ao contrário, ela complementa o trabalho e permite mais tempo para atividades analíticas.

TCETO apresenta programas voltados à primeira infância e à saúde

Foto: Oluizjornalista

Antes das palestras, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** exibiu um vídeo sobre o programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**.

Depois do ciclo de palestras, a Corte apresentou também o programa **TCE de Olho**, que realiza visitas surpresa a unidades de saúde para estimular melhorias no atendimento à população.

Até agora, os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros e somaram 1.257 horas de trabalho.

Ministros recebem Colar do Mérito Siqueira Campos

Ao final do evento, Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos receberam o Colar do Mérito Siqueira Campos, a maior honraria concedida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

A comenda reconhece pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento do **Tocantins** e para o fortalecimento do sistema de tribunais de contas.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/18/ministros-do-stj-discutem-improbidade-administrativa-e-inteligencia-artificial-em-evento-no-tceto/>

Prefeitura de Gurupi busca alinhamento com TCE para reforçar transparência em contratos e obras

A Prefeitura de Gurupi participou de uma agenda institucional no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** para fortalecer o diálogo técnico e aprimorar os processos administrativos do município.

As reuniões ocorreram em **Palmas**. Além disso, os encontros discutiram contratos públicos, obras de engenharia e manutenção das escolas municipais.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Reunião debateu contratos e obras públicas

Durante os encontros, a equipe discutiu questões técnicas e administrativas ligadas às obras públicas e aos contratos de engenharia.

Além disso, os participantes debateram processos de maior complexidade e impacto financeiro para o município.

A agenda também abordou planejamento das contratações, gestão de riscos e aplicação da Lei nº 14.133/2021, conhecida como nova Lei de Licitações.

Segundo a Prefeitura de Gurupi, o objetivo é garantir mais eficiência administrativa e ampliar a segurança jurídica dos procedimentos internos.

O secretário Diego Marinho destacou a importância da relação institucional com os órgãos de controle.

"A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para fortalecer a legalidade, a eficiência administrativa e a segurança jurídica das contratações públicas", afirmou.

Além disso, ele ressaltou a atuação técnica da equipe da CAENG na construção de processos administrativos mais consistentes.

Manutenção das escolas também entrou na pauta

Durante a agenda, representantes da prefeitura também participaram de uma reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **TCE/TO**.

O encontro discutiu questões técnicas ligadas à manutenção predial das unidades da rede municipal de ensino.

Segundo a administração municipal, a reunião buscou fortalecer soluções voltadas à melhoria da infraestrutura escolar.

Além disso, a prefeitura destacou que a iniciativa reforça a política de qualificação contínua dos procedimentos administrativos adotada pela gestão municipal.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/14/prefeitura-de-gurupi-busca-alinhamento-com-tce-para-reforcar-transparencia-em-contratos-e-obras/>

JOSÉ WAGNER PRAXEDES | Ode a Palmas: 37 anos de uma terra que não cabe no peito (Opinião)

por Redação

Eu cheguei aqui. Antes das avenidas largas e simétricas, antes das faveiras-de-bolotas que trazem sombras refrescantes para acalantar o calor árduo do cerrado, antes do Lago que abraça esta cidade como quem não quer mais largar. Cheguei aqui quando tudo isso era apenas sonho. e que sonho grandioso. Foi enviado, acredito que de forma divina, à mente e ao coração de um homem que acreditou quando todos ainda duvidavam.

Eu vi o vazio virar cidade.

Vi a poeira vermelha do cerrado

se transformar em asfalto, em calçada,

em passeios e passos apressados de quem chegou

e ficou. porque ficou mesmo.

Era início de 1989. O **Tocantins** ainda respirava os primeiros ares de estado novo, ainda trêmulo de emoção e esperança, quando José Wilson Siqueira Campos fincou os olhos no coração do Brasil e disse: é aqui. Não por acidente. Não por conveniência. Por visão. Palmas não nasceu do improviso, nasceu de uma teimosia sagrada, da recusa em aceitar que o cerrado era apenas passagem. Ele enxergou destino onde outros só viam distância. E eu estava ali, espectador ativo de cada planta urbanística aberta sobre a mesa como quem abre um mapa do tesouro. E era tesouro, sim. só que ninguém ainda sabia o tamanho daquele diamante bruto que estava sendo lapidado debaixo do sol do **Tocantins**.

Siqueira Campos não construiu uma capital.

Construiu uma convicção.

E convicções, quando verdadeiras,

não pedem permissão para crescer.

Palmas cresceu. Meu Deus, como cresceu. O que era quadra numerada no papel virou bairro com alma,

escola com nome de herói, casas repletas de pessoas que ainda acreditam em dias melhores. As avenidas, antes desenhadas com régua e compasso, passaram a ser preenchidas de vida: de buzina, de feira, de criança correndo, de idoso sentado na sombra de um pequizeiro que não existia há trinta anos. Esta cidade aprendeu a andar rápido. E não parou mais. Hoje, vinte de maio de 2026, Palmas completa 37 anos. Trinta e sete. E eu digo isso com o peito cheio. Aquele cheio que emociona, que às vezes escapa pelos olhos antes que a gente possa segurar.

Trinta e sete anos de uma cidade que não para.

Que cresce, que evolui, que surpreende.

Que erra como toda cidade viva erra,

mas que levanta - sempre levanta.

Não me venha falar mal de Palmas. Não porque eu seja ingênuo sobre suas feridas, sei bem que toda cidade tem as suas. Mas porque eu vi esta terra ser tirada do nada com as mãos e a fé de quem acreditava. E quem viu de perto o nascimento de algo carrega esse algo dentro de si para sempre. Palmas está em mim como o cerrado está no horizonte: sempre presente, sempre vasto, sempre maior do que os olhos conseguem alcançar.

É um ciúme que não me envergonha. O ciúme de quem pertence, não ao lugar, mas ao que ele representa. Palmas não é apenas a cidade onde vivo: é a cidade que vi nascer, e isso muda tudo. É como sentir orgulho de uma filha que cresceu bonita e forte, e não tolerar que falem dela com descaso. Não por cegueira. Por amor com história.

E eu, que a vi nascer,

que caminhei no seu pó antes do asfalto,

que ouvi o silêncio que antecede a grandeza.

tenho o privilégio de testemunhar

o que muitos ainda vão descobrir:

que esta terra não foi apenas fundada.

Foi sonhada.

E sonhos com raiz não têm teto.

Esta cidade é uma ode em si mesma. É a prova de que sonhos planejados com coragem e executados com fé se tornam realidade, e realidades que duram. Palmas é jovem ainda. Tem a energia impaciente de quem sabe que o melhor está por vir.

E apesar de meu ciúme, reflito e concluo que Palmas não pertence a uma só pessoa, nem a uma só ideia. Ela pertence a cada mão que fincou estaca. A cada família que chegou com mala e esperança. É de Siqueira, de Darci, de Eduardo, de Aureny, de José, de Antônia, de Roberto, de Carlos, de Rubens, de Jamil, de Walfredo, de Luiz Fernando, de Ana, de Mary Sônia, de Moisés, de Marcelo, de Sandro, de Fenelon, de Gonçalves, de João de Deus, de Hebert, de Marilene, de João Alves, de Raimundo Boi, de Dalva, de Sevilha, de Manoel, de Napoleão, de Severiano, de Doris, de André, de Romeu, de Renê, de Roberta, de Adriana, de Cleber, de Tião, de Dhênia, de Salomão, de Dorivã, de Braguinha, de Genésio, de Maria, de João, de Pedro, de Fernando, de Orlando, de Cecília, de Tiana, de Paulo, de Mateus, de Oziel. e de incontáveis outros que a história não nomeou, mas que estão no concreto, no chão e na alma desta Capital.

Feliz aniversário, Palmas. Que os próximos 37 anos sejam tão vivos quanto os que já passaram, e muito maiores do que tudo que qualquer um de nós ainda consegue imaginar.

JOSÉ WAGNER PRAXEDES É conselheiro Decano do Tribunal de Contas do Tocantins

Site: <https://clebertoledo.com.br/opiniaol/jose-wagner-praxedes-ode-a-palmas-37-anos-de-uma-terra-que-nao-cabe-no-peito/>

Câmara de Araguaína aprova férias para vereadores e permite venda de até 30 dias

A Câmara Municipal de Araguaína aprovou nesta terça-feira, 19, um Projeto de Resolução que regulamenta a concessão de férias para vereadores e servidores efetivos do Poder Legislativo. Pelo texto, os parlamentares passam a ter direito a 30 dias de férias a cada 12 meses de efetivo exercício, assim como os servidores da Casa. A medida também permite que os vereadores convertam 1/3, 2/3 ou até a totalidade dos 30 dias em abono pecuniário, ou seja, recebam o período em dinheiro.

Um dos pontos de maior impacto da medida é a possibilidade de os vereadores converterem as férias em dinheiro. A resolução prevê que os parlamentares poderão transformar 1/3, 2/3 ou até a totalidade dos 30 dias de férias em abono pecuniário. Na prática, isso permite a chamada "venda" integral do período de descanso.

A regra é diferente para os servidores efetivos. Para eles, a conversão em dinheiro fica limitada a 1/3 do período de férias, sendo vedada a ampliação desse percentual por isonomia ou analogia aos demais servidores da Câmara.

O texto também permite que as férias sejam parceladas em até três etapas, desde que solicitadas pelo servidor ou vereador, com período mínimo de 10 dias. Entre as possibilidades previstas estão três períodos de 10 dias, dois períodos de 15 dias ou combinações com conversão parcial em abono pecuniário.

A resolução trata ainda da remuneração durante as férias. Segundo o documento, servidores e agentes políticos terão direito à remuneração mensal acrescida do adicional constitucional de férias. Em caso de parcelamento, o adicional deverá ser pago integralmente no primeiro período de usufruto.

A norma estabelece ainda que seus efeitos serão retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Posição do TCE-TO

No **Tocantins**, o **TCE-TO** tem adotado posição cautelosa: Ele reconhece a legitimidade do pagamento de 13º e adicional de férias a agentes políticos, mas condiciona à previsão legal, anterioridade, dotação orçamentária e limites da LRF. Em decisão

envolvendo Porto Nacional, o **TCE-TO** afirmou que a concessão opera efeitos para a legislatura seguinte e não permite pagamento retroativo a legislaturas passadas.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/camara-de-araguaina-aprova-ferias-para-vereadores-e-permite-venda-de-ate-30-dias/>

Arraias debate futuro da infância em encontro do TCE

O município de Arraias recebeu a 2ª edição do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", iniciativa promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** para fortalecer políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos.

O Encontro de Escuta Qualificada ocorreu no dia 12 de maio, na Escola Municipal Lívia Lorene Bueno Maia, e reuniu autoridades, educadores, estudantes, profissionais e moradores da cidade. Além disso, o evento promoveu debates, palestras e momentos de diálogo sobre demandas relacionadas à educação, saúde e assistência social.

Durante o encontro, participantes apresentaram sugestões e reivindicações relacionadas ao cuidado e desenvolvimento da primeira infância no município.

O Encontro de Escuta Qualificada ocorreu no dia 12 de maio, na Escola Municipal Lívia Lorene Bueno Maia, e reuniu autoridades, educadores, estudantes, profissionais e moradores da cidade. Além disso, o evento promoveu debates, palestras e momentos de diálogo sobre demandas relacionadas à educação, saúde e assistência social.

Durante o encontro, participantes apresentaram sugestões e reivindicações relacionadas ao cuidado e desenvolvimento da primeira infância no município.

Nesse sentido, chamou atenção das autoridades a preocupação de estudantes com a falta de equipamentos públicos voltados às crianças. A estudante Anne Naryê, de 11 anos, da Escola Apoenã de Abreu, pediu a instalação de parquinhos infantis nas praças da cidade.

Além disso, moradores também apresentaram demandas ligadas à saúde pública e melhorias estruturais no município.

Presente no encontro, o prefeito Herman Gomes afirmou que os parquinhos solicitados pela comunidade deverão ser instalados no próximo semestre.

A declaração ocorreu durante as discussões conduzidas pela equipe técnica do **TCETO**, responsável por auxiliar a Prefeitura na construção do

Plano de Ação Intersetorial.

Além disso, moradores também apresentaram demandas ligadas à saúde pública e melhorias estruturais no município.

Presente no encontro, o prefeito Herman Gomes afirmou que os parquinhos solicitados pela comunidade deverão ser instalados no próximo semestre.

A declaração ocorreu durante as discussões conduzidas pela equipe técnica do **TCETO**, responsável por auxiliar a Prefeitura na construção do Plano de Ação Intersetorial.

O documento reúne demandas apresentadas pela população e busca orientar ações voltadas à melhoria dos indicadores municipais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Outro tema debatido durante o encontro foi a necessidade de ampliação dos serviços de saúde pública no município.

Além disso, participantes destacaram a importância de fortalecer a rede de atendimento e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde.

O programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância" percorre municípios tocaninenses promovendo escuta social e participação comunitária.

Dessa forma, a iniciativa busca identificar os principais desafios enfrentados pelas famílias e auxiliar os municípios na construção de políticas públicas mais eficientes para crianças e adolescentes.

Além disso, o encontro reforçou o compromisso da gestão municipal e das instituições participantes com o desenvolvimento humano, proteção social e melhoria da qualidade de vida das futuras gerações em Arraias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/19/arraias-debate-futuro-da-infancia-em-encontro-do-tce/>

DE 2024: TCE aponta irregularidades graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil e recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Lavandeira (MUNICIPIOS)

Da Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** recomendou a rejeição das contas consolidadas da Prefeitura de Lavandeira referentes ao exercício financeiro de 2024. A análise foi realizada no Processo nº 11430/2025, sob relatoria da 5ª Relatoria da Corte de Contas.

O parecer técnico da Coordenadoria de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal (COACF), emitido em abril de 2026, apontou irregularidades consideradas graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil do município durante a administração do ex-prefeito Roberto Cesar Ferreira de Oliveira.

Segundo o relatório, os técnicos identificaram problemas relacionados à execução orçamentária, arrecadação tributária, gestão da dívida ativa, abertura irregular de créditos adicionais, inconsistências contábeis e falhas na prestação de informações fiscais obrigatórias.

Entre os principais apontamentos estão déficits orçamentários sem cobertura financeira adequada, ausência de arrecadação da dívida ativa municipal e inconsistências nos registros de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O Tribunal também destacou divergências entre valores registrados no sistema contábil do município e dados bancários referentes aos repasses de ICMS e FUNDEB.

Outro ponto considerado grave foi o cancelamento de mais de R\$ 412 mil em restos a pagar processados sem documentação comprobatória suficiente. A equipe técnica também apontou falhas na abertura de créditos suplementares com indicação de superávit financeiro acima do efetivamente apurado, além da utilização de excesso de arrecadação sem respaldo nos números finais do exercício.

O relatório ainda ressalta que o município não registrou adequadamente créditos tributários

referentes ao IPTU e ISS, contrariando normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da legislação fiscal vigente.

De acordo com a análise, a recuperação da dívida ativa municipal foi de 0% durante o exercício de 2024, situação que, segundo os técnicos, evidencia ineficácia das medidas de cobrança adotadas pela gestão pública.

A defesa do ex-prefeito e do contador responsável pelas contas, Frederico de Paula Cordeiro, foi apresentada dentro do prazo legal. Contudo, a maior parte das justificativas não foi acatada pela área técnica do Tribunal, que entendeu permanecerem as irregularidades apontadas inicialmente.

O parecer também apontou reincidência no descumprimento de determinações anteriormente expedidas pelo próprio **Tribunal de Contas** em exercícios anteriores, fator que agravou a avaliação técnica.

Diante das conclusões, a Coordenadoria de Análise de Contas manifestou-se pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Lavandeira a rejeição das contas anuais consolidadas do exercício de 2024.

O processo segue agora para análise da Procuradoria-Geral de Contas e posterior apreciação pelos conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/de-2024-tce-aponta-irregularidades-graves-e-gravissimas-na-gestao-fiscal-e-contabil-e-recomenda-rejeicao-das-contas-da-prefeitura-de-lavandeira/15012>

TCE aponta irregularidades graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil e recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Lavandeira (MUNICIPIOS)

Da Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** recomendou a rejeição das contas consolidadas da Prefeitura de Lavandeira referentes ao exercício financeiro de 2024. A análise foi realizada no Processo nº 11430/2025, sob relatoria da 5ª Relatoria da Corte de Contas.

O parecer técnico da Coordenadoria de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal (COACF), emitido em abril de 2026, apontou irregularidades consideradas graves e gravíssimas na gestão fiscal e contábil do município durante a administração do ex-prefeito Roberto Cesar Ferreira de Oliveira.

Segundo o relatório, os técnicos identificaram problemas relacionados à execução orçamentária, arrecadação tributária, gestão da dívida ativa, abertura irregular de créditos adicionais, inconsistências contábeis e falhas na prestação de informações fiscais obrigatórias.

Entre os principais apontamentos estão déficits orçamentários sem cobertura financeira adequada, ausência de arrecadação da dívida ativa municipal e inconsistências nos registros de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O Tribunal também destacou divergências entre valores registrados no sistema contábil do município e dados bancários referentes aos repasses de ICMS e FUNDEB.

Outro ponto considerado grave foi o cancelamento de mais de R\$ 412 mil em restos a pagar processados sem documentação comprobatória suficiente. A equipe técnica também apontou falhas na abertura de créditos suplementares com indicação de superávit financeiro acima do efetivamente apurado, além da utilização de excesso de arrecadação sem respaldo nos números finais do exercício.

O relatório ainda ressalta que o município não registrou adequadamente créditos tributários

referentes ao IPTU e ISS, contrariando normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da legislação fiscal vigente.

De acordo com a análise, a recuperação da dívida ativa municipal foi de 0% durante o exercício de 2024, situação que, segundo os técnicos, evidencia ineficácia das medidas de cobrança adotadas pela gestão pública.

A defesa do ex-prefeito e do contador responsável pelas contas, Frederico de Paula Cordeiro, foi apresentada dentro do prazo legal. Contudo, a maior parte das justificativas não foi acatada pela área técnica do Tribunal, que entendeu permanecerem as irregularidades apontadas inicialmente.

O parecer também apontou reincidência no descumprimento de determinações anteriormente expedidas pelo próprio **Tribunal de Contas** em exercícios anteriores, fator que agravou a avaliação técnica.

Diante das conclusões, a Coordenadoria de Análise de Contas manifestou-se pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Lavandeira a rejeição das contas anuais consolidadas do exercício de 2024.

O processo segue agora para análise da Procuradoria-Geral de Contas e posterior apreciação pelos conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/tce-aponta-irregularidades-graves-e-gravissimas-na-gestao-fiscal-e-contabil-e-recomenda-rejeicao-das-contas-da-prefeitura-de-lavandeira/15012>

Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, na manhã desta segunda-feira, 18, no auditório da Corte, o ciclo de palestras com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos. Os palestrantes trouxeram temas centrais da administração pública contemporânea, como improbidade administrativa e inteligência artificial (IA).

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, deu boas-vindas e destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica. "São assuntos importantes que fazem parte do nosso dia a dia tanto para nós do **Tribunal de Contas** quanto para o Judiciário", ressaltou.

Antes das palestras, foi exibido um vídeo institucional sobre o Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, idealizado pelo **TCETO** com o propósito de melhorar as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

O ministro Teodoro Silva Santos ministrou a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Ele recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito". Ainda segundo o ministro, grande parte dos gestores públicos e agentes políticos é formada por pessoas honestas. Ele destacou que o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa não é punir, mas orientar para que o gestor cumpra seu dever constitucional, respeitando o que prevê o artigo 37 da Constituição Federal, afirmou. Ele ressaltou que "a Lei de Improbidade Administrativa veio para alertar a todos que fazem parte da administração. Somente serão alcançados por ela os maus gestores que causam danos ao patrimônio público", enfatizou.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela abordou o tema "A experiência do STJ na utilização da Inteligência Artificial (IA)". O palestrante destacou que a ferramenta não serve para decisão final: "A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do

juiz". Segundo o ministro, "a inteligência artificial não veio para substituir o elemento humano, ela veio para complementar, como meio para chegar à atividade final, sobrando mais tempo para juízes e servidores trabalharem apenas com a inteligência humana. Isso serve para o sistema Judiciário e para os Tribunais de Contas", finalizou.

Após as palestras, foi exibido um vídeo especial sobre o programa **TCE** de Olho, mais uma ação desenvolvida pelo **Tribunal de Contas** tocaninense. A iniciativa prevê visitas surpresas às unidades de saúde com o objetivo de impulsionar a melhoria dos serviços prestados à população. Até agora os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros, com 1.257 horas de trabalho.

Currículo

O ministro Teodoro Silva Santos é cearense de Juazeiro do Norte. Atuou como delegado de polícia, promotor de justiça, procurador de justiça. Foi desembargador e corregedor-geral de justiça do Ceará. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e pós-doutor em processo penal e direito constitucional. É autor de livros e artigos, além de atuar como palestrante no Brasil e no exterior. Ingressou no STJ em 2023.

O Ministro Afrânio Vilela é mineiro de Ibiá. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde foi vice-presidente, especialista em inovação e modernização do Judiciário, tem vários trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial. Tomou posse como Ministro do STJ em 2023.

Site:

<https://miratocantins.com.br/noticia/53634/ministros-do-stj-abordam-improbidade-administrativa-e-inteligencia-artificial-em-palestras-no-tceto>

TCE investiga contrato de R\$ 30 mil para locação de caminhonete para o gabinete do prefeito de Combinado (TO)

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

(**TCE-TO**) abriu investigação formal sobre possíveis irregularidades em um contrato firmado pela Prefeitura de Combinado, na região sudeste do estado, para a locação de uma caminhonete destinada ao gabinete do prefeito Dione Mendes da Silva, popularmente conhecido como Dione do Pastel

O caso envolve o contrato nº 05/2025, vinculado ao processo administrativo nº 143/2025, que prevê a locação de um veículo tipo caminhonete 4x4 cabine dupla pelo valor mensal de R\$ 15 mil, totalizando R\$ 30 mil empenhados inicialmente.

Falta de transparência acende alerta no **TCE**

Um dos principais pontos levantados pela área técnica do tribunal é a ausência total de informações sobre o contrato nos sistemas oficiais de transparência da Prefeitura de Combinado. Nem o processo administrativo nem o contrato estavam disponíveis para consulta pública no momento da análise inicial.

Para o **TCE**, a omissão configura violação direta aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência, além de descumprimento das regras previstas na Lei nº 14.133/2021, que exige ampla divulgação de atos relacionados a contratações públicas.

Embora documentos tenham sido inseridos posteriormente no sistema do tribunal (SICAP-LCO), os técnicos apontam que a regularização foi tardia, ocorrendo após a formalização e a execução do contrato - o que mantém a irregularidade caracterizada.

Prefeitura já possuía veículo similar em uso

Outro elemento considerado crítico é o fato de o município já dispor de um veículo com características semelhantes. De acordo com o levantamento patrimonial, a Prefeitura de Combinado possui uma picape Fiat Toro cabine dupla, adquirida em 2021 por R\$ 122,5 mil, classificada em bom estado de conservação e lotada justamente no gabinete do prefeito.

Diante disso, o tribunal questiona a real necessidade da nova contratação, sobretudo considerando o custo elevado da locação.

Falhas no planejamento e suspeita de direcionamento

A análise do **TCE** também aponta deficiência na justificativa da contratação e ausência de comprovação da vantajosidade econômica. Segundo os técnicos, não há demonstração consistente de que a locação seria a melhor alternativa para a administração pública.

Outro fator que levanta suspeitas é o fato de a empresa contratada já manter vínculo contratual anterior com o município. Para o tribunal, esse contexto, aliado à falta de transparência, pode indicar possível direcionamento no processo de contratação.

Processo é convertido em representação e prefeito é citado

Diante das irregularidades identificadas, o **TCE** decidiu converter o caso em representação formal - procedimento que amplia o rigor da apuração e pode resultar em sanções.

Foram citados para prestar esclarecimentos o prefeito Dione Mendes da Silva, "Dione do Pastel"; o ex-secretário municipal de Finanças, Josias Romualdo Pereira Júnior; a chefe do Controle Interno, Kássia Leite Caminhas Lopes; a ex-agente de contratação, Laína Matos Tavares; e o atual agente de contratação, Jaime Antonio dos Santos, todos envolvidos no processo.

Os gestores têm prazo de 15 dias para apresentar defesa e encaminhar toda a documentação referente ao contrato. O descumprimento pode resultar na aplicação de multas e outras penalidades previstas na legislação.

Possíveis desdobramentos

Caso as irregularidades sejam confirmadas, o contrato poderá ser considerado ilegal, com possibilidade de

anulação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos, incluindo o ressarcimento de eventuais prejuízos aos cofres públicos.

O processo segue em tramitação no **Tribunal de Contas do Estado**.

Outro lado

A reportagem tentou contato por telefone com o prefeito Dione do Pastel para obter sua versão e esclarecer a real necessidade da locação da caminhonete. No entanto, até a publicação, o gestor não havia atendido às ligações nem respondido às mensagens enviadas via aplicativo WhatsApp. A Agência **Tocantins** deixa o espaço aberto para manifestação futura.

O que dizem os demais citados

O ex-secretário de Finanças, Josias Romualdo Pereira Júnior, informou que, como responsável pelo setor financeiro, limitava-se a executar os pagamentos dos processos encaminhados à pasta.

Segundo ele, não cabia à sua função realizar questionamentos sobre os contratos, uma vez que os processos já chegavam ao setor financeiro após análise dos servidores responsáveis, com pareceres da área de contratação, do controle interno e do jurídico.

A Agência **Tocantins** não conseguiu contato com os demais citados. A reportagem deixa o espaço aberto para posicionamento em momento oportuno. (Leia à íntegra do documento do **TCE/TO**)

Reportagem: Nathaly Guimarães / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/107760/tce-investiga-contrato-de-r-30-mil-para-locacao-de-caminhonete-na-prefeitura-de-combinado-to>

Ministros do STJ trazem inteligência artificial e improbidade administrativa a debate no TCE-TO

TCE TOCANTINS - Edição: AN

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, na manhã desta segunda-feira, 18, no auditório da Corte, o ciclo de palestras com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos. Os palestrantes trouxeram temas centrais da administração pública contemporânea, como improbidade administrativa e inteligência artificial (IA).

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, deu boas-vindas e destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica.

"São assuntos importantes que fazem parte do nosso dia a dia tanto para nós do **Tribunal de Contas** quanto para o Judiciário", ressaltou.

Antes das palestras, foi exibido um vídeo institucional sobre o Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, idealizado pelo **TCETO** com o propósito de melhorar as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

Improbidade administrativa

O ministro Teodoro Silva Santos ministrou a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Ele recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito".

Ainda segundo o ministro, grande parte dos gestores públicos e agentes políticos é formada por pessoas honestas. Ele destacou que o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa não é punir, mas orientar para que o gestor cumpra seu dever constitucional, respeitando o que prevê o artigo 37 da Constituição Federal.

"A Lei de Improbidade Administrativa veio para alertar a todos que fazem parte da administração. Somente serão alcançados por ela os maus gestores que causam danos ao patrimônio público", enfatizou.

Inteligência artificial no STJ

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela abordou o tema "A experiência do STJ na utilização da Inteligência Artificial (IA)". O palestrante destacou que a ferramenta não serve para decisão final.

"A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do juiz".

Segundo o ministro, "a inteligência artificial não veio para substituir o elemento humano, ela veio para complementar, como meio para chegar à atividade final, sobrando mais tempo para juízes e servidores trabalharem apenas com a inteligência humana. Isso serve para o sistema Judiciário e para os Tribunais de Contas", finalizou.

Programa **TCE** de Olho

Após as palestras, foi exibido um vídeo especial sobre o programa **TCE** de Olho, mais uma ação desenvolvida pelo **Tribunal de Contas** tocantinense. A iniciativa prevê visitas surpresas às unidades de saúde com o objetivo de impulsionar a melhoria dos serviços prestados à população. Até agora os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros, com 1.257 horas de trabalho.

Currículo dos ministros

O ministro Teodoro Silva Santos é cearense de Juazeiro do Norte. Atuou como delegado de polícia, promotor de justiça, procurador de justiça. Foi desembargador e corregedor-geral de justiça do Ceará. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e pós-doutor em processo penal e direito constitucional. É autor de livros e artigos, além de atuar como palestrante no Brasil e no exterior. Ingressou no STJ em 2023.

O ministro Afrânio Vilela é mineiro de Ibiá. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde foi vice-presidente, especialista

em inovação e modernização do Judiciário, tem vários trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial. Tomou posse como ministro do STJ em 2023.

Homenagens

Os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos receberam das mãos do presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, o Colar do Mérito Siqueira Campos, a mais alta honraria concedida pela Corte.

Instituída pela resolução administrativa nº 235, de 4 de dezembro de 2002, a comenda é uma forma de reconhecer pessoas e instituições que contribuíram para o Estado do **Tocantins** ou para o fortalecimento do sistema Tribunais de Contas.

Participação

Estiveram presentes no evento, além de membros e servidores do próprio tribunal, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos de controle, das forças de segurança, advogados, contadores e integrantes de entidades representativas.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/ministros-do-stj-trazem-inteligencia-artificial-e-improbidade-administrativa-a-debate-no-tce-to/44304>

Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO

Da Assessoria

Ciclo de palestras com os ministros do STJ, Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela, foi uma oportunidade de atualização, troca de experiências e aprofundamento técnico para membros, servidores e especialistas

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, na manhã desta segunda-feira, 18, no auditório da Corte, o ciclo de palestras com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos. Os palestrantes trouxeram temas centrais da administração pública contemporânea, como improbidade administrativa e inteligência artificial (IA).

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, deu boas-vindas e destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica. "São assuntos importantes que fazem parte do nosso dia a dia tanto para nós do **Tribunal de Contas** quanto para o Judiciário", ressaltou.

Antes das palestras, foi exibido um vídeo institucional sobre o Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, idealizado pelo **TCETO** com o propósito de melhorar as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

O ministro Teodoro Silva Santos ministrou a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Ele recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito". Ainda segundo o ministro, grande parte dos gestores públicos e agentes políticos é formada por pessoas honestas. Ele destacou que o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa não é punir, mas orientar para que o gestor cumpra seu dever constitucional, respeitando o que prevê o artigo 37 da Constituição Federal, afirmou. Ele ressaltou que "a Lei de Improbidade Administrativa veio para alertar a todos que fazem parte da administração. Somente serão alcançados por ela os maus gestores que causam danos ao patrimônio público", enfatizou.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela abordou o tema "A experiência do STJ na utilização da Inteligência Artificial (IA)". O palestrante destacou que a ferramenta não serve para decisão final: "A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do juiz". Segundo o ministro, "a inteligência artificial não veio para substituir o elemento humano, ela veio para complementar, como meio para chegar à atividade final, sobrando mais tempo para juízes e servidores trabalharem apenas com a inteligência humana. Isso serve para o sistema Judiciário e para os Tribunais de Contas", finalizou.

Após as palestras, foi exibido um vídeo especial sobre o programa **TCE** de Olho, mais uma ação desenvolvida pelo **Tribunal de Contas** tocantinense. A iniciativa prevê visitas surpresas às unidades de saúde com o objetivo de impulsionar a melhoria dos serviços prestados à população. Até agora os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros, com 1.257 horas de trabalho.

Currículo

O ministro Teodoro Silva Santos é cearense de Juazeiro do Norte. Atuou como delegado de polícia, promotor de justiça, procurador de justiça. Foi desembargador e corregedor-geral de justiça do Ceará. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e pós-doutor em processo penal e direito constitucional. É autor de livros e artigos, além de atuar como palestrante no Brasil e no exterior. Ingressou no STJ em 2023.

O Ministro Afrânio Vilela é mineiro de Ibiá. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde foi vice-presidente, especialista em inovação e modernização do Judiciário, tem vários trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial. Tomou posse como Ministro do STJ em 2023.

Homenagens

Os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos receberam das mãos do presidente do **TCETO**,

Alberto Sevilha, o Colar do Mérito Siqueira Campos, a mais alta honraria concedida pela Corte.

Instituída pela resolução administrativa nº 235, de 4 de dezembro de 2002, a comenda é uma forma de reconhecer pessoas e instituições que contribuíram para o Estado do **Tocantins** ou para o fortalecimento do sistema Tribunais de Contas.

Participação

Estiveram presentes no evento, além de membros e servidores do próprio tribunal, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos de controle, das forças de segurança, advogados, contadores e integrantes de entidades representativas.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/ministros-do-stj-abordam-improbidade-administrativa-e-inteligencia-artificial-em-palestras-no-tceto>

ARAGUATINS: Câmara reprovou em primeira votação contas 2022 da gestão Aquiles

Folha do Bico

A Câmara Municipal de Araguatins reprovou, em primeira votação realizada nesta segunda-feira (18), as contas da gestão do prefeito Aquiles da Areia referentes ao exercício financeiro de 2022. A decisão seguiu parecer prévio do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, que recomendou a rejeição após apontar irregularidades consideradas graves na administração municipal.

Entre os principais pontos levantados pelo **TCE-TO** estão o descumprimento do índice mínimo constitucional de investimentos em educação, problemas relacionados à alíquota previdenciária abaixo do previsto em lei, existência de déficits financeiros por fontes de recursos e divergências que somam cerca de R\$ 3,9 milhões em precatórios. Para derrubar o parecer técnico do tribunal e garantir a aprovação das contas, eram necessários nove votos favoráveis ao prefeito, mas a base governista conseguiu apenas sete votos.

Votaram pela aprovação das contas os vereadores Weudys Dias (PSD), Marlucio (Republicanos), Roxa do Falcão (PSD), Marlene do PA (PP), Roberto Pires (PP), Darlan Pernambuco (PP) e Jacqueline Adriane (PSD). Já os parlamentares Abmael Murad (PDT), Antônio Evangelista (UB), Airton Rodrigues (Republicanos), Catia Oliveira (MDB), Chico Moura (Republicanos) e Manoel da Colônia (PDT) acompanharam o parecer do **Tribunal de Contas** e votaram pela rejeição.

Apesar da reprovação em primeira análise, o processo ainda passará por uma segunda rodada de votação na próxima sessão ordinária da Câmara Municipal. O desfecho é acompanhado com atenção por lideranças políticas e pela população, já que a decisão final poderá ter repercussões administrativas e políticas para a gestão municipal, além de influenciar o cenário eleitoral e o debate sobre responsabilidade fiscal e aplicação de recursos públicos em Araguatins.

Site: <https://folhadobico.com.br/araguatins-camara-reprova-em-primeira-votacao-contas-2022-da-gestao-aquiles/>

Ministros do STJ abordam improbidade administrativa e inteligência artificial em palestras no TCETO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, na manhã desta segunda-feira, 18, no auditório da Corte, o ciclo de palestras com os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos. Os palestrantes trouxeram temas centrais da administração pública contemporânea, como improbidade administrativa e inteligência artificial (IA).

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, deu boas-vindas e destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica. "São assuntos importantes que fazem parte do nosso dia a dia tanto para nós do **Tribunal de Contas** quanto para o Judiciário", ressaltou.

Antes das palestras, foi exibido um vídeo institucional sobre o Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, idealizado pelo **TCETO** com o propósito de melhorar as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

O ministro Teodoro Silva Santos ministrou a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Ele recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito". Ainda segundo o ministro, grande parte dos gestores públicos e agentes políticos é formada por pessoas honestas. Ele destacou que o objetivo da Lei de Improbidade Administrativa não é punir, mas orientar para que o gestor cumpra seu dever constitucional, respeitando o que prevê o artigo 37 da Constituição Federal, afirmou. Ele ressaltou que "a Lei de Improbidade Administrativa veio para alertar a todos que fazem parte da administração. Somente serão alcançados por ela os maus gestores que causam danos ao patrimônio público", enfatizou.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela abordou o tema "A experiência do STJ na utilização da Inteligência Artificial (IA)". O palestrante destacou que a ferramenta não serve para decisão final: "A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do

juiz". Segundo o ministro, "a inteligência artificial não veio para substituir o elemento humano, ela veio para complementar, como meio para chegar à atividade final, sobrando mais tempo para juízes e servidores trabalharem apenas com a inteligência humana. Isso serve para o sistema Judiciário e para os Tribunais de Contas", finalizou.

Após as palestras, foi exibido um vídeo especial sobre o programa **TCE** de Olho, mais uma ação desenvolvida pelo **Tribunal de Contas** tocantinense. A iniciativa prevê visitas surpresas às unidades de saúde com o objetivo de impulsionar a melhoria dos serviços prestados à população. Até agora os técnicos já percorreram 12 mil quilômetros, com 1.257 horas de trabalho.

Currículo

O ministro Teodoro Silva Santos é cearense de Juazeiro do Norte. Atuou como delegado de polícia, promotor de justiça, procurador de justiça. Foi desembargador e corregedor-geral de justiça do Ceará. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e pós-doutor em processo penal e direito constitucional. É autor de livros e artigos, além de atuar como palestrante no Brasil e no exterior. Ingressou no STJ em 2023.

O Ministro Afrânio Vilela é mineiro de Ibiá. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde foi vice-presidente, especialista em inovação e modernização do Judiciário, tem vários trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial. Tomou posse como Ministro do STJ em 2023.

Homenagens

Os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos receberam das mãos do presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, o Colar do Mérito Siqueira Campos, a mais alta honraria concedida pela Corte.

Instituída pela resolução administrativa nº 235, de 4 de dezembro de 2002, a comenda é uma forma de reconhecer pessoas e instituições que contribuíram para o Estado do **Tocantins** ou para o fortalecimento

do sistema Tribunais de Contas.

Participação

Estiveram presentes no evento, além de membros e servidores do próprio tribunal, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos de controle, das forças de segurança, advogados, contadores e integrantes de entidades representativas.

Site: <https://agora-to.com.br/ministros-do-stj-abordam-improbidade-administrativa-e-inteligencia-artificial-em-palestras-no-tceto/>

Cirurgias sem gerador de energia e medicamentos vencidos

+++ Transcrição +++ Nós vamos falar de um caso agora de cirurgias sem gerador de energia. Medicamentos vencidos, falhas sanitárias e problemas de estruturas. Um relatório do Tribunal de Contas aqui do Estado apontou uma série de irregularidades no Hospital Municipal de Natividade e acendeu alertas sobre as condições da unidade. Vamos acompanhar. A fiscalização foi realizada pelo projeto TCEDI olho, nos dias 5 e 6 de maio, e identificou 37 irregularidades no Hospital. Entre elas, cirurgias eletivas sendo feitas sem sistema de energia de emergência, o que representa risco direto para pacientes e profissionais. O relatório também aponta problemas graves de higienização, necessidade de reformas, medicamentos vencidos, falhas no armazenamento, ausência de protocolos clínicos, além de ambulâncias com problemas operacionais e a falta de alvarás obrigatórios. Diante da situação, o Tribunal de Contas determinou que a prefeitura de natividade e a Secretaria Municipal de Saúde apresente em até cinco dias úteis um plano detalhado de como resolverão todos os problemas. O TCE informou que deve realizar uma nova vitoria na unidade, e o não cumprimento das determinações pode resultar em multas e outras sanções aos responsáveis. Aí depois disso, olha só gente, vem comigo aqui.

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/19/TVJOVEMPALM>
ASAFRECORDTO-19.49.30-19.51.06-1779202161.mp4**

DPE-TO prestigia palestras de Ministros do STJ sobre administração e inteligência artificial

Conteúdo atualizado dia 18/05/2026 às 19h08

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) esteve presente hoje, 18, nas palestras com Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), promovidas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** sobre Administração e Inteligência Artificial. Esteve presente o assessor especial de Relações Institucionais, defensor público Marcello Tomaz de Souza, que representou a Instituição.

O presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, destacou que o momento é histórico porque reafirma o compromisso do **TCE** com a inovação tecnológica.

Na atividade, o ministro Teodoro Silva Santos falou sobre "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa", quando recomendou que a matéria "seja estudada com muita cautela", porque, segundo ele, "a Lei de Improbidade é essencial ao Estado Democrático de Direito".

Já o ministro Afrânio Vilela falou sobre "A experiência do STJ na utilização da inteligência artificial" e destacou que a ferramenta não serve para decisão final: "A IA deve ser utilizada como apoio para identificar, tratar os dados e transformar esses dados em informação útil para decisão de um processo pela mente humana do juiz".

Participação

Estiveram presentes no evento, além da Defensoria Pública, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos de controle, das forças de segurança, advogados, contadores e integrantes de entidades representativas, e membros e servidores do **TCETO**. (Com informações do **TCETO**)

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-prestigia-palestras-de-ministros-do-stj-sobre-administracao-e-inteligencia-artificial>

Relatório do TCE aponta medicamentos vencidos, falhas sanitárias e problema estruturais em hospitais

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/19/TVJOVEMPALM>

ASAFRECORDTO-13.18.02-13.19.41-1779159784.mp4

Tribunal recomenda concursos para professores e revisão de contratos temporários em cidades do TO

Por: Redação

Por: Redação Jornal Opção

A realização de concursos públicos para professores efetivos, a revisão das regras de contratação temporária e a adequação dos planos de carreira do magistério passaram a integrar uma série de recomendações expedidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** após um levantamento sobre a situação das redes municipais e estadual de ensino no **Tocantins**.

O estudo analisou informações dos 139 municípios tocaninenses e do governo estadual para mapear a situação das carreiras docentes. Entre os pontos identificados estão cidades sem plano de cargos e carreira instituído, redes com grande dependência de vínculos temporários e municípios sem regulamentação específica sobre limites para esse tipo de contratação.

O **TCE** recomendou a dezenas de municípios a realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos de professores. Também orientou estado e prefeituras a estruturarem processos seletivos simplificados para contratações temporárias com critérios objetivos e mecanismos de publicidade.

Outro trecho do relatório trata da organização da jornada docente. A Corte apontou municípios que não asseguram de forma adequada a reserva mínima de um terço da carga horária para atividades pedagógicas e planejamento, a chamada hora-atividade prevista na legislação educacional.

A implementação do Piso Nacional do Magistério também aparece entre os focos do levantamento. O tribunal orientou municípios e Estado a adotarem medidas administrativas e estudos de viabilidade financeira para assegurar reajustes e cumprimento das regras salariais previstas em lei.

O relatório ainda recomenda que municípios aprovem legislações específicas para reserva de vagas em concursos e processos seletivos a candidatos negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

A decisão prevê o envio do levantamento a prefeitos, secretários municipais de Educação, conselhos educacionais e presidentes de câmaras municipais. O material também deve servir de base para futuras ações de fiscalização do tribunal na área da educação.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/100483/tribunal-recomenda-concursos-para-professores-e-revisao-de-contratos-temporarios-em-cidades-do-to>

Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange em Axixá aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões

Por: Redação

Por: Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** recomendou a rejeição das contas consolidadas de 2024 da Prefeitura de Axixá do **Tocantins**, sob responsabilidade do prefeito Auri-Wulange (UB), após apontar déficits orçamentários e financeiros, abertura de créditos acima do autorizado pela Câmara e descumprimento do índice mínimo constitucional de investimento em educação.

No parecer aprovado por unanimidade pela Segunda Câmara, o **TCE** listou uma sequência de irregularidades fiscais e contábeis consideradas suficientes para emissão de parecer prévio pela rejeição das contas. Entre os pontos citados está déficit orçamentário global de R\$ 4,2 milhões, equivalente a 6,8% das receitas do município, além de déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões, correspondente a 11,57% das receitas realizadas no exercício.

O tribunal também apontou déficits em diferentes fontes específicas de recursos e registrou que o município abriu R\$ 30,7 milhões em créditos suplementares, percentual equivalente a 37,51% do orçamento inicial, acima do limite de 30% autorizado na Lei Orçamentária Anual. Segundo o voto do relator, conselheiro **José Wagner Praxedes**, a situação afronta dispositivos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro trecho do parecer menciona que a prefeitura não aplicou o percentual mínimo constitucional de 25% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. O tribunal ainda identificou reconhecimento contábil da contribuição patronal ao RGPS com alíquota de 0,99%, abaixo do percentual previsto na legislação previdenciária.

A análise das contas também encontrou divergências envolvendo precatórios judiciais. Enquanto o município registrou pouco mais de R\$ 125 mil no passivo

relacionado ao tema, informações do Tribunal de Justiça apontavam valor superior a R\$ 1,7 milhão. O **TCE** também citou ausência de arrecadação de dívida ativa tributária, falhas em registros contábeis de IPTU e ISS e divergências entre dados enviados aos sistemas da Corte e informações bancárias.

No voto, o relator afirma ainda que houve reincidência em irregularidades já apontadas pelo tribunal em parecer anterior, especialmente em relação à abertura de créditos suplementares acima do limite autorizado na LOA.

Apesar do parecer pela rejeição, o julgamento final das contas cabe à Câmara Municipal de Axixá do **Tocantins**. O **TCE** determinou envio da decisão ao Legislativo municipal e recomendou futuras auditorias sobre a gestão fiscal do município.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/100480/parecer-pela-rejeicao-das-contas-de-auri-wulange-em-axixa-aponta-rombo-orcamentario-de-r-4-2-milhoes-e-deficit-financeiro-de-r-7-1-milhoes>

TCE aponta 37 irregularidades em Hospital de Natividade, remédios vencidos, cirurgias sem gerador e dá 5 dias para gestão corrigir falhas

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da Saúde apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves irregularidades encontradas no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os problemas identificados estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e falhas severas nas condições de higienização da unidade.

As irregularidades foram constatadas durante fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), nos dias 5 e 6 de maio, dentro do projeto "**TCE** de Olho". O trabalho resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator do caso, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos considerados mais críticos pela equipe técnica foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência. Segundo o relatório, a ausência de gerador representa risco elevado para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia.

Diante da situação, foi recomendada a suspensão das cirurgias eletivas até que o problema seja regularizado. A vistoria também apontou precariedade nas condições de limpeza e conservação da unidade. Foram identificadas necessidades de restauração de pisos e superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em setores considerados essenciais, como lavanderia e cozinha. O hospital também não possui Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

Além das falhas estruturais, a fiscalização constatou problemas na gestão da unidade, incluindo plantões médicos de até 48 horas consecutivas, ausência de

divulgação pública das escalas de profissionais, falhas no controle de frequência, irregularidades na assistência farmacêutica, falta de transparência sobre estoques de medicamentos, presença de medicamentos vencidos e armazenamento inadequado.

O relatório também apontou deficiências nos serviços de exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia, além da inexistência de protocolos clínicos, regimento interno e plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro problema considerado grave envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram falhas operacionais e ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. A fiscalização identificou ainda deficiência no sistema de combate a incêndios, insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Apesar das irregularidades, pesquisa de percepção realizada com usuários apontou avaliação razoável do atendimento prestado pelos profissionais da unidade. Parte dos entrevistados, no entanto, reclamou das condições da infraestrutura, da necessidade de ampliação de exames e até da construção de um novo hospital.

Diante do cenário encontrado, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando que o prefeito e o gestor do Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano corretivo imediato. O não cumprimento da determinação poderá resultar em aplicação de multa e outras sanções aos responsáveis. Após o prazo estabelecido, a equipe técnica deverá retornar ao município para nova vistoria e verificação das adequações. (Fonte: **TCE-TO**).

Site: <https://www.d12news.com.br/tce-aponta-37-irregularidades-em-hospital-de-natividade-remedios-vencidos-cirurgias-sem-gerador-e-da-5-dias-para-gestao-corrigir-falhas>

AXIXÁ: Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** recomendou a rejeição das contas consolidadas de 2024 da Prefeitura de Axixá do **Tocantins**, sob responsabilidade do prefeito Auri-Wulange (UB), após apontar déficits orçamentários e financeiros, abertura de créditos acima do autorizado pela Câmara e descumprimento do índice mínimo constitucional de investimento em educação.

No parecer aprovado por unanimidade pela Segunda Câmara, o **TCE** listou uma sequência de irregularidades fiscais e contábeis consideradas suficientes para emissão de parecer prévio pela rejeição das contas. Entre os pontos citados está déficit orçamentário global de R\$ 4,2 milhões, equivalente a 6,8% das receitas do município, além de déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões, correspondente a 11,57% das receitas realizadas no exercício.

O tribunal também apontou déficits em diferentes fontes específicas de recursos e registrou que o município abriu R\$ 30,7 milhões em créditos suplementares, percentual equivalente a 37,51% do orçamento inicial, acima do limite de 30% autorizado na Lei Orçamentária Anual. Segundo o voto do relator, conselheiro **José Wagner Praxedes**, a situação afronta dispositivos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro trecho do parecer menciona que a prefeitura não aplicou o percentual mínimo constitucional de 25% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. O tribunal ainda identificou reconhecimento contábil da contribuição patronal ao RGPS com alíquota de 0,99%, abaixo do percentual previsto na legislação previdenciária.

A análise das contas também encontrou divergências envolvendo precatórios judiciais. Enquanto o município registrou pouco mais de R\$ 125 mil no passivo relacionado ao tema, informações do Tribunal de Justiça apontavam valor superior a R\$ 1,7 milhão. O **TCE** também citou ausência de arrecadação de dívida ativa tributária, falhas em registros contábeis de IPTU

e ISS e divergências entre dados enviados aos sistemas da Corte e informações bancárias.

No voto, o relator afirma ainda que houve reincidência em irregularidades já apontadas pelo tribunal em parecer anterior, especialmente em relação à abertura de créditos suplementares acima do limite autorizado na LOA.

Apesar do parecer pela rejeição, o julgamento final das contas cabe à Câmara Municipal de Axixá do **Tocantins**. O **TCE** determinou envio da decisão ao Legislativo municipal e recomendou futuras auditorias sobre a gestão fiscal do município. (Jornal Opção)

Site: [https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/axixa-
parecer-pela-rejeicao-das-contas-de-auri-wulange-
aponta-rombo-orcamentario-de-r-42-milhoes-e-deficit-
financeiro-de-r-71-milhoes/](https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/axixa-parecer-pela-rejeicao-das-contas-de-auri-wulange-aponta-rombo-orcamentario-de-r-42-milhoes-e-deficit-financeiro-de-r-71-milhoes/)

TJTO participa de palestras com ministros do STJ sobre administração pública e inteligência artificial no TCETO

Representando a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, a vice-presidente do TJTO, desembargadora Jacqueline Adorno, participou, na manhã desta segunda-feira (18/5), das palestras "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa" e "A experiência do STJ na utilização da inteligência artificial", ministradas pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela.

Presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJTO, a desembargadora Jacqueline Adorno destacou a relevância dos debates para o aperfeiçoamento da administração pública e para os desafios enfrentados pelo Judiciário na área tecnológica. "Foram palestras muito enriquecedoras. Os dois ministros são referências em suas áreas e trouxeram reflexões importantes que contribuem diretamente para nossa atuação diária", afirmou.

Ao comentar sobre o uso da tecnologia na gestão pública, a magistrada ressaltou a necessidade de equilíbrio entre inovação, eficiência e responsabilidade com os recursos públicos. "A tecnologia vem para auxiliar a humanidade, tanto no setor público quanto no privado. Mas é preciso equilíbrio, especialmente porque lidamos com recursos públicos. Esse alinhamento entre a qualidade do serviço prestado e o custo precisa ser sempre observado", pontuou a vice-presidente, que também preside o Comitê de Apoio à Implantação do eproc (Caeproc) e a Comissão Auxiliar do eproc.

Do Poder Judiciário, também prestigiaram a programação os(as) desembargadores(as) Ângela Prudente, Ângela Haonat, Silvana Parfieniuk, João Rodrigues Filho e Nelson Coelho Filho; os juizes auxiliares da Presidência Arióstenis Guimarães e Esmar Custódio Vêncio Filho; e o juiz Roniclay Alves de Moraes.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, definiu o encontro como um momento histórico para o Estado. "É uma oportunidade de aperfeiçoamento da administração pública, abordando temas sensíveis

como improbidade administrativa e inteligência artificial, com grandes nomes do cenário jurídico nacional", destacou.

Administração pública e inteligência artificial

Durante a palestra sobre improbidade administrativa, o ministro Teodoro Silva Santos abordou o caráter pedagógico da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), reformulada pela Lei nº 14.230/2021. "A Lei de Improbidade tem um fim pedagógico. Seu objetivo não é apenas punir, mas orientar a atuação pública pautada na moralidade, impessoalidade e proteção do patrimônio público, como rege os princípios constitucionais", afirmou.

O ministro também explicou que a discussão sobre o dolo específico ainda não está totalmente pacificada nos tribunais brasileiros, embora já existam entendimentos consolidados em situações nas quais agentes públicos agem para beneficiar a si próprios ou terceiros em prejuízo da administração pública.

Já o ministro Afrânio Vilela apresentou a experiência do STJ na utilização da inteligência artificial, destacando que o sistema utilizado pela Corte funciona em ambiente fechado, sem acesso à internet aberta. "É uma ferramenta baseada em dados internos, o que evita alucinações e reduz a sobrecarga de trabalho dos servidores, permitindo maior foco em atividades estratégicas", explicou.

Segundo o ministro, a tecnologia também auxilia na identificação de processos repetitivos, permitindo maior celeridade e uniformidade nas decisões judiciais. Afrânio Vilela alertou ainda sobre o mercado de soluções tecnológicas vendidas como inteligência artificial sem efetiva inovação. "Precisamos estar atentos às empresas que apenas mudam a nomenclatura de sistemas tradicionais para elevar custos. A inteligência artificial deve ser utilizada com ética e supervisão humana", destacou.

Ao final do evento, os ministros receberam certificados e homenagens. A desembargadora Jacqueline Adorno participou da entrega do certificado ao ministro Afrânio Vilela, ao lado do presidente do **TCETO**.

Colar do Mérito

Durante a solenidade, os ministros também receberam o Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, maior honraria concedida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** a personalidades que contribuem significativamente para o desenvolvimento do Estado.

Ao agradecer a homenagem, o ministro Afrânio Vilela afirmou receber a comenda em nome de todos os ministros do STJ. "Os senhores estão fortalecendo nossa amizade com o **Tocantins**. Recebo-a em nome de todos os ministros", declarou.

O ministro Teodoro Silva Santos também destacou o simbolismo da honraria. "Como nordestino que sou, recebo esta medalha com muita satisfação. Ela passa a ser uma das maiores honrarias do meu acervo, especialmente por carregar o nome de Siqueira Campos, figura histórica na criação do **Tocantins**, meu conterrâneo, de Crato, no Ceará", disse emocionado.

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/tjto-participa-de-palestras-com-ministros-do-stj-sobre-administracao-publica-e-inteligencia-artificial-no-tce-to>

MP apura contrato de R\$ 455 mil para iluminação de Natal em Figueirópolis (Figueirópolis)

Redação

O Ministério Público do **Tocantins** instaurou procedimento preparatório para investigar suspeita de fraude em uma licitação da Prefeitura de Figueirópolis para fornecimento de materiais de iluminação natalina no valor de R\$ 455,6 mil.

A apuração envolve contrato firmado em novembro de 2025 entre o município e a empresa JR Soares Atacadista Ltda. O procedimento foi aberto pela 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi após representação anônima que apontou possível desproporcionalidade entre o valor contratado e a execução efetivamente realizada.

Segundo a portaria, a denúncia relata que apenas a praça da Igreja Católica da cidade teria recebido decoração natalina, em quantidade que, de acordo com o relato encaminhado ao MP, não justificaria valor próximo ao contratado. O documento afirma que, se confirmadas as informações, o caso pode configurar ato de improbidade administrativa e dano ao erário.

O Ministério Público também registrou que, durante a tramitação inicial da notícia de fato, foram expedidos dois ofícios ao prefeito José Fontoura Primo solicitando cópia do processo licitatório, justificativas técnicas, pesquisa de preços e comprovação da execução contratual, mas não houve resposta da prefeitura até o momento da instauração do procedimento.

Na decisão, o promotor André Henrique Oliveira Leite afirma que os elementos reunidos até agora ainda são insuficientes para conclusão definitiva da apuração, mas justificam aprofundamento das diligências.

O MP requisitou ao município, no prazo de 15 dias, cópia integral da licitação, notas fiscais, ordens de fornecimento, registros fotográficos das decorações instaladas, relatórios de fiscalização do contrato, comprovantes de pagamento e detalhamento técnico da composição dos custos do contrato.

A Promotoria também determinou envio de ofício ao **Tribunal de Contas do Estado** para verificar se existe

procedimento de controle externo relacionado ao contrato investigado.

Site: <https://folhacapital.com.br/em-pauta/mp-apura-contrato-de-r-455-mil-para-iluminacao-de-natal-em-figueiropolis/>

Parecer pela rejeição das contas de Auri-Wulange em Axixá aponta rombo orçamentário de R\$ 4,2 milhões e déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** recomendou a rejeição das contas consolidadas de 2024 da Prefeitura de Axixá do **Tocantins**, sob responsabilidade do prefeito Auri-Wulange (UB), após apontar déficits orçamentários e financeiros, abertura de créditos acima do autorizado pela Câmara e descumprimento do índice mínimo constitucional de investimento em educação.

No parecer aprovado por unanimidade pela Segunda Câmara, o **TCE** listou uma sequência de irregularidades fiscais e contábeis consideradas suficientes para emissão de parecer prévio pela rejeição das contas. Entre os pontos citados está déficit orçamentário global de R\$ 4,2 milhões, equivalente a 6,8% das receitas do município, além de déficit financeiro de R\$ 7,1 milhões, correspondente a 11,57% das receitas realizadas no exercício.

O tribunal também apontou déficits em diferentes fontes específicas de recursos e registrou que o município abriu R\$ 30,7 milhões em créditos suplementares, percentual equivalente a 37,51% do orçamento inicial, acima do limite de 30% autorizado na Lei Orçamentária Anual. Segundo o voto do relator, conselheiro **José Wagner Praxedes**, a situação afronta dispositivos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro trecho do parecer menciona que a prefeitura não aplicou o percentual mínimo constitucional de 25% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. O tribunal ainda identificou reconhecimento contábil da contribuição patronal ao RGPS com alíquota de 0,99%, abaixo do percentual previsto na legislação previdenciária.

A análise das contas também encontrou divergências envolvendo precatórios judiciais. Enquanto o município registrou pouco mais de R\$ 125 mil no passivo relacionado ao tema, informações do Tribunal de Justiça apontavam valor superior a R\$ 1,7 milhão. O

TCE também citou ausência de arrecadação de dívida ativa tributária, falhas em registros contábeis de IPTU e ISS e divergências entre dados enviados aos sistemas da Corte e informações bancárias.

No voto, o relator afirma ainda que houve reincidência em irregularidades já apontadas pelo tribunal em parecer anterior, especialmente em relação à abertura de créditos suplementares acima do limite autorizado na LOA.

Apesar do parecer pela rejeição, o julgamento final das contas cabe à Câmara Municipal de Axixá do **Tocantins**. O **TCE** determinou envio da decisão ao Legislativo municipal e recomendou futuras auditorias sobre a gestão fiscal do município.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/parecer-pela-rejeicao-das-contas-de-auri-wulange-em-axixa-aponta-rombo-orcamentario-de-r-42-milhoes-e-deficit-financeiro-de-r-71-milhoes-589120/>

Tribunal recomenda concursos para professores e revisão de contratos temporários em cidades do TO

Rozeane Feitosa

A realização de concursos públicos para professores efetivos, a revisão das regras de contratação temporária e a adequação dos planos de carreira do magistério passaram a integrar uma série de recomendações expedidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** após um levantamento sobre a situação das redes municipais e estadual de ensino no **Tocantins**.

O estudo analisou informações dos 139 municípios tocaninenses e do governo estadual para mapear a situação das carreiras docentes. Entre os pontos identificados estão cidades sem plano de cargos e carreira instituído, redes com grande dependência de vínculos temporários e municípios sem regulamentação específica sobre limites para esse tipo de contratação.

O **TCE** recomendou a dezenas de municípios a realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos de professores. Também orientou estado e prefeituras a estruturarem processos seletivos simplificados para contratações temporárias com critérios objetivos e mecanismos de publicidade.

Outro trecho do relatório trata da organização da jornada docente. A Corte apontou municípios que não asseguram de forma adequada a reserva mínima de um terço da carga horária para atividades pedagógicas e planejamento, a chamada hora-atividade prevista na legislação educacional.

A implementação do Piso Nacional do Magistério também aparece entre os focos do levantamento. O tribunal orientou municípios e Estado a adotarem medidas administrativas e estudos de viabilidade financeira para assegurar reajustes e cumprimento das regras salariais previstas em lei.

O relatório ainda recomenda que municípios aprovem legislações específicas para reserva de vagas em concursos e processos seletivos a candidatos negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

A decisão prevê o envio do levantamento a prefeitos,

secretários municipais de Educação, conselhos educacionais e presidentes de câmaras municipais. O material também deve servir de base para futuras ações de fiscalização do tribunal na área da educação.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/tribunal-recomenda-concursos-para-professores-e-revisao-de-contratos-temporarios-em-cidades-do-to-2-589106/>

TCE-TO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de profissionais; Irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e

falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Usuários

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Fonte: **TCE-TO**

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/20210-tce-to-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade>

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

Autor(a): Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de profissionais; Irregularidades na

assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Usuários

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Site: <https://agora-to.com.br/tceto-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade/>

Luana Nunes percorre cidades do interior e ouve de perto as principais demandas da população (Luana Nunes)

Redação

A pré-candidata a deputada estadual Luana Nunes (UB) cumpriu agenda nesta quinta-feira, 14, em uma série de visitas por municípios do interior do **Tocantins**, ouvindo moradores, lideranças e representantes locais sobre os principais desafios enfrentados pela população. Durante o dia, ela passou por Miracema do **Tocantins**, Miranorte, Guaraí e Santa Rita do **Tocantins**, conduzindo diálogo direto com as comunidades e conhecendo de perto problemas que afetam o cotidiano das famílias.

Para Luana, estar presente nas cidades e ouvir quem vive a realidade de cada município é essencial para construir uma atuação política conectada com as necessidades reais da população. "Cada cidade tem suas particularidades, mas muitas dores se repetem: problemas na saúde, ruas sem condições de tráfego, dificuldade no acesso a serviços básicos e a falta de oportunidades. É ouvindo as pessoas e entendendo essas realidades de perto que conseguimos defender soluções verdadeiras e uma representação que realmente faça diferença para quem vive aqui", afirmou.

Em Miracema do **Tocantins**, uma das principais reclamações da população foi a situação das ruas e avenidas, com buracos que dificultam a mobilidade e comprometem o tráfego diário. Mesmo com a realização da terceira etapa da Operação Tapa-Buraco pela prefeitura neste ano, a precariedade da pavimentação continua sendo uma das maiores queixas dos moradores. A demanda por habitação também apareceu com força, especialmente diante da necessidade histórica por moradia, evidenciada recentemente com a assinatura da ordem de serviço para construção de 50 casas populares no município.

Já em Miranorte, a situação da saúde pública chamou atenção. O hospital municipal foi alvo de apontamentos do **Tribunal de Contas do Estado**, que identificou diversas irregularidades estruturais, incluindo equipamentos adquiridos há quase uma década e que nunca chegaram a ser utilizados. A população também relatou a dificuldade de acesso até mesmo a exames básicos, o que obriga muitos

pacientes a buscarem atendimento em outras cidades. Outro problema recorrente é a pavimentação urbana, com ruas esburacadas e crateras que afetam diretamente a segurança e a mobilidade.

Em Guaraí, a conversa com moradores e lideranças teve como foco principal a situação das estradas vicinais e a necessidade de maior apoio ao produtor rural. A manutenção dessas vias é considerada fundamental tanto para o escoamento da produção agrícola quanto para o transporte escolar na zona rural. A saúde regional também aparece entre as maiores cobranças, principalmente pela necessidade de ampliar o acesso a exames, especialistas e atendimentos que ainda obrigam muitos pacientes a se deslocarem para outros municípios.

Em Santa Rita do **Tocantins**, Luana conversou com o vereador Duca Nunes e diversas lideranças locais sobre os desafios enfrentados pela cidade e a importância de fortalecer uma representação política comprometida com a realidade da região. Entre as principais demandas apontadas estão a dificuldade de acesso à saúde básica, consultas e exames, além da dependência de municípios maiores para atendimentos especializados. Problemas de infraestrutura urbana, como pavimentação, iluminação pública e conservação das vias, também foram destacados, assim como a necessidade de incentivo à geração de emprego e renda, com apoio ao pequeno produtor, ao comércio local e à criação de oportunidades para os jovens.

Sítio:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/luana-nunes-percorre-cidades-do-interior-e-ouve-de-perto-as-principais-demandas-da-populacao/>

Cirurgias sem gerador e medicamentos vencidos estão entre falhas apontadas pelo TCETO em hospital de Natividade

Por: Redação

Por: Rozeane Feitosa

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para solucionar problemas identificados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. A medida foi tomada após fiscalização realizada pelo projeto **TCE** de Olho apontar falhas relacionadas à estrutura, assistência hospitalar, gestão administrativa e segurança dos pacientes.

A inspeção foi conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes) nos dias 5 e 6 de maio e resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável pelo caso. Conforme o relatório, foram registradas 37 inconformidades na unidade hospitalar.

Entre os pontos identificados pela equipe técnica está a realização de cirurgias eletivas sem sistema de alimentação elétrica de emergência. Segundo a fiscalização, o hospital não possui gerador de energia elétrica para manter os procedimentos em funcionamento em caso de interrupção no fornecimento. Diante disso, a área técnica recomendou a suspensão das cirurgias eletivas até que a situação seja regularizada.

A vistoria também apontou falhas nas condições de higienização da unidade, incluindo necessidade de restauração de pisos e superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza da caixa d'água e adequações estruturais nos setores de lavanderia e cozinha. Além disso, foi constatada a ausência do Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

No campo da gestão hospitalar, os auditores identificaram plantões médicos de até 48 horas consecutivas, ausência de divulgação pública das escalas de profissionais, falhas no controle de frequência e irregularidades na assistência farmacêutica. O relatório também cita falta de

transparência sobre estoques de medicamentos, presença de medicamentos vencidos e problemas no armazenamento.

Outras inconformidades envolvem deficiências na realização de exames laboratoriais, eletrocardiogramas e serviços de radiologia, além da ausência de protocolos clínicos, regimento interno e plano de contingência para atendimento de demandas extraordinárias.

A fiscalização também verificou problemas na frota de ambulâncias utilizada pela unidade hospitalar. Três veículos apresentaram falhas operacionais e ausência de vistorias obrigatórias junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran), situação que, segundo o relatório, compromete o transporte de pacientes.

O Jornal Opção **Tocantins** entrou em contato com a Prefeitura de Natividade, e aguarda retorno.

Fonte: Jornal Opção

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/100440/cirurgias-sem-gerador-e-medicamentos-vencidos-estao-entre-falhas-apontadas-pelo-tceto-em-hospital-de-natividade>

TCE dá cinco dias para prefeitura corrigir falhas graves em hospital

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação para corrigir problemas identificados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular

A decisão foi tomada após fiscalização realizada pelo projeto **TCE** de Olho, que encontrou falhas na estrutura da unidade, na assistência hospitalar, na gestão administrativa e na segurança dos pacientes.

37 IRREGULARIDADES

A inspeção foi realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes) nos dias 5 e 6 de maio e resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**.

Segundo o relatório técnico, foram registradas 37 inconformidades no hospital.

CIRURGIAS EM RISCO

Entre os problemas apontados está a realização de cirurgias eletivas sem sistema de energia de emergência.

O hospital não possui gerador para manter os procedimentos em funcionamento em caso de queda no fornecimento elétrico. A recomendação foi suspender as cirurgias até a regularização.

MEDICAMENTOS VENCIDOS

A fiscalização também encontrou falhas de higienização, necessidade de reparos estruturais e medicamentos vencidos armazenados na unidade.

O relatório aponta ainda problemas no armazenamento e falta de transparência sobre os estoques.

PLANTÕES E EXAMES

Os auditores identificaram plantões médicos de até 48 horas consecutivas, falhas no controle de frequência e

problemas na realização de exames.

Também foram apontadas irregularidades nos serviços de radiologia e ausência de protocolos clínicos.

AMBULÂNCIAS IRREGULARES

Três ambulâncias apresentaram falhas operacionais e ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran.

Segundo o relatório, a situação pode comprometer o transporte de pacientes.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce-da-cinco-dias-para-prefeitura-corriger-falhas-graves-em-hospital/140589/>

TCE dá cinco dias para prefeitura corrigir falhas graves em hospital

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação para corrigir problemas identificados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade.

A decisão foi tomada após fiscalização realizada pelo projeto **TCE** de Olho, que encontrou falhas na estrutura da unidade, na assistência hospitalar, na gestão administrativa e na segurança dos pacientes.

37 IRREGULARIDADES

A inspeção foi realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes) nos dias 5 e 6 de maio e resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**.

Segundo o relatório técnico, foram registradas 37 inconformidades no hospital.

CIRURGIAS EM RISCO

Entre os problemas apontados está a realização de cirurgias eletivas sem sistema de energia de emergência.

O hospital não possui gerador para manter os procedimentos em funcionamento em caso de queda no fornecimento elétrico. A recomendação foi suspender as cirurgias até a regularização.

MEDICAMENTOS VENCIDOS

A fiscalização também encontrou falhas de higienização, necessidade de reparos estruturais e medicamentos vencidos armazenados na unidade.

O relatório aponta ainda problemas no armazenamento e falta de transparência sobre os estoques.

PLANTÕES E EXAMES

Os auditores identificaram plantões médicos de até 48 horas consecutivas, falhas no controle de frequência e problemas na realização de exames.

Também foram apontadas irregularidades nos serviços

de radiologia e ausência de protocolos clínicos.

AMBULÂNCIAS IRREGULARES

Três ambulâncias apresentaram falhas operacionais e ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran.

Segundo o relatório, a situação pode comprometer o transporte de pacientes.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce-da-cinco-dias-para-prefeitura-corrigir-falhas-graves-em-hospital/140589/>

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da Saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir problemas graves identificados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade.

A Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizou a fiscalização nos dias 5 e 6 de maio, dentro do projeto "**TCE** de Olho". Durante a vistoria, a equipe técnica encontrou 37 inconformidades relacionadas à segurança assistencial, estrutura hospitalar e qualidade dos serviços oferecidos à população.

Entre os problemas mais graves, os auditores identificaram a realização de cirurgias eletivas sem sistema de alimentação elétrica de emergência. Segundo o relatório, o hospital não possui gerador de energia. Dessa forma, a situação aumenta os riscos em caso de queda no fornecimento elétrico durante os procedimentos.

A Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizou a fiscalização nos dias 5 e 6 de maio, dentro do projeto "**TCE** de Olho". Durante a vistoria, a equipe técnica encontrou 37 inconformidades relacionadas à segurança assistencial, estrutura hospitalar e qualidade dos serviços oferecidos à população.

Entre os problemas mais graves, os auditores identificaram a realização de cirurgias eletivas sem sistema de alimentação elétrica de emergência. Segundo o relatório, o hospital não possui gerador de energia. Dessa forma, a situação aumenta os riscos em caso de queda no fornecimento elétrico durante os procedimentos.

Por isso, a área técnica recomendou a suspensão das cirurgias eletivas até que a unidade regularize a situação. Além disso, o despacho do conselheiro **Severiano Costandrade** destacou que a ausência do equipamento compromete a segurança de pacientes e profissionais da saúde.

A fiscalização também encontrou problemas nas condições de limpeza e conservação do hospital. Entre os pontos levantados estão a necessidade de

restaurar pisos e superfícies, substituir móveis oxidados e reforçar os serviços de desinfestação.

Além disso, a equipe técnica apontou necessidade de limpeza da caixa d'água e melhorias estruturais em setores essenciais, como lavanderia e cozinha. Segundo os auditores, essas áreas exigem atenção constante para garantir o controle sanitário da unidade.

Da mesma forma, os fiscais identificaram ausência do Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS). Conforme o relatório, o documento é essencial para reduzir riscos de contaminação hospitalar.

A fiscalização também encontrou problemas nas condições de limpeza e conservação do hospital. Entre os pontos levantados estão a necessidade de restaurar pisos e superfícies, substituir móveis oxidados e reforçar os serviços de desinfestação.

Além disso, a equipe técnica apontou necessidade de limpeza da caixa d'água e melhorias estruturais em setores essenciais, como lavanderia e cozinha. Segundo os auditores, essas áreas exigem atenção constante para garantir o controle sanitário da unidade.

Da mesma forma, os fiscais identificaram ausência do Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS). Conforme o relatório, o documento é essencial para reduzir riscos de contaminação hospitalar.

Os auditores também identificaram falhas administrativas e de governança na unidade de saúde. Entre elas estão plantões médicos de até 48 horas consecutivas, falta de divulgação pública das escalas e problemas no controle de frequência dos profissionais.

Além disso, a fiscalização encontrou irregularidades na assistência farmacêutica. O relatório apontou falhas no armazenamento de medicamentos, ausência de transparência nos estoques e presença de remédios vencidos.

Ao mesmo tempo, a equipe técnica verificou deficiências na realização de exames laboratoriais, eletrocardiogramas e serviços de radiologia. O hospital também não possui protocolos clínicos atualizados, regimento interno e plano de contingência para situações extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram falhas operacionais e circulavam sem as vistorias obrigatórias do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Com isso, a situação pode comprometer a segurança no transporte de pacientes.

Além disso, o hospital funciona sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. A fiscalização ainda encontrou deficiência no sistema de combate a incêndios, insuficiência de extintores e necessidade de reformas estruturais no prédio.

Apesar das irregularidades, parte dos usuários avaliou positivamente o atendimento prestado pelos profissionais da unidade. Ainda assim, alguns entrevistados reclamaram da infraestrutura do hospital e da necessidade de ampliar os serviços de exames.

Além disso, moradores defenderam melhorias estruturais e até a construção de uma nova unidade hospitalar para atender a demanda da população.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** decidiu adotar inicialmente uma atuação preventiva e consensual. Por isso, determinou que o prefeito de Natividade e o gestor do Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano corretivo imediato.

Caso os responsáveis não cumpram as determinações, o **TCETO** poderá aplicar multas e outras sanções administrativas. Posteriormente, a equipe técnica retornará ao hospital para verificar se a gestão corrigiu as irregularidades apontadas.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/15/tceto-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade/>

Hospital realiza cirurgias sem gerador de emergência e com graves falhas sanitárias no Tocantins

Notícias do **Tocantins** - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir um conjunto de graves irregularidades estruturais, sanitárias e administrativas identificadas no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade.

A decisão foi tomada após fiscalização do projeto "**TCE** de Olho", realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, que resultou na identificação de 37 inconformidades consideradas críticas e com impacto direto na segurança de pacientes e profissionais de saúde.

Entre os problemas mais alarmantes está a realização de cirurgias eletivas sem a existência de gerador de energia elétrica na unidade. Segundo o relatório, a ausência de sistema de emergência coloca em risco procedimentos médicos em caso de queda de energia, podendo comprometer vidas durante intervenções cirúrgicas. Diante do cenário, a área técnica recomendou a suspensão imediata dessas cirurgias até a regularização da estrutura.

A vistoria também revelou um quadro preocupante de precariedade na higienização e conservação do hospital. Foram apontadas condições inadequadas de limpeza, necessidade de recuperação de pisos e superfícies, mobiliário enferrujado, além de falhas em setores essenciais como lavanderia e cozinha. O relatório ainda destaca a necessidade de desinfestação, limpeza da caixa d'água e intervenções estruturais para garantir padrões mínimos de segurança sanitária. Outro ponto crítico é a ausência do Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS), instrumento considerado fundamental para evitar a disseminação de infecções hospitalares.

No campo da gestão, o **TCETO** identificou uma série de irregularidades que expõem fragilidades na organização da unidade. Entre elas estão plantões médicos de até 48 horas seguidas, escalas não divulgadas ao público, falhas no controle de frequência de servidores, ausência de protocolos clínicos e

inexistência de regimento interno e plano de contingência para situações emergenciais.

A assistência farmacêutica também foi alvo de críticas, com registro de falta de transparência nos estoques de medicamentos, armazenamento inadequado e presença de medicamentos vencidos. Já na área de diagnósticos, foram apontadas deficiências na oferta de exames laboratoriais, eletrocardiogramas e serviços de radiologia, o que compromete o fluxo de atendimento aos pacientes.

Outro ponto considerado grave envolve a frota de ambulâncias do município. Três veículos apresentaram falhas operacionais e foram identificadas pendências em vistorias obrigatórias junto ao Detran, o que coloca em dúvida a segurança no transporte de pacientes em situações de urgência.

Na estrutura física, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. O relatório aponta ainda deficiência no sistema de combate a incêndio, falta ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais de maior porte.

Apesar do cenário crítico, a pesquisa de percepção com usuários indicou avaliação relativamente positiva no atendimento prestado pelos profissionais de saúde. No entanto, pacientes relataram insatisfação com a infraestrutura, dificuldade na realização de exames e cobranças por uma nova unidade hospitalar mais adequada à demanda local.

Diante das irregularidades, o conselheiro relator, **Severiano Costandrade**, adotou inicialmente uma medida preventiva e consensual, determinando que a gestão municipal apresente um plano de correção imediato. Caso as determinações não sejam cumpridas, os responsáveis poderão ser multados e submetidos a outras sanções previstas em lei. Após o prazo, uma nova vistoria será realizada para verificar se as falhas foram corrigidas.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/hospital-realiza-cirurgias-sem-gerador-de-emergencia-e-com-graves-falhas-sanitarias-no-tocantins>

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

Vistoria do projeto **TCE** de Olho encontrou 37 irregularidades na unidade, incluindo precariedade na higiene e problemas estruturais

Da Assessoria

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de

governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de profissionais; Irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Usuários

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tceto-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade>

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

Vistoria do projeto **TCE** de Olho encontrou 37 irregularidades na unidade, incluindo precariedade na higiene e problemas estruturais

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não

divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de profissionais; Irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Usuários

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Veja o despacho na íntegra.

Site: <https://ocoletivo.com.br/tceto-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade/>

Sem gerador, com falhas sanitárias e problemas estruturais: vistoria expõe crise em hospital no sudeste do TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; falhas no controle de frequência de profissionais; irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; medicamentos vencidos e falhas no

armazenamento; deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; falta de regimento interno; inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Abaixo, veja o despacho na íntegra.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/sem-gerador-com-falhas-sanitarias-e-problemas-estruturais-vistoria-expoe-crise-em-hospital-no-sudeste-do-to/>

TCE/TO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias em hospital municipal

Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados, de acordo com o **TCE/TO**, foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

Ainda de acordo com o Tribunal, a fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de

profissionais; Irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Segundo o **TCE**, três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, como acrescentou o **Tribunal de Contas**, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

Segundo o **TCE/TO**, apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/15/tce-to-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-em-hospital-municipal>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/15/RDIONOVAFMG>

URUPITO-07.44.19-07.47.13-1778851731.mp3

Últimas vagas para palestras com ministros do STJ no Tribunal de Contas do Tocantins

As palestras com ministros do STJ no **TCETO** ainda têm vagas disponíveis para servidores, gestores públicos e profissionais do Direito. O evento será realizado na próxima segunda-feira, 18 de maio, no auditório do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em Palmas.

Promovido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, o encontro ocorrerá das 9h às 12h. Além disso, as palestras com ministros do STJ no **TCETO** vão discutir dois temas centrais da administração pública: improbidade administrativa e inteligência artificial no Judiciário.

As palestras com ministros do STJ no **TCETO** ainda têm vagas disponíveis para servidores, gestores públicos e profissionais do Direito. O evento será realizado na próxima segunda-feira, 18 de maio, no auditório do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em Palmas.

Promovido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, o encontro ocorrerá das 9h às 12h. Além disso, as palestras com ministros do STJ no **TCETO** vão discutir dois temas centrais da administração pública: improbidade administrativa e inteligência artificial no Judiciário.

O ministro Teodoro Silva Santos abrirá a programação com a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa".

Durante a apresentação, ele explicará as mudanças recentes na legislação e mostrará como a jurisprudência vem tratando o tema. Por isso, o conteúdo interessa diretamente a gestores e operadores do Direito.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela apresentará a palestra "A experiência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na utilização da inteligência artificial".

Além de compartilhar exemplos práticos, o magistrado mostrará como a tecnologia tem aumentado a eficiência da gestão institucional e da atividade jurisdicional.

Durante a apresentação, ele explicará as mudanças recentes na legislação e mostrará como a jurisprudência vem tratando o tema. Por isso, o

conteúdo interessa diretamente a gestores e operadores do Direito.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela apresentará a palestra "A experiência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na utilização da inteligência artificial".

Além de compartilhar exemplos práticos, o magistrado mostrará como a tecnologia tem aumentado a eficiência da gestão institucional e da atividade jurisdicional.

As palestras com ministros do STJ no **TCETO** representam uma oportunidade valiosa de atualização e aperfeiçoamento profissional.

Dessa forma, o evento deve atrair servidores, membros de órgãos de controle e profissionais da área jurídica interessados em temas atuais e estratégicos.

As inscrições seguem abertas no portal oficial do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/15/ultimas-vagas-para-palestras-com-ministros-do-stj-no-tribunal-de-contas-do-tocantins/>

Cirurgias sem gerador e medicamentos vencidos estão entre falhas apontadas pelo TCETO em hospital de Natividade

Rozeane Feitosa

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, no prazo de cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para solucionar problemas identificados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. A medida foi tomada após fiscalização realizada pelo projeto **TCE** de Olho apontar falhas relacionadas à estrutura, assistência hospitalar, gestão administrativa e segurança dos pacientes.

A inspeção foi conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes) nos dias 5 e 6 de maio e resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável pelo caso. Conforme o relatório, foram registradas 37 inconformidades na unidade hospitalar.

Entre os pontos identificados pela equipe técnica está a realização de cirurgias eletivas sem sistema de alimentação elétrica de emergência. Segundo a fiscalização, o hospital não possui gerador de energia elétrica para manter os procedimentos em funcionamento em caso de interrupção no fornecimento. Diante disso, a área técnica recomendou a suspensão das cirurgias eletivas até que a situação seja regularizada.

A vistoria também apontou falhas nas condições de higienização da unidade, incluindo necessidade de restauração de pisos e superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza da caixa d'água e adequações estruturais nos setores de lavanderia e cozinha. Além disso, foi constatada a ausência do Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

No campo da gestão hospitalar, os auditores identificaram plantões médicos de até 48 horas consecutivas, ausência de divulgação pública das escalas de profissionais, falhas no controle de frequência e irregularidades na assistência farmacêutica. O relatório também cita falta de transparência sobre estoques de medicamentos, presença de medicamentos vencidos e problemas no

armazenamento.

Outras inconformidades envolvem deficiências na realização de exames laboratoriais, eletrocardiogramas e serviços de radiologia, além da ausência de protocolos clínicos, regimento interno e plano de contingência para atendimento de demandas extraordinárias.

A fiscalização também verificou problemas na frota de ambulâncias utilizada pela unidade hospitalar. Três veículos apresentaram falhas operacionais e ausência de vistorias obrigatórias junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran), situação que, segundo o relatório, compromete o transporte de pacientes.

O Jornal Opção **Tocantins** entrou em contato com a Prefeitura de Natividade, e aguarda retorno.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/cirurgiassem-gerador-e-medicamentos-vencidos-estao-entre-falhas-apontadas-pelo-tceto-em-hospital-de-natividade-588966/>

Luana Nunes percorre cidades do interior e ouve de perto as principais demandas da população (POLÍTICA)

Redação do Portal RR10 Notícias

A pré-candidata a deputada estadual Luana Nunes (UB) cumpriu agenda nesta quinta-feira, 14, em uma série de visitas por municípios do interior do **Tocantins**, ouvindo moradores, lideranças e representantes locais sobre os principais desafios enfrentados pela população. Durante o dia, ela passou por Miracema do **Tocantins**, Miranorte, Guaraí e Santa Rita do **Tocantins**, conduzindo diálogo direto com as comunidades e conhecendo de perto problemas que afetam o cotidiano das famílias.

Para Luana, estar presente nas cidades e ouvir quem vive a realidade de cada município é essencial para construir uma atuação política conectada com as necessidades reais da população. "Cada cidade tem suas particularidades, mas muitas dores se repetem: problemas na saúde, ruas sem condições de tráfego, dificuldade no acesso a serviços básicos e a falta de oportunidades. É ouvindo as pessoas e entendendo essas realidades de perto que conseguimos defender soluções verdadeiras e uma representação que realmente faça diferença para quem vive aqui", afirmou.

Em Miracema do **Tocantins**, uma das principais reclamações da população foi a situação das ruas e avenidas, com buracos que dificultam a mobilidade e comprometem o tráfego diário. Mesmo com a realização da terceira etapa da Operação Tapa-Buraco pela prefeitura neste ano, a precariedade da pavimentação continua sendo uma das maiores queixas dos moradores. A demanda por habitação também apareceu com força, especialmente diante da necessidade histórica por moradia, evidenciada recentemente com a assinatura da ordem de serviço para construção de 50 casas populares no município.

Já em Miranorte, a situação da saúde pública chamou atenção. O hospital municipal foi alvo de apontamentos do **Tribunal de Contas do Estado**, que identificou diversas irregularidades estruturais, incluindo equipamentos adquiridos há quase uma década e que nunca chegaram a ser utilizados. A população também relatou a dificuldade de acesso até mesmo a exames básicos, o que obriga muitos

pacientes a buscarem atendimento em outras cidades. Outro problema recorrente é a pavimentação urbana, com ruas esburacadas e crateras que afetam diretamente a segurança e a mobilidade.

Em Guaraí, a conversa com moradores e lideranças teve como foco principal a situação das estradas vicinais e a necessidade de maior apoio ao produtor rural. A manutenção dessas vias é considerada fundamental tanto para o escoamento da produção agrícola quanto para o transporte escolar na zona rural. A saúde regional também aparece entre as maiores cobranças, principalmente pela necessidade de ampliar o acesso a exames, especialistas e atendimentos que ainda obrigam muitos pacientes a se deslocarem para outros municípios.

Em Santa Rita do **Tocantins**, Luana conversou com o vereador Duca Nunes e diversas lideranças locais sobre os desafios enfrentados pela cidade e a importância de fortalecer uma representação política comprometida com a realidade da região. Entre as principais demandas apontadas estão a dificuldade de acesso à saúde básica, consultas e exames, além da dependência de municípios maiores para atendimentos especializados. Problemas de infraestrutura urbana, como pavimentação, iluminação pública e conservação das vias, também foram destacados, assim como a necessidade de incentivo à geração de emprego e renda, com apoio ao pequeno produtor, ao comércio local e à criação de oportunidades para os jovens.

Site: <https://rr10noticias.com.br/luana-nunes-percorre-cidades-do-interior-e-ouve-de-perto-as-principais-demandas-da-populacao/>

TCETO identifica cirurgias sem gerador e graves falhas sanitárias no Hospital Municipal de Natividade

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade e a gestão municipal da saúde apresentem, em até cinco dias úteis, um plano de ação detalhado para corrigir uma série de graves problemas encontrados no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. Entre os achados mais preocupantes da vistoria realizada pelo projeto **TCE** de Olho estão a realização de cirurgias eletivas sem gerador de energia elétrica e fragilidades severas nas condições de higienização da unidade.

A fiscalização, conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 5 e 6 de maio, resultou em despacho do conselheiro **Severiano Costandrade**, relator responsável, apontando 37 inconformidades que comprometem a segurança assistencial, a qualidade dos serviços e a estrutura hospitalar oferecida à população.

Um dos pontos mais sensíveis identificados foi o fato de o hospital realizar procedimentos cirúrgicos eletivos mesmo sem possuir sistema de alimentação elétrica de emergência, condição considerada de alto risco para pacientes e equipes médicas em caso de interrupção no fornecimento de energia. Diante da situação, a área técnica recomendou a suspensão dessas cirurgias até a regularização completa da situação.

Além disso, a vistoria constatou condições precárias de limpeza, com necessidade de restauração de pisos, superfícies, substituição de mobiliário oxidado, desinfestação, limpeza de caixa d'água e melhorias estruturais em lavanderia e cozinha, setores essenciais para o controle sanitário hospitalar. Também foi identificada ausência de Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

A fiscalização identificou demais problemas de governança da gestão da unidade de saúde: Plantões médicos de até 48 horas consecutivas; Escalas não divulgadas ao público; Falhas no controle de frequência de profissionais; Irregularidades na assistência farmacêutica; Falta de transparência sobre estoques de medicamentos; Medicamentos vencidos e

falhas no armazenamento; Deficiências em exames laboratoriais, eletrocardiogramas e radiologia; Ausência de protocolos clínicos; Falta de regimento interno; Inexistência de plano de contingência para demandas extraordinárias.

Outro ponto crítico envolve a frota de ambulâncias da unidade. Três veículos apresentaram problemas operacionais, além da ausência de vistorias obrigatórias junto ao Detran, comprometendo a segurança no transporte de pacientes.

Na área estrutural, o hospital também opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, possui deficiência no sistema de combate a incêndios, ausência ou insuficiência de extintores e necessidade de reformas prediais significativas.

Usuários

Apesar dos inúmeros problemas, a pesquisa de percepção com usuários apontou satisfação razoável com o atendimento humano prestado pelos profissionais, embora parte dos entrevistados tenha reclamado da infraestrutura, necessidade de exames e até da construção de uma nova unidade hospitalar.

Diante do cenário, o conselheiro **Severiano Costandrade** optou inicialmente por uma atuação preventiva e consensual, determinando a apresentação imediata de um plano corretivo por parte do prefeito e do gestor do Fundo Municipal de Saúde. O não cumprimento poderá resultar em multa aos responsáveis e demais sanções. Após os prazos estabelecidos, a equipe técnica retornará para nova vistoria e verificação das correções.

Site: <https://www.nortedotocantins.com.br/05/2026/tceto-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-graves-falhas-sanitarias-no-hospital-municipal-de-natividade/>

TCE-TO identifica cirurgias sem gerador e falhas graves em Natividade

Da Redação e TCE-TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Natividade apresente, em até cinco dias úteis, um plano detalhado para sanar 37 irregularidades encontradas no Hospital Municipal de Pequeno Porte. A fiscalização, realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) no início de maio, revelou um cenário de alto risco para pacientes e profissionais da unidade.

Entre os achados mais críticos, o conselheiro relator **Severiano Costandrade** destacou a realização de cirurgias eletivas em uma unidade que não possui gerador de energia elétrica, o que levou à recomendação técnica de suspensão imediata desses procedimentos. Somam-se a isso as condições precárias de higienização, com presença de mobiliário oxidado, necessidade de desinfestação e falta de um Plano de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (PCIRAS).

Falhas de Gestão e Estrutura

A fiscalização também identificou graves deficiências na governança hospitalar e na infraestrutura. O hospital opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, além de possuir um sistema de combate a incêndios ineficiente. No âmbito administrativo, foram constatados plantões médicos excessivos de até 48 horas, falta de transparência nas escalas e falhas no controle de frequência dos profissionais.

A assistência farmacêutica também é alvo de questionamentos, com registros de medicamentos vencidos e armazenamento inadequado. Além disso, a frota de ambulâncias apresenta problemas operacionais e falta de vistorias obrigatórias junto ao Detran. Apesar das falhas estruturais, usuários ouvidos pelo Tribunal relataram satisfação com o atendimento humano, embora tenham reforçado a urgência de reformas e exames laboratoriais.

Determinações

Diante do cenário, o **TCETO** optou por uma abordagem preventiva, exigindo o cronograma de correções imediato. O descumprimento dos prazos

poderá resultar em multas ao prefeito e ao gestor do Fundo Municipal de Saúde, além de novas sanções após vistoria de retorno da equipe técnica.

Confira aqui o despacho do **TCE-TO**

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tce-to-identifica-cirurgias-sem-gerador-e-falhas-graves-em-natividade/141556/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral)

Por: **MARCELO NOBRE**

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://www.portaleuclidense.com.br/noticia/84290/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

TCE de Olho no Futuro leva escutas a Arraias e Combinado e impulsiona melhorias para crianças e famílias

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** realizou mais uma etapa do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância e levou encontros de escuta aos municípios de Arraias e Combinado. Além disso, a iniciativa mobilizou crianças, famílias e gestores públicos para identificar demandas em educação, saúde e infraestrutura. Com isso, o programa amplia benefícios para a população e fortalece políticas públicas voltadas à primeira infância.

Em Arraias, a participação das crianças chamou atenção logo no início das atividades. Por exemplo, a estudante Anne Naryê, de 11 anos, pediu a instalação de parquinhos nas praças para incentivar brincadeiras e reduzir o tempo no celular.

Além disso, a estudante Emanuelle Macedo solicitou atendimento veterinário e vacinação para cães em situação de rua. Segundo ela, a medida protege os animais e também reduz riscos para os moradores.

Em Arraias, a participação das crianças chamou atenção logo no início das atividades. Por exemplo, a estudante Anne Naryê, de 11 anos, pediu a instalação de parquinhos nas praças para incentivar brincadeiras e reduzir o tempo no celular.

Além disso, a estudante Emanuelle Macedo solicitou atendimento veterinário e vacinação para cães em situação de rua. Segundo ela, a medida protege os animais e também reduz riscos para os moradores.

Enquanto isso, a equipe técnica do **TCETO** registrou todas as sugestões e começou a auxiliar a prefeitura na elaboração do Plano de Ação Intersetorial. Dessa forma, o município poderá transformar as demandas em ações concretas.

Na área da saúde, moradores defenderam a elevação do Hospital Estadual para Porte II. Com essa mudança, a unidade poderá oferecer mais procedimentos e reduzir a necessidade de transferências para outras cidades.

Além disso, representantes da Secretaria de Estado da Saúde do **Tocantins** destacaram que a estrutura física já atende aos requisitos. Portanto, o principal

desafio agora é ampliar o número de profissionais.

Em Combinado, o presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, visitou escolas, creche e hospital municipal para verificar as condições das unidades públicas.

Na área da saúde, moradores defenderam a elevação do Hospital Estadual para Porte II. Com essa mudança, a unidade poderá oferecer mais procedimentos e reduzir a necessidade de transferências para outras cidades.

Além disso, representantes da Secretaria de Estado da Saúde do **Tocantins** destacaram que a estrutura física já atende aos requisitos. Portanto, o principal desafio agora é ampliar o número de profissionais.

Em Combinado, o presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, visitou escolas, creche e hospital municipal para verificar as condições das unidades públicas.

Na sequência, centenas de moradores participaram do encontro de escuta e apresentaram sugestões para melhorar o cotidiano da cidade. Entre elas, a estudante Lívia Santos pediu a instalação de aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula.

Além disso, a atuação do Tribunal garantiu um resultado imediato: a assinatura de parceria para implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas. O programa, desenvolvido pela Polícia Militar do **Tocantins**, atenderá cerca de 200 crianças a partir de agosto.

Segundo **Alberto Sevilha**, a forte presença da comunidade mostrou que a população compreendeu a importância de participar ativamente das decisões públicas. Além disso, o conselheiro **Severiano Costandrade** ressaltou que ouvir a população ajuda a direcionar melhor os serviços públicos.

Por isso, os municípios deverão entregar seus planos de ação até 7 de junho. Em seguida, as prefeituras terão até 31 de outubro para executar as medidas previstas.

Com escuta ativa, planejamento e acompanhamento

técnico, o **TCE** de Olho no Futuro amplia o papel do **Tribunal de Contas** e aproxima o órgão das comunidades. Dessa maneira, o programa transforma sugestões em ações concretas e contribui para um futuro mais digno para crianças e famílias do **Tocantins**.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/14/tce-de-olho-no-futuro-leva-escutas-a-arraias-e-combinado-e-impulsiona-melhorias-para-criancas-e-familias/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://diganoticias.com.br/noticia/192576/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência

Aconteceu nesta quinta-feira, 14, o webinário "Faça Bonito: Fortalecendo Redes, Protegendo Infâncias", que promoveu um importante momento de diálogo, aprendizado e conscientização sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Realizado de forma online, com transmissão pelo canal oficial do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no YouTube, o evento reuniu profissionais, representantes de instituições e membros da rede de proteção que atuam diretamente na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O debate também foi marcado por reflexões sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de alertas sobre a importância do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e da atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

O superintendente do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Marcos Rodrigues, destaca a relevância do webinário para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência no **Tocantins**. "Momentos como esse são fundamentais para fortalecer o trabalho desenvolvido pela rede de proteção. Conseguimos alcançar diversos municípios do Estado, promovendo informação, conscientização e troca de experiências com profissionais de referência nacional. Isso contribui diretamente para o fortalecimento das ações de promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes", ressaltou.

A programação contou com palestras e debates conduzidos por especialistas da área, entre eles Elisa Maria Souza, do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca); Marcos Bejamin de Queiroz, da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju); Marlucy Albuquerque, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas (Sedes); Camila Coelho Bittar, do Serviço de Atenção à Violência Infantil (Savi); e Sidney Fiori Júnior, do Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO).

A iniciativa integra as ações da campanha "Faça Bonito", mobilização nacional que reforça a importância da prevenção e do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da necessidade de fortalecimento das políticas públicas e das redes de apoio e proteção.

Site: <https://jalapaonews.com.br/estado/webinario-faca-bonito-debate-fortalecimento-de-redes-de-protecao-a-infancia-e-adolescencia>

Prefeitura de Gurupi realiza reuniões técnicas com o Tribunal de Contas para alinhar licitações (Cidades)

Atitude Tocantins

Equipes da gestão municipal estiveram em **Palmas** para discutir procedimentos de obras, serviços de engenharia e manutenção escolar conforme a nova Lei de Licitações.

Por Redação

Representantes da Prefeitura de Gurupi cumpriram agenda técnica na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, nesta quinta-feira (14). O objetivo da missão institucional foi alinhar procedimentos administrativos em contratos de obras e serviços de engenharia com as normas da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). A comitiva buscou orientações preventivas para reduzir riscos jurídicos e aumentar a eficiência no emprego de recursos públicos em projetos de alta complexidade orçamentária.

A equipe de Gurupi, composta pelos secretários de Relações Institucionais, Diego Marinho, e de Administração, Diego Avelino, além de técnicos de engenharia e licitações, reuniu-se com a Coordenadoria de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG) do Tribunal.

As discussões focaram no planejamento de contratações, instrução processual e gestão de riscos. A pauta principal concentrou-se nos contratos de maior impacto financeiro, onde a complexidade técnica exige conformidade rigorosa com os novos marcos regulatórios federais para evitar paralisações de obras ou apontamentos de irregularidades por parte do órgão de controle.

Além dos contratos gerais de engenharia, a gestão municipal tratou especificamente da manutenção das unidades da rede pública de ensino em reunião com a 5ª Relatoria do **TCE/TO**. O diálogo técnico visou estabelecer entendimentos comuns sobre os processos de manutenção predial das escolas, buscando soluções administrativas que atendam às exigências do Tribunal e, simultaneamente, agilizem a recuperação da infraestrutura escolar no município.

A aproximação técnica entre a Prefeitura de Gurupi e o **TCE/TO** reflete uma estratégia de gestão que busca minimizar o passivo de processos de contas rejeitadas ou embargos em obras públicas, cenários comuns em anos de transição ou de implementação de novas legislações. Ao buscar o alinhamento prévio com o órgão de controle, o Poder Executivo tenta antecipar soluções para gargalos burocráticos. Politicamente, a medida visa conferir um selo de legalidade técnica às ações da administração, embora o resultado prático dessa cooperação dependa da efetiva aplicação das recomendações do Tribunal no cotidiano das secretarias municipais.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/prefeitura-de-gurupi-realiza-reunioes-tecnicas-com-o-tribunal-de-contas-para-alinhar-licitacoes/>

Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência

Por Luís Poeta

Aconteceu nesta quinta-feira, 14, o webinário "Faça Bonito: Fortalecendo Redes, Protegendo Infâncias", que promoveu um importante momento de diálogo, aprendizado e conscientização sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Realizado de forma online, com transmissão pelo canal oficial do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no YouTube, o evento reuniu profissionais, representantes de instituições e membros da rede de proteção que atuam diretamente na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O debate também foi marcado por reflexões sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de alertas sobre a importância do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e da atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

O superintendente do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Marcos Rodrigues, destaca a relevância do webinário para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência no **Tocantins**. "Momentos como esse são fundamentais para fortalecer o trabalho desenvolvido pela rede de proteção. Conseguimos alcançar diversos municípios do Estado, promovendo informação, conscientização e troca de experiências com profissionais de referência nacional. Isso contribui diretamente para o fortalecimento das ações de promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes", ressaltou.

A programação contou com palestras e debates conduzidos por especialistas da área, entre eles Elisa Maria Souza, do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca); Marcos Bejamin de Queiroz, da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju); Marlucy Albuquerque, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas (Sedes); Camila Coelho Bittar, do Serviço de Atenção à Violência Infantil (Savi); e Sidney Fiori Júnior, do Ministério Público do Estado do **Tocantins**

(MPTO).

A iniciativa integra as ações da campanha "Faça Bonito", mobilização nacional que reforça a importância da prevenção e do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da necessidade de fortalecimento das políticas públicas e das redes de apoio e proteção.

Site: <https://www.correiodobico.com.br/artigo/webinario-faca-bonito-debate-fortalecimento-de-redes-de-protecao-a-infancia-e-adolescencia>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Cidades)

Secom Gurupi | Foto: Divulgação

- Publicidade -

- Publicidade -

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma

gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

"A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e

alinhadas ao interesse público",

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Contratações Públicas gestão pública Gurupi
Transparencia **Tribunal de Contas**

Contratações Públicas

gestão pública

Gurupi

Transparencia

Tribunal de Contas

Site: <https://portaldoamaral.com.br/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Redação

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://www.chapadaemalerta.com.br/noticia/50880/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Portal WR News

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://portalwrnews.com.br/noticia/78332/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Sítio:

<https://vnoticias350graus.com.br/noticia/52482/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://vnoticias350graus.com.br/noticia/52482/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Redação

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site: <https://ibi.org.br/noticia/236060/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Denúncia de falta de profissionais na UPA de Porto Nacional

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/14/RDIOPORTOFMP
ORTONACIONALTO-12.31.52-12.42.40-1778792660.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/14/RDIOPORTOFMP
ORTONACIONALTO-12.31.52-12.42.40-1778792660.mp3)**

Fiscalização em 20 hospitais municipais acendem alerta

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/14/TVNORTEOCA>

NTINSAFSBTTO-11.44.28-11.51.52-1778786754.mp4

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site: <https://nafesta.com.br/noticia/84614/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://portalbrasilnews.com.br/noticia/199881/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://anoticiadigital.com.br/noticia/332641/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Redação Osasco

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://www.oeste360.com/noticia/323825/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral)

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/30579/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Redação | Tribuna do Povo

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/100260/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://boletimpolitico.com.br/noticia/75720/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Por: Redação

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/13178/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/47741/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Geral)

Por: Redação

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o

fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/42146/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Prefeitura de Gurupi)

Redação

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência

administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir->

mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas/

Webinário "Faça Bonito" debate fortalecimento de redes de proteção à infância e adolescência (webinário "Faça Bonito")

Redação

Aconteceu nesta quinta-feira, 14, o webinário "Faça Bonito: Fortalecendo Redes, Protegendo Infâncias", que promoveu um importante momento de diálogo, aprendizado e conscientização sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Realizado de forma online, com transmissão pelo canal oficial do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no YouTube, o evento reuniu profissionais, representantes de instituições e membros da rede de proteção que atuam diretamente na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O debate também foi marcado por reflexões sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de alertas sobre a importância do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e da atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

O superintendente do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Marcos Rodrigues, destaca a relevância do webinário para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção da infância e adolescência no **Tocantins**. "Momentos como esse são fundamentais para fortalecer o trabalho desenvolvido pela rede de proteção. Conseguimos alcançar diversos municípios do Estado, promovendo informação, conscientização e troca de experiências com profissionais de referência nacional. Isso contribui diretamente para o fortalecimento das ações de promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes", ressaltou.

A programação contou com palestras e debates conduzidos por especialistas da área, entre eles Elisa Maria Souza, do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca); Marcos Bejamin de Queiroz, da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju); Marlucy Albuquerque, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de

Palmas (Sedes); Camila Coelho Bittar, do Serviço de Atenção à Violência Infantil (Savi); e Sidney Fiori Júnior, do Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO).

A iniciativa integra as ações da campanha "Faça Bonito", mobilização nacional que reforça a importância da prevenção e do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da necessidade de fortalecimento das políticas públicas e das redes de apoio e proteção.

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/webinario-faca-bonito-debate-fortalecimento-de-redes-de-protecao-a-infancia-e-adolescencia/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com

os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://arenadenoticias.com.br/noticia/163943/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o TCE/TO para garantir mais segurança e eficiência nas contratações públicas (Gurupi - TO)

Carlla Morena

Equipe da gestão municipal participou de reuniões técnicas no **Tribunal de Contas do Estado** para alinhamento de procedimentos relacionados a obras, engenharia e contratos de maior impacto financeiro

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi segue fortalecendo o diálogo institucional com os órgãos de controle para garantir mais eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos do município. Em agenda institucional realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, em **Palmas**, representantes da gestão municipal participaram de reuniões técnicas voltadas ao aprimoramento das contratações públicas e dos procedimentos relacionados a obras e serviços de engenharia.

Participaram da agenda o coordenador de Análise de Engenharia e Arquitetura (CAENG), Denner; o secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho; o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; e o assessor técnico em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo.

Durante o encontro, foram debatidos alinhamentos técnicos e administrativos relacionados à condução de processos envolvendo obras públicas, contratos de engenharia e contratações de maior complexidade e impacto orçamentário. O objetivo é garantir uma gestão preventiva, transparente e alinhada às normas legais vigentes.

A reunião também abordou temas como planejamento das contratações, instrução processual, gestão de riscos e boas práticas administrativas previstas na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), buscando garantir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança nos procedimentos internos da administração municipal.

O secretário municipal de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou que o diálogo constante com os órgãos de controle é fundamental para o fortalecimento da gestão pública. "A gestão municipal compreende que o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle é indispensável para o fortalecimento da legalidade, da eficiência administrativa e da segurança jurídica das contratações públicas. Estamos inteiramente à disposição para manter uma interação transparente, permanente e colaborativa entre a municipalidade e o **Tribunal de Contas**, especialmente em temas de elevada complexidade técnica. Aproveitamos também para agradecer a prestatividade da equipe da CAENG, que tem contribuído de forma extremamente relevante nessas discussões fundamentais para a construção de instruções processuais consistentes, responsáveis e alinhadas ao interesse público", destacou.

Marinho acrescentou que a agenda institucional evidencia ainda a diretriz adotada pela Prefeitura de Gurupi de investir continuamente na qualificação técnica dos procedimentos administrativos, buscando prevenir inconsistências processuais, reduzir riscos e assegurar maior eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Alinhamento sobre manutenção das unidades educacionais

Ainda durante a agenda no **TCE/TO**, a equipe técnica e administrativa da Prefeitura de Gurupi também participou de reunião com a equipe da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado**.

O encontro teve como pauta principal o alinhamento de entendimentos técnicos relacionados aos processos de manutenção predial das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Gurupi. A reunião buscou fortalecer a construção conjunta de soluções técnicas e administrativas voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à correta execução dos processos administrativos relacionados à área educacional.

Site:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/48865/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tce-to-para-garantir-mais-seguranca-e-eficiencia-nas-contratacoes-publicas>

DPE-TO prestigia TCE de Olho no Futuro em Arraias e Combinado, no sudeste do Estado

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) participou nesta terça e quarta-feira, dias 12 e 13, de encontro do programa "**TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**", promovido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, nos municípios de Arraias e Combinado, região Sudeste do Estado. A iniciativa marca a nova etapa do programa, com foco na escuta ativa da população para orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Tanto em Arraias, quanto em Combinado, a DPE-TO foi representada pelo defensor público Edson Perilo de Azevedo Junior. As atividades dessa fase do programa têm o objetivo ouvir a população local, especialmente famílias com crianças de 0 a 6 anos, a fim de identificar necessidades, desafios e oportunidades de melhoria nas políticas públicas voltadas à primeira infância.

O "**TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**" conta com diversas parcerias, entre elas, a Defensoria Pública. Além da DPE-TO, são parceiros: governo do **Tocantins**; Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), além de secretarias estaduais, órgãos de controle e entidades como Unicef, Fieto, Energisa, BRK e Hospital de Amor.

Os próximos encontros estão marcados para: Próximos encontros: Aparecida do Rio Negro (25/05), Lagoa do **Tocantins** (08/06), Couto Magalhães (15/06) e Colmeia (16/06).

Leia também:

06/05/2026

Nudeca participa da fase de escuta ativa de projeto do **TCE** em Oliveira de Fátima

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/nudeca-participa-da-fase-de-escuta-ativa-de-projeto-do-tce-em-oliveira-de-fatima>

29/04/2026

Em Piraquê, Defensoria Pública participa de encontro do **TCE** pela Primeira Infância

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/em-piraque-defensoria-publica-participa-de-encontro-do-tce-pela-primeira-infancia>

17/04/2026

DPE-TO participa de Encontro de Escuta do **TCE** de Olho no Futuro em Recursolândia e Centenário

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-participa-de-encontro-de-escuta-do-tce-de-olho-no-futuro-em-recursolandia-e-centenario>

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-prestigia-tce-de-olho-no-futuro-em-arraias-e-combinado-no-sudeste-do-estado>

TCE realiza fiscalizações surpresas em Araguacema e Caseara nas áreas de saúde, educação e compras públicas

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** intensificou a atuação preventiva e ampliou as fiscalizações presenciais em municípios do **Tocantins**. Entre os dias 4 e 9 de maio, equipes técnicas visitaram Araguacema e Caseara para acompanhar a gestão pública.

A Primeira Diretoria de Controle Externo (1ª DICE) conduziu as inspeções. O trabalho ocorreu sob a supervisão da Primeira Relatoria, vinculada ao conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Em Araguacema, os técnicos atuaram entre os dias 4 e 6 de maio. Em seguida, entre 7 e 8 de maio, a equipe seguiu para Caseara.

A Primeira Diretoria de Controle Externo (1ª DICE) conduziu as inspeções. O trabalho ocorreu sob a supervisão da Primeira Relatoria, vinculada ao conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Em Araguacema, os técnicos atuaram entre os dias 4 e 6 de maio. Em seguida, entre 7 e 8 de maio, a equipe seguiu para Caseara.

Durante as visitas, o **TCETO** acompanhou rotas do transporte escolar e verificou as condições dos veículos. Além disso, os auditores analisaram o planejamento do serviço e revisaram os processos de contratação.

Assim, o tribunal observou como as prefeituras organizam e executam o transporte escolar na prática.

Na área da saúde, os técnicos verificaram a assistência farmacêutica dos dois municípios. Eles conferiram o armazenamento de medicamentos e analisaram a gestão dos estoques.

Além disso, a equipe inspecionou os procedimentos de controle adotados nas unidades de saúde. Dessa forma, o **TCETO** identificou pontos de atenção na organização dos insumos.

Assim, o tribunal observou como as prefeituras organizam e executam o transporte escolar na prática.

Na área da saúde, os técnicos verificaram a assistência farmacêutica dos dois municípios. Eles conferiram o armazenamento de medicamentos e analisaram a gestão dos estoques.

Além disso, a equipe inspecionou os procedimentos de controle adotados nas unidades de saúde. Dessa forma, o **TCETO** identificou pontos de atenção na organização dos insumos.

O tribunal também avaliou os sistemas de controle interno das prefeituras. Os técnicos analisaram a estrutura de governança e verificaram a regularidade dos processos administrativos.

Além disso, o **TCETO** revisou licitações, contratações diretas e contratos em execução. Assim, a equipe conferiu se as administrações seguem as normas legais e os procedimentos exigidos.

As inspeções fazem parte do controle concomitante previsto no Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2026. O documento foi aprovado pela Resolução nº 1916/2025 do Pleno do **TCETO**.

O órgão utiliza esse modelo para atuar de forma preventiva. Ou seja, o tribunal identifica riscos e falhas enquanto a gestão ainda está em andamento, o que aumenta a capacidade de correção.

Após as visitas, as equipes técnicas elaboram análises preliminares. Em seguida, encaminham os relatórios ao relator responsável, conforme a Instrução Normativa **TCE/TO** nº 04/2019.

Esse fluxo garante continuidade às apurações e reforça o acompanhamento das gestões municipais.

O diretor da 1ª DICE, Ramon Gomes Queiroz, afirmou que o trabalho do tribunal prioriza a prevenção.

"Identificamos riscos, fragilidades e não conformidades de forma antecipada. Dessa maneira, fortalecemos a gestão pública e protegemos o interesse coletivo", destacou.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/13/tce-realiza->

***fiscalizacoes-surpresas-em-araguacema-e-caseara-nas-
areas-de-saude-educacao-e-compras-publicas/***

TCE realiza fiscalizações surpresas em Araguacema e Caseara nas áreas de saúde, educação e compras públicas

Ações da Primeira Diretoria de Controle Externo verificaram transporte escolar, estoque de medicamentos, licitações e controles internos

Da Assessoria

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** segue intensificando sua atuação preventiva e de controle externo com fiscalizações surpresas em áreas estratégicas da administração pública municipal. Entre os dias 4 e 9 de maio, equipes técnicas da Primeira Diretoria de Controle Externo (1ª DICE) realizaram inspeções presenciais nos municípios de Araguacema e Caseara, vinculados à Primeira Relatoria, sob responsabilidade do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

A fiscalização teve como foco o acompanhamento da gestão dos Fundos Municipais de Educação e Saúde, além da análise de procedimentos relacionados às compras públicas e os controles internos das duas prefeituras.

Em Araguacema, os trabalhos ocorreram entre os dias 4 e 6 de maio. Já em Caseara, a fiscalização foi realizada entre os dias 7 e 8. Durante as inspeções, a equipe acompanhou rotas e avaliou as condições dos veículos utilizados no transporte escolar, verificando desde o planejamento da política pública até os processos de contratação relacionados ao serviço.

Na área da saúde, os técnicos fiscalizaram a assistência farmacêutica, incluindo a gestão e o armazenamento de medicamentos, com análise detalhada dos estoques e procedimentos adotados.

Também foram avaliados aspectos relacionados à governança, à efetividade dos sistemas de controle interno e à regularidade das compras públicas, incluindo licitações, contratações diretas e execução contratual.

A fiscalização integra as ações de controle concomitante previstas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2026 do **TCETO**, Resolução nº1916/2025 aprovado pelo Pleno da Corte, e busca identificar de forma preventiva riscos, fragilidades e possíveis

irregularidades na gestão municipal.

As informações coletadas servirão de base para elaboração de análises preliminares, que posteriormente serão encaminhadas ao relator responsável, conforme previsto na Instrução Normativa **TCE/TO** nº 04/2019.

Segundo o diretor da 1ª DICE, Ramon Gomes Queiroz, a atuação tem caráter preventivo e orientativo. "Nosso objetivo é identificar, de forma tempestiva, riscos, fragilidades e não conformidades na gestão pública municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas administrativas e para a proteção do interesse público", destacou.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tce-realiza-fiscalizacoes-surpresas-em-araguacema-e-caseara-nas-areas-de-saude-educacao-e-compras-publicas>

Audiência no MPE discute reestruturação da regulação da saúde e novos sistemas de monitoramento no Estado; plano de atuação deve ser apresentado em 20 dias

por Redação

A necessidade de garantir um sistema de regulação mais eficiente, transparente e estruturado para atender a população tocaninense pautou audiência realizada na sede do Ministério Público (MPE), em **Palmas**, esta semana. O encontro foi conduzido por **Araína Cesárea**, titular da 27ª Promotoria de Justiça da Capital, e reuniu representantes da Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), Defensoria Pública, Controladoria Geral do Estado e Procuradoria-Geral do Estado.

PONTOS DEBATIDOS

Entre os principais pontos debatidos estiveram a adequação da nova sede da regulação, aquisição de mobiliário, fortalecimento das equipes técnicas, integração de sistemas e melhoria dos fluxos de atendimento entre Estado e municípios. A audiência deu continuidade ao acompanhamento que o MPE tem feito das medidas adotadas pelo Estado para reorganizar a regulação da saúde no **Tocantins**.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Durante a reunião, o secretário estadual de Saúde, Carlos Felinto Júnior, informou que a mudança para o novo prédio deve ocorrer ainda neste mês de maio. Além da estrutura física, também foram discutidas soluções tecnológicas para tornar o sistema mais eficiente. Entre elas, a implantação do sistema Epimed, ferramenta que permitirá o monitoramento em tempo real de todos os leitos da rede estadual.

GESTÃO HOSPITALAR

Outro ponto considerado estratégico foi o desenvolvimento de um sistema próprio de gestão hospitalar e regulação que deverá integrar prontuário eletrônico, controle de estoque, gestão hospitalar e regulação em uma única plataforma adaptada à realidade do **Tocantins**.

ENCAMINHAMENTOS

Como encaminhamento, ficou estabelecido que a Secretaria Estadual da Saúde (Sesau) apresentará, no prazo de 20 dias, um plano de atuação detalhado com o diagnóstico dos problemas, decisões adotadas, ações previstas e respectivos prazos de execução. Também ficou definida a realização de uma audiência ampliada no mês de agosto, com participação de instituições como **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e representantes dos municípios. O objetivo será discutir estratégias conjuntas para fortalecer a coordenação entre Estado e municípios e aprimorar os fluxos de atendimento da rede pública de saúde.

PRESENTES

Participaram da reunião representantes da Sesau, Defensoria Pública do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e áreas técnicas ligadas à regulação, gestão hospitalar e assuntos jurídicos da saúde estadual.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/audiencia-no-mpe-discute-reestruturacao-da-regulacao-da-saude-e-novos-sistemas-de-monitoramento-no-estado-plano-de-atuacao-deve-ser-apresentado-em-20-dias/>

Saúde do TO avança em debate sobre nova regulação e implantação de sistema para monitorar leitos

A necessidade de garantir um sistema de regulação mais eficiente, transparente e estruturado para atender a população tocanтинense pautou audiência realizada na sede do Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), em **Palmas**, esta semana. O encontro foi conduzido pela promotora de Justiça Araújo Cesária, titular da 27ª Promotoria de Justiça da Capital, e reuniu representantes da Secretaria Estadual da Saúde (SES-TO), Defensoria Pública, Controladoria Geral do Estado e Procuradoria-Geral do Estado.

Entre os principais pontos debatidos estiveram a adequação da nova sede da regulação, aquisição de mobiliário, fortalecimento das equipes técnicas, integração de sistemas e melhoria dos fluxos de atendimento entre Estado e municípios.

A audiência deu continuidade ao acompanhamento que o MPTO tem feito das medidas adotadas pelo Estado para reorganizar a regulação da saúde no **Tocantins**.

Durante a reunião, o secretário estadual de Saúde, Carlos Felinto Júnior informou que a mudança para o novo prédio deve ocorrer ainda neste mês de maio. Além da estrutura física, também foram discutidas soluções tecnológicas para tornar o sistema mais eficiente. Entre elas, a implantação do sistema Epimed, ferramenta que permitirá o monitoramento em tempo real de todos os leitos da rede estadual.

Outro ponto considerado estratégico foi o desenvolvimento de um sistema próprio de gestão hospitalar e regulação que deverá integrar prontuário eletrônico, controle de estoque, gestão hospitalar e regulação em uma única plataforma adaptada à realidade do **Tocantins**.

Como encaminhamento, ficou estabelecido que a Secretaria Estadual da Saúde (SES) apresentará, no prazo de 20 dias, um plano de atuação detalhado com o diagnóstico dos problemas, decisões adotadas, ações previstas e respectivos prazos de execução.

Também ficou definida a realização de uma audiência ampliada no mês de agosto, com participação de instituições como **Tribunal de Contas do Estado**

(**TCE**), Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e representantes dos municípios. O objetivo será discutir estratégias conjuntas para fortalecer a coordenação entre Estado e municípios e aprimorar os fluxos de atendimento da rede pública de saúde.

Participaram da reunião representantes da SES-TO, Defensoria Pública do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e áreas técnicas ligadas à regulação, gestão hospitalar e assuntos jurídicos da saúde estadual.

Texto: Lidiane Moreira/Dicom MPTO

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/saude-do-to-avanca-em-debate-sobre-nova-regulacao-e-implantacao-de-sistema-para-monitorar-leitos/>

Primeira infância: Judiciário participa de encontros estratégicos para promoção de iniciativas voltadas a crianças de 0 a 6 anos

Ouvir as necessidades da população local de perto. Este é o objetivo dos encontros de escuta sociais realizados pelo programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, em parceria com o Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO). Desta vez, a parada foi nos municípios de Arraias e Combinado, nos dias 12 e 13 de maio, respectivamente.

O magistrado Eduardo Barbosa Fernandes esteve presente nos encontros representando o Judiciário tocaninense, que visa, especialmente, acolher famílias com crianças de 0 a 6 anos, para identificar necessidades, desafios e oportunidades de melhoria nas políticas públicas voltadas à primeira infância.

O objetivo dos encontros de escuta, segundo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, é promover um diálogo direto com a comunidade para compreender a realidade local e contribuir na elaboração de um Plano de Ação Intersetorial adaptado às necessidades específicas de cada cidade.

Com a integração de diversos órgãos e instituições parceiras, a proposta é fortalecer áreas essenciais, como saúde, educação, assistência social, alimentação e proteção integral da primeira infância, por meio de uma atuação colaborativa e preventiva.

Sob o lema "Construindo o futuro, família por família", o programa percorre os 12 municípios selecionados a partir dos resultados da primeira edição. Até o momento, o programa já passou por Recursolândia, Centenário, Piraquê, Xambioá, Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima, consolidando uma atuação cada vez mais próxima das famílias tocaninenses.

Agenda

A programação segue nos dias 8 e 9 de junho, nos municípios de Lagoa do **Tocantins** e Aparecida do Rio Negro, com a participação da juíza Aline Marinho Bailão Iglesias.

Parcerias

Além do TJTO, o programa conta com a parceria de

diversas instituições, entre elas Governo do **Tocantins**, Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do **Tocantins** (DPE), além de órgãos de controle e entidades como UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor.

(Com informações Ascom/**TCETO**)

Site:

<https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/primeira-infancia-judiciario-participa-de-encontros-estrategicos-para-promocao-de-iniciativas-voltadas-a-criancas-de-0-a-6-anos>

Corregedoria em Dia fortalece cultura preventiva, ética e integridade no TCETO (No"ticias)

Girodo

Evento reuniu especialista e servidores para debater governança, prevenção de irregularidades e o impacto social da atuação dos Tribunais de Contas

Com foco no fortalecimento da ética, da integridade institucional e da atuação preventiva, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou, nesta terça-feira, 12, no auditório da Corte, o evento Corregedoria em Dia. Com o tema "Corregedoria Preventiva: Antes do Problema, a Consciência", a iniciativa contou com parceria do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Internos e Controle Social.

Na abertura, o corregedor do **TCETO**, conselheiro **José Wagner Praxedes**, destacou que a ação integra uma mobilização nacional dos Tribunais de Contas brasileiros, reforçando uma atuação alinhada em torno da prevenção, orientação e fortalecimento da boa governança pública. "Todos os Tribunais de Contas do Brasil estão promovendo essa discussão durante esta semana, buscando fortalecer uma atuação cada vez mais integrada e preventiva", ressaltou.

A palestra ministrada pelo conselheiro do **Tribunal de Contas** do Município do Rio de Janeiro (TCMRio), **Felipe Galvão Puccioni**, abordou o tema da quantificação do impacto das ações dos Tribunais de Contas. Trazendo uma visão moderna da atuação dos Tribunais, Puccioni demonstrou o quanto a atuação preventiva e concomitantemente traz resultados e benefícios muito maiores que aqueles decorrentes da aplicação de sanções.

Durante sua exposição, o palestrante destacou a necessidade de medir, de forma concreta, o impacto social das ações desenvolvidas pelas Cortes de Contas. "Não se trata apenas de metodologia, mas de mudar uma visão autorreferente para uma perspectiva de impacto real na sociedade", afirmou.

Ele trouxe como exemplo da atuação preventiva o projeto "Ciência e Gestão pela Educação", uma parceria do TCMRio com a Secretaria de Educação, que vem transformando a educação municipal. (veja

aqui uma reportagem sobre o projeto).

Segundo Puccioni, é fundamental que os Tribunais de Contas consigam demonstrar de forma clara como suas ações contribuem para melhorias na saúde, educação, gestão orçamentária e eficiência das contratações públicas. O conselheiro também ressaltou a importância de aproximar a atuação dos Tribunais da compreensão da sociedade. "Mais importante do que dizer quantos processos foram julgados é mostrar como uma única ação pode gerar benefícios concretos para a população", pontuou.

Avaliação positiva

Para o auditor de controle externo João Paulo de Aguiar da Silveira, o evento reforçou a importância da atuação preventiva. "A prevenção é muito mais eficaz do que a punição. Esse é o caminho: integração, cooperação e orientação", destacou.

O auditor Higo Mendes também ressaltou a relevância do conteúdo apresentado. "A palestra trouxe uma visão moderna e diferenciada sobre a atuação dos Tribunais de Contas, algo que fortalece ainda mais o trabalho técnico e orientativo da fiscalização", afirmou.

Ao final, o corregedor **José Wagner Praxedes** avaliou positivamente o evento e destacou o alto nível técnico das discussões. "Foi uma palestra de altíssimo nível intelectual, compatível com a excelência do nosso corpo técnico. Tivemos acesso ao que há de mais moderno sobre governança e atuação preventiva", concluiu.

Além de servidores, o evento contou com a presença do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**, do procurador-geral de Contas do Ministério Público de Contas (MPC), Marcos Modes, e conselheiros substitutos.

Currículo

Felipe Galvão Puccioni possui doutorado (PhD) em Filosofia pela Universidade de Cambridge, mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), especialização em Políticas Públicas

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de formação em Matemática e Direito.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/corregedoria-em-dia-fortalece-cultura-preventiva-etica-e-integridade-no-tceto/>

Justiça afasta prefeita de Praia Norte por improbidade administrativa e bloqueia bens de investigados

PRAIA NORTE - A Justiça determinou o afastamento da prefeita de Praia Norte, Bruna Gabrielle Neves Pires de Araújo, conhecida como "Bruna do Ho Che Mim", por noventa dias, em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do **Tocantins**. A decisão também decretou a indisponibilidade de bens da gestora, do chefe do Controle Interno do município, Phablo Hangel Gomes dos Reis, da empresa Realeza Construções Ltda e de Francisca de Araújo Santos, servidora pública municipal de Augustinópolis e sócia-administradora da empresa investigada.

A Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa foi proposta pela 2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis, após representação formal apresentada pelos vereadores Laís Rodrigues de Souza, Maria Rúbia Gomes Nunes e José de Sousa Lima, em 19 de fevereiro. Os parlamentares denunciaram ao promotor de Justiça Elizon de Sousa Medrado suspeitas de irregularidades envolvendo a gestão de recursos públicos do município de Praia Norte.

Segundo o Ministério Público, os documentos reunidos durante a investigação, somados às informações obtidas junto à Prefeitura de Praia Norte, ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e às empresas contratadas, apontam indícios suficientes da prática de atos de improbidade administrativa.

De acordo com o promotor, as investigações revelaram a existência de um suposto esquema estruturado de desvio de recursos públicos por meio da celebração de contratos fraudulentos com empresas sem capacidade operacional. O MP também aponta indícios de manipulação de processos licitatórios, descumprimento de obrigações constitucionais nas áreas da saúde e educação, atrasos recorrentes no pagamento de servidores públicos e omissão deliberada do órgão de controle interno do município.

Ainda conforme a ação, todas as irregularidades teriam ocorrido sob o comando e anuência da prefeita afastada.

As investigações apontam que somente com a empresa Realeza Construções Ltda foram firmados contratos que somam aproximadamente R\$ 4,4 milhões. O Ministério Público sustenta que há fortes indícios de irregularidades na execução dos contratos e possível direcionamento nas contratações realizadas pela administração municipal.

CONFIRA A INTEGRA: AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA N 0000702 29.2026.8.27.2710TO

(Redação Voz do Bico)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/principal/justica-afasta-prefeita-de-praia-norte-por-improbidade-administrativa-e-bloqueia-bens-de-investigados/>

Fiscalizações em hospitais do estado

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/12/TVNORTETOCA>

[NTINSAFSBTTO-12.26.16-12.33.54-1778609092.mp4](#)

Exames de raio-X secando em varal revelam cenário caótico na saúde

Exames de raio-X pendurados em um varal ao ar livre, em frente à recepção de um hospital público no interior do **Tocantins**, chamaram a atenção de auditores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** durante uma fiscalização surpresa e passaram a integrar a lista de irregularidades identificadas pelo projeto **TCE** de Olho.

A situação foi encontrada no Hospital Municipal de Pequeno Porte Dr. Frederico Nunes da Silva, em Natividade, durante inspeção realizada entre os dias 5 e 9 de maio.

FISCALIZAÇÃO

A equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais percorreu todos os setores da unidade por dois dias.

Foram avaliados consultórios médicos, salas de estabilização, atendimento de urgência, enfermagem, espaços de curativos, repouso médico e banheiros usados por pacientes e servidores.

Auditores também verificaram ambulâncias, farmácia, equipamentos e o funcionamento do centro cirúrgico, onde houve aumento de cirurgias eletivas neste ano.

PINDORAMA

Na sequência, o Hospital Benedito Oliveira Costa, em Pindorama do **Tocantins**, também recebeu fiscalização sem aviso prévio.

A unidade, inaugurada em 2022, foi a 20ª vistoriada pelo projeto e teve análise de atendimentos ambulatoriais, urgência, partos, pequenas cirurgias, laboratório e diagnóstico por imagem.

RELATÓRIO

Com a etapa de visitas concluída, os técnicos irão elaborar um relatório preliminar com possíveis irregularidades encontradas nas unidades.

O documento será enviado à Quarta Relatoria do tribunal, sob responsabilidade de **Severiano Costandrade**, que poderá determinar medidas.

ALCANCE

Segundo o coordenador da Coaes, Saulo Sousa, o projeto já fiscalizou 20 das 30 unidades hospitalares existentes no estado.

A iniciativa busca identificar falhas e cobrar ajustes para melhorar o atendimento na saúde pública.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/exames-de-raio-x-secando-em-varal-revelam-cenario-caotico-na-saude/140497/>

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins (SAÚDE)

O projeto **TCE** de Olho, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, alcançou a marca de 20 hospitais municipais de pequeno porte fiscalizados desde o início das ações, em 2025. Entre os dias 5 e 9 de maio, a Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizou novas vistorias nas unidades hospitalares de Natividade e Pindorama.

Uma cena curiosa chamou a atenção da equipe técnica ao chegar para a fiscalização no hospital municipal de pequeno porte Dr. Frederico Nunes da Silva, em Natividade, no fim da tarde da última terça-feira, 5: exames de raios X estavam pendurados em um varal, em espaço aberto, em frente à recepção da unidade.

Situações como essa fazem parte dos achados identificados durante as fiscalizações surpresas do projeto **TCE** de Olho, que busca verificar falhas na prestação dos serviços de saúde e colaborar com o fortalecimento da gestão pública para garantir atendimento digno à população.

A vistoria em Natividade ocorreu durante dois dias. A equipe percorreu todas as dependências da unidade, incluindo consultórios médicos, salas de classificação de risco, atendimento a pacientes críticos, estabilização, curativos, enfermagem, repouso médico e as condições dos banheiros destinados a usuários e servidores. Também foram avaliadas as ambulâncias, a farmácia, a manutenção de equipamentos e realizados levantamentos junto ao serviço social.

Imagens da fiscalização em Natividade

Os técnicos ainda acompanharam detalhadamente o centro cirúrgico, onde a unidade passou a investir, em 2025, na ampliação das cirurgias eletivas. Durante a fiscalização, médicos, gestores e usuários também foram ouvidos de forma reservada para contribuir com informações sobre a qualidade dos serviços prestados.

Pindorama

Na quinta-feira, 7, foi a vez do hospital Benedito Oliveira Costa, em Pindorama, passar por vistoria surpresa, tornando-se a 20ª unidade hospitalar

fiscalizada pelo projeto.

Inaugurado em 2022, o hospital possui estrutura ampla e foi analisado minuciosamente pela equipe técnica, que vistoriou setores como atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência, parto, pequenas cirurgias, além de serviços especializados como laboratório clínico, diagnóstico por imagem e atendimento domiciliar.

Além da estrutura física, a fiscalização avaliou documentos relacionados a protocolos e processos de atendimento, condições dos leitos, equipamentos, ambulâncias, armazenamento e quantitativo de medicamentos, instalações da farmácia, além de ouvir profissionais de saúde e usuários.

Com os dados coletados, o próximo passo será a elaboração de análise preliminar com possíveis irregularidades encontradas, posteriormente encaminhada à Quarta Relatoria, sob responsabilidade do conselheiro **Severiano Costandrade**.

Imagens da fiscalização em Pindorama

Desde o início do projeto, em 2025, o **TCETO** já fiscalizou 20 hospitais municipais de pequeno porte, sendo 14 apenas em 2026. De um total de 30 unidades no estado, chegamos ao 20º hospital fiscalizado, número que representa dois terços dessas unidades. O objetivo continua o mesmo: buscar melhorias na saúde pública de forma consensual com os gestores, corrigindo eventuais problemas identificados, destacou o coordenador da Coaes, Saulo Sousa.

Fonte: **TCETO**

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/20170-tce-de-olho-alcanca-marca-de-20-hospitais-municipais-fiscalizados-no-tocantins>

Rio dos Bois reforça diálogo institucional com visita ao TCE

A gestão de Rio dos Bois reforçou o diálogo institucional com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** durante visita realizada à 1ª Relatoria da Corte. O encontro contou com a presença do prefeito do município, da secretária de Finanças, Jucy, e do GMC Lourenço.

Na ocasião, a comitiva foi recebida pelo conselheiro Manoel Pires. Além disso, participaram da reunião o chefe de gabinete da 1ª Relatoria, Flávio, e a técnica do **TCE**, Wellane.

O encontro teve como objetivo promover diálogo e alinhamento entre o município e o **Tribunal de Contas**. Nesse sentido, a gestão municipal buscou fortalecer a relação institucional com os órgãos de fiscalização.

Na ocasião, a comitiva foi recebida pelo conselheiro Manoel Pires. Além disso, participaram da reunião o chefe de gabinete da 1ª Relatoria, Flávio, e a técnica do **TCE**, Wellane.

O encontro teve como objetivo promover diálogo e alinhamento entre o município e o **Tribunal de Contas**. Nesse sentido, a gestão municipal buscou fortalecer a relação institucional com os órgãos de fiscalização.

Além disso, a visita reforça a importância da cooperação entre os poderes para garantir maior eficiência administrativa. Portanto, a iniciativa contribui para ampliar a transparência na gestão pública.

Durante a agenda, representantes do município destacaram o compromisso da administração com responsabilidade fiscal e eficiência nos serviços públicos.

Por outro lado, a aproximação com o Tribunal também permite esclarecer orientações técnicas relacionadas à administração municipal. Assim, o município busca aprimorar processos e fortalecer a legalidade das ações.

O **Tribunal de Contas do Estado** exerce papel fundamental no acompanhamento das gestões públicas municipais. Dessa forma, o diálogo entre os gestores e o órgão fiscalizador contribui para prevenir falhas administrativas.

Durante a agenda, representantes do município destacaram o compromisso da administração com responsabilidade fiscal e eficiência nos serviços públicos.

Por outro lado, a aproximação com o Tribunal também permite esclarecer orientações técnicas relacionadas à administração municipal. Assim, o município busca aprimorar processos e fortalecer a legalidade das ações.

O **Tribunal de Contas do Estado** exerce papel fundamental no acompanhamento das gestões públicas municipais. Dessa forma, o diálogo entre os gestores e o órgão fiscalizador contribui para prevenir falhas administrativas.

Além disso, as reuniões institucionais permitem maior integração técnica entre as equipes. Com isso, os municípios conseguem alinhar procedimentos e garantir mais segurança administrativa.

A Prefeitura de Rio dos Bois destacou que continuará mantendo diálogo com instituições de controle e fiscalização. Nesse contexto, a gestão afirma que a transparência segue como uma das prioridades da administração municipal.

Ao final, o município ressaltou que ações institucionais como essa fortalecem a credibilidade da gestão pública e contribuem para uma administração mais eficiente e responsável.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/12/rio-dos-bois-reforca-dialogo-institucional-com-visita-ao-tce/>

Ministros do STJ participam de evento no Tocantins sobre IA e improbidade administrativa

Notícias do **Tocantins** - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** vai reunir, em um único evento, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça para discutir temas que estão no centro das decisões públicas no país: improbidade administrativa e o avanço da inteligência artificial no Judiciário.

As inscrições já estão abertas para o ciclo de palestras, que será realizado na próxima segunda-feira, 18 de maio, no auditório do **TCETO**, em Palmas, das 9h às 12h. Com o tema "Administração Pública e Inteligência Artificial no STJ", o encontro deve atrair gestores públicos, operadores do Direito e profissionais interessados nas transformações que impactam diretamente a gestão pública.

O evento terá como destaque a presença dos ministros Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela, que irão apresentar, de forma prática e atualizada, como o Judiciário tem enfrentado desafios jurídicos e tecnológicos que refletem na atuação de estados e municípios.

Teodoro Silva Santos abordará um dos temas mais sensíveis da administração pública: a exigência de dolo para a caracterização de atos de improbidade administrativa. A palestra vai detalhar as mudanças recentes na legislação e o entendimento consolidado dos tribunais, ponto que tem impacto direto na responsabilização de agentes públicos.

Já Afrânio Vilela vai apresentar a experiência do STJ na utilização da inteligência artificial, trazendo exemplos concretos de como a tecnologia tem sido aplicada para dar mais eficiência à análise de processos e à gestão institucional. O tema ganha relevância diante do crescimento do uso de ferramentas digitais no setor público.

Para o presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, a realização do evento marca um momento de aproximação entre órgãos de controle, Judiciário e inovação. "Receber ministros do STJ representa uma oportunidade singular para debater temas tão sensíveis quanto a improbidade administrativa e o uso da inteligência artificial. Esse alinhamento institucional reafirma o compromisso do Tribunal com a excelência

na gestão pública", destacou.

Além do conteúdo técnico, o evento se consolida como espaço estratégico de atualização e troca de experiências, em um momento em que decisões jurídicas e avanços tecnológicos vêm redesenhando a forma como o poder público atua.

As inscrições podem ser feitas gratuitamente, com vagas limitadas. Faça a inscrição [AQUI](#).

Site: <https://afnoticias.com.br/vida-sociedade/tceto-abre-inscricoes-para-palestras-com-ministros-do-stj-sobre-improbidade-administrativa-e-ia>

Exames de raio-X secando em varal revelam cenário caótico na saúde municipal do Tocantins

Notícias do **Tocantins** - Uma cena improvável, registrada em frente à recepção de um hospital público no interior do **Tocantins**, sintetiza o cenário encontrado por auditores do **Tribunal de Contas do Estado**: exames de raios X pendurados em um varal, expostos ao ar livre. O caso foi flagrado durante fiscalização surpresa no Hospital Municipal de Pequeno Porte Dr. Frederico Nunes da Silva, em Natividade, e passou a integrar a lista de achados do projeto **TCE** de Olho.

A inspeção ocorreu entre os dias 5 e 9 de maio e marca um novo avanço da força-tarefa, que já alcançou 20 unidades hospitalares desde o início das ações, em 2025. Só em 2026, foram 14 hospitais vistoriados.

Em Natividade, a equipe da Coordenadoria de Auditorias Especiais percorreu todos os setores da unidade durante dois dias. Foram avaliados desde consultórios médicos até áreas críticas, como salas de estabilização e atendimento de urgência. Também entraram na análise os espaços de enfermagem, curativos, repouso médico e as condições dos banheiros utilizados por pacientes e servidores.

A fiscalização foi além da estrutura física. Ambulâncias, farmácia, funcionamento de equipamentos e rotinas do serviço social passaram por verificação. No centro cirúrgico, onde houve ampliação das cirurgias eletivas neste ano, os técnicos acompanharam de perto as condições de funcionamento. Profissionais de saúde, gestores e usuários foram ouvidos de forma reservada, contribuindo com relatos sobre a qualidade do atendimento.

Pindorama entra no radar

Na sequência, na quinta-feira, 7 de maio, foi a vez do Hospital Benedito Oliveira Costa, em Pindorama, receber a visita sem aviso prévio. A unidade, inaugurada em 2022, tornou-se a 20ª fiscalizada pelo projeto.

Apesar da estrutura mais recente, a vistoria foi minuciosa. Os auditores analisaram atendimentos

ambulatoriais, urgência e emergência, serviços de parto e pequenas cirurgias, além de áreas especializadas como laboratório clínico, diagnóstico por imagem e atendimento domiciliar.

A inspeção incluiu ainda a conferência de documentos, protocolos assistenciais, condições dos leitos, funcionamento de equipamentos, situação das ambulâncias e controle de medicamentos. A equipe também verificou o armazenamento e o quantitativo de insumos, além das instalações da farmácia.

Próximos passos

Com a coleta de dados concluída, os técnicos irão elaborar um relatório preliminar apontando possíveis irregularidades. O material será encaminhado à Quarta Relatoria do tribunal, sob responsabilidade do conselheiro **Severiano Costandrade**, que poderá determinar providências.

Coordenador da Coaes, Saulo Sousa destacou o alcance da iniciativa. "De um total de 30 unidades no estado, chegamos ao 20º hospital fiscalizado, número que representa dois terços dessas unidades. O objetivo continua o mesmo: buscar melhorias na saúde pública de forma consensual com os gestores, corrigindo eventuais problemas identificados", afirmou.

As fiscalizações do **TCE** de Olho têm como foco identificar falhas na prestação dos serviços e pressionar por ajustes imediatos, com impacto direto no atendimento oferecido à população.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/tce-de-olho-alcanca-marca-de-20-hospitais-municipais-fiscalizados-no-tocantins>

Destques Daqui

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/12/TVANHANGUER>

APALMASAFGLOBOTO-06.14.17-06.18.21-

1778595638.mp4

Eduardo investiu mais na cidade, em termos relativos, do que Wanderlei no Estado, apesar do governo ter realizado mais receitas correntes. Nas redes, entretanto, oposição impulsiona falta de obras registradas no RREO

O prefeito Eduardo Siqueira (Podemos) tem enfrentado uma carga crítica de intensidade e frequência que contrariam os números da administração. Deduzo ser muito pela medida das redes sociais que valorizam mais a possibilidade do mal que a imagem do bem.

Mesmo antes do blog (no Jornal do **Tocantins** onde fui editor executivo, editorialista e colunista político por mais de uma década), nunca tive uma relação amistosa com o siqueirismo.

É extensa a lista de divergências sobre projetos siqueiristas (o arquivo do JTo e do Blog estão aí).

Não só políticos, mas administrativos. Embates que não tiveram consequências maiores porque apontava a obra e não a criatura. Estou no mesmo lugar. Siqueira disso entendia.

Além do mais, eu não era empregado do governo. Coordenava a redação do maior jornal privado do Estado (do maior grupo de comunicação do Centro-Oeste) e era servidor concursado da Caixa (chefe da assessoria de comunicação da Caixa Goiás/**Tocantins**) do concurso de 80. Antes do Estado.

O problema, agora, é outro: não se pode apontar acertos dos siqueiristas como lá não se aceitava indicar seus equívocos. Se não deitar a lenha, está comprado.

Pois bem! O questionamento circunstancial a Eduardo (filho e um dos maiores influenciadores nos governos de Siqueira) - na forma e intensidade em que atualmente se dão - parecem inverter o processo: condenar Eduardo antes que MPE, **TCE** e TJ o denunciem. E que não fizeram com Siqueira. Agora o

fazem contra o filho após sua morte. Seria falsidade lá ou aqui?

É uma variação política em ano eleitoral. Não há algo semelhante contra o Governo estadual que enfrenta problemas maiores.

Problemas administrativos são naturais em qualquer administração. Caso contrário, não seria preciso de um administrador.

Eduardo parece enfrentar um terceiro turno de uma eleição que derrotou seus adversários praticamente sozinho. Sem recursos e tempo de tv.

Mas agora tem maioria na Câmara. Processo legislativo perfeito. Executivo encaminha, Legislativo aprecia. E pronto. Se houver inconstitucionalidade, aciona-se o Judiciário.

Do ponto de vista administrativo, uma comparação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (publicados no DO) do governo e da prefeitura, a situação imporia mudança de leitura.

Eduardo aplicou em obras na cidade no 1º bimestre de 2026 (relatório publicado em abril/26) 11,9% do previsto para o ano. O governo só 7,1%. Apesar de Eduardo ter menos receitas correntes: 16,2% do projetado para o ano, contra 17,6% do Palácio.

O governo teve também mais transferências: 19,1% do previsto, a prefeitura apenas 17,5%. Na arrecadação de impostos, a situação é pior: a prefeitura arrecadou 16,8% do previsto, o governo apenas 7,1%.

A prefeitura executou, sim, no período, mais despesas correntes do que o governo: 21,2% contra 18,4% do projetado do governo. E comprometeu mais com

salários: 17,1% do programado para o ano, contra apenas 15,9% do Executivo estadual. Mas teve mais receitas correntes e mais impostos.

Tanto governo e prefeitura tem até o próximo dia 30 de maio para publicar o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre.

Mas está claro o desempenho de ambos. Os vereadores deveriam unir-se para cobrar do governo o Hospital Municipal da cidade.

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/eduardo-investiu-mais-na-cidade-em-termos-relativos-do-que-wanderlei-no-estado-apesar-do-governo-ter-realizado-mais-receitas-correntes-nas-redes-entretanto-oposicao-impulsiona-falta-de-obras-registradas-no-rreo/54069>

TCETO abre inscrições para palestras com ministros do STJ sobre improbidade e inteligência artificial

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** está com inscrições abertas para um ciclo de palestras com ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O evento será realizado no dia 18 de maio, das 9h às 12h, no auditório do Tribunal, em Palmas.

Além disso, a programação abordará dois temas centrais da administração pública contemporânea: improbidade administrativa e o uso da inteligência artificial no Judiciário. Dessa forma, o encontro oferecerá atualização técnica para gestores públicos, servidores e profissionais do Direito.

Ministros do STJ discutirão improbidade administrativa e inteligência artificial

O ministro Teodoro Silva Santos apresentará a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa". Durante a exposição, ele analisará as mudanças legislativas recentes e a consolidação da jurisprudência sobre o tema.

Na sequência, o ministro Afrânio Vilela falará sobre "A experiência do Superior Tribunal de Justiça na utilização da inteligência artificial". Assim, o magistrado mostrará aplicações práticas da tecnologia na gestão institucional e na atividade jurisdicional.

Presidente do **TCETO** destaca importância do evento

Segundo o presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, a iniciativa fortalece a integração entre os órgãos de controle externo, o Poder Judiciário e as inovações tecnológicas.

Além disso, ele ressaltou que a presença dos ministros representa uma oportunidade para discutir temas sensíveis e, ao mesmo tempo, reafirma o compromisso do Tribunal com a excelência na gestão pública.

Como fazer a inscrição

Os interessados podem garantir participação por meio do formulário disponibilizado pelo **Tribunal de Contas**.

Faça sua inscrição no site do **TCETO**

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/11/tceto-abre-inscricoes-para-palestras-com-ministros-do-stj-sobre-improbidade-e-inteligencia-artificial/>

TCE de Olho no Futuro realiza escutas sociais em Arraias e Combinado nesta semana

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** dará continuidade, nos dias 12 e 13 de maio, às ações do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. Dessa forma, a iniciativa promoverá escutas sociais nos municípios de Arraias e Combinado.

As atividades têm como foco ouvir famílias com crianças de 0 a 6 anos. Além disso, os encontros buscam identificar desafios, necessidades e oportunidades de melhoria nas políticas públicas voltadas à primeira infância. Assim, o programa amplia a participação da comunidade e aproxima o poder público da realidade local.

Em Arraias, a escuta social ocorrerá no dia 12 de maio, na Escola Municipal Lívia Lorene Bueno Maia, das 9h às 12h. Já em Combinado, a ação será realizada no dia 13 de maio, no ETI Girassol Combinado, também no mesmo horário.

As atividades têm como foco ouvir famílias com crianças de 0 a 6 anos. Além disso, os encontros buscam identificar desafios, necessidades e oportunidades de melhoria nas políticas públicas voltadas à primeira infância. Assim, o programa amplia a participação da comunidade e aproxima o poder público da realidade local.

Em Arraias, a escuta social ocorrerá no dia 12 de maio, na Escola Municipal Lívia Lorene Bueno Maia, das 9h às 12h. Já em Combinado, a ação será realizada no dia 13 de maio, no ETI Girassol Combinado, também no mesmo horário.

Com o tema "Construindo o futuro, família por família", o programa percorre 12 municípios selecionados. Ao mesmo tempo, o **TCETO** promove diálogo direto com a população e reúne informações para elaborar um Plano de Ação Intersetorial adaptado às necessidades de cada cidade.

A proposta fortalece áreas essenciais, como saúde, educação, assistência social, alimentação e proteção da primeira infância. Dessa maneira, o projeto estimula uma atuação colaborativa, preventiva e mais eficiente em favor das crianças.

Até agora, o programa já passou por Recursolândia, Centenário, Piraquê, Xambioá, Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima. Com isso, a iniciativa consolida uma atuação cada vez mais próxima das famílias tocaninenses.

Além de Arraias e Combinado, o cronograma prevê encontros em Aparecida do Rio Negro, no dia 25 de maio; Lagoa do **Tocantins**, em 8 de junho; Couto Magalhães, em 15 de junho; e Colmeia, em 16 de junho.

A proposta fortalece áreas essenciais, como saúde, educação, assistência social, alimentação e proteção da primeira infância. Dessa maneira, o projeto estimula uma atuação colaborativa, preventiva e mais eficiente em favor das crianças.

Até agora, o programa já passou por Recursolândia, Centenário, Piraquê, Xambioá, Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima. Com isso, a iniciativa consolida uma atuação cada vez mais próxima das famílias tocaninenses.

Além de Arraias e Combinado, o cronograma prevê encontros em Aparecida do Rio Negro, no dia 25 de maio; Lagoa do **Tocantins**, em 8 de junho; Couto Magalhães, em 15 de junho; e Colmeia, em 16 de junho.

Além do Governo do Estado do **Tocantins**, o programa conta com a participação do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE), UNICEF, Energisa, BRK e Hospital de Amor. Dessa forma, a iniciativa reúne diferentes instituições em torno da proteção da primeira infância.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/11/tce-de-olho-no-futuro-realiza-escutas-sociais-em-arraias-e-combinado-nesta-semana/>

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins (Cidades)

Ascom TCE Tocantins | Foto: Divulgação

O projeto **TCE** de Olho, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, alcançou a marca de 20 hospitais municipais de pequeno porte fiscalizados desde o início das ações, em 2025. Entre os dias 5 e 9 de maio, a Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizou novas vistorias nas unidades hospitalares de Natividade e Pindorama.

Uma cena curiosa chamou a atenção da equipe técnica ao chegar para a fiscalização no hospital municipal de pequeno porte Dr. Frederico Nunes da Silva, em Natividade, no fim da tarde da última terça-feira, 5: exames de raios X estavam pendurados em um varal, em espaço aberto, em frente à recepção da unidade.

Situações como essa fazem parte dos achados identificados durante as fiscalizações surpresas do projeto **TCE** de Olho, que busca verificar falhas na prestação dos serviços de saúde e colaborar com o fortalecimento da gestão pública para garantir atendimento digno à população.

A vistoria em Natividade ocorreu durante dois dias. A equipe percorreu todas as dependências da unidade, incluindo consultórios médicos, salas de classificação de risco, atendimento a pacientes críticos, estabilização, curativos, enfermagem, repouso médico e as condições dos banheiros destinados a usuários e servidores. Também foram avaliadas as ambulâncias, a farmácia, a manutenção de equipamentos e realizados levantamentos junto ao serviço social.

Os técnicos ainda acompanharam detalhadamente o centro cirúrgico, onde a unidade passou a investir, em 2025, na ampliação das cirurgias eletivas. Durante a fiscalização, médicos, gestores e usuários também foram ouvidos de forma reservada para contribuir com informações sobre a qualidade dos serviços prestados.

Na quinta-feira, 7, foi a vez do hospital Benedito Oliveira Costa, em Pindorama, passar por vistoria surpresa, tornando-se a 20ª unidade hospitalar fiscalizada pelo projeto.

Inaugurado em 2022, o hospital possui estrutura ampla e foi analisado minuciosamente pela equipe técnica, que vistoriou setores como atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência, parto, pequenas cirurgias, além de serviços especializados como laboratório clínico, diagnóstico por imagem e atendimento domiciliar.

Além da estrutura física, a fiscalização avaliou documentos relacionados a protocolos e processos de atendimento, condições dos leitos, equipamentos, ambulâncias, armazenamento e quantitativo de medicamentos, instalações da farmácia, além de ouvir profissionais de saúde e usuários.

Com os dados coletados, o próximo passo será a elaboração de análise preliminar com possíveis irregularidades encontradas, posteriormente encaminhada à Quarta Relatoria, sob responsabilidade do conselheiro **Severiano Costandrade**.

Desde o início do projeto, em 2025, o **TCETO** já fiscalizou 20 hospitais municipais de pequeno porte, sendo 14 apenas em 2026. "De um total de 30 unidades no estado, chegamos ao 20º hospital fiscalizado, número que representa dois terços dessas unidades. O objetivo continua o mesmo: buscar melhorias na saúde pública de forma consensual com os gestores, corrigindo eventuais problemas identificados", destacou o coordenador da Coaes, Saulo Sousa.

"De um total de 30 unidades no estado, chegamos ao 20º hospital fiscalizado, número que representa dois terços dessas unidades. O objetivo continua o mesmo: buscar melhorias na saúde pública de forma consensual com os gestores, corrigindo eventuais problemas identificados",

Tags: Fiscalização Hospitais Municipais saúde pública
Tocantins Tribunal de Contas

Fiscalização

Hospitais Municipais

saúde pública

Tocantins

Tribunal de Contas

Site: <https://portaldoamaral.com.br/tce-de-olho-alcanca-marca-de-20-hospitais-municipais-fiscalizados-no-tocantins/>

TCE de Olho alcança marca de 20 hospitais municipais fiscalizados no Tocantins

Redação

O projeto **TCE** de Olho, do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, alcançou a marca de 20 hospitais municipais de pequeno porte fiscalizados desde o início das ações, em 2025. Entre os dias 5 e 9 de maio, a Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizou novas vistorias nas unidades hospitalares de Natividade e Pindorama.

Uma cena curiosa chamou a atenção da equipe técnica ao chegar para a fiscalização no hospital municipal de pequeno porte Dr. Frederico Nunes da Silva, em Natividade, no fim da tarde da última terça-feira, 5: exames de raios X estavam pendurados em um varal, em espaço aberto, em frente à recepção da unidade.

Situações como essa fazem parte dos achados identificados durante as fiscalizações surpresas do projeto **TCE** de Olho, que busca verificar falhas na prestação dos serviços de saúde e colaborar com o fortalecimento da gestão pública para garantir atendimento digno à população.

A vistoria em Natividade ocorreu durante dois dias. A equipe percorreu todas as dependências da unidade, incluindo consultórios médicos, salas de classificação de risco, atendimento a pacientes críticos, estabilização, curativos, enfermagem, repouso médico e as condições dos banheiros destinados a usuários e servidores. Também foram avaliadas as ambulâncias, a farmácia, a manutenção de equipamentos e realizados levantamentos junto ao serviço social.

Foto: **TCE/TO**

Os técnicos ainda acompanharam detalhadamente o centro cirúrgico, onde a unidade passou a investir, em 2025, na ampliação das cirurgias eletivas. Durante a fiscalização, médicos, gestores e usuários também foram ouvidos de forma reservada para contribuir com informações sobre a qualidade dos serviços prestados.

Na quinta-feira, 7, foi a vez do hospital Benedito Oliveira Costa, em Pindorama, passar por vistoria surpresa, tornando-se a 20ª unidade hospitalar fiscalizada pelo projeto.

Inaugurado em 2022, o hospital possui estrutura ampla

e foi analisado minuciosamente pela equipe técnica, que vistoriou setores como atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência, parto, pequenas cirurgias, além de serviços especializados como laboratório clínico, diagnóstico por imagem e atendimento domiciliar.

Além da estrutura física, a fiscalização avaliou documentos relacionados a protocolos e processos de atendimento, condições dos leitos, equipamentos, ambulâncias, armazenamento e quantitativo de medicamentos, instalações da farmácia, além de ouvir profissionais de saúde e usuários.

Com os dados coletados, o próximo passo será a elaboração de análise preliminar com possíveis irregularidades encontradas, posteriormente encaminhada à Quarta Relatoria, sob responsabilidade do conselheiro **Severiano Costandrade**.

Desde o início do projeto, em 2025, o **TCETO** já fiscalizou 20 hospitais municipais de pequeno porte, sendo 14 apenas em 2026. "De um total de 30 unidades no estado, chegamos ao 20º hospital fiscalizado, número que representa dois terços dessas unidades. O objetivo continua o mesmo: buscar melhorias na saúde pública de forma consensual com os gestores, corrigindo eventuais problemas identificados", destacou o coordenador da Coaes, Saulo Sousa.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/11/tce-de-olho-alcanca-marca-de-20-hospitais-municipais-fiscalizados-no-tocantins>

Tribunal de Contas encontra irregularidades em hospital de Miranorte e pede providências

Andressa Ribeiro

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou 22 irregularidades no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte, na região central do estado. Após fiscalização, o órgão determinou que o prefeito Leandro Mota Barbosa Teles (PL) e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, apresentem, em até 15 dias úteis, um plano de ação para corrigir os problemas encontrados.

Entre as principais irregularidades identificadas está o abandono de equipamentos essenciais comprados com recursos públicos. Segundo o relatório, uma autoclave, um gerador de energia e um aparelho de raio-X adquiridos em 2016 estão sem funcionamento há cerca de 10 anos.

O DAQUI solicitou posicionamento para o município e Fundo Municipal de Saúde, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

A fiscalização também encontrou uma lavadora e secadora hospitalar de grande porte, comprada em 2024, sem uso. Com isso, os enxovais do hospital são secos em varais a céu aberto.

De acordo com o **TCETO**, a falta do aparelho de raio-X obriga pacientes a buscarem atendimento em Miracema, até mesmo para exames simples, o que sobrecarrega a rede regional e pode atrasar diagnósticos. Já a autoclave inoperante compromete a esterilização de materiais e aumenta o risco de infecções.

O relatório aponta ainda sobrecarga no atendimento médico. Conforme a vistoria, o hospital realiza mais de 100 atendimentos por dia com apenas um médico de plantão.

Outras irregularidades identificadas incluem:

Reforma inacabada do centro cirúrgico;

Ambulâncias com problemas mecânicos e sem vistoria do Detran;

Falhas no controle de estoque de medicamentos;

Ausência de alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária;

Necessidade de reformas na estrutura do prédio.

Diante das irregularidades, o **TCETO** determinou o envio do relatório ao Ministério Público do **Tocantins (MPTO)** para adoção das medidas cabíveis. O tribunal informou que poderá realizar uma nova vistoria caso as correções não sejam comprovadas.

Apesar dos problemas, a fiscalização destacou algumas práticas consideradas positivas, como o uso de ponto eletrônico para médicos, triagem com classificação de risco, identificação de pacientes nos leitos e presença de farmacêuticos durante todo o funcionamento da farmácia.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/geral/tribunal-de-contas-encontra-irregularidades-em-hospital-de-miranorte-e-pede-providencias-1.3408456>

TCE-TO revela equipamentos abandonados há uma década e determina medidas urgentes em hospital de Miranorte

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/11/RDIOPARASOFM104FM-10.39.30-10.41.47-1778516158.mp3>

TCETO aponta falhas graves em hospital de Miranorte após encontrar raio-X parado há 10 anos e cobra correções imediatas

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** determinou que a Prefeitura de Miranorte e a gestão do Fundo Municipal de Saúde apresentem, em até 15 dias úteis, um plano de ação para corrigir falhas identificadas no Hospital Municipal de Pequeno Porte da cidade. A decisão consta no Despacho nº 309/2026, relacionado ao Procedimento Apuratório Preliminar nº 1878/2026, instaurado após vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 12 e 13 de abril, dentro do projeto **TCE de Olho**.

Segundo o documento, a fiscalização avaliou a estrutura e os serviços prestados na unidade, incluindo disponibilidade de profissionais de saúde, medicamentos, exames, ambulâncias, leitos, cirurgias eletivas e qualidade do atendimento oferecido à população.

Entre os principais problemas apontados pela equipe técnica está a existência de equipamentos adquiridos há cerca de dez anos e que permanecem sem funcionamento. Conforme o relatório, uma autoclave, um gerador de energia elétrica e um aparelho de raio-X, comprados em 2016, seguem inoperantes. Também foi identificado que uma lavadora/secadora de grande porte, adquirida em 2024, ainda não está sendo utilizada.

No caso do aparelho de raio-X, o despacho destaca que moradores de Miranorte precisam ser encaminhados para Miracema até mesmo para exames de baixa complexidade. De acordo com a análise técnica, a situação pode provocar atrasos em diagnósticos, agravar quadros clínicos e aumentar a sobrecarga na rede regional de saúde.

A vistoria também apontou que a autoclave parada compromete o processamento adequado de materiais hospitalares, elevando riscos relacionados à segurança dos pacientes. Já o gerador sem funcionamento pode prejudicar a operação de equipamentos essenciais em casos de queda de energia.

Outro ponto registrado pela fiscalização foi a secagem de enxovais hospitalares em varais a céu aberto,

apesar da existência de uma lavadora/secadora industrial sem uso na unidade.

Ao todo, os técnicos listaram 22 achados durante a inspeção. Entre eles estão a necessidade de conclusão da reforma do centro cirúrgico, ausência de canais para sugestões e reclamações da população, falhas no controle de estoque de medicamentos, falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios, necessidade de atualização de protocolos clínicos, problemas em ambulâncias e ausência de vistoria do Detran nos veículos.

O relatório também aponta necessidade de melhorias estruturais no hospital, atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e ausência de alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária.

O despacho, assinado pelo conselheiro substituto Leondiniz Gomes, também determinou o envio da análise preliminar ao Ministério Público do **Tocantins (MPTO)**, para conhecimento e eventual adoção de medidas relacionadas ao desuso prolongado dos equipamentos públicos adquiridos para a unidade de saúde.

Outro ponto que será tratado em procedimento específico pelo Corpo Especial de Auditores do **Tribunal de Contas** é a sobrecarga dos profissionais de saúde. Segundo o documento, o hospital realiza mais de 100 atendimentos por dia e conta com apenas um médico de plantão, situação que, de acordo com a análise, pode comprometer a qualidade dos diagnósticos e tratamentos oferecidos aos pacientes.

Apesar das irregularidades, a equipe de fiscalização também registrou práticas consideradas positivas no hospital, como o uso de ponto eletrônico para controle da frequência médica, identificação dos pacientes nos leitos, sistema de triagem por classificação de risco e atuação de farmacêuticos durante todo o funcionamento da farmácia.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar os documentos apresentados pela gestão municipal. O despacho também prevê a

possibilidade de uma nova vitória na unidade para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

O inteiro teor do Despacho nº 309/2026 foi disponibilizado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <https://soudepalmas.com.br/cidades/tceto-aponta-falhas-graves-em-hospital-de-miranorte-apos-encontrar-raio-x-parado-ha-10-anos-e-cobra-correcoes-imediatas>

TCE recebe ministros do STJ para debater inteligência artificial e improbidade

Da Redação com informações do TCE-TO

Estão abertas as inscrições para o ciclo de palestras do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, que trará ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a Palmas na próxima segunda-feira, 18. O evento, que ocorre das 9h às 12h no auditório do órgão, contará com a participação dos ministros Teodoro Silva Santos e Afrânio Vilela para debater temas como improbidade administrativa e os impactos da inteligência artificial no Judiciário e na gestão pública contemporânea.

O ministro Teodoro Silva Santos ministrará a palestra "A exigência do dolo para caracterizar ato de improbidade administrativa", abordando as recentes alterações legislativas e a consolidação jurisprudencial sobre o tema, considerado de grande relevância para gestores e operadores do Direito.

Já o ministro Afrânio Vilela apresentará a palestra "A experiência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na utilização da inteligência artificial", trazendo perspectivas práticas sobre a inovação tecnológica aplicada à gestão institucional e à atividade jurisdicional.

Para o presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, o evento representa um importante avanço institucional na integração entre os órgãos de controle externo, o Poder Judiciário e as inovações tecnológicas. "Receber ministros do STJ, além de ser uma honra para o Tribunal, representa uma oportunidade singular para debater temas tão sensíveis quanto a improbidade administrativa e o uso da inteligência artificial. Esse alinhamento institucional reafirma o compromisso do **Tribunal de Contas** com a excelência na gestão pública", destacou.

Faça a inscrição aqui .

Site: <https://t1noticias.com.br/cidades/tce-recebe-ministros-do-stj-para-debater-inteligencia-artificial-e-improbidade/141474/>

Câmara de Palmas rebate MP, cita selo do TCE e diz que gastos da Codap estão disponíveis em portal

Samir Leão

A Câmara de **Palmas** reagiu à recomendação do Ministério Público do **Tocantins** sobre a falta de publicidade de documentos ligados à Cota de Despesas da Atividade Parlamentar (Codap) e afirmou que os gastos dos vereadores estão disponíveis em sistema oficial de transparência mantido pela Casa.

Em nota encaminhada ao Jornal Opção **Tocantins** após a publicação da recomendação da 22ª Promotoria de Justiça da Capital, o Legislativo municipal sustentou que a Codap possui natureza indenizatória e é utilizada exclusivamente para custear atividades parlamentares. A Câmara também afirmou que o mecanismo existe em diferentes esferas do Legislativo brasileiro e possui "amparo legal e constitucional amplamente reconhecido".

A resposta ocorre após o Ministério Público apontar que notas fiscais, recibos e documentos comprobatórios ligados à verba parlamentar não estariam disponíveis de forma direta no Portal da Transparência da Câmara desde 2021, apesar da movimentação de mais de R\$ 2,2 milhões apenas no primeiro trimestre de 2025.

Na manifestação, a Câmara argumenta que a Codap é regulamentada internamente pelas resoluções nº 231/2023 e nº 245/2024, aprovadas pelo plenário da Casa. O Legislativo também citou ter recebido o Selo Ouro de Transparência concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, classificação usada pela Câmara para reforçar o compromisso institucional com a publicidade das despesas públicas.

Outro ponto apresentado pela Casa é que os dados relativos à verba parlamentar estariam disponíveis em sistema integrado ao portal da transparência, operado pela plataforma Prodata. A Câmara indicou endereço eletrônico específico para consulta das despesas indenizatórias dos vereadores.

A recomendação do Ministério Público, no entanto, questiona justamente a forma de disponibilização dessas informações. Segundo a Promotoria, a simples remissão a sistemas externos ou técnicos não substitui

a obrigação de manter, no próprio Portal da Transparência da Câmara, acesso direto, completo e simplificado aos documentos comprobatórios das despesas.

O Ministério Público também afirma que a publicidade apenas dos valores pagos ou empenhos realizados não seria suficiente para assegurar controle social efetivo sobre os gastos feitos pelos parlamentares por meio da Codap.

A recomendação expedida pela Promotoria orienta que a Câmara disponibilize notas fiscais, recibos, faturas e relatórios ligados às despesas parlamentares realizadas entre 2021 e 2025, com identificação de fornecedores, beneficiários e respectivos CPF ou CNPJ.

O legislativo terá prazo de dez dias úteis para informar as medidas adotadas. O Ministério Público registrou que eventual descumprimento poderá levar à adoção de medidas judiciais.

Leia também: Câmara de **Palmas** pagou R\$ 2,2 milhões em verba parlamentar sem divulgar notas fiscais em 2025, diz MP

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/politica/camara-de-palmas-rebate-mp-cita-selo-do-tce-e-diz-que-gastos-da-codap-estao-disponiveis-em-portal-588493/>

Hospital de Miranorte tem raio-X e outros equipamentos parados há 10 anos, aponta TCE-TO

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** identificou falhas estruturais e operacionais no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte, incluindo equipamentos comprados há quase uma década e nunca utilizados. Diante das irregularidades, a Corte determinou que o prefeito Leandro Mota Barbosa Teles e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, apresentem, em até 15 dias úteis, um plano detalhado para corrigir os problemas.

A decisão consta no Despacho nº 309/2026, da Primeira Relatoria, após vistoria realizada nos dias 12 e 13 de abril pela equipe técnica do tribunal, dentro do projeto de fiscalização **TCE** de Olho .

Equipamentos abandonados e impacto direto no atendimento

Entre os pontos mais críticos está o abandono de equipamentos essenciais adquiridos em 2016 e que seguem fora de operação. Um aparelho de raio-X, uma autoclave e um gerador de energia nunca foram colocados em funcionamento. A inspeção também encontrou uma lavadora e secadora hospitalar de grande porte, comprada em 2024, igualmente sem uso.

A ausência do raio-X obriga pacientes a se deslocarem para Miracema do **Tocantins** até mesmo para exames básicos. Segundo o tribunal, a situação pode atrasar diagnósticos, agravar doenças e aumentar a pressão sobre a rede regional de saúde.

Já a autoclave inoperante compromete a esterilização de materiais hospitalares, elevando riscos à segurança dos pacientes. O gerador parado também preocupa, pois pode afetar o funcionamento da unidade em caso de queda de energia.

Outro dado que chamou atenção da equipe técnica foi o uso de varais a céu aberto para secagem de roupas hospitalares, apesar da existência de equipamento adequado dentro da própria unidade.

22 problemas identificados

Ao todo, a fiscalização listou 22 irregularidades. Entre elas, estão a falta de conclusão da reforma do centro cirúrgico, falhas no controle de medicamentos, ausência de transparência sobre a disponibilidade de remédios, necessidade de atualização de protocolos clínicos e problemas em ambulâncias, incluindo falta de vistoria.

Também foram apontadas pendências estruturais e legais, como ausência de alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, além de inconsistências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Pressão sobre profissionais

A situação operacional também preocupa. O hospital registra mais de 100 atendimentos por dia com apenas um médico de plantão, cenário que, segundo o tribunal, pode comprometer a qualidade do atendimento e dos diagnósticos.

Caso será acompanhado e enviado ao MP

O despacho, assinado pelo conselheiro substituto Leondiniz Gomes, determina que o município apresente um plano de ação com medidas corretivas, responsáveis e prazos definidos.

O documento também foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do **Tocantins**, que poderá adotar providências, especialmente em relação ao longo período de abandono dos equipamentos.

Após a entrega do plano, a equipe técnica do tribunal fará nova análise e poderá realizar outra vistoria para verificar se as irregularidades foram corrigidas.

Boas práticas

Apesar dos problemas, a fiscalização também registrou pontos positivos, como o uso de ponto eletrônico para controle de médicos, identificação de pacientes nos leitos, sistema de triagem por classificação de risco e presença de farmacêuticos durante o funcionamento da unidade.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/hospital-de-miranorte-tem-raio-x-e-outros-equipamentos-parados-ha-10-anos-aponta-tce-to>

Sem raio-X, gerador e autoclave: Tribunal expõe colapso estrutural em hospital de Miranorte

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, por meio da Primeira Relatoria, determinou a intimação preliminar do prefeito de Miranorte, Leandro Mota Barbosa Teles, e do gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, para que apresentem, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação com medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para corrigir as falhas encontradas no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte.

A medida consta no Despacho nº 309/2026, referente ao Procedimento Apuratório Preliminar nº 1878/2026, instaurado após vistoria in loco realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), nos dias 12 e 13 de abril, dentro do projeto **TCE** de Olho. A fiscalização avaliou pontos como disponibilidade de profissionais de saúde, medicamentos, exames, ambulâncias, leitos, cirurgias eletivas e qualidade do atendimento prestado à população.

Entre os achados mais graves está a existência de equipamentos adquiridos há 10 anos e que permanecem sem funcionamento. A equipe técnica apontou que uma autoclave, um gerador de energia elétrica e um aparelho de raio-X, todos adquiridos em 2016, seguem inoperantes. Também foi identificada uma lavadora/secadora de grande porte, adquirida em 2024, sem uso.

No caso do raio-X, o despacho destaca que a população de Miranorte permanece privada da ampliação da capacidade diagnóstica da unidade, sendo necessário o deslocamento de pacientes para o município de Miracema, inclusive para exames de baixa complexidade. Segundo a análise, essa situação pode atrasar diagnósticos, agravar quadros clínicos e sobrecarregar a rede regional de saúde.

A fiscalização também apontou que a autoclave parada compromete o processamento adequado de materiais, aumentando riscos relacionados à segurança dos pacientes. Já o gerador sem funcionamento pode prejudicar a operação de equipamentos estratégicos em casos de interrupção de energia. Outro ponto destacado foi a secagem de enxovais hospitalares em varais a céu aberto, apesar

da existência de uma lavadora/secadora de grande porte na unidade.

Ao todo, a equipe técnica listou 22 achados, incluindo necessidade de conclusão da reforma do centro cirúrgico, inexistência de canais de comunicação para sugestões e reclamações, precariedade no controle de estoque de medicamentos, falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios, necessidade de atualização de protocolos clínicos, problemas em ambulâncias, ausência de vistoria do Detran nos veículos, necessidade de reforma na estrutura predial, ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, além de atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Despacho de nº.309/2026 da lavra do conselheiro substituto Leondiniz Gomes, em substituição ao titular da 1ª Relatoria, também determinou o envio de cópia da análise preliminar e do mencionado despacho ao Ministério Público Estadual do **Tocantins** (MPTO), para conhecimento e providências que entender pertinentes no âmbito de sua esfera de atuação, quanto aos apontamentos relacionados ao desuso prolongado dos equipamentos permanentes adquiridos para a unidade de saúde (Autoclave, Gerador de energia elétrica, Lavadora/secadora de grande porte e Aparelho de Raio-X).

Outro ponto que será tratado em procedimento específico e sob a responsabilidade do Corpo Especial de Auditores do **Tribunal de Contas**, em observância ao parágrafo único, do artigo 9, da Instrução Normativa de nº. 5/2002, foi a constatação de sobrecarga dos profissionais de saúde. Segundo o documento, o hospital realiza, em média, mais de 100 atendimentos diários, contando com apenas um médico de plantão, situação que pode comprometer a qualidade dos diagnósticos e dos tratamentos ofertados aos pacientes.

Apesar das falhas, a vistoria também registrou boas práticas na unidade, como o uso de ponto eletrônico para controle da frequência dos médicos, identificação dos pacientes nos leitos, sistema de triagem com classificação por cores e atuação de farmacêuticos

durante todo o período de funcionamento da farmácia.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

O inteiro teor do Despacho nº.309/2026 pode ser conferido no anexo.

Fotos: Luiz Henrique Machado /Ascom **TCETO**

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/sem-raio-x-gerador-e-autoclave-tribunal-expoe-colapso-estrutural-em-hospital-de-miranorte/>

Fiscalização De Olho do TCE identifica 22 irregularidades em hospital de Miranorte

or Luzirene Azevedo DRT 1205/TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, por meio da Primeira Relatoria, determinou a intimação preliminar do prefeito de Miranorte, Leandro Mota Barbosa Teles, e do gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, para que apresentem, no prazo de 15 dias úteis, um plano de ação com medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para corrigir as falhas encontradas no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte.

A medida consta no Despacho nº 309/2026, referente ao Procedimento Apuratório Preliminar nº 1878/2026, instaurado após vistoria in loco realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), nos dias 12 e 13 de abril, dentro do projeto **TCE** de Olho. A fiscalização avaliou pontos como disponibilidade de profissionais de saúde, medicamentos, exames, ambulâncias, leitos, cirurgias eletivas e qualidade do atendimento prestado à população.

Entre os achados mais graves está a existência de equipamentos adquiridos há 10 anos e que permanecem sem funcionamento. A equipe técnica apontou que uma autoclave, um gerador de energia elétrica e um aparelho de raio-X, todos adquiridos em 2016, seguem inoperantes. Também foi identificada uma lavadora/secadora de grande porte, adquirida em 2024, sem uso.

No caso do raio-X, o despacho destaca que a população de Miranorte permanece privada da ampliação da capacidade diagnóstica da unidade, sendo necessário o deslocamento de pacientes para o município de Miracema, inclusive para exames de baixa complexidade. Segundo a análise, essa situação pode atrasar diagnósticos, agravar quadros clínicos e sobrecarregar a rede regional de saúde.

A fiscalização também apontou que a autoclave parada compromete o processamento adequado de materiais, aumentando riscos relacionados à segurança dos pacientes. Já o gerador sem funcionamento pode prejudicar a operação de equipamentos estratégicos em casos de interrupção de energia. Outro ponto destacado foi a secagem de enxovais hospitalares em varais a céu aberto, apesar da existência de uma lavadora/secadora de grande

porte na unidade.

Lista de achados

Ao todo, a equipe técnica listou 22 achados, incluindo necessidade de conclusão da reforma do centro cirúrgico, inexistência de canais de comunicação para sugestões e reclamações, precariedade no controle de estoque de medicamentos, falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios, necessidade de atualização de protocolos clínicos, problemas em ambulâncias, ausência de vistoria do Detran nos veículos, necessidade de reforma na estrutura predial, ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, além de atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Despacho de nº.309/2026 da lavra do conselheiro substituto Leondiniz Gomes, em substituição ao titular da 1ª Relatoria, também determinou o envio de cópia da análise preliminar e do mencionado despacho ao Ministério Público Estadual do **Tocantins** (MPTO), para conhecimento e providências que entender pertinentes no âmbito de sua esfera de atuação, quanto aos apontamentos relacionados ao desuso prolongado dos equipamentos permanentes adquiridos para a unidade de saúde (Autoclave, Gerador de energia elétrica, Lavadora/secadora de grande porte e Aparelho de Raio-X).

Outro ponto que será tratado em procedimento específico e sob a responsabilidade do Corpo Especial de Auditores do **Tribunal de Contas**, em observância ao parágrafo único, do artigo 9, da Instrução Normativa de nº. 5/2002, foi a constatação de sobrecarga dos profissionais de saúde. Segundo o documento, o hospital realiza, em média, mais de 100 atendimentos diários, contando com apenas um médico de plantão, situação que pode comprometer a qualidade dos diagnósticos e dos tratamentos ofertados aos pacientes.

Boas práticas

Apesar das falhas, a vistoria também registrou boas práticas na unidade, como o uso de ponto eletrônico para controle da frequência dos médicos, identificação dos pacientes nos leitos, sistema de triagem com classificação por cores e atuação de farmacêuticos

durante todo o período de funcionamento da farmácia.

Após o recebimento do plano de ação, a COAES deverá analisar as informações e documentos apresentados. O despacho também autoriza, caso a equipe técnica entenda necessário, uma nova visita ao Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte para verificar se as medidas corretivas foram implementadas.

O inteiro teor do Despacho nº.309/2026 pode ser conferido no anexo.

Site: <https://folhacapital.com.br/geral/fiscalizacao-de-olho-do-tce-identifica-22-irregularidades-em-hospital-de-miranorte/>

MPTO e gestores da SES-TO e Semus definem medidas para reduzir óbito materno-infantil

Da Redação e MPTO

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) e gestores da Saúde do Estado (**SES-TO**) e do Município de **Palmas** (Semus) definiram nesta semana uma série de medidas integradas para a prevenção do óbito materno e infantil. A reunião, conduzida pela promotora de Justiça Araújo Cesárea, focou na estruturação de unidades, logística de transporte e qualificação do pré-natal.

Entre os avanços discutidos, destaca-se o cronograma da Casa de Parto Natural de **Palmas**, em construção na Quadra 104 Norte. A previsão é que a obra seja concluída em dezembro de 2026, com início das operações em fevereiro de 2027. O Ministério Público ressaltou a importância de planejar a composição do quadro de servidores em paralelo ao estágio final da obra para evitar atrasos no atendimento.

Redução de riscos e internações

A discussão abordou a celeridade na internação de gestantes de alto risco em leitos de UTI obstétrica. O MPTO requisitou informações sobre protocolos médicos que assegurem a prioridade dessas pacientes, visando evitar óbitos evitáveis. No âmbito logístico, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO) deve apresentar o plano de transferência entre cidades, com a confirmação da disponibilidade de UTIs móveis nas oito unidades regionais de saúde.

Monitoramento e Qualidade

A estratégia inclui o acompanhamento rigoroso do uso de aparelhos de ultrassonografia cedidos aos municípios para exames de pré-natal, reduzindo o deslocamento de gestantes por longas distâncias. Além disso, a SES-TO e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** trabalham na elaboração de um indicador de qualidade para os serviços de pré-natal prestados nos municípios tocantinenses.

A pauta também contemplou ações de combate à sífilis congênita e a necessidade de capacitação continuada para os profissionais que atuam na atenção primária em saúde, tanto na capital quanto no

interior.

Site:

<https://t1noticias.com.br/index%2ephp/estado/mpto-e-gestores-da-ses-to-e-semus-definem-medidas-para-reduzir-obito-materno-infantil/141427/>

MPE e gestores da Saúde alinham ações para reduzir mortalidade materna e infantil em Palmas

por Redação

O Ministério Público (MPE) conduziu nesta quarta-feira, 6, uma reunião com gestores da Saúde do Estado e de **Palmas** para tratar de medidas de prevenção ao óbito materno e infantil. O encontro foi conduzido pela promotora Araína Cesárea, titular da 27ª Promotoria de Justiça da Capital.

CASA DE PARTO NATURAL DE **PALMAS**

Um dos pontos tratados foi a Casa de Parto Natural de **Palmas**, que está em construção na Quadra 104 Norte, com previsão de ser concluída em dezembro deste ano e entrar em funcionamento em fevereiro de 2027. Sobre a unidade, a representante do MPE alertou para a necessidade de que a composição do quadro de servidores seja planejada em paralelo às obras, para que não ocasione atraso no funcionamento.

INTERNAÇÃO EM LEITOS DE UTI

A promotora colocou em discussão a demora na internação de gestantes de risco em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) obstétrica, um dos fatores que pode contribuir para a ocorrência de óbitos evitáveis. Diante disso, requisitou informações sobre a existência de um protocolo médico que oriente essas internações e que reconheça a prioridade das pacientes.

APARELHOS DE ULTRASSONOGRAFIA

Para evitar que gestantes sejam deslocadas por longas distâncias para exames de pré-natal, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) foi orientada a monitorar se aparelhos de ultrassonografia, cedidos a um grupo de municípios, foram instalados e estão sendo utilizados em todo o seu potencial.

TRANSPORTE DE PACIENTES

A Sesau também deve apresentar informações sobre a logística para a transferência de pacientes entre cidades, inclusive quanto à disponibilidade de UTIs móveis para este serviço. A informação inicial prestada

é que o serviço foi ampliado e que haverá UTIs móveis nas oito unidades regionais de saúde do Estado.

QUALIDADE DO PRÉ-NATAL

Foi informado que está sendo articulada, pela Sesau e **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, a elaboração de um indicador referente à qualidade dos serviços de pré-natal prestados nos municípios do **Tocantins**. As informações sobre esta iniciativa deverão ser compartilhadas com o Ministério Público. Diversos outros pontos entraram em discussão, como a necessidade de ações para o combate à sífilis congênita e de capacitação continuada de servidores da atenção primária em saúde.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/mpe-e-gestores-da-saude-alinham-acoes-para-reduzir-mortalidade-materna-e-infantil-em-palmas/>

Mortalidade materna e infantil: MP/TO cobra agilidade em internações e exames de pré-natal

Redação

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) conduziu, na quarta-feira, 6, uma extensa reunião com gestores da Saúde do Estado e do Município de **Palmas** para tratar de medidas de prevenção ao óbito materno e infantil. O diálogo foi conduzido pela promotora de Justiça Araújo Cesárea, titular da 27ª Promotoria de Justiça da Capital.

Um dos pontos tratados foi a Casa de Parto Natural de **Palmas**, que está em construção na Quadra 104 Norte, em **Palmas**, com previsão de ser concluída em dezembro deste ano e entrar em funcionamento em fevereiro de 2027.

Sobre a unidade, a representante do Ministério Público alertou para a necessidade de que a composição do quadro de servidores seja planejada em paralelo às obras, para que não ocasione atraso no funcionamento.

A promotora de Justiça colocou em discussão a demora na internação de gestantes de risco em leitos de UTI obstétrica, um dos fatores que pode contribuir para a ocorrência de óbitos evitáveis. Diante disso, requisitou informações sobre a existência de um protocolo médico que oriente essas internações e que reconheça a prioridade das pacientes.

Para evitar que gestantes sejam deslocadas por longas distâncias para exames de pré-natal, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) foi orientada a monitorar se aparelhos de ultrassonografia, cedidos a um grupo de municípios, foram instalados e estão sendo utilizados em todo o seu potencial.

A SES também deve apresentar informações sobre a logística para a transferência de pacientes entre cidades, inclusive quanto à disponibilidade de UTIs móveis para este serviço. A informação inicial prestada é que o serviço foi ampliado e que haverá UTIs móveis nas oito unidades regionais de saúde do Estado.

Foi informado que está sendo articulada, pela SES e **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, a elaboração de um indicador referente à qualidade dos serviços de

pré-natal prestados nos municípios do **Tocantins**. As informações sobre esta iniciativa deverão ser compartilhadas com o Ministério Público.

Diversos outros pontos entraram em discussão, como a necessidade de ações para o combate à sífilis congênita e de capacitação continuada de servidores da atenção primária em saúde.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/05/08/mortalidade-materna-e-infantil-mp-to-cobra-agilidade-em-internacoes-e-exames-de-pre-natal>

Prefeito de Combinado é alvo de investigação do MP por suspeita de usar dinheiro público em viagens pessoais e diárias irregulares

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) instaurou um Inquérito Civil Público para investigar possíveis irregularidades no pagamento de diárias ao prefeito de Combinado, Dione Mendes da Silva Azevedo, conhecido como Dione do Pastel. A investigação foi aberta pela 2ª Promotoria de Justiça de Arraias após denúncias envolvendo supostos gastos excessivos com viagens oficiais realizadas ao longo de 2025. A informação foi publicada na edição nº 2383 do Diário Oficial do Ministério Público, de segunda-feira, 4 de maio de 2026.

De acordo com a portaria do procedimento nº 2025.0018302, o gestor municipal teria recebido R\$ 42,9 mil em diárias referentes a 27 viagens realizadas nos primeiros dez meses do ano. Segundo o Ministério Público, a análise preliminar dos documentos apresentados identificou ausência de comprovação detalhada das agendas oficiais, além de indícios de que parte dos deslocamentos possa ter coincidido com interesses particulares do prefeito.

O MPTO afirma que há suspeitas de uso excessivo de diárias sem demonstração da real necessidade administrativa das viagens, o que pode indicar eventual desvio de finalidade no uso de recursos públicos. O órgão também apura indícios de utilização da máquina pública e custeio, pela Prefeitura, de deslocamentos relacionados a assuntos pessoais do gestor.

Na portaria, o Ministério Público ressalta que a percepção reiterada de diárias sem comprovação efetiva da finalidade pública pode configurar atos de improbidade administrativa previstos nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992, legislação que trata de enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação aos princípios da administração pública.

Segundo o promotor de Justiça Gustavo Schult Junior, responsável pelo caso, a investigação foi instaurada após o recebimento de informações consideradas minimamente consistentes para justificar a abertura do inquérito civil.

O Ministério Público destacou ainda que sua atuação busca garantir a correta aplicação das verbas públicas, bem como assegurar os princípios da moralidade, transparência e legalidade na administração municipal.

Entre as primeiras providências adotadas, a Promotoria determinou o envio de ofícios ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** para verificar a existência de auditorias ou inspeções relacionadas aos pagamentos de diárias efetuados pela Prefeitura de Combinado em 2025.

Também foram requisitados esclarecimentos ao setor de Controle Interno do município, incluindo cópias das prestações de contas, relatórios de viagens e documentos que demonstrem os critérios de fiscalização e aprovação das despesas investigadas.

Além disso, o prefeito Dione Mendes da Silva Azevedo deverá apresentar, no prazo de dez dias úteis, documentos comprobatórios sobre os destinos das viagens, meios de transporte utilizados, compromissos institucionais realizados e atividades desempenhadas durante os deslocamentos custeados com recursos públicos.

O procedimento foi comunicado ao Conselho Superior do Ministério Público e à Ouvidoria do MPTO, responsável pelo recebimento inicial da denúncia que originou a investigação.

Outro lado

A Agência **Tocantins** tentou contato com o prefeito Dione Mendes da Silva Azevedo, conhecido como Dione do Pastel, para comentar a investigação conduzida pelo Ministério Público do **Tocantins** sobre os gastos superiores a R\$ 42,9 mil em diárias referentes a 27 viagens realizadas nos primeiros dez meses do ano. No entanto, até a publicação desta reportagem, a equipe de jornalismo não havia conseguido contato com o gestor. O espaço permanece aberto para manifestação e

esclarecimentos.

Reportagem: Alessandro Ferreira / Agência Tocantins

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/107508/prefeito-de-combinado-e-alvo-de-investigacao-do-mp-por-suspeita-de-usar-dinheiro-publico-em-viagens-pessoais-e-diarias-irregulares>

MPTO e gestores da SES-TO e Semus definem medidas para reduzir óbito materno-infantil

Da Redação e MPTO

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) e gestores da Saúde do Estado (**SES-TO**) e do Município de **Palmas** (Semus) definiram nesta semana uma série de medidas integradas para a prevenção do óbito materno e infantil. A reunião, conduzida pela promotora de Justiça Araújo Cesárea, focou na estruturação de unidades, logística de transporte e qualificação do pré-natal.

Entre os avanços discutidos, destaca-se o cronograma da Casa de Parto Natural de **Palmas**, em construção na Quadra 104 Norte. A previsão é que a obra seja concluída em dezembro de 2026, com início das operações em fevereiro de 2027. O Ministério Público ressaltou a importância de planejar a composição do quadro de servidores em paralelo ao estágio final da obra para evitar atrasos no atendimento.

Redução de riscos e internações

A discussão abordou a celeridade na internação de gestantes de alto risco em leitos de UTI obstétrica. O MPTO requisitou informações sobre protocolos médicos que assegurem a prioridade dessas pacientes, visando evitar óbitos evitáveis. No âmbito logístico, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO) deve apresentar o plano de transferência entre cidades, com a confirmação da disponibilidade de UTIs móveis nas oito unidades regionais de saúde.

Monitoramento e Qualidade

A estratégia inclui o acompanhamento rigoroso do uso de aparelhos de ultrassonografia cedidos aos municípios para exames de pré-natal, reduzindo o deslocamento de gestantes por longas distâncias. Além disso, a SES-TO e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** trabalham na elaboração de um indicador de qualidade para os serviços de pré-natal prestados nos municípios tocantinenses.

A pauta também contemplou ações de combate à sífilis congênita e a necessidade de capacitação continuada para os profissionais que atuam na atenção primária em saúde, tanto na capital quanto no

interior.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/mpto-e-gestores-da-ses-to-e-semus-definem-medidas-para-reduzir-obito-materno-infantil/141427/>

TCE aponta equipamentos abandonados e falta de médicos no Hospital Municipal de Miranorte

+++ Transcrição +++ E um relatório do Tribunal de Contas mostra equipamentos encaixotados há dez anos e apenas um médico para atender até duzentas pessoas por dia no Hospital Municipal de Miranorte. O repórter Mateus Dias está com esse assunto e traz as informações ao vivo para a gente. Oi Mateus, boa noite para você. Oi Adriano, boa noite para você, para todo mundo. Foram pelo menos vinte e duas irregularidades e fragilidades no funcionamento do Hospital de Pequeno Porte de Miracema identificadas durante a vistoria realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Entre esses casos identificados ali, o Tribunal de Miranorte, perdão, no Hospital de Miranorte, entre os casos identificados ali pelo Tribunal de Contas, estavam, por exemplo, a falta de estrutura, a estrutura bem precária do prédio mesmo que comporta o Hospital Municipal. Também foram identificados problemas em ambulâncias, além disso foram identificados também que havia a ausência de alvarazas obrigatórios, como o alvará do corpo de bombeiros e também o alvará da vigilância sanitária. Um problema que foi considerado grave pelo Tribunal de Contas são equipamentos que foram comprados há uma década e que até hoje ainda não foram utilizados ali na unidade hospitalar. O conselheiro que esteve fazendo a vistoria ali no prédio encontrou um aparelho Hile-X e também um gerador de energia comprados em 2016, mas que nunca foram utilizados ali no Hospital. O gerador de energia deveria oferecer suporte em casos de emergência, quando falta energia no Hospital, permitindo o funcionamento de serviços básicos e essenciais ali para os pacientes. O aparelho de Hile-X deveria aumentar a capacidade do Hospital em atender a população ali de Miranorte, mas sem um aparelho, por exemplo, sem funcionar desde 2016 quando foi comprado, muitos pacientes precisam se deslocar até Miracema para conseguir ter, por exemplo, um Hile-X que poderiam ter ali mesmo na unidade. Além disso, foi identificado também pelo TCE que falta profissionais para o atendimento dos pacientes. São pelo menos 100 atendimentos diários ali, mas existe apenas um médico de plantão que pode acabar sobrecarregando a equipe ali no local. O Tribunal de Contas determinou que o prefeito e os gestores têm um prazo de 20 dias para apresentar soluções para essas demandas que foram apresentadas ali dessas irregularidades. E também vai

enviar o relatório para o Ministério Público avaliar uma possibilidade à administrativa ali por parte dos gestores que adquirir os equipamentos e aqueles que não colocaram para funcionar. Adriano. Obrigado por suas informações, Mateus. Bem, a Prefeitura de Miranorte disse que recebeu os apontamentos do Tribunal de Contas e que não há qualquer condenação contra os gestores. A nota diz que o município já adotou medidas como o ponto eletrônico para médicos e a manutenção de medicamentos em estoque. Sobre os equipamentos, a Prefeitura informou que está fazendo melhorias na rede elétrica para colocar o raio X em funcionamento e finalizando a reforma do centro cirúrgico.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/08/ja%202%20ediototce%20aponta%20equipamentos%20abandonados%20e%20falta%20de%20mdicos%20no%20hospital%20municipal%20de%20miranortegloboplay.mp4>

Hospital de Miranorte opera com um médico para mais de 100 atendimentos diários e raio-X segue parado há 10 anos

Por: Redação

O Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte operava com apenas um médico de plantão para uma média superior a 100 atendimentos diários quando foi vistoriado pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**. A fiscalização também encontrou um aparelho de raio-X comprado há cerca de dez anos e nunca colocado em funcionamento, ambulâncias sem vistoria, ausência de alvarás obrigatórios e equipamentos hospitalares acumulando anos de inutilização.

Os apontamentos constam em despacho assinado pelo conselheiro-substituto Leondiniz Gomes, da 1ª Relatoria do **TCE**, após inspeção realizada nos dias 12 e 13 de abril dentro do projeto "**TCE** de Olho". O procedimento apura as condições de funcionamento da unidade hospitalar e determinou a intimação do prefeito de Miranorte, Leandro Mota Barbosa Teles, e do gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, para apresentação de um plano de ação em até 15 dias úteis.

Entre os principais achados da equipe técnica está a permanência, sem uso, de equipamentos adquiridos ainda em 2016, como autoclave, gerador de energia elétrica e aparelho de raio-X. Segundo o **TCE**, além da compra sem planejamento adequado, houve manutenção da situação pelos gestores atuais, o que teria privado a população do acesso aos serviços. O tribunal afirmou que a indisponibilidade do raio-X obriga pacientes a serem levados para Miracema até para exames considerados de baixa complexidade.

No despacho, o relator descreve que o desuso prolongado dos equipamentos compromete diretamente a assistência hospitalar. O documento cita que a autoclave, essencial para esterilização de materiais, está parada há dez anos, o que pode afetar procedimentos cirúrgicos e ampliar riscos de infecção hospitalar. Já o gerador de energia também permanece inoperante desde 2016, situação considerada sensível diante da possibilidade de interrupções no fornecimento elétrico em uma unidade de saúde.

A vistoria também encontrou uma lavadora e secadora industrial adquirida em 2024 sem utilização. Segundo o relatório, os enxovais hospitalares estavam sendo secos em varais a céu aberto. Para o **TCE**, o cenário compromete protocolos básicos de biossegurança e pode gerar custos adicionais com soluções emergenciais.

Além da situação dos equipamentos, os auditores registraram problemas estruturais e administrativos. Entre eles estão precariedade no controle de estoque de medicamentos, ausência de transparência sobre medicamentos disponíveis, necessidade de atualização de protocolos clínicos, falta de plano de contingência para demandas extraordinárias e ausência de política de prevenção ao assédio e à violência sexual.

O hospital também estava sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária, segundo o despacho. As ambulâncias utilizadas pela unidade apresentavam problemas mecânicos e ausência de vistoria do Detran. O **TCE** recomendou estudo para ampliação da frota e adequação imediata dos veículos já existentes.

Usuários

Na avaliação feita com usuários da unidade, parte dos entrevistados apontou problemas de limpeza e estrutura. Cerca de 31% disseram que a unidade não estava limpa e organizada, enquanto apenas um terço dos usuários que utilizaram os banheiros considerou os espaços adequados. A pesquisa também mostrou que 31,25% dos entrevistados pediram mais médicos ou especialistas e 25% relataram necessidade de exames laboratoriais na própria unidade.

Apesar dos apontamentos, o **TCE** também registrou práticas consideradas positivas, como uso de ponto eletrônico para médicos, identificação de pacientes nos leitos, sistema de classificação de risco por cores e presença de farmacêuticos durante o funcionamento da farmácia hospitalar.

O tribunal decidiu encaminhar parte das conclusões ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) para análise

de possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à aquisição e manutenção de equipamentos públicos sem utilização. O despacho destaca que a apuração dependerá da verificação de eventual dolo específico dos gestores envolvidos.

O caso também será desmembrado para apuração específica sobre possível sobrecarga de profissionais de saúde. Segundo o **TCE**, a média de mais de 100 atendimentos diários com apenas um médico de plantão pode comprometer diagnósticos e tratamentos devido à fadiga física e emocional das equipes.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/99796/hospital-de-miranorte-opera-com-um-medico-para-mais-de-100-atendimentos-diarios-e-raio-x-segue-parado-ha-10-anos>

HPP Marianópolis: Excelência e Humanização Reconhecidas pelo TCE-TO

Multimídia:

*<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/05/07/RDIOPARASOFM>
104FM-10.54.27-10.55.56-1778169003.mp3*

Hospital de Miranorte opera com um médico para mais de 100 atendimentos diários e raio-X segue parado há 10 anos

Samir Leão

O Hospital Municipal de Pequeno Porte de Miranorte operava com apenas um médico de plantão para uma média superior a 100 atendimentos diários quando foi vistoriado pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**. A fiscalização também encontrou um aparelho de raio-X comprado há cerca de dez anos e nunca colocado em funcionamento, ambulâncias sem vistoria, ausência de alvarás obrigatórios e equipamentos hospitalares acumulando anos de inutilização.

Os apontamentos constam em despacho assinado pelo conselheiro-substituto Leondiniz Gomes, da 1ª Relatoria do **TCE**, após inspeção realizada nos dias 12 e 13 de abril dentro do projeto "**TCE** de Olho". O procedimento apura as condições de funcionamento da unidade hospitalar e determinou a intimação do prefeito de Miranorte, Leandro Mota Barbosa Teles, e do gestor do Fundo Municipal de Saúde, Francisco Gaspar Souza da Cruz, para apresentação de um plano de ação em até 15 dias úteis.

Entre os principais achados da equipe técnica está a permanência, sem uso, de equipamentos adquiridos ainda em 2016, como autoclave, gerador de energia elétrica e aparelho de raio-X. Segundo o **TCE**, além da compra sem planejamento adequado, houve manutenção da situação pelos gestores atuais, o que teria privado a população do acesso aos serviços. O tribunal afirmou que a indisponibilidade do raio-X obriga pacientes a serem levados para Miracema até para exames considerados de baixa complexidade.

No despacho, o relator descreve que o desuso prolongado dos equipamentos compromete diretamente a assistência hospitalar. O documento cita que a autoclave, essencial para esterilização de materiais, está parada há dez anos, o que pode afetar procedimentos cirúrgicos e ampliar riscos de infecção hospitalar. Já o gerador de energia também permanece inoperante desde 2016, situação considerada sensível diante da possibilidade de interrupções no fornecimento elétrico em uma unidade de saúde.

A vistoria também encontrou uma lavadora e secadora industrial adquirida em 2024 sem utilização. Segundo o relatório, os enxovais hospitalares estavam sendo secos em varais a céu aberto. Para o **TCE**, o cenário compromete protocolos básicos de biossegurança e pode gerar custos adicionais com soluções emergenciais.

Além da situação dos equipamentos, os auditores registraram problemas estruturais e administrativos. Entre eles estão precariedade no controle de estoque de medicamentos, ausência de transparência sobre medicamentos disponíveis, necessidade de atualização de protocolos clínicos, falta de plano de contingência para demandas extraordinárias e ausência de política de prevenção ao assédio e à violência sexual.

O hospital também estava sem alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e sem licença da Vigilância Sanitária, segundo o despacho. As ambulâncias utilizadas pela unidade apresentavam problemas mecânicos e ausência de vistoria do Detran. O **TCE** recomendou estudo para ampliação da frota e adequação imediata dos veículos já existentes.

Usuários

Na avaliação feita com usuários da unidade, parte dos entrevistados apontou problemas de limpeza e estrutura. Cerca de 31% disseram que a unidade não estava limpa e organizada, enquanto apenas um terço dos usuários que utilizaram os banheiros considerou os espaços adequados. A pesquisa também mostrou que 31,25% dos entrevistados pediram mais médicos ou especialistas e 25% relataram necessidade de exames laboratoriais na própria unidade.

Apesar dos apontamentos, o **TCE** também registrou práticas consideradas positivas, como uso de ponto eletrônico para médicos, identificação de pacientes nos leitos, sistema de classificação de risco por cores e presença de farmacêuticos durante o funcionamento da farmácia hospitalar.

O tribunal decidiu encaminhar parte das conclusões ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) para análise

de possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à aquisição e manutenção de equipamentos públicos sem utilização. O despacho destaca que a apuração dependerá da verificação de eventual dolo específico dos gestores envolvidos.

O caso também será desmembrado para apuração específica sobre possível sobrecarga de profissionais de saúde. Segundo o **TCE**, a média de mais de 100 atendimentos diários com apenas um médico de plantão pode comprometer diagnósticos e tratamentos devido à fadiga física e emocional das equipes.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/hospital-de-miranorte-opera-com-um-medico-para-mais-de-100-atendimentos-diarios-e-raio-x-segue-parado-ha-10-anos-588249/>

Judicialização da Prefeitura: Eduardo Siqueira tem sido cobrado pelo que fez e pelo que não fez praticamente sem direito a defesa

A judicialização da administração do prefeito Eduardo Siqueira pode levar mais problemas ao município do que à musculatura política do Chefe do Executivo metropolitano. Eduardo tem sido processado, julgado e condenado antes de defender-se daquilo que lhes acusam os adversários.

Por indução e dedução, tão somente, os estragos favorecem mais a projetos eleitorais do que à fiscalização das ações contestadas de que é prova aqueles anunciados 800% de superfaturamento na Santa Casa.

A bola da vez é a dação em pagamento a empresa de transporte coletivo. As iniciativas podem até ser discutidas no mérito político e sob outras réguas. (como já aponte aqui).

Mas a competência do Executivo é indiscutível. Aliás, **Palmas** foi construída e paga em dação de pagamento a empreiteiras lá nos anos 90.

E o Capim Dourado teve o lote vendido por uns trocados e a área (que era de preservação ambiental) desafetada, às margens do córrego que abastece a cidade, para um comércio.

E o que dizer do sem números de postos de combustíveis em áreas desafetadas? E as áreas públicas entregues às igrejas?

A população, politicamente, avalia é nas urnas.

Eduardo, no entanto, tem ampliado sua base política e é provável que, considerando o volume de emendas de parlamentares como Eduardo Gomes (na foto) e a estratégia em curso, pode, após as eleições, decolar obras rumo a 2028.

O MPE e o **TCE** tem que fazer o seu papel.

Não podem é ser instrumento de luta política,

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/judicializacao-da-prefeitura-eduardo-siqueira-tem-sido-cobrado-pelo-que-fez-e-pelo-que-nao-fez-praticamente-sem-direito-a-defesa/54041>

HPP Marianópolis: Excelência e Humanização Reconhecidas pelo TCE-TO

O Hospital de Pequeno Porte (HPP) de Marianópolis do **Tocantins** tem se destacado na prestação de serviços de saúde, alcançando um notável reconhecimento por parte do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. Uma recente avaliação revelou um índice de 100% de aprovação dos usuários, atestando a qualidade e a humanização do atendimento oferecido pela unidade.

Atendimento Humanizado e Eficiente

Os resultados da fiscalização do **TCE-TO**, realizada como parte do projeto "**TCE de Olho**", evidenciam o compromisso do HPP Marianópolis com a população. Dentre os pontos de destaque, 100% dos pacientes entrevistados relataram ter recebido um atendimento humanizado, educado e respeitoso. Além disso, a totalidade dos usuários confirmou ter acesso à medicação necessária sem quaisquer dificuldades.

Atendimento Humanizado e Eficiente

Os resultados da fiscalização do **TCE-TO**, realizada como parte do projeto "**TCE de Olho**", evidenciam o compromisso do HPP Marianópolis com a população. Dentre os pontos de destaque, 100% dos pacientes entrevistados relataram ter recebido um atendimento humanizado, educado e respeitoso. Além disso, a totalidade dos usuários confirmou ter acesso à medicação necessária sem quaisquer dificuldades.

A unidade também foi elogiada pela sua limpeza, organização e pela qualidade geral do atendimento. A agilidade no acesso ao médico e na classificação de risco foram outros fatores cruciais que contribuíram para a satisfação dos pacientes, demonstrando a eficiência dos processos internos do hospital.

Boas Práticas de Gestão

O reconhecimento do **TCE-TO** não se limita apenas à percepção dos usuários. As boas práticas de gestão adotadas pelo HPP Marianópolis foram formalmente reconhecidas pelo Tribunal, sublinhando a seriedade e a responsabilidade com que os recursos públicos e a saúde da população são administrados.

A unidade também foi elogiada pela sua limpeza, organização e pela qualidade geral do atendimento. A agilidade no acesso ao médico e na classificação de

risco foram outros fatores cruciais que contribuíram para a satisfação dos pacientes, demonstrando a eficiência dos processos internos do hospital.

Boas Práticas de Gestão

O reconhecimento do **TCE-TO** não se limita apenas à percepção dos usuários. As boas práticas de gestão adotadas pelo HPP Marianópolis foram formalmente reconhecidas pelo Tribunal, sublinhando a seriedade e a responsabilidade com que os recursos públicos e a saúde da população são administrados.

Avaliação Detalhada do TCE-TO

O relatório do **TCE-TO** apresentou uma análise quantitativa da satisfação dos usuários, com os seguintes resultados:

42,86% dos entrevistados classificaram o atendimento como "Muito Bom", enquanto 57,14% o avaliaram como "Bom". Somados, esses índices resultam em uma aprovação total de 100% por parte da população atendida.

Estes dados culminam em um impressionante 100% de avaliações positivas da população, consolidando a reputação do HPP Marianópolis como uma referência em saúde na região.

Compromisso com a Saúde Pública

Este resultado é um testemunho do compromisso inabalável da equipe de saúde do HPP Marianópolis com um atendimento humanizado, eficiente e de qualidade para todos os cidadãos. A dedicação e o profissionalismo dos colaboradores são a base para a excelência reconhecida, reforçando a importância de investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação e, acima de tudo, no bem-estar dos pacientes.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/06/hpp-marianopolis-excelencia-e-humanizacao-reconhecidas-pelo-tce-to/>

TCE nega suspensão de pregão do TJTO para automatização de portões

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Tocantins** negou pedido cautelar para suspender atos do Pregão Eletrônico nº 059/2025, do Tribunal de Justiça do Estado, voltado à contratação de empresa para fornecimento, instalação e manutenção de motores industriais destinados à automatização de portões de prédios do Poder Judiciário.

A representação foi apresentada pela empresa A.B. Teleinformática Comunicação Ltda. e questionava, entre outros pontos, a aceitação de proposta com descontos considerados elevados, que chegaram a 77%, a análise da qualificação técnica da vencedora e menções a terceiros em planilha de custos, em um certame cujo edital vedava subcontratação.

Ao analisar o pedido, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** considerou que, embora os descontos fossem relevantes, houve diligência administrativa para avaliação da exequibilidade da proposta, com apresentação de documentos pela empresa vencedora e manifestação do setor responsável. Para a relatoria, não ficou demonstrada, de forma objetiva, a inviabilidade econômico-financeira da proposta.

O despacho também registra que os atestados de capacidade técnica apresentados foram considerados compatíveis pelo setor técnico, e que o edital não exigia comprovação de experiência nem quantitativos mínimos equivalentes à totalidade estimada da contratação.

A área técnica do **TCE** opinou pelo conhecimento da representação, mas pela improcedência no mérito, por não identificar irregularidades capazes de comprometer a habilitação da empresa vencedora. Também sugeriu ciência ao TJTO para reforço da fiscalização em futuras contratações decorrentes da ata de registro de preços, especialmente quanto à manutenção da exequibilidade da proposta, cumprimento das obrigações e vedação à subcontratação irregular.

Com a negativa da cautelar, o processo seguirá ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer conclusivo.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/tce->

***nega-suspensao-de-pregao-do-tjto-para-automatizacao-
de-portoes-588217/***

Nudeca participa da fase de escuta ativa de projeto do TCE em Oliveira de Fátima

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) participou de encontro do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", promovido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, realizado nessa terça-feira, 5, em Oliveira de Fátima. A iniciativa marca nova fase do programa, com foco na escuta ativa da população para orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Durante a programação, a defensora pública Elisa Maria Pinto de Souza, coordenadora do Nudeca, participou da solenidade. Na ocasião, ela elogiou o trabalho do **TCETO** e o cuidado com a Primeira Infância, explicou o papel da DPE e destacou a importância de que crianças e adolescentes conheçam seus direitos para que possam cobrá-los da gestão municipal.

As discussões irão colaborar com os Planos de Gestão Intersetorial, documento estratégico que irá reunir demandas locais e orientar ações concretas nos municípios participantes.

Além da Defensoria Pública, o evento também reuniu diversas instituições, como Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO), Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO), Controladoria-Geral da União (CGU-TO) e Polícia Militar (PMTO), gestores públicos e a sociedade civil.

Conforme o **TCETO**, a programação seguirá em outras cidades-polo, como Arraias, Combinado, Aparecida do Rio Negro, Lagoa do **Tocantins**, Couto Magalhães e Colmeia. (Com informações do **TCETO**)

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/nudeca-participa-da-fase-de-escuta-ativa-de-projeto-do-tce-em-oliveira-de-fatima>

TCE aponta falhas graves e recomenda rejeição das contas de 2022 de prefeito tocantinense

Irregularidades contábeis, divergências milionárias e suspeitas de manipulação de dados levaram o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** a recomendar a rejeição das contas de 2022 da gestão do prefeito Ronivon Maciel (UB), em Porto Nacional.

O parecer prévio, aprovado por unanimidade pela **Primeira Câmara** da Corte, não encerra o processo a palavra final será da Câmara de Vereadores, mas acende um alerta sobre a condução financeira do município naquele exercício.

Entre os problemas apontados, o tribunal identificou inconsistências de R\$ 1,82 milhão entre os registros contábeis da prefeitura e os valores efetivamente encontrados em contas bancárias. Para a área técnica, as falhas comprometem a confiabilidade das informações apresentadas pela gestão.

O relatório também registra déficit financeiro em diferentes fontes de recursos e a ausência de extratos bancários em períodos-chave, como dezembro de 2022 e janeiro de 2023, lacunas consideradas relevantes para a análise das contas públicas.

Outro ponto sensível envolve os controles de disponibilidade de recursos. Segundo o TCE, há indícios de que dados contábeis tenham sido ajustados para gerar, de forma artificial, um resultado superavitário em recursos não vinculados. A relatoria classificou a situação como "irregularidade gravíssima".

Além disso, o tribunal questiona a falta de comprovação de créditos tributários que ultrapassam R\$ 27 milhões e levanta dúvidas sobre os critérios adotados para registrar dívida ativa superior a R\$ 28 milhões.

Defesa contesta

Em resposta, a Procuradoria Jurídica do município informou que vai pedir o reexame das contas. A gestão sustenta que o parecer se baseia em "problemas contábeis", sem indicação de má-fé ou desvio de recursos.

Segundo a prefeitura, medidas já estão sendo adotadas para corrigir falhas e aprimorar os controles internos. A administração também argumenta que enfrenta desafios estruturais, como a gestão de distritos e de uma extensa área rural.

Apesar do peso técnico do parecer, a decisão definitiva caberá aos vereadores de Porto Nacional, responsáveis pelo julgamento político das contas. O processo teve relatoria da conselheira **Doris de Miranda Coutinho**.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/tce-aponta-falhas-graves-e-recomenda-rejeicao-das-contas-de-2022-de-prefeito-tocantinense/>

RONIVON ESCLARECE AO PARALELO 13 SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da Redação

O parecer prévio emitido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** sobre as contas da Prefeitura de Porto Nacional referentes ao exercício de 2022 trouxe novos elementos ao debate sobre a gestão fiscal do município. A recomendação pela não aprovação do balancete motivou o Observatório Político de O Paralelo13 a buscar o posicionamento do prefeito Ronivon Maciel, com o objetivo de apresentar ao leitor todos os lados envolvidos.

Em resposta a gestão municipal detalhou os pontos levantados pelo órgão de controle e apresenta os esclarecimentos considerados pertinentes.

Com atuação pautada pelo acompanhamento permanente dos principais fatos políticos e administrativos do **Tocantins**, O Paralelo13 seguirá atento aos desdobramentos do caso, incluindo o eventual pedido de reexame das contas junto ao **TCE-TO** e as medidas adotadas pela administração municipal.

PROBLEMAS CONTÁBEIS

O parecer do **TCE-TO** contra o prefeito Ronivon Maciel, segundo a nota oficial emitida conjuntamente pela Procuradoria Jurídica e pela Secretaria Municipal de Comunicação, não tem origem em qualquer ação que caracterize dolo. De acordo com o documento, as inconsistências apontadas decorrem exclusivamente de problemas contábeis.

Ainda conforme a nota, o município irá solicitar o reexame das contas de 2022 junto ao próprio Tribunal, buscando a revisão do entendimento apresentado no parecer prévio.

A Procuradoria reforça que não houve indicação de má gestão ou má-fé na aplicação de recursos públicos. "Quem analisa o parecer verifica que não há apontamentos dolosos", sustenta o texto, ao destacar que as falhas identificadas são de natureza técnica.

O município informa ainda que medidas corretivas já estão sendo adotadas para evitar a repetição dos problemas contábeis nos exercícios seguintes.

Outro ponto destacado na justificativa é a

complexidade administrativa de Porto Nacional. A gestão argumenta que, embora tenha arrecadação de um município de médio porte, precisa atender uma realidade ampliada, que inclui não apenas a sede, mas também o distrito de Luzimangues - em crescimento acelerado - além de Pinheirópolis, Escola Brasil e uma extensa zona rural.

Segundo a nota, esse cenário impõe desafios adicionais à administração pública. Ainda assim, a Procuradoria garante que ajustes estruturais e técnicos estão em curso para assegurar maior rigor contábil e evitar novos questionamentos por parte dos órgãos de controle.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/ronivon-esclarece-ao-paralelo-13-sobre-prestacao-de-contas>

TCE recomenda rejeição das contas de Ronivon em Porto Nacional e cita distorções contábeis "gravíssimas"

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** recomendou a rejeição das contas consolidadas de 2022 da gestão do prefeito Ronivon Maciel (UB), em Porto Nacional, após identificar inconsistências contábeis e financeiras consideradas graves pela área técnica e pela relatoria do processo.

O parecer prévio aprovado pela **Primeira Câmara** da Corte lista divergências entre saldos contábeis e extratos bancários, déficits financeiros em fontes de recursos e indícios de manipulação de dados ligados ao controle da disponibilidade financeira do município. O caso ainda será submetido à análise da Câmara Municipal, responsável pelo julgamento político das contas.

Entre os principais pontos apontados pelo **TCE** está a existência de divergências entre os valores registrados no sistema contábil da prefeitura e os saldos efetivamente identificados em contas bancárias. Segundo o parecer, as inconsistências alcançaram R\$ 1,82 milhão e comprometeram a confiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas pelo município.

O tribunal também registrou déficit financeiro em diferentes fontes de recursos, incluindo verbas não vinculadas, além da ausência de extratos bancários de contas específicas referentes a dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Um dos trechos do parecer envolve os chamados controles de disponibilidade por destinação de recursos. A área técnica apontou indícios de manipulação de dados contábeis para obtenção artificial de resultado superavitário em recursos não vinculados, mediante utilização de valores de fontes vinculadas ou consideradas inexistentes. A relatoria classificou a situação como "irregularidade gravíssima".

A decisão também menciona falta de comprovação sobre créditos tributários registrados em valor superior a R\$ 27 milhões e questionamentos sobre critérios utilizados para contabilização de dívida ativa acima de

R\$ 28 milhões.

Posição

Em nota, a Procuradoria Jurídica de Porto Nacional informou que pedirá o reexame das contas junto ao **Tribunal de Contas**. Segundo o município, o parecer "se deu exclusivamente por problemas contábeis", sem apontamento de má gestão ou má-fé na aplicação de recursos públicos.

A gestão municipal afirmou ainda que medidas para evitar novos problemas contábeis já estão em andamento. A procuradoria também alegou que Porto Nacional enfrenta dificuldades administrativas por precisar atender, além da sede do município, outros dois distritos e extensa área rural.

Câmara de Vereadores

Apesar da recomendação pela rejeição das contas, o tribunal destacou que o parecer prévio não representa julgamento definitivo da gestão municipal. Pela Constituição, cabe à Câmara de Vereadores de Porto Nacional decidir pela aprovação ou rejeição das contas do chefe do executivo.

O processo foi relatado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho** e aprovado por unanimidade pela **Primeira Câmara do Tribunal de Contas**.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/tce-recomenda-rejeicao-das-contas-de-ronivon-em-porto-nacional-e-cita-distorcoes-contabeis-gravissimas-588169/>

Rede TO Sustentável avança em ações socioambientais e fortalece atuação conjunta entre instituições parceiras

A Rede TO Sustentável realizou, nesta terça-feira (5/5), no Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), a 2ª reunião de 2026 para alinhamento das ações e definição das próximas iniciativas voltadas à sustentabilidade, cidadania e inclusão social no Estado. O encontro foi conduzido pela presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (CGPLS/TJTO) e coordenadora da Rede, desembargadora Ângela Prudente, reunindo representantes das instituições parceiras.

Entre os principais temas debatidos estiveram a apresentação da programação do VI Seminário de Gestão Socioambiental, os resultados da primeira edição do projeto Ecocidadania: Direitos e Dignidade - O impacto da Rede TO Sustentável na valorização dos catadores(as) de materiais recicláveis de Palmas, além da definição da data do Drive-Thru Solidário, marcado para 26 de junho.

A desembargadora Ângela Prudente destacou no encontro a programação deste ano do Junho Ambiental.

"A programação para o Junho Ambiental terá a realização do nosso Seminário, um espaço fundamental para o debate de políticas ambientais. Somado a isso, no dia 26 de junho, executaremos o Drive-Thru de Coleta, uma ação prática que mobiliza o TJTO e a Rede TO Sustentável para o recolhimento de papel, plástico, vidro, metal e eletroeletrônicos, com exceção de pilhas e baterias. Mesmo com nossas atribuições diárias, seguimos unidos nessas frentes de trabalho para garantir mais qualidade de vida às futuras gerações", destacou a magistrada.

Promovido pela Rede TO Sustentável e pelo TJTO, o VI Seminário de Gestão Socioambiental será realizado em 19 de junho de 2026, das 13h30 às 18h30, no auditório do Tribunal de Justiça, em Palmas, com transmissão híbrida e certificação de cinco horas-aula pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Com o tema "Sustentabilidade como valor institucional: desafios ambientais e caminhos para o futuro", o

evento reunirá especialistas nacionais e internacionais para debater mudanças climáticas, aquecimento global, ESG no setor público, economia de baixo carbono, gestão de resíduos sólidos e logística reversa.

Entre os palestrantes confirmados estão o cientista Carlos Nobre, referência internacional em mudanças climáticas; Marcus Leandro Kazmierczak, especialista em desastres naturais e cenários climáticos; Sergio Margulis, economista ambiental e pesquisador em aquecimento global; além de especialistas e gestores públicos de instituições como **Tribunal de Contas do Estado**, Universidade Federal de Pernambuco e Secretaria de Meio Ambiente de Goiás.

Realizado em 7 de março, no campus do Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), em Palmas, o I Ecocidadania contou com transporte inclusivo, acolhimento e programação voltada à saúde, prevenção, cidadania e assistência jurídica.

Dados apresentados pela coordenadora da Cogersa, Luciene Dantas, mostram que a ação somou mais de 170 atendimentos na área da saúde, 11 atendimentos eleitorais e cinco jurídicos, além da entrega de kits de saúde.

Também foram distribuídas 470 peças de roupas, 180 litros de sabão líquido e repassados 628 quilos de materiais recicláveis de alto valor agregado, fortalecendo a renda das associações.

Como encaminhamento da primeira edição, a Prefeitura de Palmas anunciou o Programa Bolsa Catador, que está em fase de implementação e prevê benefício mensal de R\$ 1.000,00 para profissionais em vulnerabilidade social. Também foi sinalizada a concessão de um caminhão baú, medida que deve otimizar a coleta e o transporte de resíduos pelas associações.

Durante a reunião, foi aprovada ainda a segunda edição do Ecocidadania para 2027.

Formalizada por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 10/2024, a Rede TO Sustentável reúne

órgãos do sistema de Justiça, instituições públicas, universidades e entidades parceiras com o objetivo de promover cooperação técnica, intercâmbio de experiências e execução de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Participaram da reunião representantes da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social do TJTO (Cogersa), Ministério Público, Universidade Federal do **Tocantins** (UFT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Defensoria Pública, **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)**, Tribunal Regional Eleitoral (TRETO), Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), Prefeitura de Palmas, Energisa, Unitins, Sesc e Senai.

?MACRODESAFIO

Promoção da Sustentabilidade

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/rede-to-sustentavel-avanca-em-acoes-socioambientais-e-fortalece-atuacao-conjunta-entre-instituicoes-parceiras>

TJTO participa dos encontros de escuta do programa TCE de Olho no Futuro em Aliança e Oliveira de Fátima

A juíza de Direito da Comarca de Gurupi, no sul do estado, Cibele Maria Bellezzia, representou o Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO) nos encontros de escuta do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, realizados nos municípios de Aliança do **Tocantins** (4/5) e Oliveira de Fátima (5/5).

A atuação integrada entre instituições foi um dos pontos centrais dos encontros. Além de órgãos como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, secretarias estaduais e a Controladoria-Geral da União, a Polícia Militar teve participação de destaque ao apresentar ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

O programa integra um esforço conjunto para ampliar a presença do Proerd nos 139 municípios tocaninenses, fortalecendo a prevenção ao uso de drogas e promovendo a cidadania nas escolas desde a infância.

Plano intersetorial

Além das escutas com a comunidade, a programação incluiu reuniões estratégicas com prefeitos, secretários municipais e equipes técnicas das duas cidades.

O documento resultante dessas atividades funcionará como um guia estratégico para as administrações locais, reunindo demandas, sugestões, desafios e potencialidades identificados ao longo das escutas populares e das reuniões técnicas. A proposta é oferecer às gestões municipais um direcionamento claro para corrigir fragilidades, aprimorar políticas públicas existentes e fortalecer ações já consolidadas nas áreas de saúde, educação, assistência social e primeira infância.

Com informações da Ascom/**TCE**

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/tjto-participa-dos-encontros-de-escuta-do-programa-tce-de-olho-no-futuro-em-alianca-e-oliveira-de-fatima>

TCE de Olho no Futuro: Aliança e Oliveira de Fátima debatem políticas públicas

Da Redação e TRE-TO

Com os próximos encontros já agendados para Arraias (12/05) e Combinado (13/05), o programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância avançou em sua jornada de escuta ativa pelo **Tocantins**. A marca desses últimos encontros, realizados em Aliança e Oliveira de Fátima nos dias 4 e 5 de maio, foi o depoimento da estudante Eloísa Balbino Nascimento, de 11 anos.

Ao reivindicar quadras escolares e ruas melhores, a voz da pequena cidadã simbolizou o propósito central da iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)**: ouvir a população para ajustar políticas públicas à realidade local. "A escola devia ter uma quadra própria. Também queria pedir mais atenção para as ruas, por causa dos buracos, que podem causar acidentes", disse a menina Eloísa.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, esclarece que a participação de crianças e famílias é o que dá sentido ao desenvolvimento municipal. Entender as necessidades diretamente com quem vive no município permite que a gestão caminhe lado a lado com a população, reforça o conselheiro. Ele também destaca a importância do papel familiar na prevenção à vulnerabilidade social e à violência.

A equipe técnica do Tribunal informa que as demandas colhidas durante as reuniões com comunidades e gestores darão origem ao Plano de Gestão Intersetorial de cada cidade. Esse documento servirá como um guia estratégico para que as prefeituras aprimorem ações em áreas como saúde e assistência social. Os coordenadores do projeto advertem que a integração entre órgãos como o Ministério Público, Judiciário e a Polícia Militar, por meio do Proerd, é essencial para o sucesso da rede de proteção.

Conforme reiteram os gestores de Aliança e Oliveira de Fátima, a presença do **Tribunal de Contas** nos municípios de pequeno porte traz segurança para as administrações e fortalece a cidadania. Após as etapas de maio, o cronograma detalha que o programa seguirá para Aparecida do Rio Negro (25/05), Lagoa do **Tocantins** (08/06), Couto Magalhães (15/06) e Colmeia (16/06).

Site: <https://t1noticias.com.br/cidades/tce-de-olho-no-futuro-alianca-e-oliveira-de-fatima-debatem-politicas-publicas/141390/>

"A gente precisa de uma quadra": pedido de criança emociona ação do TCE no TO

A fala simples e direta de uma criança chamou atenção durante encontros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Durante as ações realizadas em Aliança do **Tocantins** e Oliveira de Fátima, a estudante Eloísa Balbino Nascimento, de 11 anos, fez um apelo marcante.

"Além de uma quadra na escola, também precisamos de ruas melhores", disse.

Com isso, a iniciativa reforçou a importância da escuta da população no **Tocantins**.

Participação popular fortalece decisões públicas

Além disso, o programa busca envolver crianças, famílias e gestores nas decisões.

Dessa forma, políticas públicas podem ser mais eficazes e alinhadas à realidade local.

Segundo o presidente do **TCETO**, **Alberto Sevilha**, ouvir a população é essencial.

Portanto, o desenvolvimento acontece quando há diálogo entre gestão e comunidade.

Segurança e educação entram no centro das discussões

Durante os encontros, também foram debatidos temas como educação, saúde e segurança.

Nesse sentido, a Polícia Militar do **Tocantins** apresentou ações do PROERD.

Além disso, o programa atua na prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes.

Assim, a proposta é ampliar a cidadania desde a base.

Plano intersetorial vai guiar ações nos municípios

Paralelamente às escutas, foram realizadas reuniões com gestores locais.

Com isso, teve início a construção de planos intersetoriais para cada município.

Esses documentos irão reunir demandas, desafios e soluções apontadas pela população.

Consequentemente, as gestões terão um direcionamento mais claro para agir.

Plano intersetorial vai orientar ações nos municípios

Foto: Edivan Cavalcanti

Além das escutas, foram realizadas reuniões com prefeitos e equipes técnicas.

As coordenadoras do projeto iniciaram a construção de um plano intersetorial para cada cidade.

Esse documento deve reunir demandas, desafios e soluções apontadas pela população.

Com isso, gestores terão um guia estratégico para melhorar áreas como saúde, educação e assistência social.

Prefeitos destacam importância da iniciativa

O prefeito de Aliança do **Tocantins**, Elves Moreira Guimarães, afirmou que o encontro fortalece o diálogo.

Já o prefeito de Oliveira de Fátima, Nereu Fontes da Luz, destacou que a ação aproxima instituições dos municípios menores.

Próximos encontros já têm datas definidas

O programa seguirá para outras cidades nas próximas semanas.

Entre os municípios confirmados estão Arraias, Combinado e Aparecida do Rio Negro.

A proposta é ampliar ainda mais a escuta da população no **Tocantins**.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/05/05/a-gente-precisa-de-uma-quadra-pedido-de-crianca-emociona-acao-do-tce-no-to/>

TCE de Olho monitora Hospital Municipal de Peixe e constata melhorias na unidade

Claudemir Brito

Técnicos da Corte de Contas retornaram ao município para verificar cumprimento de recomendações feitas em setembro de 2025

A equipe do **TCE** de Olho voltou ao Hospital Municipal Antônio Pires, na cidade de Peixe, nesta segunda-feira, 27. A ação do **Tribunal de Contas do Tocantins**, por meio da Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coaes), teve como objetivo verificar as melhorias executadas pela Prefeitura na unidade hospitalar. Há sete meses, durante visita surpresa, os técnicos constataram uma série de irregularidades que poderiam gerar riscos aos pacientes e aos próprios servidores.

A chegada ao hospital ocorreu por volta das 13h, com início imediato das verificações. "O objetivo principal é contribuir com a sociedade, fazendo a fiscalização e verificando se as recomendações da Corte de Contas foram, de fato, implementadas. Vemos nisso, também, uma forma de contribuir com a própria gestão municipal", disse Jaryd Cardoso, técnico da equipe de Monitoramento do **TCETO**.

O relatório do **TCE** de Olho, elaborado a partir da visita ao Hospital Municipal em setembro de 2025, e encaminhado a Quinta Relatoria, de titularidade da conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, apontou 24 achados, ou seja, situações de irregularidades que necessitavam de correções. Algumas eram questões administrativas que fugiam da normalidade, como as escalas de plantões médicos, que indicavam atuação dos profissionais por até 72 horas consecutivas, e dos farmacêuticos por até 96 horas seguidas. A situação foi resolvida com a adoção de folha de ponto e reorganização das jornadas de trabalho.

Outra constatação do **TCE** de Olho foi a mudança implementada na rede gasosa e no espaço utilizado para armazenar os cilindros de ar comprimido usados pelos pacientes. Os equipamentos ganharam um novo local, liberando totalmente o corredor para a circulação de pessoas.

Site: <https://claudemirbrito.com.br/tocantins/tce-de-olho-monitora-hospital-municipal-de-peixe-e-constata-melhorias-na-unidade>

TCE exige relatório da Prefeitura de Palmas sobre falta de médicos no Samu

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/05/05/ja%202%20ediotce%20exige%20relatrio%20da%20prefeitura%20de%20palmas%20sobre%20falta%20de%20mdicos%20no%20samugloboplay.mp4>

Samu de Palmas precisa repor apenas um médico, diz Semus após denúncia de vereador aportar no TCE

Samir Leão

A Secretaria Municipal de Saúde de **Palmas** informou ao Jornal Opção **Tocantins** nesta segunda-feira, 4, que o Samu da capital tem necessidade de recomposição de apenas um médico, após denúncia sobre falta de profissionais levar o caso ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. A representação, apresentada pelo vereador Vinicius Pires (Republicanos), aponta escalas incompletas, ambulâncias sem funcionamento e risco ao atendimento.

Na resposta, a pasta afirma que o serviço conta com 25 médicos, 18 efetivos e 7 contratados - e que a cobertura das escalas é mantida por ajustes internos e plantões extras remunerados. Também declara que não há ambulâncias paradas por ausência de equipe.

As informações passam a compor o processo aberto no tribunal, que está na fase de instrução. O conselheiro **José Wagner Praxedes** determinou o envio de dados detalhados, incluindo número de profissionais, registros de desligamentos, escalas e situação das ambulâncias.

A denúncia descreve um cenário diferente, com redução no quadro médico ao longo de 2025 e impacto no funcionamento do serviço. O **TCE** notificou a secretária municipal de Saúde, Dheini Caminski, que terá prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentos, que serão analisadas pela área técnica.

Leia também: Denúncia de Vinicius Pires sobre falta de médicos no Samu leva Tribunal a cobrar explicações da Prefeitura de **Palmas**

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/samu-de-palmas-precisa-repor-apenas-um-medico-diz-semus-apos-denuncia-de-vereador-aportar-no-tce-588010/>

Denúncia de Vinicius Pires sobre falta de médicos no Samu leva Tribunal a cobrar explicações da Prefeitura de Palmas

Samir Leão

A falta de médicos no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de **Palmas** virou objeto de apuração no **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** após denúncia do vereador Vinicius Pires (Republicanos), nome da oposição a gestão do prefeito Eduardo Siqueira Campos (Podemos). O caso reúne relatos de escalas incompletas, ambulâncias sem funcionamento e risco de interrupção no atendimento de urgência da capital.

Segundo a representação, o problema se arrasta desde o início de 2025 e estaria ligado à defasagem na remuneração de plantões e horas extras, o que teria provocado saída de profissionais e reduzido a cobertura do serviço. O documento também levanta dúvidas sobre o uso de recursos destinados ao custeio do Samu, com possível falha de planejamento orçamentário.

O processo está sob relatoria do conselheiro **José Wagner Praxedes**. Em despacho publicado no Boletim Oficial, o tribunal decidiu não analisar, por ora, pedidos de medida cautelar, como a determinação imediata de recomposição do quadro médico, por ausência de provas suficientes neste momento.

Apesar disso, o **TCE** abriu fase de instrução e determinou a notificação da secretária municipal de Saúde, Dhieini Caminski, que terá prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentos.

Entre as informações solicitadas estão o número atual de médicos vinculados ao Samu, registros de desligamentos nos últimos 12 meses, escalas completas, lista de ambulâncias em operação e paradas por falta de profissionais, além dos valores pagos em horas extras e plantões. Também foi requisitada a comprovação dos repasses recebidos para manutenção do serviço.

A área técnica do tribunal indicou que a análise de eventuais medidas mais duras depende da documentação a ser apresentada pela gestão municipal. A depender das respostas, o caso pode avançar para apuração de responsabilidade de

gestores e eventual aplicação de sanções.

Histórico do serviço

Implantado em 2005, o Samu de **Palmas** completou duas décadas de funcionamento em 2025. Ao longo desse período, o serviço ampliou a cobertura e passou a atender, além da capital, municípios como Miranorte, Porto Nacional, Paraíso do **Tocantins**, Novo Acordo e Lajeado, segundo dados da própria Secretaria Municipal de Saúde.

A estrutura integra a rede de urgência e emergência do SUS e atua no atendimento pré-hospitalar, com equipes responsáveis por estabilizar pacientes e encaminhar casos para unidades de saúde.

Risco operacional

Na denúncia, o vereador sustenta que a redução do quadro médico tem impacto direto no funcionamento das ambulâncias e na capacidade de resposta do Samu, serviço considerado essencial para atendimentos de urgência e emergência. O documento menciona risco concreto à continuidade do atendimento e à segurança da população.

O processo segue como expediente no **TCE** até a conclusão da fase de coleta de informações.

Outro lado

A reportagem procurou a Secretaria Municipal de Saúde de **Palmas** e aguarda posicionamento sobre os pontos levantados no processo, incluindo a situação atual do quadro de médicos, funcionamento das ambulâncias e eventual plano para recomposição das equipes.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/denuncia-de-vinicius-pires-sobre-falta-de-medicos-no-samu-leva-tribunal-a-cobrar-explicacoes-da-prefeitura-de-palmas-587950/>

Prefeitura diz que não tolera assédio e promete apuração rigorosa no Hospital de Marianópolis

Notícias do **Tocantins** - A Prefeitura de Marianópolis do **Tocantins** se manifestou após a repercussão do relatório de fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, que apontou uma série de irregularidades no Hospital Municipal de Pequeno Porte. Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde informou que ainda não foi formalmente notificada pelo órgão de controle e, por isso, não teve acesso ao conteúdo integral da auditoria.

Segundo a gestão, a ausência de notificação impede, neste momento, uma análise técnica detalhada dos apontamentos e eventuais recomendações. "Não foi possível o conhecimento técnico integral dos apontamentos e respectivas recomendações", reforça a nota.

Apesar disso, a prefeitura afirmou que não tolera práticas ilegais ou antiéticas e que adotará providências administrativas para avaliar a situação da unidade hospitalar.

O relatório do **TCE-TO** descreve um cenário de grave desestruturação, com 24 irregularidades identificadas. Entre os principais problemas apontados estão denúncias de assédio moral e abuso de autoridade atribuídas ao subsecretário de Saúde, jornadas médicas de até 48 horas consecutivas, precarização dos vínculos de trabalho, falhas no controle e armazenamento de medicamentos, ausência de farmacêutico em períodos críticos, além de ambulâncias em condições inadequadas e falta de alvarás obrigatórios.

Em um dos trechos, a fiscalização relata "profissional em estado de choro durante a escuta", além de "servidora apresentando tremores visíveis ao relatar os fatos".

O documento também aponta riscos à segurança de pacientes e servidores. "A circulação de veículo nessas condições configura risco elevado à integridade física", registra o relatório sobre as ambulâncias, além de alertar para "risco de acidentes, incluindo vazamentos de gás, incêndios e até explosões" na área da cozinha da unidade.

Na nota, a Secretaria de Saúde reafirma que "não coaduna, não tolera e não admite qualquer prática de assédio, seja moral, sexual ou de qualquer outra natureza", destacando alinhamento aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência na administração pública.

A pasta também informou que irá adotar medidas imediatas para avaliar as condições estruturais e operacionais da unidade. "Serão adotadas, de imediato, medidas administrativas destinadas a avaliar as condições estruturais e operacionais da unidade", informou, acrescentando que as ações incluem a verificação de "eventual existência de riscos à segurança de servidores e usuários".

Além disso, a secretaria anunciou a abertura de procedimento administrativo para apurar responsabilidades. "Será instaurado procedimento administrativo próprio para apuração rigorosa dos fatos relacionados à conduta de servidor, assegurados o contraditório e a ampla defesa", diz outro trecho.

A gestão informou ainda que, assim que houver notificação formal e acesso ao relatório completo, será realizada análise técnica detalhada dos apontamentos, com a adoção das medidas corretivas necessárias.

"Serão adotadas todas as providências administrativas necessárias à análise técnica dos apontamentos, com a consequente implementação de medidas corretivas", afirmou.

Por fim, a prefeitura reforçou o compromisso com a transparência e a qualidade dos serviços públicos. "Reafirma-se o compromisso da gestão municipal com a transparência, responsabilidade e qualidade na prestação dos serviços públicos de saúde", conclui a nota, ao se colocar à disposição dos órgãos de controle e da sociedade para esclarecimentos.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/prefeitura-anuncia-apuracao-apos-relatorio-do-tce-apontar-cenario-de-caos-em-hospital>